

BERNARDO RICUPERO • LEONARDO BELINELLI • RAFAEL MARINO

Orgs.

ENSAIOS SOBRE
ROBERTO SCHWARZ

 eduepb



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Bernardo Ricupero
Leonardo Belinelli
Rafael Marino
(Organizadores)

ENSAIOS SOBRE
ROBERTO SCHWARZ



Campina Grande - PB | 2024



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

E59 Ensaios sobre Robert Schwarz [recurso eletrônico] / organização de Bernardo Ricupero, Leonardo Belinelli e Rafael Marino. – Campina Grande : EDUEPB, 2024. 312 p. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-85-7879-992-2 (Impresso)
ISBN: 978-85-7879-989-2 (1.000 KB - Epub)
ISBN: 978-85-7879-988-5 (2.000 KB - PDF)

1. Robert Schwarz. 2. Teoria Literária Brasileira. 3. Ensaios Críticos. I. Ricupero, Bernardo. II. Belinelli, Leonardo. III. Marino, Rafael. IV. Título.

21. ed. CDD 801

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

Introdução	9
Leonardo Belinelli	
Rafael Marino	

PARTE 1 INTERPRETAÇÕES SOBRE A OBRA DE ROBERTO SCHWARZ

Roberto Schwarz e a crítica negativa: notas sobre crítica e dialética na periferia do capitalismo	15
Rafael Marino	
O avesso do atraso: Notas sobre Roberto Schwarz	59
Maria Elisa Cevasco	
Roberto Schwarz leitor de Robert Kurz	83
Daniel Bianchi	
Schwarz lendo Brecht	101
Lindberg Campos	

Crítica dialética nas províncias da “República Mundial das Letras”: a Primazia do objeto na obra de Roberto Schwarz.....	133
---	------------

Silvia L. López

Tradução de Vitor Soster

PARTE 2

OBRA DE ROBERTO SCHWARZ: MODOS DE USAR

Paul Groussac leitor de “as ideias fora do lugar”	165
--	------------

Bernardo Ricupero

A dialética entre ordem e desordem na literatura do American way of life	175
---	------------

Sávio Lopes

Por uma leitura socialmente relevante de narrativas literárias e cinematográficas: retomando estudos de Antonio Candido e Roberto Schwarz.....	195
---	------------

Vitor Soster

PARTE 3

A ATUALIDADE CRÍTICA DO PENSAMENTO DE ROBERTO SCHWARZ

Mais uma vez, ainda, “Cultura e Política, 1964-1969”	219
---	------------

Bruna Della Torre

Roberto Schwarz leitor de Antonio Candido..... **245**

Leonardo Belinelli

A noção de “ideias fora do lugar” e a “intuição”
antidualista no pensamento social e político brasileiro **285**

Marco Antonio Perruso.

Interpretação sem método, realismo sem mimesis,
convicção sem proposições **325**

Nicholas Brown

Tradução de Bruna Della Torre

INTRODUÇÃO

Leonardo Belinelli
Rafael Marino

O livro que o leitor tem em mãos é fruto de comunicações originalmente feitas por pesquisadores da obra de Roberto Schwarz, ou inspirados por ela, no evento “40 anos de *Ao Vencedor, as batatas*”, realizado entre os dias 12 e 15 de setembro de 2017 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Esse evento foi organizado por um grupo de discentes de pós-graduação da mesma faculdade reunidos sob o título de “Articulação Discente para a Difusão do Pensamento Brasileiro”. Muita coisa se passou de lá para cá, razão pela qual os textos ora reunidos foram reelaborados à luz tanto do avanço das reflexões de seus autores sobre suas pesquisas como também a partir da conjuntura histórica mais recente. Além disso, o livro conta ainda com as contribuições de dois pesquisadores estrangeiros, autores de reconhecidos trabalhos sobre o crítico literário e cultural cuja obra é examinada no livro.

Um traço marcante do livro é a sua interdisciplinaridade. Como facilmente se notará, os autores dos textos recolhidos têm trajetórias muito diferentes entre si; há quem pertença à Teoria Literária, aos Estudos de Inglês, à Sociologia, à Ciência Política, ao Direito. Esse

movimento – discursivamente valorizado, mas muito pouco praticado – só pode ocorrer a partir de uma obra que lhe permita. Pensamos que esse é precisamente o caso da obra de Roberto Schwarz, um cientista social de formação que ainda jovem se tornou um crítico literário e cultural voltado para a tarefa de pensar o Brasil.

Entre os objetivos do livro, está o de indicar formas pelas quais suas intuições fundamentais, cuja característica básica é o olhar crítico para a dialética entre “centro” e “periferia” mediada pelo capitalismo, podem ser muito proveitosas para pensar vários dos temas caros às ciências humanas brasileiras. Não se trata de uma tentativa de “resgate”, a qual suporia que o autor estaria esquecido, mas sim de indicar algumas linhas possíveis de desenvolvimento de seus achados.

Os textos que compõem a primeira parte do livro em questão giram em torno de interpretações possíveis da obra de Roberto Schwarz. Nela, a matéria brasileira, diversa, mas não alheia ao resto do mundo e ao capitalismo internacional, é percebida a partir da sua nota específica, o que requereu a “nacionalização” (ou tradução) do marxismo e da teoria crítica como instrumentos teóricos afinados para captá-la. Dialeticamente, tais circunstâncias concretas da periferia capitalista brasileira possibilitaram ao crítico desenvolver um ponto de vista produtivo para discussão da atualidade e do potencial de crítico de autores como Bertold Brecht, György Lukács, Roberto Kürz, Theodor W. Adorno e outros.

Já no segundo bloco, encontramos textos que aproveitam as lições de nosso crítico tendo em vista materiais aparentemente inusitados: os escritos do ensaísta franco-argentino Paul Groussac, o filme, *O som ao redor* (2012) de Kleber Mendonça Filho e dois romances estadunidenses, a saber, *On the Road* (1957), de Jack Kerouac e *The catcher in the Rye* (1951), de J. D. Salinger. Os três ensaios provam a potência de um método sustentado na imanência material da forma artística entendida como meio de conhecimento crucial da realidade. Levando

adiante tal perspectiva, os textos acabam contrariando os ecletismos mal temperados em voga, baseados tantos nos modismos da vez no mercado das ideias, como também a ideia da arte como jogo elevado do Belo, do Sublime e outras abstrações.

E, por fim, o terceiro momento deste trabalho tem como pano de fundo a atualidade crítica de nosso autor e de seu pensamento, cuja teorização passa pelo crivo da realidade histórica contemporânea, mostrando a sua renitente atualidade, respectivamente: nas discussões sobre as imbricações entre cultura e política nos anos contraditórios do lulismo, entre um pacto de classes conservador e um reformismo fraco; na ideia de que o ponto de vista da periferia seria o ponto de arrimo por excelência dos intelectuais críticos deste lado do mundo, pois lhes permitiria descobrir aspectos essenciais sobre o modo de funcionamento do capitalismo mundial e de suas formas de dominação, bem como para o aprofundamento e, por vezes, a superação dialética de teorizações críticas vindas do centro capitalista. Daí a importância de nosso autor para o pensamento político e social brasileiro, portador de um ponto de vista antidualista de máximo valor para uma teoria crítica nacional.

Feito esse breve panorama, é hora de encerrar essa apresentação com uma última advertência: se bem-sucedido, o livro colaborará para recolocar o debate sobre a noção de “formação” – tema tão caro à tradição à qual Schwarz se filia – do país em pauta. Embora existam boas razões para questionar a validade de seu sentido clássico, talvez seja precipitada descartá-la e não só porque foi sob a sua estrutura mental que se produziu as melhores reflexões sobre o país. É que ela pode nos fornecer uma visada diferencial, a qual talvez nos proteja de cair na ilusão, tão desejada por alguns, de que finalmente nos integramos sem mais ao mundo globalizado, como sugere, entre outras noções, a ideia de “redes”. Em boa medida, embora com outras formas e determinações, alguns dos nossos dilemas básicos continuam a nos

rondar, como revela o recente episódio de ruptura democrática. O que dela prevalece? Salvo engano, o seu foco nas assimetrias sociais particulares de nossa formação social e as tensões delas resultantes, as quais estão mais visíveis do que jamais estiveram nesse nosso breve início de século XXI.

PARTE 1
INTERPRETAÇÕES SOBRE A
OBRA DE ROBERTO SCHWARZ

ROBERTO SCHWARZ E A CRÍTICA NEGATIVA: NOTAS SOBRE CRÍTICA E DIALÉTICA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Rafael Marino¹

I Apresentação geral

Seguindo algumas lições advindas do ensaio de Roberto Schwarz sobre o famigerado Seminário de *O Capital*², além de pontuar e identificar a constituição de um nova e preciosa intuição sobre o Brasil, em que juntava-se e articulava-se a peculiaridade política e sociológica

1 Doutorando e mestre (2019) em Ciência Política pela FFLCH - USP, graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Tem experiência nas áreas de Ciência Política e Sociologia, com ênfase em pensamento político brasileiro, teoria política, cultura e política, teoria crítica, marxismo, sociologia da cultura e sociologia da arte. Trabalha, atualmente, como técnico de programação cultural na área socioeducativa do SESC Belenzinho. Foi editor da revista Leviathan (DCP-USP). É autor do livro *Formação e forma no pensamento brasileiro* (Appris). Desde 2013, é pesquisador do Grupo de Pesquisa "Pensamento e Política no Brasil", vinculado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC - USP).

2 Para mais sobre a dinâmica e composição do grupo em questão ver: (SCHWARZ, 2014, p. 105 – 106). Para mais sobre o grupo em geral ver: (RODRIGUES, 2011).

do país à ordem e história contemporânea do capital (SCHWARZ, 2014, p. 113) – algo fundamental a sua obra posterior –, é possível identificar em seu final algumas críticas ao mesmo seminário. Críticas as quais poderiam ser divididas em três grupos distintos. Em primeiro lugar, não teria havido por parte do grupo um interesse mais profundo pela crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria. Em segundo, faltou uma compreensão da importância dos frankfurtianos, em dois flancos: i) – tanto em sua apreensão realista, crítica e articulada de experiências, cada uma a seu modo, produtoras de barbárie, como a do Nazismo, Socialismo Soviético e o *american way of life* dos E.U.A; ii) – quanto de sua visão crítica ao lado degradante da mercantilização e da industrialização da cultura, não prestando atenção ao caráter problematizador e radical da arte moderna – inclusive a brasileira – frente ao curso do mundo. Como terceiro elemento, poderíamos indicar o fato de não terem conseguido forjar um instrumento literário à altura de suas descobertas e achados, confinando-os ao código acadêmico e a uma circulação restrita – bem ao contrário de ensaístas como Freyre ou Buarque de Holanda e sua vinculação às letras modernistas –, até porque “parece certo que a clara visualização do subdesenvolvimento e das suas articulações tem alcance histórico–mundial, capaz de sustentar, suponhamos, algo como as *Minima Moralia* referentes ao que é sem dúvida uma das feições-chave do destino contemporâneo.” (SCHWARZ, 2014, p. 127)

Em resumo, ao ficarem presos à estreiteza da problemática nacional, desejando a superação de nosso atraso relativo, bem como à nossa brutal inorganicidade social e engajando-se sistematicamente em achar uma saída positiva e programática para o Brasil, acabavam por deixar de lado o enfrentamento crítico das indecorosas e nada provincianas imbricações entre atraso, progresso e a lógica de produção mercantil. Ou, em outras palavras, a *crítica dialética negativa* era deixada de lado em prol de um compromisso progressista e positivo, para todos os efeitos, cujo alvo era um Brasil coeso e participando dos

progressos do capitalismo em meio ao concerto das nações (ARANTES, 1998). Uma postura bastante distinta da encontrada em Marx, cuja produção madura não se voltava para a salvação alemã, postura também encontrada, guardada as devidas proporções e sem forçar a nota, no próprio Roberto Schwarz e em seus escritos.

Com esta aproximação não se pretende uma postura bovarista, baseada no enaltecimento provinciano de uma figura crítica nacional e sim, esquadrinhar e deslindar os pontos daquilo que o nosso crítico austro-brasileiro entendia como a crítica negativa, procurando, ao mesmo tempo, identificar no autor e em sua obra as grandes linhas de um programa crítico com esse sentido. Para tal, lançaremos mão tanto de algumas digressões teóricas e formativas sobre a tradição contraditória³ - ou, ao menos parte dela -, quanto o comentário de alguns textos nos quais seria possível explicitar as linhas acima pretendidas.

II Pequena digressão frankfurtiana, ou *intemezzo* teórico e formativo

Antes de dar início a esta seção, é forçoso ter em mente o fato de o nosso crítico de modo algum pretender aplicar as teses e escritos dos dialéticos adiante citados, até porque, metodologicamente falando, o “reconhecimento do primado do objeto impõe a diferença específica da obra de Schwarz(...)”, obrigado a reconhecer “aquilo que nos objetos contradiz e nega, de modo produtivo, as categorias dispostas previamente para a análise.” (ALMEIDA, 2007, p. 49) Obrigando, desta feita, a uma aproximação criativa, diferencial e desconfiada quanto aos mestres europeus, como tentaremos expor posteriormente.

3 Schwarz chama assim a tradição dialética composta por Lukács, Brecht, Benjamin e Adorno, com o fito de marcar a diferença existência entre eles – mesmo que enfatize certa complementariedade - e a centralidade da contradição no método dialético. (SCHWARZ, 2012, p. 13, d).

De todo modo, entroncando no assunto proposto, é preciso notar uma influência, mesmo que diferencial, do filósofo marxista húngaro Georg Lukács no crítico austro-brasileiro, a qual dá notícias nos estudos do *Capital*, principalmente a sua influência quanto a necessidade de se manter uma ortodoxia quanto ao *método* e não quanto as *teses* ou *resultados* anteriormente elaborados⁴. Todavia, há uma especificidade da apropriação feita por Schwarz em relação ao húngaro, aproveitando-se também de obras como: *A alma e as formas*, *A teoria do romance* e *O romance histórico*⁵. Segundo Arantes (1992), a primeira coletânea de ensaios de nosso crítico, intitulada *A Sereia e o Desconfiado* (SCHWARZ, 1965), teria como linha geral a seguinte: “os problemas do Realismo e suas alternativas contemporâneas, examinados em função da coerência construtiva das obras, e o conjunto, à luz das grandes categorias explicativas da alienação moderna e seus antídotos.” (ARANTES, 1992, p. 53). Não à toa Leandro Konder escreve na ‘orelha’ do livro, ser um dos méritos de Schwarz ter dado um passo decisivo em direção uma crítica humanista e lukácsiana (KONDER, orelha de livro). Colocação que levanta alguns problemas, já que como Arantes mesmo aponta, para um programa de crítica literária o qual tem em vista um sistema de mediações historicamente específicas, era um primeiro passo de suma importância, mas “uma coisa é pô-la em prática no estudo de autores europeus, outros quinhentos quando os autores são brasileiros.” (ARANTES, 1992, p. 53) Ficando perceptível na leitura do livro de

4 De acordo com o próprio filósofo húngaro: “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores(…).” (LUKÁCS, 2012, p. 64)

5 Um trabalho mais sistemático e completo que elabora de modo mais substantivo a relação de Lukács e Schwarz quanto a crítica literária pode ser encontrado, principalmente, em: (WAIZBORT, 2007, p. 37 – 87).

estreia, que os autores europeus tinham maior relevo e destaque que os nacionais, mas por que isso ocorreria? Arantes responde:

no que respeitava à grande literatura europeia ali estudada, pode-se dizer que a vida do crítico se encontrava em boa parte facilitada pela sólida tradição social e intelectual de conhecimentos acumulados que balizavam o terreno histórico sobre o qual se erguia a experiência literária a ser decifrada. Um romance de Balzac, embora integralmente construído e carecendo de um esforço analítico equivalente, já se apresentava por assim dizer com a matéria social que lhe estrutura os conflitos previamente ordenada. Não era este o caso dos escritores brasileiros, onde quase tudo estava por fazer, a começar pelo básico: *o reconhecimento do ritmo histórico singular de uma formação social em função da qual se organizava o sistema das obras*. (Ibid., p. 54, grifos meus)

De posse deste argumento é sugestivo pensar que o comentário de Konder passa a ter em si uma tensão essencial, a qual, sob a batuta do próprio Schwarz, pode ser assim apresentada: “Lukács construiu um modelo para a história europeia das ideias e do romance que depende da evolução histórica geral do feudalismo para o capitalismo e para o socialismo(…)” (SCHWARZ, 2001 – 2002, p. 21), mostrando como essa construção é poderosa e funciona ativamente na obra de romancistas e filósofos. Contudo, quando se olha para a América Latina, em geral, e para o Brasil, em particular, percebe-se que essa sequência gira em falso, porque, aqui, a sequência vai do colonialismo para a tentativa de construção de um Estado Nacional, ou seja, não é uma sequência universal. Consequentemente, haveria pela frente o desafio de apreender a dinâmica de uma formação específica diversa, mas não alheia ao capitalismo mundial, apreensão que teria o seu momento principal nos estudos de *O capital* e suas consequências, anteriormente apresentado

e posteriormente melhor burilado de acordo com a necessidade dos argumentos aqui expostos.

Porém, voltando à influência do crítico húngaro, é notável que apesar da especificidade das obras citadas anteriormente, o que salta aos olhos é a apropriação feita pelo crítico da relação propriamente dialética entre *forma literária* e *processo social*, mais especificamente, as relações entre luta de classes e composição literária, ao menos em sua formulação europeia:

devo muito a Lukács: devo a ele meu esquema do romance europeu. Como ficou dito, sua construção não corresponde às realidades brasileiras. Porém, como é uma notável formulação das grandes linhas da história social e literatura europeia, ela faz ver os pontos em que a sociedade e a cultura brasileira se *desvia* de seus muitos estimados modelos europeus. Esses desvios eram dolorosamente percebidos pelos contemporâneos, que os viam como falhas nacionais e, nos melhores casos, as transformavam em elementos de crítica social e produção artística. Como meu interesse era examinar essas questões, os estudos de Lukács sobre o romance entraram de modo substancial, ainda que negativo, em meu trabalho. (SCHWARZ, 2001 – 2002, p. 34)

Tal apropriação é detalhadamente explorada por Waizbort em seu livro *A passagem do três ao um*, da qual ressaltaremos algumas colocações. De saída, em seu livro sobre o romance histórico, Lukács deixa a relação entre literatura e sociedade às claras: o “ponto metodológico decisivo é a investigação da interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desses desenvolvimentos.” (LUKÁCS, 2011, p.29)⁶

6 Não que antes, em sua fase mais jovem e ‘hegeliana’ a forma não fosse objeto de seus ensaios, pelo contrário, como pode ser visto aqui: “O destino do crítico é traçado no momento crucial em que as coisas se tornam forma, em que todo sentimento e toda

Um aspecto metodológico, o qual coloca uma diferenciação de extrema importância: a) uma situação histórica de ex-colônia “engendra uma forma, a partir da qual o romancista trabalha, isto é, cria sua forma literária (...)” (WAIZBORT, 2007, p. 42), de modo algum igual à europeia; b) o desenvolvimento histórico na Europa engendra uma forma peculiar para o romance realista. Em outras palavras, se a compreensão da forma exige a compreensão do processo social e este é o próprio desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, é necessário que compreendamos a especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil – diverso, mas não alheio ao resto do mundo – para compreender a forma romance nestas.

Adiantando o passo, o qual daremos definitivamente na próxima seção, em Machado de Assis, pelas mãos de Schwarz, enxergaríamos um *certo realismo específico*, assim sendo, o crítico austro-brasileiro, quer argumentar que, à maneira de Balzac, Machado de Assis, conseguiu tornar a fantasia romanesca exata (SCHWARZ, 2012a, p.190), de forma que o escritor mesmo que figurando com liberdade a chamada vida popular, consegue “expressar um nexo histórico decisivo e, assim, retratar um movimento fundamental da sociedade.” (WAIZBORT, 2007, p. 61) Se no francês o nexo seria o dinheiro, já no brasileiro seria o paternalismo, ou, mais especificamente, o favor – algo melhor tratado posteriormente.

Também a relação de Schwarz com Benjamin será diferencial. Pois, por exemplo, se para o alemão, em seu ensaio “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (BENJAMIN, 2011, p. 197 – 222), a construção do contraste entre narrativa pré-capitalista e romance se deu sob o fundo de transição do artesanato para a produção industrial, no Brasil o mesmo seria impossível (SCHWARZ,

vivência até então aquém e além das formas recebem uma forma, fundem-se e condensam-se em forma.” (LUKÁCS, 2015, p. 40)

2012a, p. 59, rodapé nº 20). Nesse bojo, o Causo seria uma forma de contribuir para a casuística das situações humanas e das tradições regionais, servindo para divertir e fortificar, já o Romance serviria para desvelar, tendo “compromisso com a verdade sobre a vida numa formação social determinada (...)”, fazendo parte de um movimento de crítica, mesmo que não o queira. Romance, como uma forma histórica dentre outras, o qual pode mesmo barrar, até certo limite, a figuração literária nacional; o mesmo não ocorre com o Causo, pois juntando os enleios da vida – concepção a-histórica –, e “o apreço desimpedido pela reprodução da circunstância, que lhe permite um realismo que entre nós o Realismo de tradição literária não só não alcançava, como dificultava.” (Ibid., p. 60) Um paradoxo que Schwarz sugere ser melhor ajustado em Alencar.

A exposição acima serve para indicar a importância de Benjamin no pensamento do crítico⁷. No entanto, sua influência não se limita aí, aparecendo também no ensaio: “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.” (BEJAMIN, 2011, p. 165 – 197) Cujo intuito, grosso modo, é mostrar como o valor-de-culto fora sendo substituído pelo valor-de-exposição e a aura da produção artística foi esvaindo, e os fatores sociais de seu declínio derivam de duas circunstâncias ligadas à crescente difusão e intensidade dos movimentos de massa: 1) uma preocupação apaixonada em fazer as coisas ‘ficarem mais próximas’ e 2) a superação o caráter único de todos os fatos via reprodutibilidade técnica. Um processo que teria sua melhor ‘prova’ no contraste entre a fotografia e o filme, com as artes ‘tradicionais’, à maneira das artes plásticas. Argumentação que perpassa grande parte da obra de Schwarz, mas que pode ser encontrada de modo mais contundente

7 Para um estudo pormenorizado e sugestivo sobre a recepção do pensamento de Walter Benjamin na *Intelligentsia* brasileira, em geral, e Roberto Schwarz, em particular, ver: (PRESSLER, 2006).

em ensaios como: “Notas sobre vanguarda e conformismo”⁸, “*A Santa Joana dos Matadouros*”, “O progresso antigamente” e seus textos sobre cinema (“8 ½ de Fellini”, “O cinema e *Os fuzis*” e “O fio da meada”)⁹. (SCHWARZ, 2008c, p. 47 – 55; 2012, p. 87 - 107; p. 107 – 115)

Antes de entrar no próximo tópico, é preciso passar mesmo que sumariamente pela influência de Adorno¹⁰ sobre o pensamento do crítico literário – além da semelhança quanto a “atitude geral de crítico, inteiramente aberto, atentíssimo, e sobretudo movido pela ambição mais alta possível(...)” (SCHWARZ, 2012b, p. 45) –, podendo ser destacada em 3 pontos: i) tradição e forma; ii) forma ensaio; iii) o avanço do fetichismo. Começo do primeiro, abaixo.

Seguindo o argumento do próprio crítico, os ensaios sobre literatura e nova música do autor alemão foram os que mais o marcaram, pois “neles a discussão sobre o funcionamento da forma, de sua substância sócio histórica, de sua revolução moderna, de seu caráter construído e exploratório, e sobretudo de sua lógica objetiva, está mais abstrata e clara.” (Ibid., p. 48) Para ambos, a forma não seria algo por assim dizer a-histórico, mas sim, nas palavras do crítico austro-brasileiro, aquilo através do qual haveria a junção de arte e sociedade, agindo como

um princípio mediador que organiza em profundidade os dados da ficção e do real, sendo parte dos dois planos. Sem descartar o aspecto inventivo, que existe, há aqui uma presença da realidade em sentido forte, muito mais estrita do que as teorias literárias costumam sugerir. Noutras palavras, antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma

8 SCHWARZ, 2008, p. 47 – 55.

9 Para um comentário detalhado sobre eles ver: (XAVIER, 2007, p. 212 – 226).

10 Para além do já citado e sugestivo ensaio de Jorge de Almeida (2007, p. 44 – 54), há também um interessante artigo de Silvio Camargo no qual estuda a influência da Escola de Frankfurt no Brasil, no qual trata da relação entre Adorno e Schwarz: (CAMARGO, 2014, p. 105 – 133).

que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela. Trata-se de uma teoria enfática do realismo literário e da realidade social *enquanto formada*. Nesta concepção, a forma dominante do romance comporta, entre outros elementos, a *incorporação* de uma forma da vida real, que será adicionada no campo da imaginação. Por outro lado, não se trata de um realismo espelhista, pois uma forma não é toda a realidade, além do que ela pode se combinar com elementos historicamente incaracterísticos (...). (SCHWARZ, 2012c, p. 141)

Formulação que em muito se aproxima daquela do filósofo alemão, encontrada em sua *Teoria Estética*, na qual o frankfurtiano argumenta que a arte, ao mesmo tempo em que não apreende o que há de mais imediato no real, encerra nela mesma um ente empírico. Até porque mesmo que aquela se oponha ao imediato empírico por meio do momento da forma – lembrando que a mediação entre conteúdo e forma não deve ser pensada sem a sua devida distinção –, é importante ter-se em vista o fato de a forma estética ser conteúdo sócio-histórico sedimentado. Como exemplo, poder-se-ia lembrar que as formas aparentemente mais puras, à maneira das formas musicais, remontam em seus pormenores a algo ligado ao conteúdo, como a dança para o domínio artístico citado. (ADORNO, 1970, p.15)

Para ambos, também, uma inovação artística e, conseqüentemente, formal só valeria a pena enquanto ‘conteúdo de verdade’, caso estivesse assentado em um tradicionalismo severo¹¹, pois as mudanças radicais só poderiam ocorrer caso aquele estivesse presente, ao modo, por exemplo, da relação crítica de Schönberg e seu dodecafonismo,

11 “Vocês que leram Adorno lembram a descrição exata que ele faz, no caso da música de Schönberg, da complementariedade entre o tradicionalismo severo e a capacidade de revolucionar uma forma. É como se na ausência de tradição rigorosa as mudanças radicais se tornassem impensáveis (...).” (SCHWARZ, 2014, p. 21).

com o expressivismo de Richard Wagner e a tradição romântica na música alemã e austríaca (ADORNO, 2011, p. 39) Passemos agora para a importância da forma nos escritos de Adorno e sua relação com a escrita do crítico austro-brasileiro.

No crítico alemão, o predomínio da “forma ensaio em seus textos e em seu estilo deriva tanto de sua afinidade e militância na vanguarda modernista, como da premissa de que a exposição não é indiferente à teoria.” (MUSSE, 2015) Identificada com uma concepção de verdade, com acentuado núcleo temporal e histórico, em que “o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral dessa verdade (...)” (ADORNO, 2012, p. 26); marcada por uma relação *sui generis* com a experiência, tornando-se uma relação com a história mesma, pois a experiência ‘imediatamente’¹² individual, a partir da qual a consciência como porto de partida, “é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica (...)” (Idem). Uma forma estilística que faz sistema nos ensaios de Schwarz, visto que, como bem nota Cevasco, o estilo de nosso autor vai, a cada parágrafo, dando corpo e enchendo de novas determinações a questão a ser tratada; começando, muitas vezes, com a inadequação entre a nossa realidade e às categorias importadas - calcadas, via de regra, em pressupostos materiais e históricos outros -, um dos motores da dualidade essencial dos países na periferia do capitalismo. Posteriormente, apreende o que determina a dualidade, ao mesmo tempo que a transforma em uma unidade, caracterizada pela fórmula ‘diverso mas não alheio’, lembrando que, se o primeiro termo aponta para as especificidades sócio-históricas das diversas realidades, já o segundo aponta para o elemento determinante desta disparidade, a saber: a dinâmica e a

12 Entre aspas, pois como já dizia Hegel: “(...) não existe nada, nem no céu, nem na natureza ou no espírito ou seja lá onde for, que não contenha imediatamente a imediatez bem como a mediação, de modo que essas duas determinações se mostram como *inseparadas e inseparáveis* e aquela oposição como algo nulo.” (HEGEL, 2011, p. 50) .

lógica do capital. Por último, nosso crítico daria mais um passo: “essa dualidade, instituída e desmanchada em unidade pelo sistema que a rege, acaba permitindo que a experiência intelectual e artística do Brasil possa ser reveladora dos mecanismos reais do funcionamento do processo.” (CEVASCO, 2007, p. 19)¹³

Em suma, é na própria forma ensaio que a experiência intelectual e artística da periferia do capitalismo é formalizada e sedimentada, um ganho estilístico, portanto, crítico de grande força. Esse esforço intelectual, nada provinciano, do crítico austro-brasileiro, liga-se ao terceiro termo de sua relação com Adorno: o avanço do fetichismo.

Lukács entenderá a reificação como um componente estrutural de toda a vida social, como se a história da expansão do capitalismo fosse a histórica da expansão do fenômeno da reificação para todas as esferas da vida, que tem sua base material na forma mercadoria. Forma esta que no capitalismo passa a ser universal, conformando a sociedade em todos os níveis, podendo-se “descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa.” (LUKÁCS, 2012, p. 194) Um fenômeno que pode ser entendido, de maneira sumária, como um “processo através do qual os produtos da atividade, do trabalho humano (e o próprio trabalho humano) se tornam um universo de coisas e relações entre coisas, um sistema ‘coisificado’, independente e estranho aos homens, que os domina por suas próprias leis.” (LÖWY, 2008, p. 72) E que produz reflexos na própria *consciência dos homens*.

13 Ponto que se liga àquilo que Candido falava sobre o intelectual latino – americano, que precisa ser ao mesmo tempo “ele e mais um outro.” Outro que “era a cota de cultura europeia da qual necessitava para se formar”. Experiência muito diferente da do intelectual europeu, que poderia ser apenas ele e sua circunstância. (CANDIDO, 2007, p. 15).

Em *O Capital*, quando Marx descreve a forma mercadoria, também descreve, historicamente, a gênese do pensamento conceitual abstrato e a divisão entre os trabalhos intelectuais e manuais, mostrando que a troca de mercadorias envolve uma abstração dupla: i) abstração do caráter mutável da mercadoria durante o ato de troca; ii) abstração do caráter empírico, concreto e particularizado da mercadoria. Para trocar uma mercadoria X por uma mercadoria Y, qualitativamente diferentes, necessariamente preciso fazer uma abstração, que é *eminente social* e não, apenas, *intelectual*. Já que para trocar mercadorias é preciso compará-las, a partir do tempo de trabalho necessário à sua produção¹⁴, logo independente do seu caráter qualitativo, passando a ser “essencialmente dispêndio de cérebro, nervos e músculos, sentidos” (MARX, 1983, p. 70) num determinado espaço de tempo. Até por isso Marx fala em uma *forma mercadoria*¹⁵, que Lukács irá tomar como um o protótipo de todas as formas de objetividade e subjetividade na sociedade burguesa, em que a forma mercantil, historicamente, passa a ser dominante, em um processo que pretendo explicar a seguir.

Nesse bojo, a consequência objetiva da coisificação é o aparecimento de um mundo de coisas acabadas e de relações entre coisas, com leis que enxergamos como inexoráveis e inelutáveis, as famigeradas *Leis do Mercado*. Já a consequência subjetiva é a transformação do trabalho em mercadoria, portanto, o operário mesmo é coisificado, já que se depara com o seu trabalho alienado de si, passando a ser uma mercadoria. Nesse sentido podemos afirmar que no proletário a reificação atinge a sua face mais radical – algo que se constitui como um

14 “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau médio de habilidade e de intensidade do trabalho.” (MARX, 1983, p. 48).

15 Schwarz bem lembra a importância da discussão sobre a forma em Lukács: “Suas análises de conteúdo sempre levam a consequências composicionais. Nesse sentido, ele procura as energias formais do conteúdo, verificando a consistência de sua realização literária.” (SCHWARZ, 2001 – 2002, p. 35). Para mais ver: (MACEDO, 2009, p. 165 – 231).

passo fundamental em Lukács, para quem essa mecanização racionalizada passa a penetrar até a alma do trabalhador, de sorte que até suas qualidades psicológicas são separadas da totalidade da personalidade deste e passam a ser “objetivadas em relação a esta última, para poderem ser integradas em sistemas especiais e racionais e reconduzidas ao conceito calculador.” (LUKÁCS, 2012, p. 202)

Adorno, juntamente com Horkheimer, por sua vez, irá aceitar em parte o diagnóstico lukácsiano, até porque, grosso modo, indicará a reificação em relação aos indivíduos e não mais em relação às classes sociais, ligando-se, assim, à consciência e a inconsciência dos sujeitos. Além disso, em seu famoso livro *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, a reificação é entendida como um fenômeno que se dá para além do capitalismo, ou seja, as raízes de racionalidade instrumental são muito mais antigas do que o início do capitalismo. A tese é provocante e tem sua materialização com a exposição da astúcia de Ulisses na epopeia de Homero, em que este utiliza todos os meios possíveis para atingir o fim de regressar à ilha de Ítaca, onde era rei, senhor de terras e rebanhos. Com isso, os autores têm a intenção de explicar que junto a todo modelo de racionalidade o qual elege como “fim último não a felicidade, mas objetos que, na verdade, seriam apenas meios de autopreservação da vida humana, reside uma indelével sombra da mais crassa irracionalidade.” (DUARTE, 2008, p. 13)

Dessa feita, pode-se entender o porquê de Adorno e Horkheimer rejeitarem a visão, de que a racionalidade seria o contrário da mitologia e mais: propõe que os mitos nada mais seriam do que uma antecipação “da racionalidade que faz dos meios os fins últimos da existência humana, em suma, da racionalidade instrumental.” (Idem). Esclarecedora, nesse sentido, é a cena XII da *Odisseia* (HOMERO, 2013, p. 205 – 220), na qual Ulisses ordena aos marujos para que tapem os ouvidos com cera e que atassem ele próprio ao mastro do navio, de modo que aqueles não ouvissem os cantos das sereias e este conseguisse

escutar, mas sem ter o perigo de se atirar ao oceano. Uma cena que ilumina e muito a própria reificação, pois, ainda vivos, padeceriam de duas manifestações desta: “aos remadores coube a alienação direta, física, dos produtos da alta cultura; ao seu senhor estava reservada a mera contemplação da beleza, sem qualquer possibilidade de sua experiência plena.” (Ibid., p. 14) Uma reificação, para ir direito ao ponto, que deitava as raízes antes do capitalismo, mas que encontrou nesse período histórico o seu ‘apogeu’, dado que todas as promessas emancipatórias encerradas no Esclarecimento e, de certa forma, na dominação da natureza, tornaram-se o seu contrário: mitologia e barbárie¹⁶. De mãos dadas com essa crítica, há uma crítica imanente do progresso, o qual, diferentemente do que antes se pensava, carrega elementos destrutivos e não a redenção pura e simples. Nas palavras dos autores, a questão seria: “nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie.” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, 11)

De posse disso, siga de perto a argumentação de Arantes quanto a relação dessa *Dialética do Esclarecimento*, com a dialética regresso-progresso de um capitalismo que comportava tanto a civilidade francesa, quanto a barbárie colonial, ambas conectadas pelas reviravoltas do capital. Segundo Arantes, pode-se dizer o seguinte quanto a *Dialética do esclarecimento* e sua figuração periférica:

Dialética naquela fórmula quer dizer então, além de reviravolta e desengano prático, igualmente crítica imanente, pois o limite do Iluminismo é fixado por ele mesmo – não há outra norma além da própria emancipação. Ora, objetivamente, nossa dualidade colonial – burguesa sendo ela mesma

16 Para ficar com a famosa expressão: “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia.” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 15).

um desenvolvimento moderno do atraso – como lembra Roberto, passando a limpo mais uma vez o momento menos vulnerável do antigo raciocínio dualista –, não estávamos para o progresso como a aberração para a norma, o desvio para o avanço uniforme, pelo contrário, como a atualidade mundial expunha seus segredos na periferia do capital, que não era resíduo mas parte integrante de uma evolução de conjunto, por assim dizer constituíamos uma figura viva daquela mesma Dialética da Ilustração. Noutros termos, este um dos aspectos do passo globalizante inerente ao esquema crítico de Roberto Schwarz. A seguir o autor mostrará de mil maneiras como a prosa machadiana, ao desmanchar a estampa moderna de nossos figurões, sem elogiar o atraso ia desqualificando o progresso, do qual aquele fazia parte. No mundo das *Memórias Póstumas* a totalidade das luzes contemporâneas se apresentam subordinadas a um princípio contrário ao delas, o capricho de um narrador inconstante que vai rifando uma a uma as aparências ilustradas que compõe a imagem da civilização. (ARANTES, 1992, p. 97)

Toda aquela volubilidade narrativa – algo que será melhor enfrentado posteriormente – exige uma série de recursos intelectuais das Luzes, uma posição totalmente esclarecida que era sistematicamente passada para trás em prol das transgressões de um Brás Cubas. Nesse sentido, existem momentos em que o iluminismo do narrador era destacado, contudo a sua conduta volúvel sempre, de uma forma ou de outra, lembra ao leitor uma conduta sempre aquém da ilustração e que destoava de uma postura esclarecida. Em suma, é como se em terras brasileiras, a Ilustração, divorciada de seu ímpeto reformador, torna-se exatamente o seu contrário, resultando em um “estoque de aparências modernas oferecidas à dissipação de um homem culto”. (Ibid., p. 98) E aí está a chave comprometedora, visto que “a lepidéz

ideológica deste mesmo homem culto é um resultado da Ilustração: sem o processo do qual ela é o resultado a *Aufklärung* suspenso no ar transforma-se no seu contrário e passa a funcionar como peça chave da apologética oligárquica.” (Idem) Ponto que pretendemos melhor explorar nos parágrafos que seguem.

III Figuras periféricas da Dialética da Ilustração, ou a dialética negativa à brasileira

Antes de adentrarmos no cerne dos argumentos de nosso crítico sobre Machado de Assis, é preciso ter em vista alguns elementos os quais foram fundamentais para que atinasse com a volubilidade do narrador machadiano e com a atualidade crítica deste. Além da nova intuição sobre o Brasil advinda do Grupo de estudos sobre *O capital*, em que as peculiaridades sociais, políticas e econômicas do Brasil, principalmente as formas de exploração e dominação, deveriam ser colocadas como “mediadoras, no contexto do capitalismo mundial (SCHWARZ, 2009b, p. 232), é preciso ter em vista os pontos a seguir elencados: i) o golpe de 1964 e o progresso perverso à brasileira; ii) a publicação de “Dialética da Malandragem” de Antonio Candido e iii) a leitura de Adorno e as ideias, tanto de uma dialética negativa, quanto de que processos históricos podem não levar a uma síntese positiva ou emancipadora (SCHWARZ, 2016, informação verbal¹⁷). Com o intuito de aquilatar os elementos acima expostos, passaremos em revisão alguns argumentos lançados pelo próprio Schwarz e pelo filósofo Paulo Arantes, e, posteriormente, entraremos mais detidamente na parte da exposição de nosso crítico sobre a forma narrativa machadiana, bem como suas consequências críticas nada provincianas. Antes, porém,

17 Comunicação pessoal dada por SCHWARZ, Roberto aos alunos da disciplina Pensamento e política no Brasil: o Seminário Marx (1958-1964), ministrada pelos professores André Singer e Bernardo Ricupero. [11.outubro.2016]. São Paulo. 1 arquivo .mp3 (120 min.).

de aprofundarmos a argumentação é preciso deixar claro que as partes mais aparentemente ‘autobiográficas’ de Schwarz não importam como notas de uma espécie de sociologia dos intelectuais ou algo do gênero, mas, tão-somente, como determinações materiais e históricas – mais imediatas –, as quais, apreendidas como um concreto pensado, passam a informar a crítica e os textos do pensamento do intelectual aqui estudado.

Segundo o nosso crítico, com a promulgação do Ato Institucional nº5 em 1968 a repressão tornou-se insuportável, inclusive para ele que havia se envolvido na resistência, mesmo que modestamente, contra o regime ditatorial instaurado no Brasil, levando-o a ir para a França em 1969. Já instalado, conheceu Violeta Arraes Gervaiseau, a qual recomendou-o aos responsáveis pelos assuntos brasileiros do jornal *Le Monde Diplomatique*, que, por sua vez, pediu um artigo sobre a situação cultural brasileira a Schwarz. O texto deveria ter quatro páginas e ter sido entregue rapidamente, porém o dito cujo nasceu apenas seis meses depois e contava com quarenta folhas, intitulado: “Cultura e política: 1964-1968” (SCHWARZ, 2008, p. 70 – 112). Neste ensaio, o crítico literário teve a oportunidade de passar a limpo, refletir e escrever o que havia visto nos anos anteriores em seu país de origem, estando com o país na cabeça e atualizado pode então utilizar da liberdade literária tragicamente propiciada por sua situação de exilado. (SCHWARZ, 2009b, p. 238)

Seguindo as lições de Arantes, é possível vislumbrar neste profícuo período da década de 1960, o registro e entendimento do fato de que em 1964 e suas marchas da Família com Deus pela Liberdade levou às ruas uma mistura propriamente belmiriana de incompatíveis, até porque a “acomodação desconforme de antigo e moderno que a crise precipitara e monumentalizava era de fato uma constante de nossa formação, como atestava, revista num relance decisivo, o conjunto de nossa história literária.” (ARANTES, 1992, p. 59) De outro lado,

a modernização conservadora levada a cabo no período ditatorial, ao mesmo tempo em que colocava o atraso brasileiro na atualidade internacional, também conseguia mostrar a ligação extremamente importante entre a dualidade nacional e dependência, sendo esta vista como desdobramento do descompasso estrutural expresso pela primeira. Mas do que se trata essa mistura formalizada por Schwarz e assinalada por Arantes?

Retomando o fio da meada, é no ensaio sobre o livro de Ciro dos Anjos, *O amanuense Belmiro*, publicado nos primeiros anos de 1960, que pela primeira vez nosso autor irá atinar com aquilo que será seu raciocínio crítico brasileiro posterior. Cujas melhor constituição e acabamento darão notícias tanto no artigo crítico ao raciocínio político de Oliveiros Ferreira, passando pelo ensaio citado acima sobre a situação cultural brasileira e até seus livros sobre Machado de Assis. De acordo com Arantes, é de se notar que o contraponto entre cidade e campo tem uma resolução um tanto quanto incomum, pois como não houve nenhum tipo de transformação radical entre o presente urbano e o passado rural, constitui-se uma verdadeira promiscuidade entre o 'moderno' e o 'tradicional', mas não o conflito e desintegração esperado de ambos. Uma verdadeira duplicidade, a qual é preciso reter, visto que o narrador belmiriano realça-a por meio de uma ironia de segundo grau, a qual fixa bem seu perfil e o movimento dos personagens do romance, com um inventário de incongruências, das quais citamos as seguintes: "literato democrata e racionalista, Belmiro ri do vô patriarca, cujo extinto brilho rural no entanto o esmaga; (...) já o pai de família é antes de tudo um filósofo, mas filósofo cujo élan especulativo é ameno (ou descabelado) o bastante para recomendá-lo a quem de direito e adiantar-lhe a carreira." (ARANTES, 1992, p. 57) Desta feita, *a mistura belmiriana é um retrato do Brasil, no qual desponta uma constelação dual cujos componentes se desvalorizam reciprocamente*. Mesmo central e destinada a um grande futuro explicativo,

esta visão ainda não constitui o nervo da demonstração (Ibid.) Assim, o que em Machado era fundamental para a sondagem desabusada da experiência brasileira, veio a ser com o tempo instrumento de uma estética acomodatória, a partir da qual Schwarz dava pela primeira vez com seu esquema posterior.

Nas palavras do próprio crítico literário:

Mas a ideia básica de meu trabalho eu tive cedo. Foi mais ou menos o seguinte: eu lia Machado e achava a ironia dele especial. Tinha a impressão de que havia naquele tipo de humorismo, de gracinha metódica, alguma coisa brasileira. Então saí atrás disso. Combinei a tentativa de descrever a ironia de Machado com a intuição de que ela seria nacional – o que restava explicar. Combinei um *close reading* dessa ironia com a teoria do Brasil do seminário do *Capital*. A ideia de que a substância da ironia machadiana tinha a ver com a mistura de liberalismo e escravismo no Brasil me veio cedo, antes de 1964. Agora, daí a escrever sobre isso vai um pedaço. (SCHWARZ, 2012b, p. 286)

Voltado aos disparates dos incompatíveis, o golpe de vista o qual revelaria a força crítica de Schwarz está em redescobrir como um dos primórdios dessa constelação iníqua, literária e social, a armação narrativa de Machado de Assis, “deixando – se levar pelo fio condutor da sintaxe binária do sistema cultural brasileiro, sobre cuja gênese o desfecho de 1964 lançara nova luz.” (p. Ibid., p. 59 – 60). Contudo, o lugar da forma quando da fixação literária não seria possível sem o ensaio de Candido (2010, p. 17 – 49) sobre o romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antônio de Almeida, pois que algo do movimento caprichoso entre os dois polos antitéticos da ordem e da desordem, está fortemente presente nos romances maduros de Machado de Assis e na volubilidade de seu narrador. Desta feita, é

possível vislumbrar que os elementos anteriormente expostos foram essenciais ao nosso crítico, o qual quando perguntado se havia começado o projeto sobre Machado na França, responde:

Não, levei daqui o assunto e algumas ideias, sobretudo a convicção de que o humorismo tão cosmopolita de Machado tinha a ver com as particularidades nada cosmopolitas do escravismo brasileiro. A caracterização do humorismo já estava na minha cabeça, faltava a conexão com o Brasil. Eu ruminava a tese do Fernando Henrique sobre *Capitalismo e escravidão*, e não achava a ponte. Aí reli o livro de Maria Sylvania sobre os homens pobres na sociedade escravocrata e tive um estalo: os dois trabalhos fixavam faces complementares de um mesmo processo, descreviam dois aspectos da liberdade incivil que têm as nossas classes dominantes em relação a seus dependentes. Em versão analítica, tratava-se das ambiguidades que o humorismo machadiano explora e dramatiza do ângulo social dos de cima. O esquema das 'ideias fora do lugar' e de todo o meu trabalho machadiano estava pronto(...). (SCHWARZ, 2009b, p. 238)

Diante desse quadro explicativo, é interessante salientar novamente, ainda, a presença de Adorno na formação de nosso crítico, visto que este, apesar de ter, seguindo depoimento de Schwarz, sido mais importante na construção e aprendizado de uma noção de forma dialética - em que esta constitui-se como conteúdo sócio-histórico sedimentado -, abriu ao nosso crítico a possibilidade de uma visão mais sóbria, aberta e até pessimista sobre a história e seus processos - principalmente se levarmos em conta as teses sobre a dialética da Ilustração e suas consequências expostas sumariamente na seção sobre sua formação. Ou, parafraseando o autor, Adorno havia ensinado que a dialética pode simplesmente não acabar bem e não resolver nada, algo

que, pós-64, passava a ser de grande interesse para qualquer intelectual marxista, pois armado deste posto de vista é possível vislumbrar que processos históricos podem acabar mal ou simplesmente darem em lugar algum (SCHWARZ, 2016, informação verbal¹⁸).

Dito isso, é possível entender melhor o encadeamento concreto das determinações anteriormente colocadas, tornando inteligível a abertura para a constituição de uma crítica negativa, faltante em outros participantes de grupo de estudos de *O Capital*. Crítica negativa a qual, em um só tempo, trazia à baila uma forma de pensar não preocupada em achar uma saída ou salvação nacional baseada, via de regra, em ideais desenvolvimentistas e voltada para o desenvolvimento das forças produtivas, algo que contribuía em direção a uma radicalização teórica com resultados fenomenais do ponto de vista da crítica da ordem mundial do capital e suas calamidades. Ponto o qual será melhor desenvolvido a seguir, visto nos debruçaremos mais detidamente em alguns escritos de Schwarz sobre Machado de Assis – principalmente o segundo livro sobre o escritor brasileira, intitulado *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*.

Sob a batuta de nosso crítico, poder-se-ia arguir, contrariando uma série de leituras feitas sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que o narrador o qual invade constantemente as cenas e conturba o andamento do romance, não teria a ver com um simples traço psicológico do escritor, com uma deficiência narrativa, ou algum tipo de metalinguagem, mas sim traria em si dois sentidos importantes: “a) como regra de composição narrativa e, b) como estilização de uma conduta própria da classe dominante brasileira.” (SCHWARZ, 2012d, p. 18) Nesse sentido, o crítico austro-brasileiro passa a enfatizar algo inédito dentro dos estudos machadianos, que ou era simplesmente

18 Comunicação pessoal dada por SCHWARZ, Roberto aos alunos da disciplina Pensamento e política no Brasil: o Seminário Marx (1958-1964), ministrada pelos professores André Singer e Bernardo Ricupero. [11.outubro.2016]. São Paulo. 1 arquivo .mp3 (120 min.).

deixado de lado, ou era tomado como fraco, a saber: a composição de sua obra.

Uma espécie de composição *sui generis*, a qual conta com um narrador voluntariamente inoportuno, sem credibilidade, possuidor de um humor, para não dizer aterrador, com uma grande disposição escarninha, praticante do abuso do abuso – dizendo algo, para desdizer logo depois, vestindo uma feição, para vestir outra em seguida – e essencialmente *volúvel*. Além da existência deste narrador volúvel, há uma postura de desrespeito contínuo em relação às normas, seja quais forem, acentuando os aspectos mais autoritários e perversos da volubilidade; movimento cujo desdobramento também se dá no plano da forma, com uma infinidade de modalidades literárias, já que a partir de um sentimento de superioridade trocam-se constantemente os mais diversos estilos, gêneros e escolas. Fazendo pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas *Memórias*, subordinando-os, de uma maneira que a *volubilidade passa a ser princípio formal do livro*.

É importante, ainda, salientar o papel do capricho, sistematicamente encontrado nas páginas de *Memórias* – como um princípio geral, vislumbrado linha a linha e que a tudo se sobrepõe –, o qual toma toda a experiência da humanidade e se absolutiza, contando com uma universalidade de pacotilha e uma cultura geral caricata. Um resultado à primeira vista sem muitas pretensões, mas que é um achado do escritor e do crítico, dado que essa universalização do capricho significa, segundo Schwarz, “a incorporação dos resultados da *Aufklärung*, mas sem o processo correspondente, e sob uma diretriz – que resta caracterizar – oposto à ela.” (SCHWARZ, 2012d, p. 33) Ponto já assinalado na seção anterior, via Paulo Arantes e que será melhor retomado posteriormente, justamente com algumas considerações a respeito da dialética negativa à brasileira feitas pelo filósofo uspiano.

Voltando a forma específica do romance machadiano, há um elemento essencial em sua explicação e que ainda não fora tocado: qual é o seu referente, mimetizado na forma de prosa? À primeira vista, remeter-se-ia a dita cuja às flutuações individuais do Autor, fazendo de seu capricho individual uma regra de composição, como queria Augusto Meyer (2015), o que seria possivelmente comprovado por uma miríade de borboleteios metafísicos do autor, essencialmente estranhos ao âmbito nacional, exatamente o contrário da tese de Schwarz:

Nossa tese, de cujo bem-fundado tentaremos convencer o leitor, vai na direção contrária: sem prejuízo do raio de ação ilimitado, e, neste sentido, universal, a volubilidade do narrador e a série dos abusos implicados retêm a feição específica, ou, para falar com Antonio Cândido, configuram a “redução estrutural” de um movimento que a circunstância histórica impunha — ou facultava, conforme o ponto de vista — à camada dominante brasileira. A explicação deste passo requer um momento de reflexão extraliterária, cuja pertinência, impossível de provar por $a + b$, se documenta na compreensão acrescida que acaso permita. (SCHWARZ, 2012d, p. 35)

Tal reflexão extraliterária e histórica será feita aqui rapidamente. De acordo com Caio Prado Jr. (2011), em quem Schwarz claramente fia-se a fim de construir esse quadro explicativo, mesmo com a emancipação política brasileira, que alçava o país na nova ordem do capital, houve a manutenção das mesmas relações econômicas coloniais, mantendo-se escravos, senhores, homens e mulheres livres e pobres – ou, como dizia o mesmo Prado Jr. (2011), setor inorgânico –, além da própria monocultura de exportação. Manutenção ocorrida em contexto local, mas que, porém, ainda nos inseria subalternamente no movimento do capitalismo internacional. Quanto às ideias, as justificações criadas pela colonização

e o absolutismo caíam em descrédito, entrando em cena as ideias liberais oitocentistas – ao modo do Estado Nacional, Trabalho Livre, etc. –, tendo a Inglaterra como vanguarda industrializada e desenvolvida. Mas o que a persistência desse sistema produtivo significava e acarretava? Schwarz responde que a ligação brasileira à ordem revolucionária do capital e das liberdades civis não mudava os modos *atrasados* de se produzir, “como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado.” (SCHWARZ, 2012d, p. 37)

Ou seja, esse mesmo trabalho colonial, sem direito algum, passava a ser aproveitado pela classe dominante recém – constituída, o que fazia com que essa mão de obra sem cidadania ou direitos alguns não fosse mais considerada uma sobrevivência passageira e sim “parte estrutural do país livre, a mesmo título que o parlamento, a constituição, o patriotismo revolucionário etc., igualmente indispensáveis.” (Ibid.) Do ângulo prático, uma necessidade contemporânea, do efetivo, uma presença tradicional e do ideológico, um arcaísmo – todos contraditórios, porém verdadeiros da perspectiva histórica dos de cima. A mesma variação de apreciações pode ser encontrada em relação ao ideário liberal, pois ao mesmo tempo que representa ao progresso, já que necessário a organização do Estado e das elites, não consegue expressar coisa alguma das “relações de trabalho efetivas, as quais recusa ou desconhece *por princípio*, sem prejuízo de conviver com elas.” (Ibid., p. 174) Tendo isso em vista é que se pode compreender seu funcionamento específico por aqui, “sem compromisso com as obrigações cognitiva e crítica do Liberalismo, o que abala a credibilidade deste último e lhe imprime, a par da feição esclarecida, um quê *gratuito, incongruente e iníquo*.” (Ibid.)

Tal relação complementar entre instituições burguesas e coloniais esteve na origem da nacionalidade e até hoje se faz presente no Brasil, um desvio e tanto do modelo anglo-francês e que muito servia

para a reflexão crítica e literária em relação ao país, mas não só. A conjunção serve para recordar o fato de que na Divisão Internacional do Trabalho, aquela miríade de ex-colônias assumiram o papel de exportadores de produtos tropicais e importadores de manufaturas e produtos com ‘alto valor agregado’, estendendo o desenvolvimento moderno do atraso ao mundo todo e não apenas ao Brasil. Reposição moderna do atraso que tem seu fundamento naquela bela formulação trotskiana, a qual identifica haver no capitalismo um desenvolvimento desigual e combinado, “expressão que designa a equanimidade sociológica particular a esse modo de produção, o qual realiza a sua finalidade econômica, o *lucro*, seja através da ruína de formas anteriores de opressão, seja através da reprodução e do agravamento delas.” (Ibid., p.39) Em resumo:

Contrariamente ao que as aparências de atraso fazem supor, a causa última da absurda formação social brasileira está nos avanços do capital e na ordem planetária criada por eles, de cuja *atualidade* as condutas disparatadas de nossa classe dominante são parte tão legítima e expressiva quanto o decoro vitoriano. Isso posto, digamos que o Brasil se abria ao comércio das nações e virtualmente à totalidade da cultura contemporânea mediante a expansão de modalidades sociais se estavam tornando a execração do mundo civilizado. (Ibid.)

Voltando à prosa machadiana madura, é importante notar que sua forma internaliza implicações estruturais do quadro histórico exposto acima e na seção anterior, pois é parte da volubilidade esse consumo breve de ideias, convicções, modos literários, posturas, logo desqualificadas e abandonas em prol de outras. Movimento que lança mão de toda sorte de soluções e aparências esclarecidas, destrutando, ao fim e ao cabo, posturas e anseios iluministas, subordinadas a um princípio alheio ao delas, tirando-lhes sua credibilidade. Não é outro

o movimento da classe dominante brasileira tomada em bloco, já que deveria absorver os aspectos culturais relevantes à época e as conquistas civilizacionais coetâneas, “para praticamente aclimatá-las no país, ou seja, associá-la ao instituto da escravidão, cujo núcleo de dominação pessoal discricionária contudo zombava da pretensão civilizada e já não era sustentável de público.” (Ibid., p. 41) Em suma, uma legitimação apoiada em razões de ser antagônicas, questão que traz um bom quilate de inquietação; de todo modo, são esses os elementos em comum entre a forma e malformação nacional, digamos.

Continuando o argumento, Schwarz identifica no movimento de volubilidade avaliações que se contradizem, diagramas sequenciais que se opõe, os quais tomam a Razão e sua posição histórica ou como ultrapassada ou como inalcançável. Ambivalência muito bem fundada nas elites brasileiras, que se queriam parte de um Ocidente já burguês, culto e progressista – correspondente a norma –, sem prejuízo de se beneficiarem de um dos últimos sistemas escravocratas do mundo, em outras palavras, da mais abjeta barbárie – correspondendo a infração. Ou seja, os setores da sociedade brasileira que se queriam europeus participavam da civilização burguesa, mas de modo peculiar, dado que a invocavam e descumpriam de modo indefinido e alternado. Situação que condicionava um comportamento o qual, ao mesmo tempo, valoriza e despreza a norma, difundindo uma oscilação de critério muito bem expressa por Machado e imputando a consciência burguesa uma série de acrobacias, as quais poderiam incomodar e muito a consciência crítica. Trocando em miúdos:

além da infração, a infração é norma, e a norma, além de norma, é infração, *exatamente como na prosa machadiana*. Em suma, a defesa progressista do tráfico negreiro suscitava problemas ideológicos difíceis de resolver, e encarnava a parte de afetação e afronta que acompanha a vida das ideias nas sociedades escravistas modernas. A ambivalência

tinha fundamento real, e Machado de Assis, conforme se verá, soube imaginar-lhes as virtualidades próximas e remotas. (Ibid., p. 43)

Em *Memórias póstumas* a expansão do capricho é completa, submetendo todos os assuntos possíveis e imagináveis, o que requer um grande grau de invenção literária. Mas há um ponto importante levantando pelo crítico austro-brasileiro: o narrador faz sempre figura inferior, pois algo em suas convicções não convence e configuram, em série, uma derrota completa. Mas como poderia se dar esse efeito de diminuição e superioridade simultâneos? Bem, a volubilidade precisa ser entendida como um dispositivo relacional, que se concebe tendo em vista o padrão burguês de constância e objetividade, reconhecendo-lhe certa primazia, ao mesmo tempo que afirma a sua primazia via desrespeito, forjando um movimento cuja lei é o constante reconhecimento e desconhecimento. Em resumo, apesar de estar em negativo o espírito burguês constitui a volubilidade do narrador machadiano, trazendo dentro de si o ponto de vista que o faz aparecer como deficiência, podendo ser registrada tanto em termos metafísicos – a precariedade da humanidade como um todo – e em registro histórico – sinal de atraso do Brasil, devendo ser compreendidos em sua coexistência, com o intuito de interpretá-la melhor.

Sendo assim, a volubilidade se constitui como “uma feição geral a que nada escapa, sem prejuízo de ser igualmente uma tolice bem marcada, de efeito pitoresco, localista e *atrasado*.” (Ibid., p. 45) Funcionando como base de verdade da conduta humana – até hoje, inclusive –, essa incerteza que baseia o romance de modo algum pode ser tomado como uma fraqueza e sim um “resultado artístico de primeira força, que dá a objetividade da forma a uma ambivalência ideológica inerente ao Brasil de seu tempo.” (Ibid., p. 46) O critério ilustrado, burguês e europeu, que vê o capricho como uma volubilidade, não é menos nosso ou real, do que “o critério emanado de nossas relações sócias não burguesas,

em que o elemento de arbítrio pessoal sobressai, ponto de vista que por sua vez detecta e assinala a presença do capricho em toda parte” (Ibid.), ainda mais em relação a pretendida objetividade do primeiro, que o condena. Mas qual partido tomar aí? As duas apreciações são reais, porque calcadas no interesse prático da mesma classe social, ligada tanto à regra burguesa, quanto aos aspectos mais abjetos do clientelismo e da escravidão, destarte, mais verdadeira que o antagonismo era sua acomodação, “incongruente e vantajosa, uma das marcas da inscrição ‘teratológica’ do país na cena contemporânea.” (Ibid.) Seguindo Schwarz:

A forma, acompanhando neste ponto o cotidiano das classes dominantes, não trata de dramatizar e levar ao desfecho — que seria irreal — a oposição entre aqueles pontos de vista. Mas vai além, na medida em que os faz coexistir e revezar em espaço ultra-exíguo, com ânimo sistemático, sublinhando e apurando os efeitos desencontrados do seu convívio. Resulta uma alternância com muito alcance brasileiro e satírico, onde a inconsistência de critério, ou melhor, a dualidade das medidas figura como realidade permanente e inexorável, prova simultânea de inferioridade e superioridade que contextualiza na íntegra as matérias do romance. Para complicar, note-se ainda que a estilização machadiana da preeminência local do capricho se faz segundo o modelo literário da whimsicality inglesa... (Ibid.)

Em suma, é da formação de uma forma dialética adequada à realidade nacional, diversa mas não alheia, de que se trata. Forma que, segundo Waizbord, estaria ligada a uma discussão mais densa sobre o(s) realismo(s), visto que ao indexar o limite do realismo de Machado à situação histórica na qual se encontrava – um limite histórico e objetivo, tanto para o obra, como para o escritor –, Schwarz, em discussão direta com Lukács e seus textos sobre realismo, indica

como em situações históricas outras problemas assemelhados aos do romance europeu e sua feitura, encontram uma forma literária própria. Destarte, os livros sobre Machado seriam além de livros sobre o Brasil, como fora exposto anteriormente, contribuições locais “à compreensão dos problemas da forma literária e de sua relação com a realidade” e, de quebra, intromissões poderosas “no debate sobre o(s) realismo(s), além de uma contribuição a uma estética marxista.” (WAIZBORT, 2007, p. 53)

Com o intuito de finalizar a seção e retomar alguns pontos explorados, passo agora a seguir algumas observações importantes de Arantes. O filósofo uspiano argumenta que a sondagem machadiana da experiência brasileira, baseada em Schwarz, induz a visão de algumas figuras diferentes da dialética, as quais exporei agora. A primeira figura concerne a relação dialética entre forma e conteúdo, cuja acepção é de inspiração materialista, já explorada em boa parte da argumentação anterior e possuidora de dois momentos: i) a junção do romance e da sociedade, via “forma bifronte na qual está cifrada a percepção básica de uma dualidade, a um tempo estrutura e fundamento prático – histórico” (ARANTES, 1992, p. 91); ii) este momento diz respeito a passagem de um primeiro Machado, conformista, ao romancista maduro da segunda fase, uma passagem que resolve “um problema objetivo de acumulação artística, quando então se completa a formação do nosso sistema literário, tal como concebera Antonio Candido”. (Ibid.)

Passo a segunda figuração da dialética, agora negativa, pois, ao que nos consta, a reversão constante entre infração e norma, movimento definidor da caprichosa gangorra em que o narrador machadiano balança, consegue estilizar a convivência desmedida de País Burguês e Antigo Regime colonial; verifica-se também que essa mesma lógica dual faz pulsar o andamento tanto da prosa artística, quanto o ritmo da sociedade em questão. Nesse sentido, amparados em uma velha fórmula de Antônio Candido retirado de seu famoso ensaio “Dialética

da malandragem” (2010, p. 17 - 49) – no qual também atinou com o igual fundamento prático na dualidade de nossa formação nacional específica -, poder-se-ia chamar essa pulsação de dialética e mais ainda: uma dialética sem síntese, ou negativa, em que esses “Dois Brasis” eram articulados. Chamando-a negativa, estar-se-á “dando um nome que consta do repertório clássico mas traduz o timbre específico do segundo Machado, especializado, como se sabe, no capítulo das negativas. Ocorre que esta denominação — complicando um pouco a tarefa do comentário — contraria uma outra acepção clássica do termo, que associa dialética e prosa realista do grande romance oitocentista.” (Ibid., p. 93)

Lembrando Schwarz, Machado havia escrito romances realistas utilizando-se de recursos nada realistas – como é o caso da volubilidade do narrador de Lawrence Sterne – o que teria como consequência a convergência de dialética e via brasileira para o mundo do capital, como fica claro nas questões do realismo. Segundo o crítico austro-brasileiro, o capricho derrotaria a subjetividade burguesa pautada na consistência, descartando também o próprio recorte individualista presente no Realismo, armando-se, desse modo, “um ‘enredo vadio’, sem tensão onde a trama não é retesada por nenhum conflito, nenhuma corrente central, assim sendo, o tempo é improdutivo, não pressiona na direção de qualquer progresso, não enquadra enfiamento algum de posições” (Ibid.), decorrendo daí inexistência de personagens definidos, inviabilizados pela patronagem.

O que é um achado de Schwarz, argumentando que entre a sua primeira e segunda fases Machado via que a “marcha recalitrante do Brasil para o mundo moderno rifava a dialética de indivíduo e sociedade, matriz da estética realista.” (Ibid., p. 94) Em síntese, como o processo de aburguesamento do Brasil não se desenrolou à europeia, a dialética clássica era deixada de lado e em seu lugar, surgia uma outra, *negativa*, que rege um constante girar em falso de animação e fastio, por exemplo,

dialética negativa que se apresenta como uma *hélice* “que empurra a narrativa machadiana em direção ao nada.” (Ibid.) À diferença de um enredo realista europeu assentado no desmascaramento da alienação por meio do registro da ilusão perdida, o enredo de Machado narra uma existência sem sentido algum, porém repleta de satisfações. Quer dizer, perante a Europa, a volubilidade é nula, mas se confrontada com o sistema de relações locais é tudo, um niilismo que exprime a pressão ao mesmo tempo inócua e real do molde burguês de civilização, de modo que se as iniquidades do Brasil dão em nada, nem por isso tem um fim em vista, como diria Schwarz. Nesse diapasão Arantes formula uma comparação sugestiva entre a dialética negativa à europeia e daqui:

Na Europa, a dialética negativa anunciava o contrário, o nascimento moderno do sujeito sem tutela, o momento quase libertário de indefinição entre o Antigo Regime agonizante e a nova ordem burguesa ainda não estabelecida. Foi assim com o discurso ilustrado francês — basta pensar em obras-primas do sentimento nascente da dialética como *Le Neveu de Rameau* e *Jacques le Fataliste*. Mais adiante, já para o fim deste primeiro período, ela ainda se apresentaria na existência irônica do intelectual alemão de vanguarda, encarnada nos românticos de Iena: a tendência do *Witz* ao niilismo era a um tempo expressão de uma subjetividade reforçada em sua soberania pela desidentificação irônica com conteúdos positivos e prenúncio de um esvaziamento estetizante que se avizinhava. O discernimento infalível de Machado levou-o a reanimar esse esqueleto da dialética em estado bruto na sua dimensão degradada posterior ao contravapor de 1848, depois do fiasco da fraseologia burguesa, divisando o valor mimético e o alcance crítico da operação. É o que sugere Roberto em terminologia e referências diversas, noutra de seus achados. Veja-se a solução que encontrou para a apropriação machadiana do humorismo inglês do

setecentos, ao mostrar como o romancista, usando técnicas narrativas de 1750 no espírito esteticista *fin de siècle*, obtinha efeitos modernos com recursos arcaizantes, por assim dizer imitando mais uma vez a dinâmica da combinatória brasileira. Mais exatamente, uma forma que estivera ligada ao impulso de emancipação das Luzes servia, quando se trazia para o primeiro plano sua índole autocomplacente, para retratar o esclarecimento barateado de nossas elites. (Ibid., p. 95 – 96)

Algo que faz sistema com o que já fora dito anteriormente sobre a desclassificação da totalidade das Luzes pelo capricho no narrador machadiano – lembrando que a mola do mecanismo satírico armado por Machado é baseado no aproveitamento conservador da última palavra no quesito progresso –, passando a funcionar como peça central na apologética oligárquica, o que por sua vez anda de mãos dadas com o tópico sobre a *Dialética do Esclarecimento* e as suas figuras na periferia do capitalismo, visto que a conversão original do universalismo da Ilustração em ideologia é um dos tópicos essenciais desta e um procedimento lapidar na prosa e na forma machadiana. De maneira que repertoriar as consequências excêntricas que ciência e progresso iam assumindo no Brasil, vem a ser uma das maneiras de indicar que Dialética e crítica imanente da ideologia andam juntas, ao menos desde os tempos em que o ressurgimento moderno da dialética “apresentou-se antes de tudo como uma teoria da consciência aparente, porém concebida de tal modo que a própria consciência traria em si mesma a medida da sua verdade e da sua falsidade.” (Ibid., p. 98) Em resumo: dialética entendida como o confronto interno do objeto com o seu conceito mesmo, contando com um momento de negação que é a denúncia de promessas não cumpridas; uma crítica da aparência existente desde o alvorecer da consciência moderna e da autonomia e que passou para o campo da esquerda já em 1848, quando a perspectiva

crítica fora abandonada pela burguesia e tudo isso tendo em vista uma constelação presente na periferia do capitalismo. Senão vejamos.

O atraso reproduzido pelo processo de modernização, dá à experiência brasileira, um ponto de vista específico, convergente com os efeitos nos países centrais consequentes do colapso da tradição burguesa, o que em outras palavras pode ser colocado do seguinte modo: a ação de dissolução operada pelo capricho teve por consequência a desprovincianização do Brasil, dado que repertoriando a dimensão não burguesa da existência burguesa brasileira, cujo “elenco de violações cometidas pela fala volúvel do narrador machadiano aproximava a dita experiência coletiva da evolução ideológica do *fin de siècle* europeu, todo ele impregnado de impulsos anitiliberais, do esteticismo às vanguardas que madrugavam.” (Ibid., p. 100) Tirando a aura de inocência tanto do atraso, como do progresso, visto que a persistência do Antigo Regime à brasileira mostrava o intenso intercâmbio entre os dois termos e a correspondência entre centro e periferia quanto a derrocada e a troca de sinal da *Aufklärung*. Troca de sinal, a qual deu-se, seguindo tanto o argumento de Marx (2011), quanto o de Lukács (2011, p. 211 – 253), após a Contra – Revolução de 1848, na qual, a burguesia acoçada pelos ventos revolucionários e pela força dos trabalhadores franceses, passa para o lado da Reação, colocando-se em um verdadeiro Estado de Sítio moral, a partir do qual as conquistas do Esclarecimento são destituídas de seu ímpeto civilizatório e passam a ser fundamentais para manutenção da posição perversa da classe burguesa na guerra social contra os de baixo (ARANTES, 1996, p. 32 – 52). Chão material e histórico sob o qual poder-se-ia entender o desenvolvimento e o descortinar de ideias que apontavam para um horizonte de revolução, crítica radical e experimentação estética anti - burguesa sem precedentes - além das ligações entre estes termos, é claro (ANDERSON, 1986) (BÜRGER, 2008). Em suma, algo de alcance mundial, feito por Machado, formalizado por Schwarz e comparável à realização da Teoria da Dependência.

Desvelando duas convergências importantes, uma da literatura central e periférica e outra de literaturas periféricas entre si. Schwarz nota uma afinidade, ou ar de família, entre a literatura pós – 48, em que o ‘estado de sítio’ – na qual a burguesia já não mais poderia vocalizar uma pretensa universalidade¹⁹ – havia sido declarado, com a guerra de classes apresentando-se como nunca antes na história, e as literaturas na franja do sistema, as quais mediam o formalismo da metrópole pelo metro das letras periféricas. Destarte a narração posta em movimento com esse novo estágio da luta de classes europeia, passa a exigir uma série de procedimentos formais nunca antes usados pelo realismo – à maneira de impessoalidade, rodízio de pontos de vista, deslocamentos para indicar a precedência da formação social em relação à individual –, as quais definem o “território exato em que reencontramos a volubilidade do protagonista machadiano, também posta à distância exclusivamente pela composição situacional.” (Ibid., p. 102) Revelando uma confluência entre a reversão europeia pós-48 e o impasse moral dos de cima no Brasil.

A outra convergência se deu entre literaturas retardatárias, como a russa e a brasileira, as quais sofriam consequências muito parecidas de um sistema de ambiguidades do uso deslocado do ideário burguês (Ibid., p. 104). Em síntese, é um mesmo sistema de ambivalências que preside a vida das ideias e as perspectivas práticas na franja do mundo capitalista, uma chave real de cotejo, cuja matriz prática não é outra, senão “a razão histórico-estrutural de um vasto sistema de comparações capaz então de dar a volta ao mundo que o capital entronizou, através de uma história geral da experiência literária.” (Ibid., p. 105) Resultados nada provicianos, em suma.

19 A questão é originalmente desenvolvida por Lukács, para mais ver: “O romance histórico e a crise do realismo burguês” (LUKÁCS, 2011, p. 211 – 307).

IV À guisa de conclusão, considerações finais

Tendo em vista o que até aqui fora exposto, mesmo sabendo de seu caráter inercial e ainda um tanto quanto provisório, é possível vislumbrar em alguns escritos de Schwarz a constituição e a consecução de um programa de crítica negativa, da qual podemos depreender uma busca por uma crítica radical à ordem capitalista mundial e ao reino da mercadoria, juntamente com suas iniquidades. Dito isto, é preciso enfatizar que o nosso crítico ao lançar mão da nova intuição sobre o Brasil, forjada em meio ao chamado *Seminário Marx*, grosso modo, deslocava-a em um sentido negativo, mostrando que o nosso cortejo de barbáries e iniquidades locais fazia parte da reprodução da ordem capitalista internacional. Levando-o a formulações críticas, as quais colocavam-no juntamente com o que havia de mais teoricamente sofisticado do ponto de vista marxiano, a saber, os frankfurtianos – ao modo de Adorno e Horkheimer –, entroncando nas teorizações destes, como quando demonstrava as figurações de certa dialética da *Aufklärung*. Algo diferente da maioria de seus colegas, engajados na superação de nosso atraso relativo, bem como a nossa brutal inorganicidade social e envolvendo-se sistematicamente em achar uma saída positiva e programática para o Brasil, visando uma pais socialmente coeso e que participasse efetivamente dos progressos do capitalismo em meio ao concerto das nações.

Nesse mesmo diapasão, seria sugestivo indagar o seguinte: Schwarz, com estes passos, não teria conseguido, de certa forma, superar – está entendida como suprassunção, ou superação dialética, em que, ao mesmo tempo em que se nega um termo, mantém-se e eleva-o (HEGEL, 2011, p. 98 – 101) – a posição de dois mestres que muito informaram sua crítica e formação, a saber Candido e Adorno? Até porque, grosso modo, o primeiro assumiria um ponto de vista periférico, no qual, por meio de sua experiência cultural periférica

teria conseguido forjar uma crítica a universalidade das categorias dos países centrais. Já o segundo, por meio de seus trabalhos, sondaria os destinos e os sentidos de toda a civilização burguesa. (SCHWARZ, 2012b, p. 49; 2009a, p. 163 – 187) Enquanto Schwarz, por meio da experiência intelectual, ligada ao capitalismo periférico, peculiar, mas não desligado do resto do mundo, teria conseguido também sondar o destino da civilização burguesa e fazer uma crítica, imanente, a ela. Uma das provas disto, seriam as indicações de nosso crítico sobre as figurações periféricas de uma Dialética da Ilustração, já presentes nos escritos de Machado de Assis, dialética, a qual, apenas será melhor aquilatada pelas mãos de teóricos críticos frankfurtianos quando o nazi-fascismo madrugava nos países europeus.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. (2008). **As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária**. São Paulo: Editora UNESP.

_____(2011). **Filosofia da nova música**. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva.

_____(2012). **Notas de literatura I**. 2ª Ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.

_____(1970). **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70.

_____(2013). **Três estudos sobre Hegel**. São Paulo: Editora Unesp.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max (2006). **A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ALMEIDA, Jorge de (2007). “Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano”. Em: CEVASCO, M.E. e OHATA, M. **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras.

ANDERSON, Perry (1986). “Modernidade e Revolução”. **Novos Estudos**, nº 14, p. 2 – 16.

ARANTES, Otília e ARANTES, Paulo (1997). **Sentido da Formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARANTES, Paulo (1998). “Ajuste intelectual”. Em: HADDAD, F. **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. Petrópolis: Vozes.

_____ (1996). **O fio da meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1992). **Sentimento da Dialética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BENJAMIN, Walter (2011) . **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 1**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense.

BÜRGER, Peter (2008). **Teoria da vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify.

CAMARGO, Sílvio (2014). “Os primeiros anos da ‘Escola de Frankfurt’ no Brasil”. **Lua Nova**, nº 91, p. 105 – 133.

CANDIDO, Antonio (2013). **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750 – 1880)**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

_____ (2010). **O discurso e a cidade**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

_____ (2007). “Sobre Roberto Schwarz”. Em: CEVASCO, M.E. e OHATA, M. **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras.

CARDOSO, Fernando Henrique (1997). **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro nas sociedades escravocratas do Rio Grande do Sul**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

CEVASCO, Maria Elisa (2007). “O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz”. **Terceira Margem**, nº 16, p. 9 – 27.

CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (org.) (2007). **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras.

DUARTE, Rodrigo (2008). “Apresentação à edição brasileira”. Em: ADORNO, T. W. **As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária**. São Paulo: Editora UNESP.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1997). **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª Ed. São Paulo: Editora UNESP.

HOMERO. **Odisseia** (2013). São Paulo: Editora 34.

HEGEL, G.W.F (2011). **Ciência da lógica: (excertos)**. São Paulo: Barcarolla.

KONDER, L (1965). Orelha de livro. Em: SCHWARZ, R. **A Sereia e o Desconfiado: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LÖWY, Michael (2008). **Romantismo e Messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva.

LUKÁCS, Georg (2012). **História e Consciência de Classe**. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

_____(2011). **O Romance histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____(2015). **A alma e as formas: ensaios**. Belo Horizonte, Autêntica Editora.

MARX, Karl (1985). **O capital: crítica da economia política**. Vol.1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural.

_____(2011). **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial.

MEYER, Augusto (2015). “O homem do subterrâneo”. Em: LEITE, A.; CECILIO, A. L.; JAHN, H. (Orgs.). **Machado de Assis: obra completa em quatro volumes**, vol. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

MACEDO, José Marco Mariani de (2009). “Posfácio do tradutor”. Em: LUKÁCS, G. **A Teoria do Romance**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. 34.

MUSSE, Ricardo (2015). **Cinco verbetes sobre Theodor W. Adorno**. <http://blogdaboitempo.com>.

br/2015/11/19/5-verbetes-sobre-theodor-w-adorno/. Acessado em 09/01/2016.

PRADO Jr, Caio (2012). **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras.

PRESSLER, Gunter Karl (2006). **Benjamin Brasil: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005. Um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira**. São Paulo: Annablume.

RICUPERO, Bernardo (2008). “Da formação à forma. Ainda as ‘ideias fora do lugar’”. **Lua Nova**, nº 73, 2008, p. 59 – 69.

_____(2013). “O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos”. In: **Sociologia e Antropologia**, v.3, p. 523 – 555.

RODRIGUES, Lidiane Soares (2011). **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.

SCHWARZ, Roberto (1965). **A Sereia e o Desconfiado: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____(2012a). **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 6ª Ed. São Paulo, Ed. 34.

_____(2016). Comunicação pessoal dada aos alunos da disciplina **Pensamento e política no Brasil: o Seminário Marx (1958-1964)**, ministrada pelos professores André Singer e Bernardo Ricupero. [11. outubro.2016]. São Paulo. 1 arquivo. mp3 (120 min.).

_____ (2009a). “Dialética da formação”. Em: PUCCI, B. **et alli**. **Experiência formativa e emancipação**. São Paulo: Nankin, p. 163 – 187.

_____ (2009b). “Entrevista”. Em: MOURA, F. e MONTEIRO, P. (org.). **Retrato de grupo – 40 anos do CEBRAP**. São Paulo: Cosac Naify.

_____ (2001 – 2002). “Entrevista com Roberto Schwarz, por Eva Corredor”. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, n. 6, p. 14 – 39.

_____ (2012b). **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2008). **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____ (2012c). **Que horas são?**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2014). **Sequências brasileiras: ensaios**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2012d). **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. 34.

WAIZBORT, Leopoldo (2007). **A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia e filologia**. São Paulo: Cosac Naify.

_____ (1991) . **Aufklärung musical: consideração sobre a sociologia da arte de Th. W. Adorno na Philosophie der neuen Musik**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.

XAVIER, Ismail (2007). “O mundo tem as caras que pode ter.” Em: CEVASCO, M.E. e OHATA, M. **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo, Companhia das Letras.

O AVESSE DO ATRASO: NOTAS SOBRE ROBERTO SCHWARZ

Maria Elisa Cevasco²⁰

Vou começar essas minhas especulações sobre Roberto Schwarz lembrando uma conversa que tive em São Paulo há alguns anos com a editora da *New Left Review*. Desde seus primeiros números de 1960 até sua nova fase internacionalizada do século XXI, esta revista se notabiliza por ser o parâmetro do que deve ser uma grande publicação de esquerda. Susan Watkins, que já editou traduções para o inglês de alguns dos seus grandes ensaios, me contava que, nas discussões do comitê editorial sobre quem publicar de que país, o parâmetro era justamente nosso autor: “A pergunta que norteia nossa discussão é: quem é o Roberto Schwarz dos diferentes países? Ou, uma versão mais freqüente, por que tal país não tem um Roberto Schwarz?”

Fique claro que nem eu, nem ela estávamos interessadas em estabelecer um *ranking* dos melhores críticos culturais contemporâneos, mas não deixa de ter sua relevância pensar em quais são as condições que possibilitaram a formação – e daí o trocadilho com sua

20 Professora titular do Departamento de Letras Modernas da FFLCH-USP.

obra máxima sobre Machado de Assis é irresistível – de um tal mestre na periferia do capitalismo.

Em um dos surpreendentemente poucos – dada a importância da obra – estudos sobre sua crítica, Paulo Arantes (1992) dá a pista segura de um dos ingredientes básicos da armação histórico-cultural que dá o contorno para tais condições de possibilidade. Como muitos já aprendemos, e não menos pelas explicações do próprio Roberto Schwarz, sua obra é ponto de chegada – e vamos ver depois que também de partida – de um processo cujo primeiro momento de culminância foi a geração de *Clima*.

Em um país como o Brasil, onde esquecer o passado é muitas vezes visto como ingrediente do progresso, nunca é demais lembrar que o grupo ou geração de *Clima* era uma formação cultural no sentido exato proposto por Raymond Williams, o de uma forma de organização de grupos, muitas vezes informal, que desempenha um papel fundamental para o entendimento da produção cultural²¹. Composto por intelectuais nascidos por volta dos anos 1920, e reunidos em torno da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, esse grupo se dedicou a seguir à risca a tarefa encomendada por seu patrono, Mário de Andrade, no primeiro número da revista em 1941: criar as condições para uma crítica cultural relevante, submetendo-se “à potência moralizadora da técnica” e substituindo as desrazões da crítica diletante pela consciência profissional da crítica universitária.

Embora não fossem nacionalistas em nenhum sentido estreito do termo, eles buscavam contribuir para – usando um termo chave para esta geração – a formação da crítica cultural no Brasil. Para isso,

21 O próprio Williams estudou o grupo de Bloomsbury, círculo que reunia ao redor de Virginia Woolf e seu marido, o editor Leonard Woolf, os expoentes do modernismo inglês, análise publicada em *Problems in Materialism and Culture* (1980). No Brasil, baseando-se na estudo de Williams, Heloísa Pontes estudou o grupo *Clima* em *Destinos Mistos. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo* (1998).

sua primeira providência foi enfrentar a questão central de definir as peculiaridades de países onde as formas da cultura erudita são importadas, assim como as maneiras de aferi-las. Para constituir esse modo brasileiro de fazer crítica, o grupo se apoiou fortemente na produção dos professores franceses de quem muitos eram alunos na Universidade de São Paulo: andavam por aqui então alguns dos que seriam balizas para o pensamento crítico em diferentes disciplinas, gente como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide e Giuseppe Ungaretti.

Mas, em sua lembrança da influência fundamental sobre o grupo de jovens estudantes, Antonio Candido destaca a figura de um professor menos conhecido, Jean Maugue. Amigo de Sartre, ele introduziu o grupo a um tipo pouco convencional de marxismo. Com Maugue aprenderam que “a filosofia interessava sobretudo como reflexão sobre o cotidiano, os sentimentos, a política, a arte a literatura” (CANDIDO, 1980, p. 147). Essa atenção continuada à realidade sócio-histórica em um país onde a desigualdade é lancinante acaba determinando o “engajamento peculiar” dessa geração. Embora o grupo de *Clima*, ainda na avaliação do próprio Candido, tivesse publicado ensaístas de direita, apoiado na ilusão “de uma certa transcendência da cultura intelectual e artística, que estaria acima das divergências políticas”, o certo é que, no momento chave da entrada do Brasil na segunda guerra mundial, a linha política já estava dada: formava-se aí, um “certo radicalismo de esquerda democrática” que serrava as ilusões idealistas, compreendia o papel estruturante da cultura na vida social e abria caminho para uma atuação pública da crítica com que todos temos muito a aprender até hoje.

Essa geração legou à cultura brasileira grandes mestres: na crítica literária na obra de Antonio Candido, na cinematográfica em Paulo Emílio, nas artes com Lourival Gomes Machado, e no teatro com Décio de Almeida Prado, sem esquecer de Gilda de Mello e Souza,

notável ampliadora do âmbito do ensaio filosófico. Eles também nos ensinaram que ser crítico de cultura no Brasil requer um tipo específico de engajamento, que talvez não seja tão evidentemente imperativo em países de vida social menos heterogênea: aqui, sob risco de cegueira intelectual acachapante, é preciso pensar a crítica como instrumento que nos permita conhecer essa realidade que molda a cultura que nos diz no mesmo passo que extrapola os modelos críticos à disposição para interpretá-la. Nesse aspecto, a invenção categorial é quase uma imposição das circunstâncias.

A própria elaboração crítica de Antonio Candido é um grande exemplo desse processo: a atenção continuada à realidade circundante lhe colocava problemas que não se impunham necessariamente em outros países. Para começar, era preciso escrever a história de seu objeto, o passo decisivo dado em *Formação da Literatura Brasileira*. É desse livro a formulação do que me parece ser o mote da crítica do mestre: a literatura como “instrumento de descoberta e interpretação da realidade sócio-histórica”. Esse o fio que une sua obra e a marca como o ponto alto da formação da crítica no Brasil. Não por acaso, o traço definidor de sua produção é a incorporação das peculiaridades da vida em um país periférico. Segundo Arantes (1992, p. 14), “o objeto em torno do qual se move o ensaísmo de Antonio Candido...é a experiência brasileira...Não é fácil definir-lhe o contorno, embora ela esteja por toda parte. Esquemmatizando ao extremo digamos que seu nervo reside numa certa sensação de dualidade que impregnaria a vida mental em uma sociedade periférica”. Cabe à crítica da cultura então mover-se nessa dialética definidora do modo brasileiro de estar no mundo, dialética cuja formulação clássica é de Paulo Emílio: “não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro” (GOMES, 1980, p. 77).

A questão aí não é reivindicar um privilégio do ponto de vista cultural periférico: todos sabemos o quanto ele facilita, para ficar só no âmbito da crítica literária, as grandes ilusões, tanto as imitativas – quando se macaqueiam teorias cujos fundamentos sociais estão alhures como se fossem feitas para nós – quanto as de excepcionalidade – quando se postula que viveríamos em um entre-lugar, ou que seríamos híbridos e portanto aptos a encontrar um nicho em qualquer conversação global. O que se enfatiza aqui é que essa impregnação da experiência brasileira está na base do diferencial da obra de Candido e é, juntamente com sua atuação impecável como o intelectual público número 1 de nosso país, uma das medidas de sua estatura.

Vale dar um exemplo de como esse não ser/ser outro se manifesta na formação do seu ponto de vista crítico. Ao colocar sua visão do romance, diz: “O seus melhores momentos [do romance] são, porém, aqueles em que permanece fiel à vocação de *elaborar* conscientemente uma realidade humana, que extrai da observação direta, para com ela construir um sistema imaginário e mais durável. Alguma coisa de semelhança ao “grande realismo” de Lukács, ou à visão ética de F.R. Leavis, com mais flexibilidade do que está contido no dogmatismo desses dois críticos” (CANDIDO, 1969, p. 109).

O que me interessa aqui, para ir precisando a tradição intelectual em que se insere a obra de Roberto Schwarz, é a comparação implícita entre o projeto de Candido e o de dois críticos representantes das tradições mais influentes no momento em que ele escreve *Formação*. Lukács, como se sabe, é figura central na tradição de crítica marxista, aquela que busca justamente o que interessa ao “engajamento peculiar” de Candido, as conexões entre produção cultural e vida social. Mas a grande contribuição do crítico húngaro encontra, para muitos de seus críticos, seu limite na noção de que já se sabia o conteúdo da realidade e cabia à interpretação comparar o modelo literário a esse conhecimento pré-existente. O diferencial de Candido nesse aspecto específico está

cifrado na palavra “descoberta” – a realidade plasmada no romance faz parte da construção de um saber único sobre a sociedade que é tarefa da crítica desvendar. Um dos exemplos paradigmáticos de como isso se dá na obra de Candido é sua famosa análise do *Memórias de um Sargento de Milícias* (CANDIDO, 2004, p. 17-46) onde tira as consequências da constatação de que a forma do romance demonstra que, no Brasil, o universos da ordem e o da desordem não correm, como pensam muitos, em paralelo, mas se intersectam em cada um de nós estruturando nossa vida pessoal e social. Trata-se da produção de um conhecimento único sobre nosso modo de vida, inscrito na obra e decifrado pelo crítico. Além de dar conta do potencial cognitivo da literatura, a noção de Candido afasta os perigos da crítica prescritiva, perigos que rondam a prática de Luckás em alguns momentos de sua crítica. Isso sem prejuízo do muito que todos aprendemos com ele.

Para o crítico inglês F. R. Leavis a literatura tinha, como para Candido, uma importante função social, só que no seu caso, não era a de descobrir e interpretar a realidade, mas a de conservar valores morais e éticos, ameaçados pela vida moderna. Para Leavis, a literatura era a linguagem da humanidade e cabia a uma minoria esclarecida de estudiosos preservar essa herança. No ideário de Leavis, legítimo representante do viés idealista da crítica literária hegemônica, a literatura pairaria acima da sociedade a que dá sentido. Nesse movimento, lhe confere uma função social desde que esta se dê fora da realidade! Ou seja, ao mesmo tempo que eleva a literatura acima de todas as outras produções sociais, tira-lhe relevância e aparta-a do mundo a que se dirige.

Essa concepção idealista está na base do método crítico preconizado por Leavis, o do *close reading* que, na sua acepção americana do *New Criticism* se tornou o método natural de se abordar a literatura em várias partes do globo, e não menos no Brasil onde Candido vai introduzir uma maneira muito mais produtiva de ler. Sem deixar de lado a atenção à forma literária que marca tanto o *close reading* dos anos 50

quanto a sua versão mais “científica” preconizada pela próxima moda teórica, o estruturalismo, Candido vai buscar um tipo de análise que se coadune com o projeto intelectual de dar conta das possibilidades de revelar o conteúdo sócio-histórico que plasma a forma literária. Assim, enquanto a crítica de cunho sociológico compara o conteúdo da obra ao conteúdo histórico pré-dado e a formalista pensa a literatura como autônoma, a ensaística de Candido, em especial a partir dos anos 1960, vai se colocar, como desafio teórico, “a reversibilidade entre análise literária e análise social” (SCHWARZ, 1999, p. 29). Nessa pesquisa que é, sem dúvida, ditada pelo engajamento peculiar do autor, vai demonstrar que a categoria de forma que embasava as tendências vigentes era, para citar a avaliação bem-humorada de Roberto Schwarz, sob o pseudônimo de Bertha Dunkel, de uma “estreiteza desnecessária” (SCHWARZ, 1978, p. 49), na medida em que ao superestimar a forma, de fato a subestimavam. Na sua formulação sempre exata, desta vez em “Adequação Nacional e Originalidade Crítica”, “os formalistas costumavam confinar a forma, enxergar nela um traço distintivo e privativo, o privilégio da arte, aquilo que no campo extra-artístico não existe, razão porque a celebram como estrutura sem referência” (SCHWARZ, 1999, p. 31).

Nesse sentido, os diferentes formalismos, em alguns casos deliberadamente, não nos deixam ver que a invenção formal é um instrumento de investigação do conteúdo sócio-histórico. Com isso, impedem que se façam as perguntas pertinentes, como, por exemplo, quais são as energias sociais que moldam as formas e que elas revelam? Uma das conseqüências dessa concepção para a prática crítica é que reduz a forma a mero ornamento. Essa redução barra pelo menos duas possibilidades relevantes: a da arte de cumprir seu papel de instrumento de descoberta e interpretação da realidade, e a da crítica, de produzir conhecimento e potencializar a sua relevância social. É nesse sentido que a invenção categorial de Candido abre espaço para a constituição de um projeto crítico de prospecção social através da crítica cultural.

Roberto Schwarz foi aluno de Candido, é o melhor intérprete da contribuição do mestre e escreveu uma obra que, fato raro no Brasil, dá continuidade e expande a da tradição de que depende. Apenas para começar do nível mais óbvio, o seu trabalho mais extenso começa no ponto exato em que pára o livro *Formação da Literatura Brasileira*. Sabemos que nesta obra o objetivo era mostrar como se constituía um sistema literário em uma sociedade pós-colonial. Para isso, Candido enfoca os momentos decisivos dessa formação feita de importações de modelos do exterior. Demonstra como as condições sociais peculiares do Brasil acabam por modificar os gêneros literários tomados emprestados de fora. O funcionamento desigual desses gêneros em circunstâncias distintas indica que estes não eram tão universais como se propunham. Aí uma inversão do espelho: não só aprendemos com os modelos estrangeiros, mas temos o que dizer a respeito de seu funcionamento. O livro termina quando o processo de formação está completo e os brasileiros podem tomar “consciência de sua existência espiritual e social através da literatura, combinando de modo vário os valores universais com a realidade local, e, desta maneira, ganhando o direito de exprimir o seu sonho, a sua dor, seu júbilo, a sua modesta visão das coisas e do semelhante” (CANDIDO, 1969, p. 369) Trata-se do momento em que o sistema está pronto para produzir seu primeiro romancista de envergadura mundial, o que vai mostrar uma visão bastante esclarecedora “das coisas e de seus semelhantes”, Machado de Assis.

Depois de escrever dois livros de ensaios²² onde apresenta uma série de estudos sobre crítica literária brasileira e sobre romancistas realistas europeus, a maioria destes escritos enquanto complementava sua graduação em ciências sociais com um mestrado em literatura na universidade de Yale, Roberto Schwarz começa o projeto que leva até

22 São eles: *A Sereia e o Desconfiado* (SCHWARZ, 1965) e *O Pai de Família e outros Estudos* (SCHWARZ, 1978).

hoje de estudar Machado de Assis. No processo vai construindo a obra que marca um ponto alto da crítica marxista contemporânea, e isso na avaliação de seus pares na mesma tradição. Para Perry Anderson, por exemplo, o livro síntese dessa obra, o *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*, é “o maior estudo literário sobre um só autor do século XX”. Do mesmo modo, para Fredric Jameson, ele é “um dos grandes críticos literários de nosso tempo”.²³

Claro que tendo endossado essas afirmações, minha tarefa aqui seria substanciá-las, mas, para isso me falta espaço e principalmente engenho, para não falar de arte! Porém, nos termos restritos dessas notas, posso dizer que muito do diferencial da obra de Roberto se dá na medida exata em que soube aliar a força dessa tradição moldada pela experiência da vida na periferia com o melhor da teoria marxista produzida pela tradição pós-revolucionária que se denomina marxismo ocidental. O resultado é uma originalidade que encontra sua relevância – e isso não só no âmbito da crítica brasileira – na capacidade de demonstrar os lineamentos mais gerais da vida contemporânea, como estruturados em obra de arte.

De novo dualidade, agora de outra ordem. A combinação do modo de pensar a especificidade do Brasil, marca da geração de *Clima*, com o ponto de vista franqueado pelo marxismo, que demanda que se pense a situação nacional sob o filtro das relações internacionais determinadas pelo movimento do capital, dá uma amplitude única no panorama contemporâneo à crítica cultural de Roberto Schwarz. Resta tentar esmiuçar um pouco os componentes dessa amplitude. Ela não é construída em termos de abrangência de assuntos, porém mais especificamente em termos da atenção particularizada a um número restrito de objetos – Machado de Assis, a crítica de Antonio

23 Ambas as afirmações foram feitas em um congresso dedicado ao estudo da obra de Roberto Schwarz, realizado na Universidade de Stanford, na Califórnia, em 1-2 de maio de 2003.

Candido, manifestações literárias desta nossa literatura, que se formou como “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas” (CANDIDO, 1969, p. 9), com uma ou outra incursão em escritores e autores internacionais, como seus primeiros ensaios sobre a *Letra Escarlata*, o Oito e Meio e o mais recente sobre Robert Kurz. Mas, como os componentes desses objetos de estudo são esmiuçados até as últimas conseqüências, ele acaba sempre encostando nas questões mais gerais de nosso tempo e aclarando-as de forma definitiva.

Parte fundamental dessa capacidade elucidativa se assenta no estilo do autor. É sua forma de escrever que vai realizando esse difícil trabalho de esclarecer sem simplificar, e de incorporar e superar os argumentos contrários e objeções no andamento sintático da própria exposição. Antonio Candido, sempre ele, acerta o alvo dando conta das peculiaridades de formação do estilo de Roberto Schwarz e de seus efeitos fulminantes. Ele lembra que a dualidade característica do crítico brasileiro adquire, no caso em pauta, uma série de especificidades. A perspectiva a partir do Brasil é sempre

de dentro e de fora. Roberto Schwarz não escapa à regra, mas tem a peculiaridade de ser assim de maneira constitucional, porque teve desde sempre como próprias a língua e a cultura alternativas que precisamos adquirir com esforço. Isso lhe permite ver o Brasil como quem é de dentro e de fora por natureza, o que produz uma combinação *sui generis* de estranhamento e familiaridade, a qual deve ter contribuído para sua lucidez analítica (CANDIDO, 2007, p. 16).

Então é como se a dualidade objetiva do país combinasse com uma dualidade subjetiva que impulsiona a lucidez, artigo em falta no país das dualidades. Este encontro de dualidades vai se materializar

no estilo único do Roberto Schwarz. Por ter nascido na Áustria e se criado no Brasil, ele se divide entre dois idiomas. Para Candido, para construir esse estilo único, ele precisou “superar a tensão que o dividia entre ambos. Na luta pela expressão as etapas do seu êxito podem ser verificadas na conquista progressiva da clareza, que vai dissolvendo as obscuridades até alcançar uma densa nitidez.” Leitores de Roberto Schwarz sabem bem como essa combinação de palavras que parecem recusar a proximidade – o que é uma nitidez densa? – descreve bem os achados críticos do seu estilo. Lembro dois exemplos.

O primeiro vem da crítica literária segundo Roberto Schwarz. Quero citar um trecho de *Duas Meninas* para tentar mostrar o tal efeito fulminante de revelação do seu estilo em camadas que vão abarcando níveis para constituir essa nitidez densa. Ele reúne aí um ensaio sobre *Dom Casmurro* e outro sobre o diário *Minha Vida de Menina* de Helena Morley. É um de seus livros menos comentados. Lembro-me que quando foi publicado, em 1997, causou um grande desconforto entre meus colegas de Letras. Parte grande desse desconforto vem do fato de que o crítico compara aí um grande clássico da literatura nacional com um livro infantil, sem um traço sequer de condescendência. E mais, mostra como este último estrutura uma aferição do modo de vida brasileiro. O interesse estético dessas memórias de menina faz um reparo aos princípios da crítica literária hegemônica e revela seus limites. Vale citar um trecho para ver a diferença que o estilo do nosso Autor faz:

A literatura moderna nos acostumou a ver suas conquistas sob o signo do esforço, da disciplina, da renúncia etc. A correspondência de Flaubert dá notícia da trabalhadeira e do senso de responsabilidade envolvidos na busca da *palavra certa*. Analogamente, a *prosa desconvenionalizada* depende da luta contra o prestígio e os automatismos da retórica, assim como a *figura clara* só se alcança ao cabo de árdua depuração. Em todos os

casos se trata de recusar a mentira – sobretudo burguesa – sedimentada nas relações sociais, em nós mesmos, na linguagem e na tradição artística. Ora sem forçar comparações descabidas, observe-se a qualidade paramoderna da prosa de Helena, mais satisfatória do que muitas sob todos os aspectos mencionados, mas decorrendo de uma constelação histórica diferente. A expressão exata no seu caso não é conquistada contra, mas a favor do uso comum. Este parece encerrar mais verdade que mentira, pois o seu opositor é a linguagem elevada, e de modo geral, a ocultação do cotidiano trabalhoso e trivial, assim como o seu depositário é a oralidade com lastro popular, em circunstância de beletrismo a serviço da distinção de classe (SCHWARZ, 1997, p. 131).

De saída se destaca nesse parágrafo a recusa da pauta usual da crítica literária: o olhar do nosso crítico não se restringe à alta literatura e nem se estreita na manutenção automática dos preceitos da tradição seletiva que sustenta essa prática. E nem por isso faz o gesto populista de elevar a prosa da menina sobre a de Flaubert: a questão é determinar do que escapam. É desse escape que vem parte importante da força de ambas, motor do interesse continuado por estas prosas de ordem diferente, mas correlatas em sua recusa da ordem vigente, isso é, da mentira burguesa, que impregna tudo, não menos “nós mesmos, nossa linguagem, e (aí o anátema para nós, críticos, guardiões profissionais da arte literária) a própria tradição artística”. É disso que conseguem escapar tanto Flaubert, produto da cisão da consciência burguesa e do anseio de transcendê-la, quanto a menina, que retém ainda a capacidade da limpidez por estar fora da ordem estabelecida, por idade e por situação, imersa na Diamantina a meio caminho entre a economia de extrativismo e a ordem moderna. Note-se que a palavra justa de Flaubert é descrita como dando uma “trabalheira”, termo que aproxima o esforço do mestre francês do universo cotidiano da menina.

Nessa enumeração, sem bater caixa, Roberto Schwarz operacionaliza uma série de procedimentos: contra a tradição idealista que postula as letras se formando em um hipotético reino do espírito, afirma a literatura como coisa deste mundo – isso, é claro, implica em reconhecer sua parte de veículo da ideologia. Explica o estilo não como criação autônoma de um toque de gênio, mas como necessidade histórica. O reconhecimento dessa necessidade é que ancora o estilo no tempo e dá lastro à elaboração artística. Ignorar essa necessidade condena muitos escritores ao formalismo vazio, o gás do beletismo. A prosa de Helena vai a contrapelo do que vicia este último, o “prestígio e os automatismos da retórica”. Vale repetir o inusitado da junção “prestígio e automatismo”, dando notícia do tanto de conformismo e irreflexão que lastreia o prestígio entre os letrados. O pé na realidade dos dois escritores autoriza a comparação que não almeja a igualdade (“ora sem forçar comparações descabidas”) mas mostra que a prosa da menina não abdica, como tantas de escritores tidos e havidos como grandes na literatura canônica, da “inteligência das coisas depositada na linguagem comum” (Ibid., p. 113). Parte da beleza que toca na prosa de Helena vem justamente dessa utilização da linguagem de uso corriqueiro. Antes que os de sempre comecem a brandir os estandartes de populismo ingênuo, a volta do parafuso: “este parece encerrar mais verdade do que mentira”, também porque isso se dá contra o engodo do beletismo. Na nossa situação, este não só não se ocupa da vida real da gente comum, assunto de Helena, como está “a serviço da distinção de classe”. Dá quase para ouvir grande parte dos trabalhos críticos, no Brasil e alhures, caindo da estante. E isso – aí uma das forças do estilo – sem mencioná-los uma vez sequer.

O segundo exemplo dessa força vem do ensaio “Um Seminário de Marx”, onde descreve sua experiência de leitura de *O Capital* nos anos 1960, ao lado de colegas e professores de diferentes disciplinas da USP, incluindo aí pensadores que tiveram contribuição fundamental

para o estudo da matéria nacional, como Fernando Novais e Fernando Henrique Cardoso. Nesse ensaio, ele começa a explicar mais um aspecto da dualidade ao focar como o passo fundamental na compreensão do Brasil que essa geração dá depende do ponto de vista da totalidade, para usar a expressão clássica, que lhes vem da absorção dos ensinamentos de Marx. Um dos resultados mais originais desse encontro de tradições, diz Roberto, é “uma intuição nova” (SCHWARZ, 1999, p. 93) do Brasil. Note-se a junção esdrúxula: como o resultado do estudo da “Crítica da Economia Política” pode ser uma “intuição”? E como um saber sobre o país das obscuridades pode ser construído por essa cognição imediata, que dispensa o uso de processos racionais? Ora, justamente a “novidade” da colaboração do grupo aos estudos do Brasil é que eles passam ao largo do conhecimento constituído e validado pelos procedimentos racionais e, nesse passo, descobrem o que este saber estabelecido esconde. Fica visível então que o descompasso do Brasil em relação aos países centrais não é mera questão de subdesenvolvimento, onde o prefixo parece apontar para a superação, mas um resultado do desenvolvimento capitalista. Isso faz com que tanto a economia quanto a vida social que ela molda funcionem aqui de maneira oblíqua. Essa maneira específica, de um lado, responde pelo desconforto intelectual de ver que as formas consagradas de pensamento não descrevem nossa realidade. Por outro lado – este o espaço que a crítica cultural de Roberto Schwarz vai ocupar – o hiato criado pelo descompasso nos abre possibilidades cognitivas, nos permite ver além das categorias e, nesse movimento, esclarecer o alcance e limites delas. É por aí que se começa a configurar o interesse mais global da sua produção crítica. Para entender a diferença que o estilo faz, basta citar sua exposição do avanço intelectual que o grupo impulsiona:

A implicação mais inovadora, contudo, refere-se à *aplicação* de categorias sociais européias (sem exclusão das marxistas) ao Brasil e às demais

ex-colônias, um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo em que é inevitável e indispensável. Fique de lado a crítica ao uso chapado de receitas, sempre justa, mas tão válida no Velho Mundo quanto entre nós. A dificuldade de que tratamos aqui é mais específica: nos países saídos da colonização, o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência intra-européia passa a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente, *diverso mas não alheio*, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso, mas são a referência obrigatória, ou, ainda, tendem a um certo formalismo. Um espaço *diverso*, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço *de mesma ordem*, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e lhe definem a pauta. então, como hoje, as inadequações ... abrem janelas para o lado escuro mas decisivo da história contemporânea, o lado global, dos resultados involuntários, crescidos “atrás das costas” dos principais interessados (SCHWARZ, 1999, p. 95-96).

Como se vê, o estilo vai, para continuar falar como Candido, adensando a questão a cada parágrafo. Começa com a inadequação da nossa realidade às categorias de alhures, uma dos motores da dualidade constitutiva dos países periféricos. Logo, atina com o que determina a dualidade e ao mesmo tempo a transforma em unidade, a unidade caracterizada na fórmula “*diverso mas não alheio*”, onde este último termo abre espaço para a entrada do elemento determinante da disparidade, a dinâmica do capital. Em seguida, mais um passo: essa dualidade instituída e desmanchada em unidade pelo sistema que a rege, acaba permitindo que a experiência intelectual e artística do

Brasil possa ser reveladora dos mecanismos reais do funcionamento do processo. Não é por acaso que o trabalho com maior repercussão internacional atual do grupo seja o de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis. Como o primeiro ensina, este foi o primeiro escritor nacional a constituir um ponto de vista a partir do qual se poderia pensar não só o nosso país, mas também “o presente do mundo” (SCHWARZ, 2005). Não seria exagero ver na produção do crítico a mesma envergadura.

A construção desse ponto de vista na sua obra é também impulsionada pelo objeto e pelo modo de estudo. Como Machado faz com a tradição literária estrangeira, Roberto Schwarz faz uso próprio das categorias da grande crítica européia, em especial da “tradição – contraditória – de Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno” (SCHWARZ, 1990, p. 13). Por mais acirradas que tenham sido as diferenças e divergências entre esses grandes críticos, todos se coadunam no interesse do objeto e seu primado sobre considerações de método. Trata-se de uma tradição em que Roberto Schwarz se insere com propriedade já que a teoria crítica, como muitos denominam esta corrente, “não tinha como objetivo a consolidação de um sistema, desconfiava da universalidade dos axiomas, recusava a separação simples entre sujeito e objeto, implodia a divisão acadêmica de trabalho intelectual, pensava sua atividade teórica como prática e, finalmente, recusava a definição prévia de um método” (ALMEIDA, 2007, p. 47). Nesse sentido, a prática da teoria crítica é sempre calcada na especificidade do objeto cujas exigências são exploradas até atingir suas determinações concretas.

Esse modo evidentemente dialético de trabalhar já se configura com várias de suas implicações no primeiro ensaio que Roberto publica sobre Machado, o “Idéias fora do lugar”, de 1973. Vale a pena ver como ele desenvolve aí este programa da teoria crítica. Para explicar seu objeto, ele tem que dar conta do material social que o molda. Ao contrário da prática vigente de apresentar um “panorama ou a idéia correlata de impregnação pelo ambiente, sempre sugestiva e verdadeira,

mas sempre vaga e externa” (SCHWARZ, 1977, p. 24), ele se aferra ao funcionamento peculiar da matéria do romance machadiano e lhe desenha o “chão histórico” especificando assim um mecanismo social na forma em que ele se torna um elemento interno e ativo da cultura.

O ensaio parte de um recenseamento de exemplos da intuição que todos temos do caráter postiço das idéias no Brasil. A seguir, atesta a disparidade entre as idéias importadas da Europa e as práticas brasileiras, busca, então, o fundamento dessa disparidade e suas manifestações nas relações de produção e como essas relações embaralham as noções de centro e periferia, como se diria mais tarde, na medida, por exemplo em que o escravismo – abominação nacional, era uma empreitada capitalista, abominação internacional. Depois examina como isso se traduz no plano da estrutura de classes, com o papel preponderante do favor na vida social brasileira. Mostra como esse complexo de relações aparece na cultura tanto em suas manifestações artísticas como de vida cotidiana. Mobiliza achados e documentos da historiografia brasileira, da sociologia, da economia, da filosofia e da literatura. Dá exemplos do descompasso que diz o Brasil tanto em suas manifestações da alta cultura, como na arquitetura e na própria crítica literária, como em casos mais gerais - meus exemplos favoritos são o hino da República que canta: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”, isso escassos dois anos após a Abolição. Ou a proclamação do governo *revolucionário* de Pernambuco em 1817, “Patriotas vossas propriedades, inda as mais opugnantes ao ideal de justiça, serão... sagradas.” No ponto de chegada, o ensaio demonstra como a boa – e hedionda - convivência dos opostos do liberalismo e do escravismo deu em obra prima literária no Brasil, em um compasso comparável ao que se deu na Rússia, confirmando a hipótese de que “fora de seu lugar” as idéias adquirem nova potência de revelação a qual é parte importante de sua relevância geral. Para dar conta de seu material, os romancistas de países fora dos centros

irradiadores de cultura e de ideologia têm que lidar com o funcionamento peculiar dos significados e valores deslocados. Esse contexto faz com que as obras, sob pena de ignorar o que define o movimento da sociedade que as molda, tenham que se construir na interação do mundo particular que desenham e das conexões inescapáveis com o geral que definem seu universo. Essa interação peculiar, descoberta crítica do ensaio, lhe confere uma amplitude que, por si só, já configuraria um novo patamar para a crítica cultural.

E tem mais. O ensaio ainda traz uma rigorosa revisão e uma interessantíssima renovação de categorias: uma das mais produtivas é a noção de ideologia de segundo grau, que, abre a possibilidade de entendimento da história mundial franqueada por esse funcionamento peculiar. Em seus locais de origem, as ideologias pelo menos descrevem a aparência, enquanto que aqui não descrevem, nem sequer falsamente, as aparências e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria. Isso contribui para torná-las risíveis. Claro que na medida em que se tornam ridículas, essas ideologias podem parar de ofuscar, de enganar. Podem, ainda, apontar para seus próprios limites. Em mãos de mestre, como nas de Machado ou nas de Dostoievski, esse confronto entre idéias e lugar social, acaba por possibilitar o aparecimento de um “critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo” (SCHWARZ, 1977, p. 23). Em outras palavras, visto de países onde abortou a modernização, nome da ideologia mestra do Ocidente, o andar da carruagem do mundo tem outro ritmo, e este ritmo pode ser apreendido na crítica cultural.

Nesse capítulo das determinações de ordem mais geral, o ensaio abre a perspectiva de se interrogar um número expressivo de certezas: se as idéias universais, no caso do tempo de Machado, o liberalismo, não funcionam da mesma maneira aqui, está rifada sua pretensão de universalidade. Segundo, a convivência dos contrários, no caso em pauta o escravismo e a ordem assalariada do mundo burguês, diz

muito de sua interpenetração. Aliás, nesse capítulo o Brasil dá reiteradas provas de que o progresso ou a modernização capitalista se dá invariavelmente pela reposição do atraso. As ilusões de superação se rompem a cada reverso histórico. Um dos motores dessas ilusões é justamente a prevalência do modelo estrangeiro, que nos dá uma idéia de nação que não nos descreve, mas que nos faz supor que basta que se faça um esforço histórico e poderemos, enfim, entrar para o concerto das nações e ter tudo que o modelo tem. Claro que a divisão internacional do trabalho vigia sempre para que isso seja impossível na mesma medida em que é o horizonte máximo de expectativa que o sistema pode oferecer. Todos queremos o progresso, pouco paramos para perguntar progresso para quem ou de que. Embarcar na canoa furada do “desta vez vamos” equivale sempre a comprar o sistema pelo preço que ele se vende, e impede que se questione a ordem que gera o problema e fura, no processo mesmo de sua produção e reprodução, toda e qualquer canoa.

Penso que essa desilusão objetiva é componente importante da lucidez que ancora os projetos intelectuais mais duradouros e significativos do país. Cada geração passa pelo momento da desilusão em sua especificidade histórica. No caso de Machado, foi provavelmente a abolição dos escravos e o tipo de progresso que esse processo trouxe para os libertos. No caso da geração de Roberto Schwarz, o primeiro grande golpe foi o de 1964, com a decisão inequívoca da burguesia brasileira de se aliar a qualquer preço ao capital internacional. Mais recentemente, todos passamos pela modernização tucana, quando íamos – bastava mais um esforço – entrar no espaço globalizado com estatuto de *global player*, para usar o jargão deles. Não foi por acaso que o interesse por Machado aumentou muito a partir de 64, transformando-o de “clássico anódino” em intérprete arguto das relações de classe no Brasil e, por extensão do sistema internacional que as sustenta. Os grandes momentos da cultura se dão quando a produção

cultural consegue figurar a complexidade do processo e estruturar sua “lógica singular”. No caso do Brasil, um elemento fundamental da relevância das obras é a capacidade de configurar essa complexidade abrangente, que faz com que a cor local, para usar o jargão de outra esfera, apareça tingida pela sua matriz de fora, cujo funcionamento a particularidade do Brasil escancara. É justamente isso que fez Machado de Assis para o final do século passado e Roberto para nosso tempo.

Uma das formas de ver como nosso crítico faz isso é lembrar alguns dos aspectos que ele destaca na obra de Machado. Em um artigo recente, ele lembra que um dos elementos que sustentam a altura dos romances da segunda fase de Machado é precisamente a possibilidade aberta pela adoção, a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, do ponto de vista da classe dominante, os representantes da norma dita civilizada, oferecido como modo de desvendamento de sua desfaçatez e de denúncia dos preços que tal norma cobra, tanto lá como cá, com extraordinário poder de revelação tanto do tal universal que sustenta a norma quanto da sua aplicação particular e denunciadora na periferia. Os heróis dos romances da segunda fase de Machado cumprem esse programa corrosivo com enorme eficiência:

Assim, a incorporação do país ao mundo contemporâneo é levada a cabo por uma figura das mais duvidosas, que faz gato e sapato do crédito que o leitor lhe dá. Desmancha-se no ato a suposição, entre desavisada e hipócrita de que os narradores sejam homens de bem, para não dizer próceres nacionais, e os próprios leitores sejam homens de bem por seu lado. Nessa constelação sardônica, o progresso e a vitória sobre o isolamento da colônia adquirem uma inesperada cor perversa. Não deixam de existir, mas sua serventia para a reprodução modernizada das iniquidades coloniais, com as quais se mostram compatíveis, desautoriza o sentimento da superação. Não há como negar os

avanços, mas eles constituem superações inglórias – dependendo do ponto de vista – no campo das mais caras aspirações nacionais. A ousadia crítica desse anticlímax, deste localismo de segundo grau, que incorporava a degradação do cosmopolitanismo, até hoje desconcerta (SCHWARZ, 2012, p. 256-257)

Parte do desconcerto vem do fato de que a demonstração levada a cabo pelos romances de Machado “ilustra e esquadrinha os mecanismos pátrios da reprodução não-burguesa da ordem burguesa, e universal, pois na escala do mundo, ao contrário do que consta, essa reprodução é a regra não a exceção” (Ibid., p. 277).

São conclusões deste tipo que vão construindo a amplitude da crítica de Roberto Schwarz e respondem pelo seu interesse para além dos estudos culturais latino-americanos. Ele atinou com um modo único de praticar os preceitos da teoria crítica de que é preciso se aferrar ao objeto e a suas determinações. Essa opção teórica traduz um ponto de vista a respeito do funcionamento do mundo: é uma visão materialista no sentido primeiro do termo, ou seja, o do que aborda seu objeto de estudo em si mesmo, sem impor-lhe pré-concepções a respeito do que é ou de como funciona. O modo Schwarz de ler alia-se, como se sabe, ao materialismo histórico e portanto se aferra ao objeto como produto de relações sociais que se modificam no tempo. Esse marxismo também coloca como horizonte último da interpretação crítica a totalidade, ou seja, o modo de produção que determina, sempre de forma a ser especificada, os produtos culturais sendo analisados.

Isso de cara lhe dá uma primazia sobre muito da crítica contemporânea. Nem vale a pena comparar sua relevância às ilusões de correntes críticas que se esgotam em modas, como, para ficar nas que tratam do mesmo objeto, as culturas periféricas, o pós-colonialismo com suas utopias vãs de hibridismo e de respeito à diferença entre desiguais. Mas o modo Schwarz de fazer crítica estabelece também

um ganho claro em relação á própria crítica de esquerda que, como sabemos, tantas vezes se resume a repetir *slogans* cujo prazo de validade já venceu, ou a ditar normas. Nada mais distante da prática do nosso Autor.

Que diferença isso faz? Por um lado, acredito que já ficou evidente, nas citações destas notas, o poder extraordinário de revelação da realidade que faz a força da crítica de Schwarz como “modo de descoberta e interpretação da realidade” de nossos dias. Mas quero ainda chamar atenção para um importante efeito complementar dessa modalidade de crítica cultural. Começo, de novo, com as palavras do próprio Autor. No prefácio que escreveu para o livro de Francisco de Oliveira (SCHWARZ, 2003), ele coloca questões que trazem para o presente do Brasil nesta primeira década do século XXI as questões de nossa formação histórica incongruente com os modelos hegemônicos. As perguntas dão notícia dos impasses, mas também da possibilidade histórica aberta pela própria continuidade desestimulante desses impasses: “Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima dos vencedores e menos truncada? Como escapar à posição prejudicada, sem tomar assento entre os que prejudicam? A reflexão sobre a impossibilidade de um nivelamento por cima – mas que por cima é este? – impele a questionar a ordem que engendra o problema” (Ibid., p. 21).

Nesta última frase, o marco do interesse político da crítica cultural à moda de Schwarz: sua lucidez se compõe também da superação da ilusão que faz patinar os modos correntes de pensar o Brasil e que ancoram, como não podia deixar de ser, os modos de representar a situação brasileira em arte. Por mais que estes modos sejam diversos, eles se identificam na noção chave de que as relações definidoras podem ser alteradas e a periferia pode se igualar com o centro. Esta perspectiva toma um tombo a cada giro histórico que recoloca a diferença estrutural e necessária nos termos do jogo vigente. Roberto

Schwarz parte da avaliação de que a situação periférica se põe e se repõe necessariamente dentro do “sistema mundial de reprodução de desigualdades”. Por isso, a menos que optemos pela via masoquista, o único remédio para esta situação que nos acachapa é mudar a ordem que nos determina e projetar um horizonte de uma totalidade de outra ordem. Esta a utopia irrecusável que se desenha na lucidez de uma crítica que se estrutura no momento mesmo em que a idéia de mudança total parece impensável.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jorge de. “Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano”. Em: CEVASCO, M.E. e OHATA, M. **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARANTES, Paulo. **Sentimento da Dialética**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**, 2 vol. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas cidades; Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, M.E. e OHATA, M. **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antonio. “Clima”. In: **Teresina etc**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema, trajetória do subdesenvolvimento**. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **A Sereia e o Desconfiado: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 1977.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Problems in materialismo and Culture**. London: Verso, 1980.

ROBERTO SCHWARZ LEITOR DE ROBERT KURZ

Daniel Bianchi²⁴

Introdução

Muito antes de descobrir a obra do sociólogo e ensaísta alemão Robert Kurz, no começo dos anos 1990, Roberto Schwarz já tinha se consagrado como autor de uma das mais engenhosas críticas das classes dominantes e do liberalismo brasileiros, bem como da possibilidade de o país se “se formar” segundo os moldes dos países capitalistas desenvolvidos. A partir da apropriação das teses de Kurz, a crítica da sociedade de classes passa a ser tratada por Schwarz a partir de um contexto renovado, que destaca a crise estrutural do capitalismo mundial e um suposto processo de desintegração dos valores e das instituições da modernidade, vistos como obstáculos intransponíveis para a entrada de nações como a brasileira no seleto rol dos países desenvolvidos.

24 Mestre em Ciência Política pela FFLCH-USP e especialista em Direito do Trabalho pela FD-USP.

Por meio da ênfase da teoria marxiana do valor e do fetichismo da mercadoria, Robert Kurz e seus companheiros do grupo Krisis (sobretudo Roswitha Scholz e Anselm Jappe) chamaram a atenção do crítico brasileiro ao defenderem que o capitalismo e a própria modernidade encontraram, no final do século XX, os seus limites imanentes. Com isso, os países desenvolvidos do centro tenderiam a se defrontar com problemas que até então eram próprios de países subdesenvolvidos. Estes, nesse cenário, também não teriam mais como alcançar a condição de desenvolvidos, pois os próprios limites do sistema inviabilizariam os imensos esforços para conseguirem se integrar à modernidade.

Fábio Mascaro Querido ressaltava que Roberto Schwarz

[...] atinou, desde muito jovem, e de forma pioneira, com a necessidade da retomada da crítica de Marx do fetichismo da mercadoria, vista como essencial para a desconstrução crítico-negativa do 'discurso filosófico da modernidade' tal como ele se manifestava, na periferia do capitalismo, através das ideologias (dualistas, desenvolvimentistas etc.) da modernização. Nesse contexto, a incorporação da reflexão de Robert Kurz na virada para os anos 1990 serviu a Schwarz como estímulo para a atualização do legado dialético-negativo dos frankfurtianos, ao passo que lhe permitiu revalidar, por assim dizer, o diagnóstico machadiano da passagem truncada e plena de rodeios e repetições do Brasil à modernidade, agora na forma de um 'colapso' mais geral da modernização, que teria então progredido da periferia para o centro, como se estivéssemos desde sempre estado na 'vanguarda da desintegração' (QUERIDO, 2016, p. 18).

Segundo o próprio Schwarz, o interesse pelas teses de Kurz adveio, dentre outras razões, justamente do fato de esse autor procurar historicizar a modernização, o que o leva a questionar o papel

da periferia do capitalismo no desmanche da modernidade – isto é, enquanto vanguarda da desintegração de todas as principais instituições da modernidade capitalista. Schwarz trata o problema nos seguintes termos:

[...] a perspectiva armada por Kurz tem interesse para o fundo do debate intelectual brasileiro. Desde a Independência, este se inspira na tarefa ainda inconclusa da formação nacional, a que se liga certo imperativo de participar da modernidade [...] Já trocamos o escravismo pelo trabalho mais ou menos livre, e nada impede que a elite se auto-reforme e passe do clientelismo para a conduta racional, do coronelismo para a cidadania, da corrupção para a honestidade, do protecionismo para a concorrência, quando então formaríamos dignamente no concerto das nações evoluídas. Ora, ao historicizar a modernização, ao tomá-la como processo mundial efetivo, em vias de afunilamento, e não como coleção de normas abstratas, o livro de Kurz desestabiliza este quadro de certezas, pacato e provinciano em última análise, para o qual o problema não está na marcha do mundo, que nos dispensamos de ponderar, mas apenas em nossa posição diferencial dentro dela. Se for verdade que a modernização entrou por um rumo que não está ao alcance de nosso bolso, além de não criar o emprego e a cidadania prometidos, como ficamos? O que vamos pensar dela? O mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação já não convence. E se o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós? E quem seríamos nós neste processo? (SCHWARZ, 1999, p.133-137)

Esse desmanche da modernização, que Kurz também denomina de “tendência avassaladora à descivilização”, seria, portanto, o

pano de fundo dos impasses brasileiros contemporâneos. Para melhor compreensão desse fenômeno, reconstituiremos, na segunda parte deste texto, a noção de “moderno sistema produtor de mercadorias” formulada por Kurz e as principais teses a ela vinculadas.

Por fim, na terceira e última parte, procuraremos demonstrar que o processo de eliminação dos direitos trabalhistas em curso no Brasil é uma manifestação desse papel do país na vanguarda da desintegração das principais instituições da modernidade capitalista.

A crise do moderno patriarcado produtor de mercadorias e o drama dos seres humanos não rentáveis

Para fins meramente didáticos, é conveniente um breve resumo das principais teses de Robert Kurz, em especial da sua apropriação da crítica marxiana do valor e da dimensão abstrata do trabalho. Para tanto, vamos nos valer especialmente do livro *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio*, que é uma coletânea de textos de Kurz, publicado em 2015.

Resumidamente, a tese de Kurz é que as reflexões de Marx sobre o fetichismo da mercadoria encontram-se ainda mais atuais do que aquelas sobre as lutas de classes – tese que leva Kurz a reformular uma questão central da tradição marxista e marxiana. Segundo a formulação kurziana, a história da humanidade até hoje foi também a história das relações de fetiche, e não somente a história da luta de classes.

Não obstante o rebaixamento da importância da luta de classes e do potencial revolucionário da classe operária, Kurz entende que a divisão de classes se aprofunda e assume proporções dramáticas e insustentáveis. Simultaneamente, as instituições que deveriam tratar e administrar o social, como o Estado e sindicatos, definham e se paralisam devido a restrições financeiras. O problema pode apresentar atualmente aspectos diferentes em cada país, de acordo com a

sua situação econômica no mercado mundial, as tradições nacionais e as relações estruturais. Mas, segundo Kurz, a tendência de fundo é a mesma em todos os países: se uma ordem social agrava permanentemente o catálogo das suas exigências e exclui cada vez mais seres humanos, isso é um indício de que ela atingiu os limites imanentes na sua constituição fundamental, como modo de produção e de vida.

É dessa forma que Kurz inicia o seu texto, que é praticamente um resumo das principais teses apresentadas por ele em *O colapso da modernização* (1991). Trata-se, pois, como já mencionado acima, de uma crise estrutural das formas que constituem a base da reprodução do capital, “cegamente pressuposta por norma” (KURZ, 2015).

Antes de aprofundar na apresentação das teses defendidas por Kurz, vale lembrar que, em março de 1993, por provocação de Roberto Schwarz, ocorreu no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) um debate em torno de *O colapso da modernização*, que havia sido publicado no Brasil há pouco tempo. Como resultado, a revista do centro, a *Novos Estudos* (nº36) publicou três resenhas do livro de Kurz, escritas por Francisco de Oliveira, José Arthur Gianotti e Luis Carlos Bresser Pereira. Ao contrário de Schwarz, e cada um a seu modo, os três intelectuais rejeitaram completamente as teses defendidas por Kurz. Em linhas gerais, Bresser Pereira argumenta que não é possível se falar em crise estrutural do sistema capitalista, pois o que estaria ocorrendo, na verdade, é “apenas uma crise cíclica” (1993, p. 48). Para Giannotti, o texto de Kurz é, nas palavras de Giannotti, “delirante e metafísico” (1993, p. 52), enquanto para Francisco de Oliveira, o “catastrofismo” de Kurz “pertence à família das interpretações mais vulgares do marxismo” (1993, p. 56).

Mas quais seriam as teses que tanto empolgaram Schwarz como causaram tamanho desprezo nesses intelectuais acima citados? Basicamente, Kurz (2015, p. 72) parte da ideia de que o fim da guerra-fria foi interpretado como vitória definitiva do capitalismo ocidental;

porém, segundo ele, a vitória norte-americana deveria ser vista como sinal de colapso da própria modernização e da crise estrutural do capitalismo. Isso porque a União Soviética seria parte de um mesmo sistema que se tornou insustentável. Apesar das promessas de uma nova era de prosperidade do capitalismo, gerada pelo fim da guerra fria e abertura dos mercados num sistema mundial universal unificado, a realidade é que, nos termos de Kurz, o neoliberalismo provocou uma rápida desilusão, que tornou necessária uma explicação diferente. Nela, não são os pontos diferentes, mas sim os pontos comuns entre o “estatismo soviético” e o “capitalismo ocidental” que seriam essenciais para o entendimento deste processo. Para Kurz, todas as sociedades modernas são “sistemas produtores de mercadorias”, independentemente de serem mais ou menos reguladas pelo Estado neoliberal. No fundo, o seu sistema de referência comum é o mercado mundial. O mercado universal, porém, não existe por si, mas é a esfera funcional de um fim-em-si social irracional, que consiste em “fazer do valor mais valor”, para fazer do dinheiro mais dinheiro (valorização do capital ou acumulação de capital), constantemente – isto é, não existe um ponto ótimo, a partir do qual a economia não precisa mais “crescer” ou, nos termos de Marx, não precise mais aumentar a taxa de mais valor (de mais trabalho) indefinidamente.

Além disso, através desse fim em si mesmo – alheio à satisfação das necessidades humanas, isto é, descompromissado com o bem-estar da humanidade – é que o mercado se tornou universal. Enquanto a produção de mercadorias nas sociedades pré-modernas tinha caráter apenas secundário e marginal (era somente um meio de troca e não um fim si mesmo), a vida era reproduzida, na sua maior parte, sob outras formas. Karl Marx, afirma Kurz, teria apreendido esta diferença em duas simples fórmulas da relação de mercadoria (M) e dinheiro (D). Assim, enquanto simples forma de “nicho” nos poros das sociedades agrárias, isto é, de modo marginal, a relação funcionava segundo a

fórmula M-D-M. O dinheiro limitava-se aqui ao papel de mediação, de mero meio de troca, estando os objetos da necessidade em forma de mercadoria no princípio e no fim da transação.

Na modernidade, destaca Kurz, sempre amparado em Marx, *inverte-se* a relação, ou seja, o dinheiro, antes do capitalismo, era apenas um meio de troca (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria) e, com a consolidação do capitalismo, passou a ser um fim, representado pela fórmula D-M-D ou então D-M-D'. Dessa forma, a produção deixa de ter como finalidade a satisfação de necessidades humanas concretas e passa-se a produzir para satisfação do mercado, que é transformar o dinheiro em mais dinheiro, sendo que o só seria possível fazer do dinheiro mais dinheiro (e fazer do valor mais valor) por meio da exploração do trabalho humano.

Na prática, a produção de sapatos não teria como finalidade atender a necessidade da população, não visaria suprir necessidades humanas concretas. Trata-se de produção inteiramente desvinculada das necessidades humanas. O mesmo valeria para a produção de canetas, por exemplo, bem como de qualquer outro objeto. Assim, no moderno sistema produtor de mercadorias, a finalidade da produção não é o bem-estar da humanidade, mas o bem-estar do próprio mercado. No mesmo sentido, pouco importa o conteúdo do trabalho. Afinal, com o advento da modernidade e do capitalismo, o trabalho, tal qual a produção de bens, perdeu sua dimensão concreta, não serve mais para gerar “valor de uso” e nem para satisfazer necessidades humanas do estômago e do espírito. Numa perspectiva não capitalista, a produção infinita de canetas seria absurda e irracional. Nessa lógica, muito embora o mercado apareça como um meio para atender as necessidades humanas concretas, na verdade, ocorreria o contrário: os seres humanos é que são instrumentos (meios) para a satisfação do mercado e das mercadorias. Nos termos de Kurz (2015, p. 74), a satisfação das necessidades humanas concretas é rebaixada a um

simples subproduto da “valorização do valor” e torna-se dependente desta. Portanto, para Kurz, a produção desliga-se dos laços sociais da vida e, como “economia empresarial”, autonomiza-se. Ou seja, como processo sistêmico anônimo face aos seres humanos concretos, a economia moderna se torna independente da humanidade, que deixa de ter qualquer controle sobre a reprodução da sua própria vida.

O mecanismo interno desta “economia desvinculada” reside na exploração de energia humana (trabalho). Nas sociedades pré-modernas, segundo Kurz, trabalho tinha uma conotação negativa, era algo abstrato que abarcava qualquer atividades realizada por escravizados. Apenas na modernidade, afirma Kurz, a expressão trabalho se tornou positiva e universalizada. Amparado em Marx, o sociólogo alemão procura demonstrar que o trabalho funciona como “substância” do valor e da valorização, enquanto o dinheiro seria a representação de um *quantum* de trabalho. O próprio trabalho concreto ou, como prefere Kurz, as próprias atividades (de caça, pesca, plantação, escrita de um livro etc) nesta ordem social moderna seriam também desvinculadas dos conteúdos das necessidades humanas e, portanto indiferentes ao bem-estar da humanidade. Por isso se trataria de “trabalho abstrato” (Marx). Tanto faz, no capitalismo, se se fabricam camisetas, canetas ou chapéus; o importante é que a energia humana abstrata como “dispendio de nervo, músculo e cérebro” (Marx) possa ser transformada em dinheiro e depois em mais dinheiro (mais-valor). Ainda seguindo a tese do autor de *O capital*, Kurz destaca como o valor se confunde com a quantidade de trabalho abstrato, de modo que “a autofinalidade da valorização corresponde a autofinalidade do “trabalho abstrato” (2015, p. 73). Além disso, a infundável acumulação de valor não é senão a infundável acumulação de trabalho morto (passado). Do trabalho tem que se fazer sempre de novo trabalho, de modo que, sob tais condições, o mercado não representa nenhuma troca entre produtores independentes, mas apenas e tão somente uma esfera da realização do

mais-valor, isto é, um momento do processo de (re)transformação de “mais trabalho” em “mais dinheiro”. Por isso, a “liberdade do mercado” é ilusória, pois ela tem por base a relação coerciva do “trabalho abstrato”.

Neste ponto, Kurz é bastante incisivo ao mostrar que essa coerção já não é pessoal (como era, por exemplo, a relação entre senhor e servo), mas sistêmica, anônima. Trata-se de se vender a si mesmo como “máquina de dispêndio” de energia humana abstrata (força de trabalho) na “economia desvinculada”. Estas características teriam sido impostas nos primórdios da modernidade, a partir do século XVI (KURZ, 2015, p. 75), com coação, violência e contra uma longa resistência dos movimentos sociais, em um processo que teria desaguado, já na primeira metade do século XX, na época das guerras mundiais industrializadas e das crises da economia mundial. A partir desse momento, o moderno sistema produtor de mercadorias já parecia fracassar nas suas contradições internas e corria o risco de dissolver-se no caos e na barbárie – com manifestação extrema no sistema de aniquilação de seres humanos, especificamente na experiência alemã do nazismo.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), entretanto, houve o que Kurz chamou de “curto verão do milagre econômico” (2015, p. 76). O desenvolvimento das forças produtivas, forçado pela concorrência, libertou potencialidades nunca sonhadas, fazendo parecer possível uma “civilização do capitalismo”. Apesar da racionalização, a necessidade de “trabalho abstrato” cresceu, como nunca antes, porque os bens industriais de luxo, antes limitados a uma estreita camada social, como automóveis e eletrodomésticos, se massificaram, alargando os mercados bruscamente.

Porém, segundo a interpretação de Kurz, desde os anos 1980, a “Terceira Revolução Industrial”, a da microeletrônica, obstaculizou gravemente os planos de todas estas esperanças positivas da modernidade. O mesmo desenvolvimento da produtividade, que obteve tão grande sucesso na história do fordismo no pós-guerra, agora constituiria

a condição da crise (KURZ, 2015, p. 77). Assim, de acordo com o Roberto Schwarz, leitor de Kurz:

A crise procede da periferia para o centro, ou seja, começou pelo Terceiro Mundo, foi aos países socialistas e já chegou a regiões e bairros inteiros nos países ricos. Qual a sua natureza? A concorrência no mercado mundial torna obrigatório o novo padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos. Tanto o mercado como o padrão, na sua forma atual, são resultados tardios e consistentes da evolução do sistema capitalista, que, chegando a este patamar - sempre segundo Kurz - alcançou o seu limite, criando condições completamente novas. Pela primeira vez o aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho (SCHWARZ, 1993, pp. 8-9).

Sobre essa perda da faculdade de explorar trabalho, a que se refere Schwarz, Kurz argumenta, nos termos da teoria do valor-trabalho, que quanto maior a produtividade, tanto menor a “substância do trabalho” (valor) por mercadoria, e, portanto, tanto menor o valor a que se chega no processo da valorização e, conseqüentemente, tanto mais difícil a necessidade de satisfazer a necessidade do capitalismo: o aumento da taxa de mais valor. Na prática, quanto maior o desemprego, menor o “crescimento econômico” e, conseqüentemente, maior a “barbárie”.

Esta contradição (aumento da produção que leva ao colapso), de acordo com Kurz, chegou a manifestações explosivas com sucessivas crises históricas. Com o advento da revolução microeletrônica, o potencial de racionalização e produtividade passou a ser tão grande que continuamente vem tornando supérfluo o trabalho de uma enorme

parcela da população. Assim, não obstante o aumento da quantidade de mercadorias, diminui rapidamente a substância de trabalho socialmente necessária para tal produtividade, graças à tecnologia da microeletrônica. Por consequência, a crise assume caráter estrutural. Nas regiões periféricas do mercado mundial, isto é, na zona do antigo socialismo de Estado do Leste (na antiga União Soviética) e de “desenvolvimento atrasado” do Sul, tal situação já conduziu à derrocada social, precisamente porque a microeletrônica não pôde ser aplicada com êxito por falta de força de capital.

A situação é absurda: pelo fato de a produtividade ter se tornado “demasiado elevada” e de poderem ser fabricados muitos bens com pouco trabalho, cada vez mais seres humanos são rebaixados a um nível de pobreza ainda há pouco tempo inimaginável. Nesse cenário, os seres humanos têm que ser “rentáveis” no sentido do fim em si do sistema. A consequência é que a divisão da sociedade aprofunda-se cada vez mais. Até a classe média passou a ser diretamente atingida pelo turbilhão da crise. Para Kurz, não se trata, porém, apenas da desmontagem das capacidades de produção não rentáveis mas também do Estado, que se transforma cada vez mais numa simples administração do estado de emergência, porque já não consegue regular a economia empresarial globalizada e porque lhe faltam receitas.

A “solução” formulada pelos defensores do capitalismo, para tentar salvar o sistema, é o projeto político neoliberal, que se tornou um consenso suprapartidário em quase todos os países. Por meio dele, argumenta Kurz, evidencia-se que as “aquisições civilizatórias” do período do pós-guerra não são auto-sustentáveis, mas tinham que ser alimentadas com uma maior quantidade de valor-trabalho, afinal, o sucesso da economia de mercado depende de uma absorção indefinidamente crescente de força de trabalho. Porém, trata-se de uma crise estrutural justamente porque é cada vez mais difícil alcançar o pleno emprego e aumentar indefinidamente a taxa de mais valor. Na

mesma medida em que este regride, também a civilização social, sob o capitalismo, é obrigada a recuar. É precisamente sob as condições do desemprego de massas e da nova pobreza que o Estado social é desmontado e abandona os seus cidadãos. Estruturas inteiras definham e são reduzidas a poucas “regiões metropolitanas”.

O Estado, ironiza Robert Kurz, desfaz-se dos serviços públicos, como um nobre arruinado se desfaz das pratas da casa. A privatização significa em regra redução à capacidade de pagamento privada e, portanto, o fim das estruturas universais.

Os caminhos-de-ferro deixam linhas ao abandono, os correios fecham estações. No sistema de ensino expande-se o ensino para duas classes (conceito de elite), nos serviços de saúde a medicina de segunda classe. Agora diz-se de novo e sem qualquer cerimónia: tens de morrer mais cedo porque és pobre. Na maior parte dos casos são as camadas inferiores da pirâmide social as mais duramente atingidas pelas restrições financeiras nos serviços públicos, como é o caso das instituições de trabalho social, de prestação de cuidados aos deficientes, aos sem abrigo e aos idosos, porque dispõem dos lobbies mais fracos (Ibidem, p. 80).

Após os despedimentos em massa nos setores comerciais e industriais, a crise do Estado social e dos serviços públicos resultante da crise da valorização conduz, também nos setores antes geridos pelo Estado, a uma “disponibilização” similar de empregados, que vão engrossar o exército dos caídos. Segundo Kurz, um número cada vez maior de seres humanos vê-se obrigado à prestação de serviços baratos, ao empreendedorismo de si mesmo e ao que atualmente chamamos de “uberização” das relações de trabalho, por exemplo.

Quanto mais a crise se agrava, mais se agrava também a concorrência universal, que é instrumentalizada pela “administração da

crise” para jogar uns contra os outros os diversos grupos de caídos e marginalizados. Há divisão social não apenas entre os vencedores, em número cada vez menor, e os perdedores, em número cada vez maior; mas também há entre os próprios perdedores. Empregados e desempregados, mulheres e homens, jovens e velhos, herdeiros em perspectiva e filhos de indigentes, saudáveis e doentes, não incapacitados e incapacitados, nacionais e estrangeiros defrontam-se mutuamente ao nível da pobreza. Com isso, trata-se de ver quem é que ainda consegue “se virar” nesse contexto.

Ainda nos termos de Kurz, “temos que nos confrontar com uma hierarquia de não rentabilidade atravessada por precárias lutas pela partilha. Mesmo no fundo dessa hierarquia encontram-se os absolutamente abandonados, que já nem maus e criminosos podem ser: doentes mentais, incapacitados psíquicos e físicos, dependentes de assistência e doentes terminais. São em série os repetidos escândalos em lares de idosos e de internamento, causados também pela desqualificação do pessoal, em número reduzido e sob a pressão dos custos e do serviço” (Ibid., p. 83).

Inclusive entre as chamadas democracias europeias e nos Estados Unidos ocorrem, segundo Kurz, uma “descivilização e uma desumanização estruturais: “Não se trata de nenhum pessimismo, mas de uma realidade social em expansão. Sob tais condições, as clássicas reações de crise e ideologias de crise do sexismo, do racismo e do anti-semitismo encontram-se na ofensiva por todo o mundo, transversais a todas as camadas sociais” (KURZ, 2015, p 83). Por tais razões, Kurz entende que “os demônios do século XIX e princípio do século XX regressam em forma modificada”, na forma de uma “mentalidade social-darwinista”, que tem as suas raízes no liberalismo clássico e que atualmente se manifesta em um liberalismo desenfreado.

Nesse contexto, de acordo com o pensador alemão, a lógica subjacente revela que não é propriamente o capitalismo e o “moderno

sistema produtor de mercadorias”, declarado lei natural, que chega ao fim, mas sim o próprio interesse vital e o direito à vida dos seres humanos não rentáveis. Que possibilidades resistência existem ou poderiam ser criadas face a esta grande tendência avassaladora de “descivilização”? São esses os argumentos que chamaram a atenção de Schwarz e que teriam, em suas palavras, interesse para o fundo do debate intelectual brasileiro.

Conclusão: as recentes reformas trabalhistas seriam um indício do protagonismo do Brasil no processo de desmanche da modernização?

Como escreve Roberto Schwarz (1993, p.10), “a situação de vários países da América Latina hoje se pode caracterizar como de ‘desindustrialização endividada’, com populações compostas de não-pessoas sociais, ou seja, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro”. No Brasil, o aprofundamento da precarização dos direitos sociais, incluindo a eliminação dos direitos trabalhistas, é um dos sintomas dessa situação do capitalismo do século XXI. É nesse contexto que, desde os anos 1990, mas sobretudo a partir de 2017, vem ocorrendo no país intensa redução desses direitos. Dentre as principais justificativas apresentadas pelos defensores de tal política, está a necessidade de “modernização” do Brasil por meio da flexibilização ou mesmo da retirada desses direitos. A justificativa para o retrocesso desse direito social é a necessidade de se promover a modernização daquela que seria a principal lei que regulamenta as relações de trabalho no Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No entanto, para muitos estudiosos do assunto, como o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Jorge Luiz Souto Maior, em *História do Direito do Trabalho no Brasil – Volume I, Parte II* (2017), a história do Direito do Trabalho no Brasil é, na verdade, a

história de 127 anos de inefetividade da legislação trabalhista, já que a informalidade predomina no mercado de trabalho e, dentro da parcela formalizada, prevalece a falta de aplicação e fiscalização desses direitos, que, a propósito, estão previstos, em sua maioria, na Constituição de 1988 e várias leis dispersas – e não propriamente na CLT de 1943. (SOUTO MAIOR, 2017, p. 698).

Nesse sentido, considerando contexto internacional, como comparar as políticas de flexibilização de direitos trabalhistas que vem ocorrendo na França, por exemplo? Por qual razão estamos importando a ideia europeia de flexibilizar as normas trabalhistas se, ao contrário da Europa, no Brasil predomina a informalidade e as normas trabalhistas possuem pouca efetividade? Trata-se de uma nova “ideia fora de lugar”? Afinal, a ideia de que a legislação trabalhista é muito protetora talvez tenha alguma verdade na Europa, mas, aqui, faz pouco sentido. Por que deixou de ser necessário manter as aparências de que haveria direitos trabalhistas no Brasil? Nos termos de Schwarz, pode-se dizer que a inefetividade dos direitos trabalhistas são os efeitos do “sentido impróprio” que as ideias trabalhistas europeias adquiriram por aqui, enquanto manifestação das particularidades nacionais, muitas vezes relacionadas com a manutenção da lógica do favor e da desfaçatez de classe. No entanto, uma vez que a flexibilização dos direitos trabalhistas se tornou ideia hegemônica na Europa²⁵ e que, agora, em vez de importarmos direitos estamos importando flexibilizações de direitos, resta saber qual o “sentido impróprio” que tais ideias adquirirão aqui.

25 De acordo com Rui Braga, em entrevista publicada no dia 26/07/2017, no Jornal ESTADÃO, a informalidade no mercado de trabalho sempre foi a regra no Brasil e a exceção na Europa, mas agora a informalidade vem se fazendo cada vez mais presente também nos países do centro do capitalismo: “o conceito de precariado aponta que a informalidade é a tendência mundial do mercado de trabalho [...] o que na Europa, por conta da institucionalização de direitos, de garantias, conquistas, lutas sociais, era regra, ou foi regra durante muito tempo e se enfraqueceu, no caso brasileiro sempre foi a exceção”.

Considerando a tese de Schwarz, leitor de Kurz, os verdadeiros motivos da redução dos direitos trabalhistas têm relação com a crise estrutural do capitalismo, pois diante do “caráter excludente das novas forças produtivas” (SCHWARZ, 1993, p. 9), eis a barbárie: mais vale qualquer trabalho, ainda que precarizado, do que nenhum trabalho. Em outras palavras, ao contrário do que ocorria até meados do século XX, em que a luta dos trabalhadores era por melhores condições de trabalho, atualmente, a luta passa a ser por conseguir se explorado:

Depois de lutar contra a exploração capitalista, os trabalhadores deverão, se debater contra a falta dela, que pode não ser melhor. Ironicamente a exaltação socialista do herói proletário e do trabalho “em geral” consagra um gênero de esforço historicamente já obsoleto, de qualidade inferior e pouco vendável, superado pelo capital e não pela revolução (SCHWARZ, 1993, p. 9).

Como conclusão, podemos indagar em que medida essa mais nova política modernizadora (“modernização” trabalhista) pode ser considerada como outro indício de que, nos termos de Schwarz, leitor de Kurz, estamos cumprindo o papel de vanguarda do desmanche da modernização do mundo ocidental? Seria a modernização trabalhista (redução de direitos) mais um aspecto da referida “tendência à descivilização” a que se refere Kurz? Como questiona Schwarz, “se for verdade que a modernização entrou por um rumo que não está ao alcance de nosso bolso, além de não criar o emprego e a cidadania prometidos, como ficamos? O que vamos pensar dela?”. A solução kurziana, de acordo com Schwarz, é a superação do capitalismo, entendido como sociedade do trabalho. Solução possível justamente em função dos avanços tecnológicos, que estão por trás da crise estrutural do capital, nos seguintes termos: “O movimento vai em direção de uma nova idade das trevas, de caos e decomposição, embora o processo

produtivo, considerado em sua materialidade e envergadura planetária, e apartado da carapaça concorrencial, exiba os elementos de uma solução que o autor valentemente chama pelo nome de comunismo” (SCHWARZ, 1993, p. 11).

Referências bibliográficas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Colapso da modernização ou crise cíclica?. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 37, p. 42-51, nov. 1993.

FELTRAN. Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, v. 27, nº. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014.

GIANOTTI, José Arthur. As diabruras metafísicas de Robert Kurz. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 37, p. 48-52, nov. 1993.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial – Crônicas do capitalismo em declínio**. Trad. Lumir Nahodil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. De novo, o apocalipse. Ou da inutilidade de(o) ser humano. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 37, p. 52-57, nov. 1993.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, n.97, p.227-233, nov.2013.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Da literatura à crítica social e vice-versa: O ensaísmo dialético de Roberto Schwarz. **40º Encontro Nacional da ANPOCS**, 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index>.

php/papers-40-encontro/st-10/st02-8/10526-da-literatura-a-critica-social-e-vice-versa-o-ensaio-dialetico-de-roberto-schwarz/file.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, p.525-556, nov. 2013.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas – Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. Um livro audacioso. In. KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1993, p. 9-16.

SCHWARZ, Roberto. Ainda o livro de Kurz. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 37, novembro 1993 p. 133-137.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de Direito do Trabalho – Vol. 1, parte II: História do Direito do Trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2017

SCHWARZ LENDO BRECHT

Lindberg Campos²⁶

Lendo o leitor

Não te metas! Quem muito pergunta
Ouve muitas respostas.

Bertolt Brecht, *A Santa Joana dos Matadouros*

Roberto Schwarz, por várias vezes e de diferentes maneiras, ressaltou a forte influência que Bertolt Brecht teve em sua formação política e intelectual. Na passagem mais emblemática que dá conta desse reconhecimento, imediatamente após citar a obra de Antonio Candido, Schwarz (2008, p. 13) diz que seu “trabalho seria impensável igualmente sem a tradição – contraditória – formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx”. Assim, dentro do quadro do aprofundamento do entendimento de um momento-chave da crítica cultural materialista brasileira, da qual Schwarz é membro

26 Professor no Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande e doutor em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês - FFLCH/USP.

destacado, não deve existir estranhamento em relação ao interesse por uma agenda de pesquisa que tenha como eixo justamente determinar um pouco melhor as relações entre Schwarz e Brecht.

Isto é, uma investigação, que esclareça como se desenvolve o processo de leitura que Schwarz faz de Brecht e quais são, afinal, os elementos da obra do dramaturgo alemão incorporados e rejeitados na crítica do brasileiro, pode lançar luz sobre alguns dos pressupostos do pensamento brasileiro contemporâneo. É nesse sentido que ao longo deste artigo nos restringiremos a identificar, analisar e interpretar como Schwarz lê Brecht a partir de dois ensaios em tempos distintos; a saber, “*A Santa Joana dos Matadouros*” de 1982 e “Altos e baixos sobre a atualidade de Brecht” de 1999. Isso quer dizer que o leitor tem diante de si mais um esforço de mapeamento da questão do que um achado crítico de fato ou a tentativa de adicionar mais um capítulo original à polêmica em torno do juízo que Schwarz emitiu sobre Brecht. Esse, evidentemente, é o segundo passo e depende de uma boa compreensão do problema, já que se trata de um assunto denso e que tem gerado inúmeras opiniões desencontradas e, não raramente, empobrecidas, entre tantas outras razões, devido a certa má vontade, à precária atenção dispensada ao que foi verdadeiramente escrito e aos contextos dos escritos.

Já podemos adiantar também que tentaremos ler os dois textos à luz das suas diferentes, ou talvez seja melhor dizer, antagônicas circunstâncias, essencialmente porque *Que horas são?* (1987) e *Sequências brasileiras* (1999) configuram dois instantes bastante distintos do processo crítico de Schwarz, contando com as suas respectivas preocupações, ênfases e visões semiautônomas em relação às coordenadas sócio-históricas.

Trocando em miúdos, e já avançando no nosso argumento, enquanto *Que horas são?* traz ensaios redigidos sob os auspícios da

campanha pelas “Diretas Já”, da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da luta pela constituinte cidadã e de todo o caldo político que culminou na assim chamada redemocratização do Brasil, *Sequências brasileiras* é, por outro lado, composto por textos elaborados durante a derrocada da União Soviética e do assim chamado socialismo real do leste europeu, o processo de abertura econômica à brasileira, a reinserção novamente subalterna do país na ordem globalizada, a instalação do edifício neoliberal, a consolidação do plano real, o aprofundamento da dependência nos governos de Fernando Henrique Cardoso e por aí vai. Outro exemplo flagrante de como essa troca de ares está presente nas duas coletâneas de ensaios é contrastar – além dos dois escritos sobre Brecht em questão nesse estudo preliminar – o papel de engajamento intelectual mais orgânico manifesto em “Política e Cultura (Subsídios para uma plataforma do PT em 1982)” com os diagnósticos e prognósticos mais céticos contidos nos ensaios “Fim de século” e “O livro audacioso de Kurz”, por exemplo.

Finalmente, após este breve preâmbulo, podemos partir para o exame propriamente dito da leitura que Schwarz faz de Brecht em 1982 e em 1999, tendo em mente, é claro, que os dois ensaios apesar de compartilharem o mesmo tema, possuem motivações diversas: sendo o primeiro uma análise sucinta que demonstra que Brecht não apenas movimentou uma cultura de esquerda, como também contribuiu para a inovação da cultura de maneira geral e o segundo se caracterizando por ser uma espécie de provocação aos adeptos contemporâneos do legado teórico e estético brechtiano que já começa por anunciar e termina por explicar o porquê, segundo nosso crítico (1999, p. 113), “Brecht hoje não tem atualidade nenhuma”.

Uma cultura de esquerda

Você vê! O que é que você vê?
Você não vê nada!
Você arregala os olhos,
e arregalar os olhos não é ver.
Bertolt Brecht, *Vida de Galileu*

“A Santa Joana dos Matadouros” apareceu originalmente na revista *Novos Estudos Cebrap* e mais do que meramente fazer uma introdução ao texto fonte da tradução que produziu, Schwarz escreveu uma breve avaliação do experimentalismo estético das primeiras décadas do século XX na Europa e da inserção do trabalho de Brecht naquele contexto. Seu ponto de partida é o “desencontro histórico” entre experimentalismo artístico e radicalização política que identifica como determinante das relações entre os movimentos de vanguarda e de revolução social do começo do século passado: se por um lado “socialismo e vanguardismo viam como caducas as formas do mundo burguês e quiseram apressar o seu fim”, por outro “espanta que não tenha sido maior a sua associação e, sobretudo, que no interior da esquerda tenha havido tanta hostilidade ao espírito experimental”. Schwarz nos lembra ainda que tanto durante aquelas décadas quanto hoje “boa parte das inovações estéticas de nosso tempo veio de homens apolíticos ou reacionários”, o que nos faz imediatamente desconfiar das visões reducionistas que insistem na equalização entre projeto artístico de vanguarda e política de esquerda.

É exatamente nesse momento que Schwarz (2012, p. 87) apresenta Brecht como um contraponto a essa constante, que ele identifica, ao afirmar que “entre os escritores, que são referência neste século, foram poucos os que movimentaram uma cultura de esquerda mais desenvolvida, e pouquíssimos os que fizeram dela mais que uma bandeira bem aceita, um fermento de inovação”. Com efeito, a apresentação

do dramaturgo alemão por parte de Schwarz não poderia ser mais positiva, ressaltando que o interesse na obra de Brecht advinha precisamente por unir arte exigente e engajamento político: a “inventiva artística [de Brecht] — fenomenal, e sempre acintosa — se alimentava metodicamente do estudo e da experiência da luta de classes”. Roberto Schwarz (2012, p. 88) vai até o ponto de declarar que “o Brecht verdadeiramente novo e decisivo é o da maturidade, que associou em grande escala a experimentação artística e a reflexão política”. Cabe rapidamente mencionar que nesse momento Schwarz parece partilhar o mesmo juízo estético que Walter Benjamin, pois pode-se inferir que, do mesmo modo que este, ele não parece conceber uma arte que possa ser, ao mesmo tempo, politicamente emancipadora e esteticamente reacionária. Afinal de contas, “a tendência de uma poética só pode ser correta politicamente se também for correta literariamente. Isso quer dizer que a tendência politicamente correta engloba uma tendência literária” (Benjamin, 2017, p. 86).

Talvez seja proveitoso olharmos mais de perto a rápida avaliação que Schwarz faz da situação nacional da época da redação do ensaio lado a lado do legado de Brecht para um raciocínio estético de esquerda, dado que é principalmente ela que vai sofrer transformações significativas na produção posterior do crítico.

Hoje o ponto de vista dos trabalhadores volta a integrar — e perturbar, pela natureza das coisas — o nosso espectro político legal. Ora, como nenhum outro, o teatro de Brecht fixou as dissonâncias e contorções que transfiguram a cultura burguesa sempre que os explorados têm a palavra, a qual por sua vez é interesseira, contraditória, inautêntica, frustra etc., pois o autor não é populista. É certo que a Alemanha de Weimar não é o Brasil da abertura, mas este quadro, com os esvaziamentos e as relativizações que ocasiona, está na ordem do dia entre nós (Schwarz, 2012, p. 88)

Esse parágrafo dá notícia de uma semelhança entre a República de Weimar e o contexto brasileiro, a qual residiria na volta do “ponto de vista dos trabalhadores” à institucionalidade, sem evidentemente excluir as flagrantes diferenças. O que parece estar em jogo para sustentar a analogia de Schwarz aqui é todo o processo de ascensão de lutas sociais no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, cujos episódios mais marcantes foram as greves do ABC, que culminaram na fundação do PT, da CUT, do MST e na “abertura democrática”. Não parece ser forçoso dizer que essa passagem transmite certo otimismo em relação às movimentações populares nacionais e que isso seria fundamental para a apreciação tão favorável da obra de Brecht, inclusive de uma peça que trata, entre outras coisas e não por acaso, de uma grande mobilização de trabalhadores contra industriais. Além disso, o crítico sugere que, naquela época, o teatro épico dificilmente poderia ser mais atual para os impasses da cultura brasileira, pois ele não se restringiu a eleger *A Santa Joana dos Matadouros* como “uma das grandes peças do século”, mas também justificou a sua tradução com o intento de “divulgar timbres e modos de composição quase inexplorados na literatura brasileira”. Esse quadro nos leva a crer que, para o Schwarz de 1982, as teorias e as peças de Brecht eram extraordinariamente atuais para a política e para a cultura brasileira, porque ainda existia no horizonte nacional uma superação à vista desde a perspectiva dos trabalhadores e do trabalho; o que mudaria profundamente na virada do século XX para o XXI e já sob a influência das teorias do fim da sociedade do trabalho.

Valências de Brecht

Quando voo, eu sou
Um verdadeiro ateu.
Por 10 mil anos, lá
onde as águas se tornavam escuras no céu,
Entre a luz e o crepúsculo, incontido, surgia
Deus. E da mesma forma,
Sobre as montanhas de onde vinham o gelo,
Os ignorantes incorrigíveis avistavam
Deus. E da mesma forma,
No deserto ele vinha nas tempestades de areia, e,
Nas cidades, ele era gerado da desordem
Das classes sociais, pois a humanidade se divide em duas:
Exploração e Ignorância, mas
A Revolução líquida com ele.
Abram estradas através das montanhas, e ele desaparecerá.
Os rios o expulsarão do deserto. A luz
Mostrará o vazio e
O espantará de imediato.

Portanto participem
Da luta contra o que é primitivo,
Da liquidação do além e
Da expulsão de todo e qualquer deus, onde quer que
Ele surja.
Sob os microscópios mais precisos
Ele cairá.
Os aperfeiçoados aparelhos
O expulsarão dos ares.
O saneamento das cidades,
O extermínio da miséria,
Farão com que ele desapareça e
O enxotarão de volta ao primeiro milênio.

Bertolt Brecht, *O vôo sobre o oceano*

Contudo, foi somente cerca de quinze anos depois que Schwarz de fato produziu uma análise mais extensa sobre Brecht. Na verdade, em vez de se ocupar de uma ou outra obra específica, nosso crítico se dirige ao assunto delicado da atualidade do trabalho de Brecht para o presente. Schwarz atravessa o campo minado formado pelo encontro entre prática e teoria que marca o trajeto de quem se dedique a estudar um autor como Brecht. Podemos dizer que a força do ensaio emana justamente da dificuldade do problema que se propõe a debater e da forma como o aborda. A propósito, o título – “Altos e baixos sobre a atualidade de Brecht” – já antecipa um pouco da dimensão dialética que norteou esse escrito, pois não se trata de uma simples reiteração ou homenagem às qualidades teóricas, estéticas e políticas do dramaturgo, nem tampouco da crítica academicista fácil ou da resignação fatalista que descarta o engajamento artístico, e que fora tão propalada em um mundo onde tanto o fracasso do projeto soviético e as vitórias da reestruturação neoliberal já eram conhecidos. De fato, o próprio ritmo do ensaio encapsula a ideia de altos e baixos, uma vez que não é obra do acaso que, por muitas vezes, Schwarz alterne o reconhecimento de potencialidades na teoria e dramaturgia de Brecht com as suas respectivas contradições vistas desde os últimos anos do século XX e de um país periférico como o Brasil. A organização desse longo ensaio, no entanto, é ainda mais complexa e vamos propor que para além dessa dinâmica formal, abordemos o ensaio tendo como base alguns temas que permitiram com que Schwarz chegasse à conclusão da desatualização de Brecht para aquele instante específico. Basicamente podemos dividir o ensaio em dois núcleos interligados intimamente, a saber, Brecht e o didatismo, Brecht e a história. Vejamos brevemente e no detalhe como se processa esse primeiro núcleo:

E está aí, sob a pressão do caráter nefasto de nosso tempo, a exigência de que sejamos (as crianças e nós) desconfiados, de que não consideremos nada

como sendo natural, isso para que tudo seja passível de mudança. À postura didática e o verso prosaico, em que entre outras coisas devemos reconhecer uma *radicalização vanguardista*, têm parte essencial no dispositivo literário de Brecht. O escritor buscava formas frias de entusiasmo e de ênfase, para responder à altura, como artista, às circunstâncias da luta de classes. A vizinhança do catecismo naturalmente é um risco.

(...) esses assuntos podem ser aproximados da idéia marxista da “desnaturalização” (...) Ao contrário dos economistas, que viam na divisão da sociedade em classes a expressão acabada da natureza humana, Marx a explicava como uma formação histórica, que surgira a certa altura e desapareceria noutra (...) a célebre exigência de que a cena represente o mundo enquanto transformável participa do mesmo espírito. Se considerarmos apenas como um lembrete do caráter histórico das relações humanas, sempre mudadiças, ela hoje estaria banalizada. Mas se reconhecemos a ênfase no *transformável*, com sua recusa tácita do presente de exploração, estaremos diante de um imperativo mais difícil, para o qual a inteligência da historicidade não pode ser dita real senão ao atender às necessidades da intervenção modificadora. A oportunidade do mandamento e a dificuldade de cumpri-lo saltam aos olhos (Schwarz, 1999, p. 115)

Se lermos esses dois parágrafos, levando em consideração algumas orações-chave acima, veremos o princípio formal do ensaio já anunciado na expressão “altos e baixos”, e que sugerimos anteriormente: “o escritor buscava formas frias de entusiasmo e de ênfase, para responder à altura, como artista, às circunstâncias da luta de classes. A vizinhança do catecismo naturalmente é um risco”. Outra coisa que também chama a atenção, e que não deve de maneira alguma

ser vista como secundária nesses parágrafos iniciais dedicados ao núcleo Brecht e o didatismo, é o uso de termos ligados à militância religiosa — “catecismo” e “mandamento” —, sobretudo porque trata-se de uma analogia informada e que Schwarz (1999, p. 129) vai arrematar nos lembrando mais tarde, e nesse mesmo ensaio, que embora as originalidades brechtianas sejam notáveis, o próprio “Brecht insistia na antiguidade do teatro épico. Este fora praticado por chineses e japoneses, por elisabetanos e espanhóis do *Siglo de Oro*, sem esquecer os autores medievais e o didatismo dos padres jesuítas”.

Entretanto, a questão do didatismo é deveras difícil e exige uma postura crítica igualmente calcada em uma visão do todo complexo. Primeiramente, deve-se recuperar um dado material decisivo no que tange às manifestações da consciência: toda produção intelectual, seja ela artística ou teórica, é também uma intervenção na esfera pública e isto em si implica um posicionamento político; ora, aqueles que advogam um pretenso “autonomismo” ou “espontaneísmo” do pensamento são, até que prove o contrário, os mais políticos, especialmente porque estão, ainda que inconscientemente, fazendo uma política de conservação do atual estado de coisas. Os escritores engajados, como é o caso de Brecht, portanto, explicitam que todos, inclusive eles mesmos, têm uma orientação política por mais implícita que ela possa parecer. Dito de outro modo: toda e qualquer manifestação na esfera pública é uma atividade política em termos, seja ela baseada no trato das questões mais subjetivas ou privadas de um indivíduo que sofre, ou nos grandes conflitos políticos da esfera pública; assim o engajamento é também o estabelecimento de uma relação de maior verdade com os seus interlocutores, desmistificando e desmontando pretensas defesas de neutralidade ideológica ou de centrismo político.

Em segundo lugar, o intelectual consciente do seu engajamento através de uma reflexividade sobre o seu fazer não necessariamente busca sempre o experimentalismo em si e para si com o objetivo único

de superar os resultados alcançados até então dentro da estreiteza de expectativas de se produzir uma “grande obra”, que vai, no máximo, abastecer os atuais aparatos e mercados de produção cultural. Em vez disso, a reflexividade engajada teria como prioridade, por exemplo, desenvolver uma consciência pedagógica que articulasse o combate a manifestações reacionárias, a explicação das teses de uma plataforma programática e a defesa de um processo revolucionário com o mais exigente arsenal técnico para, a um só tempo, apresentar e representar, descortinando, assim, os nexos causais que envolvem determinadas situações e possibilitando que as pessoas envolvidas possam ver o mundo ao seu redor como uma produção dentro de níveis de intencionalidade variáveis. A propósito, é bom que seja recordado, que o conceito de *Lehrstück* (peça didática) pressupõe toda uma articulação entre teoria e prática não raramente vista como “um período de transição marxista vulgar no pensamento de Brecht”, exatamente por ignorar um princípio básico de que elas eram originalmente construídas para servir como ferramentas de processos de formação dos envolvidos nas artes cênicas; ela, a peça didática é voltada para os atuantes e não para os espectadores (Koudela, 2017, p. 1-4).

Além do mais, não se pode perder de vista que parte da relevância do trabalho de Brecht advém justamente da sua postura de nos convidar a conhecer, ou a quem sabe reencontrar, uma visão de mundo na qual o conhecimento e a ciência são um pouco mais do que a especialização do termo “ciência” em línguas como português, francês e inglês (*science*) nos permite ver. Em alemão *Wissenschaft* (conhecimento), por exemplo, é pensado “primeiramente e acima de tudo como fonte de prazer”. Ou seja, a tendência de Brecht não abrir mão do riso da sátira ou da positividade da canção e de outras formas populares *refuncionalizadas*, como a opereta e o cabaré, dentro do quadro de uma crítica social, econômica e política aguda é porque ele acredita que o verdadeiro entendimento só é possível quando ligado a certo

prazer e a certa satisfação. Daí o princípio didático estar subordinado a uma visão que deseja superar o “modo reificado,” ou desumanizado, de como a ciência e o conhecimento são vistos, experimentados e produzidos sob o signo da especialização e da fragmentação modernas. Desse modo, torna-se possível trazer para o primeiro plano o fato do ato não só de conhecer intelectualmente, mas também manualmente, estarem imbricados com uma satisfação que pode e deve ser recuperada a partir de “um mundo em que a prática é prazerosa, e inclui sua própria pedagogia”. Caso esse programa de restabelecer a união entre conhecimento e prazer seja bem-sucedido, teremos como resultado a percepção de que “o ensino da prática” é “uma prática ela mesma”; sendo a prática consciente fonte de satisfação, o ensino dela não teria porque não ser igualmente uma prática prazerosa. Na realidade, o que parece de fato estar em jogo aqui é a historicização da produção intelectual e artística humana, recuperando que “o taboo sobre o didatismo na arte (que nós modernos, nós modernos ‘ocidentais’, tomamos como certo) é de fato uma característica da nossa própria modernidade” (Jameson, 1999, p. 4-6). Ou seja, a separação rígida entre estética e moral, arte e política ou cultura e pedagogia não deixa de ser uma expressão da especialização da modernidade capitalista.

Obviamente que isso não exclui o fato de que a submissão do processo de construção formal à racionalidade de meios e fins dominante no mundo burguês também poder se traduzir em um prejuízo no que se refere à sua capacidade de esclarecimento dos meandros da formação social da qual emerge. Mas, será que é mesmo possível se situar acima da racionalidade de meios e fins dominante no mundo burguês simplesmente através de uma vontade ou da aposta em um espontaneísmo abstrato? É neste ponto que nos aproximamos de um dos argumentos mais convincentes do ensaio de Schwarz, pois ele reformula o idealismo da relação entre meios e fins em uma pergunta politicamente muito mais relevante: supostamente a tomada de consciência

da necessidade da revolução é até fácil quando contraposta à questão de como fazê-la. Isto é, até que ponto a centralidade de uma pedagogia revolucionária ou anticapitalista é efetiva em um momento que o horizonte revolucionário não está ainda colocado? Este questionamento é sem sombra de dúvida algo que deve ser levado em consideração por todos aqueles interessados na militância de maneira geral. Uma tentativa de resposta temporária para esta indagação poderia ser a certeza de que não pautar a superação, ainda que imaginária e formalmente, só pode redundar em uma degradação em série, pois abandonar esta perspectiva necessariamente se traduz em um rebaixamento contínuo e em uma resignação impotente, que deixam exploradores e estruturas opressivas ainda mais seguros.

Já a segunda dimensão nuclear do ensaio – Brecht e a história – colocaria uma ênfase maior na complexa e achapante derrota histórica e política que a esquerda à qual Brecht fazia parte sofreu. Partindo da provável “capitulação política” por parte do dramaturgo alemão, Schwarz parece refletir sobre os desafios impostos às aspirações revolucionárias contidas na teoria e no teatro brechtianos, já na situação de integrado ao regime da Alemanha oriental.

Em 1948, pouco depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, Brecht tratou de se integrar ao recomeço da vida na Zona de Ocupação Soviética, que mais tarde seria a República Democrática Alemã. Fugia ao macarthismo nos Estados Unidos, que já o tinha na mira, e buscava participar na construção do socialismo, a respeito da qual vinha cheio de idéias próprias, nada convencionais. Como considerar essa associação, carregada aliás de reservas recíprocas, entre o luminar da vanguarda e o novo estado? Este último, sem o prejuízo de ser um regime policial, bem como uma imposição e um satélite da União Soviética, pretendia realizar uma aspiração histórica da humanidade. O intricado

verdadeiramente tenebroso da situação desaconselha o juízo pouco informado, como no caso seria o meu. O leitor dos *Diários de trabalho* e dos poemas daquela quadra entretanto sente, a par da força literária e da disposição crítica muito viva, às vezes estonteante, os momentos de ranço oficialista e os prenúncios de mumificação (Schwarz, 1999, p. 117)

Ao tocar nesse assunto, percebe-se em Schwarz uma forte cautela, mas que não o impede de elaborar a contradição que ele, como leitor, enxerga nessa mudança de posição. Mais do que isso, ele diz ter identificado certa adesão por parte de Brecht ao discurso biônico e oficial de Moscou mesmo antes da guerra e que naquele instante de reconciliação com o partido ele se revelaria de maneira mais evidente, especialmente devido à força da sucessão e justaposição dos episódios históricos. Daí o “ranço oficialista” poder ser traduzido como uma constante que vinha de maneira latente antes e que se manifesta na estadia de Brecht na Berlim ocupada. Apesar de Schwarz admitir as “reservas recíprocas” entre o governo soviético e Brecht, ele não deixa de pontuar a antinomia de construir “uma aspiração histórica da humanidade” em um “regime policial”. É nesse sentido que um pouco mais adiante no ensaio, retomando *A Santa Joana dos Matadouros*, ele declara que vai “comentar algumas das extraordinárias verdades de sua configuração” sem deixar de pontuar “que também aqui existem os aspectos que a experiência histórica tornou difíceis de aceitar” (Schwarz, 1999, p. 134). O primeiro exemplo que ele dá é bastante eloquente:

Lembremos que a *Santa Joana* é anterior ao domínio do stalinismo no interior da esquerda, e que a tentativa brechtiana de encontrar *poesia* na linguagem partidária – anônima, padronizada e autorizada – expressava um sentimento histórico e uma aposta: os militantes ilegais, com sua disciplina e abnegação, estariam entre as figuras-chave da luta pela nova era de liberdade. Ora, a vizinhança desse

clima com o absolutismo stalinista, que começava a ocupar o campo, salta aos olhos de hoje e torna difícil a separação completa das águas. Veja-se a propósito dessa ambiguidade o terrível elogio do heroísmo, ou sacrifício, dos revolucionários profissionais (Schwarz, 1999, p. 135)

O fato de nosso crítico notar certos flertes com o stalinismo, já em a *Santa Joana*, se expressa nas ideias de “sentimento histórico” e “aposta”, pois se o primeiro recupera uma noção de constância, o segundo revela uma projeção para o futuro. Embora seja quase um consenso a sujeição política de Brecht aos ditames mais gerais do Partido Comunista durante o seu exílio forçado na “República Democrática Alemã” ou “DDR”, há uma controvérsia em relação à certeza de que esse sincretismo contaminou as convicções artísticas do dramaturgo. De fato, é aí que reside o coração da polêmica que envolveu críticos como Hannah Arendt, Theodor Adorno e que, nesse ensaio, é retomada por Schwarz: o trabalho estético de Brecht estaria ou não impregnado de uma defesa, mesmo que velada, da política do estado soviético?

Efetivamente, tais insinuações, desqualificações e acusações foram uma constante na vida de Brecht e se acentuaram dramaticamente na Alemanha Ocidental ocupada pela CIA e pelo exército estadunidense nos anos 1950, bem como no próprio Estados Unidos pelas mãos da professora de filosofia política, já de reputação internacional, Hannah Arendt, que chegou ao ponto de afirmar em jornais nos 1960, sem nunca ter provado ou se retratado, que Brecht havia escrito “odes a Stalin”, certamente com o intuito mesquinho de neutralizar toda a sua obra e teoria a partir de uma suposta adesão ideológica (Willet, 1998, p. 227-234).

Ora, é visível que Schwarz enxerga em certo princípio didático e no comprometimento com uma causa e um programa políticos uma contaminação com o quadro de stalinização da esquerda nos anos 1930, principalmente se aqueles trabalhos forem lidos retrospectivamente.

A pergunta que se coloca remete ao primeiro eixo do ensaio que nos referimos mais acima – afinal de contas, seria o engajamento intelectual e artístico um desvio em si ou seria a “vizinhança” com o “absolutismo stalinista” o problema real?

Acreditamos que uma especificação da espécie de engajamento de Brecht, durante e após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), seja essencial nessa discussão do trabalho de Schwarz sobre Brecht não somente porque ele é um tema que já é recorrente dentro do “marxismo ocidental” desde pelo menos a redação e a recepção de *O que é a literatura?* (1948) de Jean-Paul Sartre, além de aparecer no âmbito da crítica que Adorno dirige a este livro de Sartre e a Brecht em seu ensaio “Engajamento” de 1962 – citado por Schwarz em “Altos e baixos da atualidade de Brecht” –, mas fundamentalmente porque a metamorfose de certa visão das relações entre prática e teoria, engajamento e autonomia parece estar subjacente aos dois contextos de redação dos dois ensaios lidos nesse artigo e da rejeição ao engajamento e à militância.

De 1982 para 1999 Schwarz parece estabelecer uma outra postura diante da problemática do engajamento, mudança a qual acaba por cumprir um papel importante na sua reavaliação do trabalho de Brecht e tem a ver com a maior plausibilidade que o negativo do absurdo, da desarticulação da linguagem e da ausência de sentido beckettiano parecia ganhar no mundo pós-bomba atômica e em plena Guerra Fria. Porém, não há dúvida de que a atitude de Schwarz – muito mais cuidadosa para com as virtudes do teatro épico – embora pareça sofrer muita influência de Adorno, não deixa de destoar dela, já que os argumentos são não apenas estéticos, mas sobretudo históricos e políticos. Nesse mesmo ensaio o próprio Schwarz remete seu leitor a uma opinião divergente da sua e que pode ser um contraponto complementar no quadro que estamos buscando formar, pois recoloca alguns dados sócio-históricos da maior importância:

Uma possível explicação para a leitura de Adorno, tão sumária e tão presa ao conteúdo, talvez se encontre em sua convicção arraigada a respeito da subserviência de Brecht ao Partido Comunista, o que já não era nos anos 20 nem nos anos de exílio. Após a guerra, a adesão formal do dramaturgo ao partido, com direito a cargo e a patrocínio para o Berliner Ensemble, teve antes características de capitulação estética. O ex-apátrida Brecht não escreveu uma única “peça nova” depois de obter da Alemanha Oriental, a duras penas, a carta de cidadania que lhe foi negada por Moscou e por todos os países do ocidente consultados, inclusive e sobretudo a Alemanha ocupada pelo mesmo exército americano, cujos serviços de informação não opuseram nenhum obstáculo ao retorno dos veteranos da Escola de Frankfurt. Se o filósofo tivesse duvidado um pouco de suas certezas a respeito da atitude política proposta pelo dramaturgo nesta peça, ele poderia ter percebido no plano da composição (e distribuição dos materiais) a presença quase insignificante do partido em relação ao conjunto (Costa, 1998, p. 226 – 227)

Ao que tudo indica, o fato de Brecht não ter escrito uma única “peça nova” entre 1949 – ano em que se muda para a Berlin Oriental – e 1956 – ano de sua morte – é muito significativo. Esta é uma espécie de demonstração da percepção histórica e política de Brecht que impacta decisivamente a sua produção. É como se a recomposição social do segundo pós-guerra impusesse radicalmente preocupações, ênfases, possibilidades e expectativas distintas daquelas dos anos 1920 e 1930. Embora os princípios da *Lehrstück* e do teatro épico jamais tenham desaparecido, é difícil negar que a produção tardia de Brecht já se voltava menos para a construção de toda uma prática alicerçada no que poderia ser o futuro das artes cênicas e mais para um detalhado diagnóstico de época e da situação; em outras palavras, a

decomposição dos elementos que constituem o presente se dá através de uma dialética em cena com o intuito de elaborar uma “uma visão complexa” da estrutura e da conjuntura; a desnaturalização enfocaria uma negatividade que oscilava entre a percepção da necessidade de desmontagem e de remontagem, menos determinada e mais inespecífica, daqueles elementos decompostos – *Mãe Coragem e seus filhos* escrita em 1939 e encenada em 1941, bem como *Vida de Galileu* (1938; 1943; 1955) são duas ilustrações da percepção da mudança do tempo histórico na obra de Brecht, por não tratarem da “inevitabilidade da tragédia, como na tradicional aceitação trágica, ou na moderna renúncia trágica”, pois “as escolhas são feitas em uma dimensão que é sempre potencial, e desse modo a ação é continuamente encenada e reencenada” (Williams, 2002, p. 258). Ou seja, o tipo particular de tautologia trágica, que sai vitorioso juntamente com o capitalismo da Segunda Guerra mundial, é rejeitado para dar lugar na obra de Brecht a novas formas que conseguissem dar conta da rebeldia da realidade, porém sem sucumbir ao fatalismo dela.

Em outras palavras, o momento de superação revolucionária explícito em *A mãe* (1930-1931; 1932), ou aparentemente inespecífico em *A Santa Joana dos matadouros*, é substituído pela ambivalência e a complexidade da superação sem cair em um relativismo ou negativismo resignados: “em *A alma boa de Setsuan*, a bondade sob pressão, transforma-se em seu oposto, e então retrocede, e depois ambos estados coexistem”, já que “trata-se agora não mais da pessoa boa contra a pessoa má, mas da bondade e maldade como expressões alternativas do mesmo ser” (Williams, 2002, p. 256) que vai tomar decisões, apesar de não ser dentro das circunstâncias que gostaria. Já a *Vida de Galileu* pode tranquilamente ser lida como um instante em que a consciência trágica é finalmente substituída pela consciência como ação, demonstrando que mesmo dentro do processo de formação de Brecht há vividamente uma atenção à matéria histórica sem incorrer no risco

de se precipitar e declarar o fim da revolução. Dito de outro modo, o momento dialético da superação encontra-se não necessariamente no conteúdo sócio-histórico manifesto, mas no arranjo formal que insiste na possibilidade de conhecimento da verdade histórica. Do contrário, ao menos do ponto de vista marxista, a rejeição indeterminada da passagem pela superação daria no mesmo que decretar algum tipo de fim da história e a vitória da superstição do fetichismo como fenômeno supra-histórico e insuperável.

Entretanto, o que realmente conecta os dois núcleos – a crítica ao didatismo e à atualidade histórica – se estrutura a partir de uma desconfiança ou discordância em relação ao imbricamento entre desenvolvimento técnico e visão de mundo dentro do projeto brechtiano. Com efeito, Schwarz utiliza seu faro crítico e convincentemente identifica o que seria o centro ou a essência do mecanismo de funcionamento do engajamento político, teórico e estético de Brecht: o conceito de distanciamento (*Verfremdungseffekt*) entendido como técnica fundacional da teoria e da prática brechtianas. Para tanto, ele retoma a associação entre o dramaturgo e a “filosofia da prática”, ou, ao marxismo:

O ponto de partida da argumentação de Roberto Schwarz foi o conceito de *distanciamento*, apresentado como núcleo fundamental da teoria brechtiana. Ao mostrar o vínculo entre a proposição estética central de Brecht e a teoria marxista da desnaturalização, ao mostrar que o conceito-chave da poética cênica de Brecht se liga ao método materialista da desmontagem ideológica, de dissolução da aparência de naturalidade (e imutabilidade) das representações a partir do choque com a sua perspectiva histórica material, Roberto nos sugeria também que a confiança épica na transformação precisará ser repensada nos dias de hoje por um grupo que adota Brecht como modelo para um teatro radical. Isso por duas razões ligadas a um mesmo processo: por um lado, o Socialismo histórico se

modificou, deixando – segundo ele – de ser a referência direta para uma crítica anticapitalista; e por outro lado, o modo de produção capitalista teria se tornado a grande força dinâmica da sociedade atual, o que lançaria uma suspeita sobre o elogio da mutabilidade (...) Roberto nos perguntava: para onde nos remete agora a crítica anticapitalista se ela já não indica com clareza um quadro socialista como superação histórica da etapa anterior? Como incorporar o fato de que o capital se tornou um fator dinâmico na atualidade também no plano simbólico, aparecendo hoje pouco associado a ideologias de ares conservadores? (Carvalho, 2006, p. 169)

A primeira coisa a ser esclarecida é justamente que o distanciamento brechtiano não tem um caráter meramente técnico; ele é, antes de tudo, “um efeito que se realiza na percepção social gerada pela representação”, este procedimento tem uma sensibilidade sócio-histórica bastante ativa em função do seu imperativo técnico e político ser uma relação a ser desenvolvida que procura dificultar que a imagem cênica seja enxergada apenas subjetivamente, e encoraja o olhar histórico em relação a ela:

O efeito de distanciamento se dá na relação historicizante estabelecida pelo trabalho dialético que ocorre no trânsito crítico (e vivo) entre palco e plateia, trabalho desapassivador, que gera uma disposição à atitude reflexiva conjunta ao desfrute estético da forma representacional. O efeito não se completa sem que a imagem cênica ofereça consigo uma possibilidade de indagação sobre a sua perecibilidade, sua transformabilidade histórica, ou sobre a causalidade social do acontecimento mostrado ou sugerido pela cena (Carvalho, 2006, p. 169-170).

Ou seja, o próprio dinamismo pode e deve ser estranhado, porque o estranhamento, diferentemente de outras correntes artísticas do

mesmo período, não é concebido como algo em si e para si; justamente o contrário, uma vez que a intenção é a reversão da reificação, que a primazia da técnica implica, subordinando-a ao social e ao humano. Aqui reside a diferença entre a elevação do distanciamento a um tipo de princípio formal e a conduzi-lo ao lugar mais humilde de ser reconhecido como um efeito desejável. É nesse sentido que em Brecht o distanciamento é um efeito de decomposição dos componentes de uma determinada situação sócio-histórica de modo a mostrá-los como montáveis e desmontáveis de acordo com interesses, sejam eles mais conservadores ou entusiastas de um certo dinamismo. Mais: há ainda o fato de não ser inteiramente correto afirmar que não existam forças que trabalham em direção a uma “neonaturalização” do capitalismo. Ora, tanto certo conformismo trágico encapsulado “na famosa imagem da ‘máquina cega’” de certo pós-estruturalismo, quanto a “ignorância histórica” podem muito bem ser enxergados como formas contemporâneas de naturalização do capital, que destoam da propaganda direta do discurso ideológico laudatório e do conjunto de crenças burguesas tradicionais, tal como o idealismo clássico (Carvalho, 2006, p. 171).

Contudo, além dos questionamentos em relação ao procedimento mais propriamente formal, Schwarz avança contra a tematização da revolução como superação, intuindo – através de um *pathos* trágico tipicamente adorniano e em permanente estado de desqualificação da prática coletiva – que a vitalidade do capitalismo tem sido, e que provavelmente será por um tempo indeterminado, irresistível. Passemos a palavra para Schwarz para vermos como ele mesmo insiste nessa paixão por aquele tipo muito peculiar de negatividade e que, não por acaso, é elemento-chave de um fluxo trágico muito familiar na história, o qual, por sua vez, é perfeitamente associável a “uma ordem social agonizante e a uma classe social agonizante” (Williams, 2007, p. 96):

O vínculo entre o experimentalismo acintoso e a luta pela transformação política da sociedade

conferia à literatura de Brecht um tipo peculiar de pertinência, para não dizer de autoridade. Pelas mesmas razões, ela ficaria mais vulnerável que outras ao desmentido que a história infligiu a suas expectativas. Esquemáticamente, a transformação brechtiana do teatro – concebida nos anos 20 – pressupunha que estivesse em curso a *superação* do capitalismo pelo comunismo, ou, em faixa paralela, o seu *travestimento* pelo fascismo. Dirigidos contra este último, os procedimentos anti-ilusionistas ensinavam a sobriedade mental anti-*kitsch*, capaz de lhe denunciar as imposturas. Quanto ao capitalismo, a posição distanciadora punha em relevo a sua irracionalidade *obsoleta*, que os trabalhadores – ou seja, a revolução – iriam superar. Ora, como hoje é do conhecimento geral, a experiência histórica feita em nome do comunismo se afastou imensamente dos propósitos iniciais e levou a pior no confronto com a ordem do capital. Há diferentes explicações para a derrota, mas, sejam quais forem, ficou difícil imaginar que no campo do “socialismo real” se estivesse gestando uma sociedade de tipo superior.

(..) É claro que na construção brechtiana essa progressão negativa – o idealismo superado pela esperteza que se revela cegueira – vem complementada por um movimento positivo: ao se tornar insustentável, a crise faz fermentar a revolução proletária, e com ela a superação do impasse. O leitor de hoje, escaldado pelo destino que tiveram as revoluções, não dá de barato esse esquema e procura mais precisões na constituição interna da peça que lhe permitam avançar um pouco. Até onde vai a minha leitura, ele dirá que há mais evidência na configuração do impasse e de seu aprofundamento que na saída revolucionária, limitada à determinação de vencer, ou de resistir e talvez morrer, para que outros trabalhadores vençam mais adiante. Digamos que falta substância específica à perspectiva de superação, o que não desmancha nem

atenua as irracionalidades a que respondia, as quais na ausência de alternativa tangível tomam feição de desastre em permanência (Schwarz, 1999, p. 125-126; p. 146-147)

A aversão a toda e qualquer síntese, por mais parcial ou temporária que ela seja, é rapidamente descartada por ser “um movimento positivo” e, portanto, não servir. Tal postura, por outro lado, desemboca em uma positivação exacerbada do negativo através da celebração do inumano e da impossibilidade de representar, apesar do próprio Adorno saber muito bem que qualquer processo mental exige a representação seja ela narrativa ou de outra natureza. Aliás, a *irrepresentabilidade*, bem como a impossibilidade de narrar, são produtos de uma representação ou tematização da irrepresentabilidade. Em suma, tal como Adorno fez anteriormente, Schwarz traça um sinal de equivalência entre socialismo (seja ele real ou não) e revolução, estabelecendo o chamado à revolução como algo necessariamente atado a uma ideia, ora mais ora menos, preconcebida de ordem social e de socialismo. Além do mais, enquanto o conteúdo social manifesto conscientemente é visto como ideologizante, a desorientação da aporia trágica de um Beckett, por exemplo, é alçada à posição de suprassumo da autonomia estética em sintonia com a verdade em relação à matéria histórica exatamente por se conformar com uma descrição social e esteticamente estática da aparência da situação de então do mundo (a descobrir se somente o europeu ou da totalidade do globo).

A bem da verdade, Schwarz, diferentemente de Adorno, parece não cair na armadilha de declarar fins de linha absolutos; na realidade, Schwarz, ao que tudo indica, está mais interessado em identificar quem, do seu ponto de vista, consegue dar forma ao mundo pós-apocalíptico do segundo pós-guerra, o qual teria destruído as bases da filosofia existencialista, bem como do marxismo do movimento operário europeu, ambos transformados em ideologia:

A peça de Beckett pertence a esse mesmo horizonte histórico de Brecht, só que um pouco adiante, porque esta possibilidade de remontagem dos homens é um resultado crítico do teatro de Brecht e está associado à possibilidade de se lutar por uma sociedade mais justa, enquanto que isso no universo de Beckett é a última. Do ponto de vista da evolução das formas, Adorno procura associar a posição do Beckett, à passagem da música atonal de *Schönberg* para a música serial (Schwarz, 2009, p. 169)

Esta decretação da impotência da prática humana, para além das intenções propaladas, tem como consequência objetiva uma espécie de nova naturalização do regime do capital diante do inegável poder avassalador da reificação, ou desumanização, da vida sob o jugo dele. O perigo de tal descarte da ação humana em nome do grande nada materializado do teatro beckettiano, entretanto, é não historicizá-lo como um ponto de vista de uma classe e de uma cultura de fato crescentemente impotentes e moribundas.

A propósito, o “modernismo tardio” de Beckett já foi convincentemente caracterizado como um *produto* bastante peculiar de um momento de paralisia das lutas sociais e de estabilização dos dois grandes sistemas em disputa durante a Guerra Fria. Isto é, estamos nos referindo ao “final de toda uma era de transformação social e, na verdade, de desejos e antecipações utópicas”, sobretudo tendo em vista que “o que se pretendeu no Ocidente e no Leste stalinista, com exceção da China revolucionária, foi a estabilização dos sistemas existentes e o fim daquela forma de transformação propriamente modernista” (Jameson, 2005, p. 194). Mais ainda: não é à toa que Beckett é normalmente identificado como uma espécie de último dos modernistas e o primeiro dos pós-modernistas, já que ele daria consequência àquela virada formalista conservadora que surgiu ainda dentro do movimento modernista dos anos 1930. Em outras palavras, a experimentação beckettiana – a de

fusão e de implosão dos *gêneros* artísticos, por exemplo – traz como a sua verdadeira grande novidade o uso dessas técnicas simplesmente para criar uma tautologia estética desorientada, resgatando técnicas e procedimentos, ao mesmo tempo em que os esvazia dos seus respectivos conteúdos políticos para que se transformem, finalmente, em técnicas e procedimentos em si mesmos. Qualquer semelhança com o pastiche pós-moderno não é meramente uma coincidência, porque o modernismo tardio “transforma a velha experimentação modernista num arsenal de técnicas testadas e verdadeiras, e não na luta mais pela totalidade estética ou pela metamorfose sistêmica e utópica das formas” (Idem).

Por fim, pode-se ainda dizer que a elevação do teatro de Samuel Beckett ao ponto de chega do teatro comprometido com a crítica é deveras coerente com o espírito filosófico que se estabelece desde então. Sem comprar todo o pacote, é bom retomarmos, pelo menos mais uma vez, a imagem famosa que Georg Lukács usou para descrever a atitude da inteligência alemã, incluindo Adorno, do fim da era da Europa, a qual, não por acaso, é a do “Grande Hotel Abismo”: “Um belo hotel”, diz Lukács (2007, p. 18), “provido de todo conforto, à beira do abismo, do nada, do absurdo... e o espetáculo diário do abismo, entre refeições ou espetáculos comodamente fruídos só faz elevar o prazer desse requintado conforto”.

Todavia, não podemos perder de vista que esta não é a última palavra de Schwarz sobre Brecht, já que, pelo movimento do próprio ensaio, é possível perceber, por alguns instantes passageiros, um ímpeto de “mútua correção entre Adorno e Brecht” por parte de Schwarz. Isto se revela sobretudo no momento em que o crítico reconhece no movimento dialético de aproximação e de distanciamento entre os elementos constitutivos do espetáculo, o qual marca principalmente a forma de caracterização das personagens do dramaturgo: “a dinâmica do capital, em sua autodevoração e autorrecriação contínuas” (Carvalho, 2006, p. 172-173). Sérgio de Carvalho consegue perceber que Adorno e

Beckett não podem ter o monopólio da negatividade pelo simples fato de não haver apenas uma negatividade. Com efeito, o próprio processo do ator brechtiano de se afastar e de se aproximar da personagem traz em si uma sorte de negatividade ligada à impermanência e ao descarte do sujeito moderno dentro do cativo capitalista, a qual ganha ainda mais poder antecipatório e explicativo se pensarmos no advento mais contemporâneo do sujeito flexível.

É nesse sentido que, tendo Brecht, segundo Schwarz, se posicionado dentro da “penúltima etapa da fetichização” de modo a produzir a sua própria versão da representação da desumanização sob o capitalismo, ele recusa e isola o fetichismo, como se estivesse em um laboratório estudando o fetichismo e, graças a isto, ele não permite que o processo fetichista se complete por inteiro e nem que a “neonaturalização” do capital pela perspectiva trágica negativista se realize.

Brecht e a determinação irresistível das forças produtivas

Ora, a peculiaridade da construção do materialismo histórico está em sua negação da autonomia do pensamento; em sua insistência, ela mesma um pensamento, no modo pelo qual o pensamento puro funciona como forma mascarada de comportamento social; em sua incômoda referência à realidade material e histórica do espírito. Assim, como objeto cultural, o marxismo se volta contra a atividade cultural em geral para desvalorizá-la e pôr a nu os privilégios de classe e o ócio que ela pressupõe para seu deleite. Deste modo, o marxismo se destrói como mercadoria espiritual e interrompe o processo de consumo cultural no qual, no contexto ocidental, veio a se engajar. É, portanto, a própria estrutura do materialismo histórico – a doutrina da unidade do pensamento e da ação, ou da determinação social do pensamento – que é irredutível à razão pura ou à contemplação; e tal irredutibilidade, que a tradição ocidental burguesa pode entender apenas como “falha” no sistema, nos recusa no próprio momento em que imaginamos recusá-la.

Fredric Jameson, “Em defesa de Georg Lukács” em *Marxismo e Forma*

Outra maneira de desmontar os principais argumentos desta querela em torno da obra de Brecht e remontá-los nas suas devidas abrangências é refletirmos sobre a determinação histórica e material da discussão como um todo. Isto é, a polêmica em si mesma – por mais rica que ela seja do ponto de vista das elaborações que a compõem – não chega nem perto de dizer tudo a que veio sem o complexo de determinações das suas circunstâncias. Aparentemente foi por ter isto em vista que Iná Camargo Costa foi buscar na história do desenvolvimento técnico das “artes do espetáculo” a maneira de demonstrar a relevância de Brecht mesmo hoje em dia.

Para a autora (2012, p. 142), “o *Processo de três vinténs* demonstra até que ponto avançou o processo de transformação de valores intelectuais em mercadoria”, basicamente porque ele é o relato da tomada de consciência, por parte de Brecht, de que os grandes estúdios, capitalizados pela grande finança, proprietários dos meios técnicos mais desenvolvidos não só de produção, mas também de distribuição e de garantia de exibição das artes cênicas – o cinema – significava um grave impedimento ao desenvolvimento estético como um todo, já que “o avanço tecnológico sobre a produção literária é irreversível”. Entre outras razões porque desde pelo menos os anos 1930 os detentores desses equipamentos não estavam interessados em experimentalismo ou em desenvolvê-los até o limite que fosse possível, pois, da perspectiva dos negócios, o enlatado segue sendo, via de regra, mais vantajoso. Isto significa que caso a obra de Brecht não seja colocada dentro da luta pelos “novos instrumentos de trabalho”, as discussões sobre a relevância de um escritor como Brecht não fazem muito sentido, especialmente porque muitas das suas experiências ficaram pela metade ou se transformaram em mensagens na garrafa para gerações futuras que eventualmente consigam disputar o processo produtivo artístico com o grande capital – J. P. Morgan, Rockefeller etc. –, que até hoje subordina as forças produtivas ao mero entretenimento ou

às sinestésias e experiências sensoriais do *show business*. Aliás, este chamado à “libertação da força produtiva do cinema” e demais “meios de produção intelectual” são imperativos que se impõem com cada vez mais força perante as limitações evidentes da produção independente e da “proletarização dos artistas e intelectuais” (Ibid., p. 144-150).

É graças a tudo que foi exposto até aqui que nos atrevemos a rascunhar uma hipótese interpretativa da leitura que Schwarz faz de Brecht. Isto é, não somente os dois textos, mas também a justaposição entre os dois dentro dos seus respectivos contextos nos leva a crer que havia uma nova qualidade, uma nova determinação para o olhar crítico de Schwarz perceptível de muitas maneiras, inclusive em relação ao resultado da mistura entre a obra e o engajamento brechtianos. A passagem da “abertura democrática” durante os anos 1980 para a “abertura econômica” instala uma mudança de paradigmas, ou até mesmo de horizontes de expectativa brasileiros, que não é de menor importância. Não se deve pensar que uma interpretação seja uma questão fadada a morrer na praia do acerto ou erro, mas, ainda mais nesse caso, parece se tratar de uma tentativa de atender ao primeiro requisito do pensamento dialético: responder aos ares do tempo sócio-histórico. Ao invés disso, podemos pensar em como cada leitura revela muito da sua localização, do seu ponto de vista dentro de um todo social complexo em determinado instante. Até mesmo porque independentemente do juízo que façamos de análises do passado, elas nunca deixam de expressar um momento de verdade por mais parcial que porventura seja. As leituras de Schwarz trouxeram questões importantes que proporcionaram material de reflexão para outros, mesmo com visões contrárias às suas, notadamente Iná Camargo Costa e Sérgio de Carvalho, o que sem sombra de dúvida fez com que eles avançassem nas suas respectivas elaborações graças ao diálogo crítico travado. Por ora talvez seja interessante encerrar com a certeza de que os questionamentos de Schwarz são com certeza incontornáveis:

Uma das sequências brasileiras do livro de Roberto Schwarz é um ensaio muito a propósito chamado “Alto e baixos da atualidade de Brecht”. Ali se encontram importantes determinações da recepção deste dramaturgo entre nós e iluminam algumas das mais pesadas sombras que ainda pairam sobre sua obra, em parte significativa expressão de nossa parca experiência estética e política. São também tratadas as múltiplas assimilações da teoria, lembrando por exemplo que, tomado em si mesmo (isto é, desvinculado de seus propósitos estético-políticos), o vanguardista “efeito de distanciamento” hoje faz parte do repertório da publicidade. Uma implicação prática desta intervenção pode ser formulada nos seguintes termos: quem ainda continua interessado em Brecht tem que se haver com problemas incontornáveis (Costa, 1999, p. 9)

Referências bibliográficas

Benjamin, Walter. “O autor como produtor”. **Ensaio sobre Brecht**. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 85 – 99. (1966)

Carvalho, Sérgio de. “Questões sobre a atualidade de Brecht”. **Sala preta**. São Paulo, n. 6, p. 167-173, 2006.

Costa, Iná C. “Brecht, Adorno e o interesse do engajamento”. **Sinta o drama**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 215 – 237.

Costa, “Prefácio: Dialética em Brecht”. **O método Brecht**. Trad. Maria Sílvia Betti. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9 – 12.

Costa, “Brecht no cativeiro das forças produtivas”. **Nem uma lágrima. Teatro épico em perspectiva dialética**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

Jameson, Fredric. **Brecht and method**. London & New York: Verso, 1999.

Jameson, Fredric. **Modernidade singular. Ensaio sobre a ontologia do presente**. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

Koudela, Ingrid. **Brecht. Um jogo de aprendizagem**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

Lukács, Georg. “Prefácio”. **A teoria do romance. Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Livraria duas cidades e editora 34, 2007, p. 7-19.

Schwarz, Roberto. **Machado de Assis. Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Editora 34, 2008. (1990)

Schwarz, “**A Santa Joana dos Matadouros**”. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 87 – 106. (1987)

Schwarz, “A dialética da formação”. Bruno Pucci, Jorge de Almeida e Luiz A. Calmon Nabuco Lastório (orgs.). **Experiência formativa e emancipação**. São Paulo: Nankin, 2009, 163-186.

Schwarz, “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. **Sequências brasileiras. Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 113-150.

Willet, John. **Brecht in context**. London: Methuen, 1998. (1984)

Williams, Raymond. “Uma rejeição à tragédia: Brecht”. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac naify, 2002, p. 247-264. (1966)

Williams, Raymond. "Afterword to **Modern tragedy**". **Politics of modernism. Against the new conformists**. London: Verso, 2007, p. 95-105. (1979)

CRÍTICA DIALÉTICA NAS PROVÍNCIAS DA “REPÚBLICA MUNDIAL DAS LETRAS”: A PRIMAZIA DO OBJETO NA OBRA DE ROBERTO SCHWARZ²⁷

Silvia L. López²⁸

Tradução de Vitor Soster

Das Ganze ist das Unwahre

– T.W. Adorno

A mística terceiro-mundista encobre o conflito de classes e traz uma visão ingênua, ainda que violenta, dos antagonismos e sobretudo das interdependências internacionais. A estética que ela inspira existe, e é a herdeira dos aspectos retrógrados do nacionalismo. Para relativizar a questão, por outro lado, convém lembrar também que inexistente a estética do primeiro mundo.

– Roberto Schwarz

27 N. do T. Texto originalmente publicado em inglês. Cf. LÓPEZ, Silvia L. *Dialectical Criticism in the Provinces of the “World Republic of Letters”: the Primacy of the Object in the Work of Roberto Schwarz*. *A Contracorriente*: una revista de historia social y literatura de América Latina. Vol. 9, n. 1, Outono 2011, p. 69-88. Tradução feita por Vitor Soster, Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

28 Carleton College.

Nos dias de hoje, tornou-se praticamente impossível se sentar e escrever qualquer coisa sensata sobre estética e globalização sem entrar imediatamente na ordem pré-definida dos clichês sobre a compressão sem precedentes do tempo e do espaço refletida na intensificação das interconexões sociais, políticas, econômicas e culturais do mundo atual. A teoria literária não ficou imune às pressões para se sobrepor ao desafio dos discursos sobre a globalização, produzindo, por sua vez, diferentes tentativas de apreender, compreender e teorizar seu objeto *pari passu* com a ideologia dominante de seu tempo. Críticos como Franco Moretti e Pascale Casanova embarcaram em projetos ambiciosos na busca de estabelecer novos paradigmas que recriassem um discurso literário globalista e um aparato sistemático que pudesse tornar compreensível o mundo literário. Embora a intenção e as matrizes dessa nova mundialização²⁹ da literatura possam ser diferentes em suas concepções, o ímpeto histórico-crítico por trás delas é compartilhado: distanciar-se do discurso dos estudos pós-coloniais e restabelecer modelos de compreensão global da produção literária que têm, a longo prazo, um efeito despolitizante, alcançado seja por meio da adoção de um modelo darwiniano empírico da evolução das formas literárias, seja por meio da realocação do conceito de autonomia literária, desta vez com todos os relógios ajustados ao Meridiano de Greenwich.

Para o crítico latino-americano, a constante reedição de campanhas abrangentes – fenomenológicas e eurocêntricas – de “remundialização”³⁰ da literatura se torna muito interessante em seu

29 N. do T. O termo empregado pela autora, *worlding*, vem entre aspas. Decidi não as incluir na tradução, pois a palavra correspondente em português se encontra dicionarizada, diferentemente de seu correlato nos dicionários de língua inglesa.

30 N. do T. As aspas foram acrescentadas aqui devido ao termo não-dicionarizado em português. Em inglês, a autora não empregou as aspas, provavelmente, por se tratar de uma derivação de um termo introduzido anteriormente no texto, *worlding*, que, como dito na nota 1, conta com um termo correspondente em português, mas não em inglês.

tédio, uma vez que elas sempre, infalivelmente, sinalizam o apagamento do marxismo como um aparato teórico-crítico que colocava, no centro do conhecimento, a metacrítica da epistemologia, montando, desse modo, um quadro radicalmente diferente para a análise da cultura e da reificação no capitalismo tardio. Nas páginas que se seguem, após rever algumas dessas investidas numa lógica de produção literária “terceiro-mundista”, apresentarei a obra do crítico brasileiro Roberto Schwarz, cujos protocolos teórico-críticos imanentes nos levam, rigorosamente, ao princípio básico da estética adorniana/marxista moderna: o da primazia do objeto. Esse tipo de obra fornece uma resposta diferente a problemas perenes da contraposição entre modelos externos de análise e interpretações baseadas no texto, entre níveis de particularidade na literatura e extrapolações de modelos genéricos, bem como, lida, mais especificamente, com o modo pelo qual ideias e formas estéticas estrangeiras são sempre afirmadas inadequadamente no contexto periférico, cifrando, por essa via, de acordo com uma lei que lhes é própria, a verdade do mundo social.

***Das Ganze ist das Unwahre*: nos limites da categoria “literatura do terceiro mundo”**

Historicamente, evitemos começar com uma revisão do conceito de *Weltliteratur* de Goethe ou com a única passagem do *Manifesto Comunista* onde o termo “literatura mundial” aparece. Em vez disso, situemos a discussão dentro de um quadro institucionalizado da academia anglófona já que este é um problema que pertence exclusivamente às formações discursivas dessa circunscrição e envolve atores definidos por essas demandas institucionais. Por esse motivo, voltemos ao velho e esgotado debate que ocorreu há quase vinte cinco anos entre Fredric Jameson e Aijaz Ahmad; um debate que, na academia anglófona – naquela conjuntura e avaliada agora em retrospecto –,

parece ter tido a ver mais com a necessidade de uma justificativa para o emergente campo das literaturas pós-coloniais e da legitimação do espaço e da rubrica “literatura mundial” nos departamentos de inglês, do que com qualquer preocupação concernente à capacidade alegórico-estrutural, atribuída às literaturas do “terceiro mundo”. Vale a pena lembrar e reposicionar o legado desse debate, agora que os discursos sobre a globalização e o bio-conceito de “império” parecem, ambos, abarcar, neles mesmos, toda a problemática cultural. Enquanto o debate Jameson-Ahmad em si não está mais em questão, a dinâmica fundamental desse debate, suas consequências e a preocupação com o caráter global da análise cultural voltam a ocupar o centro das atenções. Em outras palavras, a atual articulação desse problema nos modelos de Moretti e Casanova é realmente apenas uma continuação da mesma empreitada epistêmica, desta vez, despojada do imaginário político da era de Bandung, só que agora reformulada pelo aparato semiótico mais amplo de um mundo globalizado.

Daquele debate original, aprendemos sobre a pobreza teórica de termos tais como “terceiro mundo”, sobre a impossibilidade de colocar, num tal nível de generalidade, os problemas que delimitam o estudo da literatura – tais como os relacionados: a formações social e linguística; a conflitos políticos e ideológicos que se situam no interior do campo da produção literária; a modelos de periodização e contextos institucionais e culturais contestados – e aprendemos sobre a experiência altamente contraditória dos intelectuais não-metropolitanos e sobre como é necessário ser exato quando se estuda o modo pelo qual esses escritores se punham a comerciar com as instituições culturais em seus próprios contextos. O que constituiria um estudo diferencial da cultura na modernidade não poderia seguir a proposta de Fredric Jameson de estudo da literatura do “terceiro mundo” na era do capitalismo multinacional (Cf. JAMESON, 1987, p. 26-27). Dentre as objeções mais sérias que foram postas a Jameson, na época, estavam

as generalizações relacionadas ao problema do nacionalismo e ao “caráter necessariamente alegórico” que ele atribuía àquelas literaturas. Aijaz Ahmad, em sua famosa réplica ao “Literatura do Terceiro Mundo na Era do Capitalismo Multinacional”³¹ de Jameson, observou que o termo “terceiro mundo” não tinha qualquer status teórico, nem um fundamento epistemológico e que a tentativa de o formular era empiricamente infundada. Ahmad se pergunta, nesse ponto, como poderiam ser classificados países como Índia e Brasil, dados os seus níveis de atividade econômica capitalista? E quais seriam os critérios empíricos para a classificação? Essas perguntas se tornam ainda mais válidas agora na era de economias “avançadas” e “emergentes” que complicaram ainda mais o uso do termo “terceiro mundo”.

À luz dos problemas meramente empíricos para essa classificação, o recurso de Jameson à experiência do colonialismo e do imperialismo como base para estabelecer essa divisão parecia também insuficiente. Para distinguir da experiência geral do colonialismo, uma tendência geral de repostas nacionalistas parecia só banalizar o problema do nacionalismo em contextos periféricos de forma axiomática. Os pressupostos gerais de Jameson sobre o nacionalismo o levaram a colocar a alegoria como a forma principal de expressão cultural no “terceiro mundo”. Como Ahmad, sem rodeios, afirmou, isso só poderia ser sustentado se nenhum questionamento fosse feito a respeito da maneira como escritores se põem a comerciar com as instituições culturais num contexto periférico. A verdadeira experiência dos intelectuais do “terceiro mundo” em sociedades altamente contraditórias pode, na verdade, inibir qualquer tipo de capacidade de alegorização e mostrar uma experiência mais profunda de alienação e desamparo

31 N. do T. JAMESON, F. *Third-World Literature in the Era of Multinational Capitalism*. **Social Text**. Vol. 15, 1986, p. 65-88. Não há tradução para o português deste ensaio.

do que poderia ser vista em qualquer um de seus homólogos pós-modernos do “primeiro mundo”³².

Entre a China e a África, a América Latina entrava e saía de cena com grande desconforto no texto de Jameson, um desconforto que era sintomático exatamente das *diferenças* históricas dos exemplos chinês e africano discutidos por Jameson. Essas diferenças se baseavam nas configurações *nacionais* nas quais a literatura latino-americana tinha sido produzida. Parecia claro que a nação, tanto como forma contemporânea vazia quanto como realidade sociopolítica, permanecia como o *locus* de inscrição da instituição da literatura. Enquanto a reivindicação política do comparativismo se fazia evidente, ansiando globalizar a compreensão desta literatura num esforço para desprovincializar o leitor metropolitano, o efeito de distanciamento assíncrono era inevitável num texto que dividia o mundo em três diferentes. Talvez, a consequência mais significativa do resultado dessa espacialização do tempo tenha sido a produção de um leitor metropolitano soberano na busca incessante de fazer valer, em termos políticos, a sua leitura desses objetos literários, sempre a partir de seu posto de observação em relação à própria construção desses objetos.

Uma alternativa a essa posição consistiria em explicar o atual processo de diversificação por meio do estudo de culturas nacionais sob condições de modernidade. A premissa básica desse empreendimento é a suposição da coexistência de processos culturais sob o capitalismo global. Culturas modernas não são nem atrasadas, nem subdesenvolvidas; nem devem ser compreendidas como *loci* a priori beligerantes, revolucionários ou admiravelmente utópicos. Sua própria especificidade pode ser encontrada na experiência histórica do capitalismo moderno em suas histórias coloniais específicas. A presença de certas formas

32 De acordo com Schwarz, a produção literária de Machado de Assis aponta para esse aumento da consciência da contradição cultural entre as ideias liberais da elite política e a economia escravista no último quarto do século XIX no Brasil.

de escrita em contextos culturais diferentes não depende da qualidade da experiência compartilhada dos escritores, mas, na verdade, essas formas variam em relação direta com as tradições institucionalizadas e convenções de seus contextos. Escritores escolhem formas dependendo das circunstâncias sociais e históricas que definem o espaço institucional a partir do qual eles produzem.

Está claro que qualquer tentativa de teorizar globalmente a produção literária em termos de “terceiro mundo” tem sido, no melhor dos casos e até o momento, uma promessa fracassada. No entanto, a afirmação de Jameson sobre a preocupação com o nacionalismo no “terceiro mundo” mereceu, em seu momento, consideração importante porque a história de sua teorização forneceu um bom exemplo de como a lógica da diferença tem se inscrito em termos históricos mundiais. Em outras palavras, as próprias condições de possibilidade de tal dicotomia podem ser encontradas no tratamento histórico do problema da formação nacional e do nacionalismo disponível a nós desde o Iluminismo³³.

Contra as hipóteses de Jameson acerca das “literaturas do terceiro mundo” e, apesar de afirmações estratégicas que possam ter sido feitas a respeito de tal rubrica na política da academia americana, a tarefa de articular um projeto de estudo de culturas nacionais sob a modernidade permanece crucial para os intelectuais latino-americanos. Esse tipo de projeto permitiria negar a lógica de alteridade que faz os produtos culturais das “regiões do mundo menos desenvolvidas” *necessariamente* ou isto ou aquilo (i.e., leituras alegóricas da nação, anticanônicas, revolucionárias, antirepresentacionais, emergentes,

33 Uma análise das diferentes teorias do nacionalismo que provariam este argumento está além do escopo deste artigo. Entretanto, pode-se indicar debates importantes dos últimos vinte anos. A obra de Benedict Anderson, por exemplo, questiona pressupostos anteriormente defendidos sobre a origem do nacionalismo e, como consequência, questiona a lógica de desenvolvimento que caracterizou o pensamento sobre o nacionalismo em centros metropolitanos no passado.

etc.) e confrontaria a compreensão provinciana da modernidade que sustenta esses esquemas de classificação³⁴.

A coexistência da modernidade tal como experienciada na globalização do capitalismo monopolista a partir do fim do século XIX coloca o desafio de uma teoria diferencial da modernidade que possa considerar o *status* da produção cultural sob condições de modernidade na periferia do mundo industrializado. É somente por meio dessas compreensões comparativa e diferencial que a modernidade cultural europeia pode ser mostrada como sendo a exceção ao invés de ser a regra no contexto global. Na mesma proporção das repercussões políticas de uma tal postura, iria provar ser mais radical que o isolamento da diversidade em guetos na universidade americana, onde, por meio da marcação visível de gênero e raça, uma forma diferente de conhecimento é institucionalizada. Esta diferença e seu reconhecimento atual por meio de classificações como “literatura do terceiro mundo” (para citar um exemplo) reinscrevem o racismo das políticas de alteridade. Talvez seja o medo de lugares e povos – todos demasiado contemporâneos e coetâneos –, a rejeição de relações globais do capital e a negação do *status* de minoria da cultura do “primeiro mundo”, o que impede um tipo diferente de política na institucionalização de novos modos de compreensão dos desenvolvimentos culturais modernos numa escala global.

34 A genealogia de como isso tem sido tentado na tradição latino-americana é o assunto de um capítulo diferente deste projeto e não pode ser abordado aqui. Naquele capítulo, as batalhas ideológicas por uma aproximação anticolonial do problema da produção cultural e sua análise revelam também as tensões entre a tradição marxista e modelos intelectuais, descolonizantes e alternativos propostos por pensadores tão diferentes entre si como Enrique Dussel e Aníbal Quijano. Aquele capítulo propõe uma matriz de interpretação que requer uma categoria operacional de modernidade, que segue o modelo semântico-histórico de Reinhart Koselleck que a concebe como uma categoria de periodização histórica, como uma qualidade da experiência social e como um projeto incompleto, seus limites semântico-históricos e sua inseparabilidade das relações desiguais e combinadas com a modernidade europeia e, por extensão, do funcionamento do capital.

A institucionalização do estudo das “literaturas do terceiro mundo” nos Estados Unidos diz mais sobre o status da instituição da literatura nessa parte do globo do que sobre o processo cultural desses países considerados sob a rubrica “terceiro mundo”. O processo rápido e intensificado de sanção e canonização de produtos culturais de outras partes do mundo impede a possibilidade de colocação de questões importantes sobre o “resto do mundo” de um modo mais radical. Com isso, refiro-me a questões que iluminariam processos coetâneos de modernidade na economia, na cultura e na política e a relação entre esses processos, ao invés de persistir no nível da construção de sua distinção e, deste modo, reafirmar noções europeias de cultura e modernidade precisamente por meio de gestos de inclusão³⁵.

A mundialização da literatura: diagramas de árvore, mapas e a República Mundial das Letras

Vinte anos depois, encontramos-nos em meio a um novo esforço em teorizar o campo da literatura como um fenômeno global. Moretti,

35 Cf. ZIZEK, Slavoj. *The Abyss of Freedom / Ages of the World*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997. Até que ponto essa relação problemática entre a conceituação do centro *vis-à-vis* com o objeto da periferia pode escapar do racismo constitutivo é, talvez, uma questão que valha uma outra discussão, mas que pode ser tratada aqui brevemente. Poderia ser como Zizek defende ao dizer que “o racismo pós-moderno é o sintoma do capitalismo tardio multiculturalista, que lança luz na contradição herdada do projeto ideológico democrático liberal e em que, sem o elemento da verdadeira *jouissance*, o Outro permanece, em última análise, uma ficção, um sujeito puramente simbólico de um raciocínio estratégico exemplificado pela teoria da escolha racional?” (p. 27). Por essa razão, ele defende, de modo provocativo, que alguém até poderia se sentir tentado a substituir o termo multiculturalismo por multiracismo: o multiculturalismo suspende o núcleo traumático do Outro, reduzindo-o a uma entidade folclórica e asséptica. A crítica de Zizek sobre a impossibilidade de uma relação não-traumática com o Outro é algo que deve ser, de algum modo, considerado ao se refletir sobre o lugar de produção do conhecimento.

em seu livro³⁶ *The Modern Epic: The World-System from Goethe to García Márquez*³⁷, e Casanova, em seu livro *A República Mundial das Letras*, propõem novas estruturas de interação entre literatura e história para tentar responder a perguntas que tinham sido colocadas anteriormente: é possível encontrar os meios conceituais para restaurar o vínculo entre a literatura, a história e o mundo sem perder a especificidade e a particularidade irredutível dos textos? Podemos nos valer de ferramentas teóricas para combater o princípio arbitrário da autonomia dos textos literários? Quais são as leis que governam a multiplicidade das formas literárias? Dado que as perguntas já foram postas antes, respondidas e debatidas a partir de vários pontos de vista teóricos, a questão mais intrigante é: por que elas estão sendo postas novamente? Quais respostas para essas perguntas nunca foram ouvidas e por quê não? Farei algumas conjecturas sobre essas questões mais adiante.

Embora essas tentativas possam não enfrentar as mesmas dificuldades da proposta de Jameson, elas apresentam problemas novos e talvez mais insuperáveis que o do esforço de Jameson em esquematizar a totalidade das “literaturas do terceiro mundo”. Franco Moretti propõe um estudo comparativo global da forma do romance por meio da análise sistemática de uma acumulação surpreendente de estudos empíricos de todo o mundo. Em causa, está a explicação histórica de como os gêneros se desenvolveram no tempo e no espaço. Este é um modelo evolucionista num sentido estritamente darwinista-gouldiano que tenta dar conta do fato de que certas formas literárias foram bem-sucedidas enquanto outras possibilidades literárias em competição pereceram. Quais leis regulam o processo de seleção e como essas leis

36 N. do T. Não há tradução para o português desta obra. O título, em tradução livre, seria: *O Épico Moderno: O Sistema-Mundo de Goethe a García Márquez*.

37 O projeto de Moretti é abrangente e farei referência aqui apenas ao livro sobre o épico moderno e ao *Maps, Graphs, Trees* [N. do T. Não há tradução para o português desta obra. O título, em tradução livre, seria: *Mapas, Gráficos e Diagramas de Árvore*].

funcionam quando a forma do romance percorre o mundo e altera sua morfologia são questões que Moretti tenta responder por meio da análise de dados empíricos coletados em todo o mundo. Em jogo, está um modelo empírico que, para apreender uma história da literatura mundial, examina uma grande quantidade de material, atualmente perdida para os historiadores da literatura. Moretti conceptualiza seu projeto como aquele que busca elucidar uma lei de evolução literária, considerando uma amostra vasta de romances: o que é central para o seu quadro teórico é o destino do romance fora da Europa e o que ele nos conta sobre essa forma. Nesse modelo, todos os romances de fora da Europa nascem do encontro com realidades sociais particulares que, quando expressas numa forma ocidental que não se ajusta bem àquela realidade, acabam gerando variações na forma europeia. Essa é uma tese interessante baseada na noção de *Weltliteratur* que evita o déficit assíncrono de outras posições (como a de Jameson), mas a questão óbvia que se coloca é – se a franqueza é permitida – o que mais renderia o encontro de formas europeias particulares com realidades não-europeias? O que mais produziriam todas as interações dialéticas entre formas globais e realidades locais? As conclusões de Moretti deveriam servir aqui como uma premissa para o estudo das mediações reais entre forma e realidade social e não como o seu resultado. O recurso à linguagem das ciências naturais e sociais para sua construção teórica força-o a submeter sua teoria a um vocabulário e a um conjunto de protocolos que, por definição, a enredam em todo tipo de enviesamento, contradições e conseqüências relacionadas à sua construção metafórica.

Em sua introdução a *Graphs, Maps, Trees*, Moretti explica que, por meio desse trio de construtos artificiais, a realidade do texto passa por um processo de abstração que tem em vista a produção de “uma forma específica de conhecimento”. A reivindicação epistêmica, neste ponto, é algo que ele atribui à sua formação marxista: “a razão distante para esta

escolha consiste em minha formação marxista, que foi profundamente influenciada por Galvano Della Volpe e que implicou, portanto (no que diz respeito aos fundamentos, caso não tenha sido sempre posta em prática) um grande respeito pelo espírito científico” (MORETTI, 2005, p. 20). O apelo a um marxismo positivista – como se os relevantes debates marxistas sobre a crítica ao positivismo nunca tivessem acontecido, como se Adorno e Popper nunca tivessem se ocupado do debate sobre o futuro da sociologia (e o projeto de Moretti não é, desde que despojado de seus trajes darwinianos, um projeto global em sociologia das formas literárias?) – traz à tona a questão das afinidades entre o retorno ao positivismo e os discursos atuais sobre a globalização. O que é realmente alcançado por meio da acumulação massiva de dados sobre uma forma itinerante? O que este aparato conceitual esconde quando apela à unificação conceitual extraída das ciências? Este modelo impõe “um regime de visibilidade”³⁸ que mantém encoberta a contradição fundamental de conflito de classe num mundo que não é, de modo algum, algo que possa servir de mapa através do qual as formas passam sem se confrontar com as contradições fundamentais de desigualdades aviltantes, de guerra e injustiça; ou nas palavras de Adorno: “uma unificação conceitual ideal extraída das ciências naturais não pode, entretanto, ser, indiscriminadamente, aplicada a uma sociedade cuja unidade consiste em não ser unificada” (ADORNO, 2000, p. 52).

Vamos considerar apenas um exemplo da explicação de Moretti sobre a evolução do romance latino-americano. Não surpreende que seu modelo produza, no final das contas, alguém como García Márquez, que emerge em seu *Modern Epic* (1996) como um herói valoroso quando o melancólico romance europeu caminhava rapidamente para a exaustão.

38 Tomo esse conceito de Jacques Rancière, que o desenvolveu pela primeira vez em *Le méésentene: Politique et philosophie* (Paris: Édition Galilé, 1995) [N. do T. No Brasil, a obra foi publicada com o título *O desentendimento: Política e filosofia* (São Paulo: Editora 34, 1996)].

Daquele momento em diante, ele sustenta que a “espécie vinda de Macondo” nos força a ver o épico não mais a partir do centro do sistema mundial, e sim da periferia (cf. MORETTI, 1996, p. 243), mas será mesmo? Qualquer estudante de literatura latino-americana sabe que o retrato que Moretti faz de García Marquéz é uma apresentação da autocompreensão do boom latino-americano, que deixa de revelar a contestação em torno: da estética do “realismo mágico” e do nicho do mercado internacional, que, no final dos anos 60, produziu e, ao mesmo tempo, satisfaz a indústria livreira espanhola ao criar um fenômeno editorial que levou uma literatura que, naquele tempo, não era tão amplamente consumida ao reconhecimento internacional. Tudo isso tem pouca relação com compreender a refuncionalização do romance por uma geração de escritores profissionais latino-americanos que foram os primeiros a viver da escrita de ficção. Esses romances, ao invés de serem espécies naturalmente selecionadas para substituir o decadente romance europeu no mundo evolucionário das formas literárias, foram verdadeiramente as primeiras commodities literárias exportadas da América Latina para a Europa. Abstrair o romance latino-americano do destino da forma commodity no âmbito da cultura naquele ponto do capitalismo, em vez de iluminar, obscurece, na realidade, o modo como a homogeneização da cultura gerou regimes distintivos de desigualdade sob os quais a cultura foi e é produzida ainda hoje.

Pascale Casanova vai se distanciar do mundo das formas e restringir suas operações itinerantes ao mundo dos atores nacionais do campo da literatura, todos em competição no interior de uma instituição literária globalizada cujo centro está localizado em Paris (e Londres). O espaço mediador entre literatura e mundo é um espaço literário internacional autônomo que é tanto uma história quanto uma geografia “relativamente independentes do mundo cotidiano e de suas divisões políticas e cujas fronteiras e leis operacionais não são redutíveis às do espaço político ordinário” (CASANOVA, 2004, p.

XII)³⁹. Nesses espaços, conflitos de todos os tipos – políticos, sociais, nacionais, de gênero, étnicos – acabam por ser refratados, diluídos, deformados e transformados numa lógica literária que é invisível para a maior parte, e isso torna-se evidente aos que estão mais distantes dos grandes centros ou privados de seus recursos.

No momento atual, muitos livros têm sido escritos envolvendo a proposta de Casanova⁴⁰ e não é preciso que revisitemos muito dessa crítica aqui; em vez disso, preferencialmente, é importante continuar a explorar a conexão e as consequências dessa proposta relativamente à de Moretti, que é frequentemente colocado contra Casanova como alguém atento às questões da multiplicidade de formas no mundo inteiro. O que é verdadeiramente significativo é a conexão com a lógica globalizante em ambas as propostas. A própria Casanova lança mão de uma amostra empírica de diferentes tradições, só que as informações factuais dos seus dados não são exteriores aos objetos, mas são um processo cumulativo de representação independente de atores do campo da literatura em relação à hora literária do Meridiano de Greenwich. Ela argumenta que aqueles mais distantes do Meridiano reconhecem mais claramente as formas de violência e dominação que operam dentro dele. Casanova inventa um espaço seguro de dimensões mundiais no que diz respeito a escritores que, na qualidade de atores, tomam parte numa luta de diferenciação para extrair capital que possibilite a produção de suas próprias soluções formais. Se, em

39 N. do T. Apesar de a citação vir de uma obra que conta com uma tradução para o português (Cf. CASANOVA, P. *A República Mundial das Letras*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002), a citação feita pela autora desse artigo vem do prefácio publicado na edição inglesa da obra. Por este motivo, apresento aqui uma tradução de autoria própria do trecho.

40 Cf. PRENDERGAT, Christopher (Org.). *Debating World Literature*. Londres: Verso, 2004. Para uma perspectiva latino-americana sobre o assunto, cf. SÁNCHEZ-PRADO, Ignacio (Org.) *América Latina en la "literatura mundial"*. Pittsburgh: Instituto Internacional de la Literatura Iberoamericana, 2006.

Moretti, temos uma forma literalmente incrustada na relação espacial entre centro e periferia; em Casanova, temos, no ator do campo da literatura e na nação, uma dobradinha que é incorporada à relação competitiva entre centro e periferia, isolando, cuidadosamente, o espaço de engajamento de âmbito autônomo de um espaço literário global. As operações teóricas desses modelos produzem um regime particular de visibilidade do centro e da periferia, esmeradamente blindado da discussão política de como aquela produção cultural é parte integrante de uma compreensão ampla da economia política do capitalismo.

Francamente, para críticos latino-americanos, acostumados a propostas teóricas muito mais arrojadas, Casanova não diz nada de novo. Quanto a esse assunto, não sabemos que Rubén Darío ou César Vallejo ou Julio Cortázar se tornaram escritores latino-americanos em Paris, somente após formular de maneiras próprias sua relação periférica com aquela república específica das letras? Como isso pode significar mais do que a história da formação da classe letrada na América Latina? Será que realmente nos diz algo sobre a literatura como uma formação local que codifica muito mais que a literatura de viagem e os complexos de certos escritores? A história da literatura na América Latina parece contradizer este ponto de vista tão ideológico e despolitizado. Como Graciela Montaldo nos lembra:

Cada república tem aqueles que foram expulsos dela, como também aqueles que desertaram dela; cada mundo tem seu fora onde aqueles que são diferentes operam. Instituições têm agido igualmente contra a deserção e a diferença por meio de repressão ou captura. Assim como muitas outras práticas, a literatura tem feito o que as instituições lhe têm pedido, mas tem feito outras coisas. Quer utilizemos mapas, diagramas, árvores, quer projetemos repúblicas ou campos para esquecer aquela resistência à ordem das coisas, colocamo-nos em risco de esquecer

o impulso daquilo que nasceu como uma opção política (MONTALDO, 2006, p. 268)⁴¹.

O deslocamento do conflito, que partiria da formação social da literatura em seu contexto local para um setor apartado com sede em Paris obscurece o território cultural disputado daquelas literaturas no qual o verdadeiro impacto do desenvolvimento combinado e desigual encontra expressão e refrata a ordem mundial e não simplesmente aquela da república mundial das letras. A república mundial das letras de Casanova não só não nos diz algo que já sabíamos, mas agora organiza esse saber como um sistema e enfatiza, uma vez mais, ao produzir leituras, a partir dos centros hegemônicos em direção à periferia, seu poder etnocêntrico, ao assumir como um axioma, a partir desse espaço ficcional que o mundo se “mundializa” a partir do eixo Paris-Londres.

Os modelos de Moretti e Casanova na era da globalização nos forçam a considerar quais restrições formas ou atores itinerantes produzem e como lançam na sombra o fato de que a literatura como discurso não foi primeiramente constituída nem na relação com os centros literários europeus dominantes, nem com formas genéricas, mas em conflitos históricos específicos com outros discursos da nação, outras formações residuais e emergentes como as das tradições orais, da cultura popular e, mais recentemente, da indústria cultural. Nessas complexas e disputadas relações, a literatura deu expressão à natureza conflituosa da cultura hegemônica em lugares em que os estados são fracos e a cultura nacional é atravessada por diferentes projetos e temporalidades concorrentes que só acentuam a irrelevância relativa da instituição literária europeia que Casanova projeta no centro do mundo.

Brevemente, e para que haja exemplos paralelos, vamos considerar novamente o caso de García Márquez no modelo de Casanova. O

41 N. do T. A citação de Montaldo, originalmente escrita em espanhol, foi traduzida a partir da tradução para o inglês feita pela autora do artigo.

“realismo mágico”, sustenta ela, “foi tanto uma tacada de mestre quanto um ataque contra a autoridade crítica internacional” (CASANOVA, 2004, p. 234)⁴². García Márquez emerge como esse grande ator internacional da república mundial das letras, provando que até esses escritores, situados nos recantos mais longínquos da república, podem acumular capital literário e ascender à glória. É como se, nos cem anos anteriores a *Cem Anos de Solidão*, não tivesse existido nenhuma tradição literária na América Latina com a qual conectar um fenômeno como García Márquez. Em certo grau, sua emergência se torna semelhante a uma vitória de rebeldes de uma colônia numa galáxia muito, muito distante...

Ao se deslocar do centro para a periferia, seja por meio de um ator do campo da literatura seja por meio de uma forma, seja o espaço global imaginado como sendo transversal em Casanova, seja ele múltiplo, mas horizontal, em Moretti, as reduções combinatórias do funcionamento da literatura fora da Europa ainda são governadas por um centro europeu disseminador. E ainda que possam produzir uma compreensão diferenciada de certas economias literárias e hierarquias de exclusão, elas produzem um regime de visibilidade dessas exclusões que, fundamentalmente, encobre as mediações precisas dos objetos culturais produzidos em situações periféricas e sob a realidade do capitalismo.

Retornando ao nosso argumento sobre o alinhamento à evidência empírica nos modelos globais desses autores, mesmo que essa evidência possa se constituir apenas como uma lista ampliada de exemplos, não é difícil imaginar que esse tipo de evidência material, reunida e ordenada em nome de modelos abrangentes e globais de acumulação literária, se abstenha de se engajar numa tradição materialista que – seja ela estrutural, seja dialética – tinha, em boa parte do último século, essas mesmas questões no centro de suas discussões. Como indiquei

42 N. do T. Na edição brasileira: “[...] o ‘realismo mágico’ foi uma estratégia de gênio e um ato de violência” (Cf. CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 285-286).

anteriormente, neste artigo, o questionamento fundamental do positivismo numa sociedade marcada pela contradição está no centro de uma teoria crítica da sociedade e, portanto, de uma teoria crítica da produção cultural, que é forçada a tratar de questões relacionadas à mediação (*Vermittlung*), ou desse conjunto de relações que indicam que nada pode ser constituído de maneira independente, e com imediatismo (*Unmittelbarkeit*), como produto da consciência identitária que reifica o mundo (Cf. ADORNO, 2000, p. 130). A relação dialética entre o social e o imanente opera no nível do caráter específico do objeto, em que nada é puramente interno, nem suscetível de ser externalizado. A fenomenologia e o empiricismo falham, de acordo com Adorno, em apreender um mundo em que o seu é falso.

O crítico brasileiro Roberto Schwarz tomou muito seriamente o legado marxista de Adorno e as premissas epistemológicas de uma lógica cultural não-identitária. Em suas investigações sobre a literatura e a cultura brasileiras, ele nos apresentou de que modo a falsidade do mundo é refratada nos objetos culturais da periferia do capitalismo. É para a obra dele que agora me volto.

Afinidades eletivas: estética, globalidade e teoria crítica⁴³

A afinidade eletiva entre a teoria crítica de Adorno e as realidades culturais da periferia do capitalismo se torna evidente caso se assuma que, na teoria crítica, está implícito o comprometimento com

43 N. do T. Uma versão anterior das seções III, IV e V deste texto pode ser encontrada no capítulo “Peripheral Glances: Adorno’s *Aesthetic Theory* in Brazil”, publicada em: PENSKY, Max (Org.). *Globalizing Critical Theory*. Maryland: Rowman and Littlefield, 2005, traduzida no Brasil como: “Olhares periféricos: a *Teoria Estética* de Adorno no Brasil”. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. A presente tradução parte do texto publicado em *A Contracorriente*, no ano de 2011, conforme indicado na primeira nota de rodapé, visto que se trata de uma reformulação do texto apresentado em inglês, em 2005, e, em português, em 2007.

uma compreensão global da produção cultural, e na medida em que a base de uma análise crítico-teórica sempre é, ou, ao menos, tenta ser uma compreensão e uma teorização da cultura sob o capitalismo. O fato de que Adorno não trabalhou com culturas periféricas, nem teve a intenção de teorizá-las não é nem problemático, nem irônico neste caso. Simplesmente, é irrelevante. Em outras palavras, o ímpeto crítico e teórico da Escola de Frankfurt segue muito bem seu caminho porque busca uma compreensão da cultura dentro do fenômeno global do capitalismo. O que está em questão é uma compreensão dialética dos fenômenos culturais que, por definição, encontram sua expressão específica e particular na historicidade de seus materiais, isto é, por meio de uma dialética do particular e do universal ou, mais precisamente, de uma dialética das particularidades da condição local e global.

Os escritos de Roberto Schwarz sobre a importação do romance no Brasil nos apresentam hoje como uma das contribuições adornianas mais exemplares para o estudo de um fenômeno literário na periferia do capitalismo. Os escritos do principal crítico marxista brasileiro já apareceram regularmente, há algum tempo, traduzidos para o inglês (incluindo vários de seus mais recentes ensaios que são apresentados na *New Left Review* regularmente), o que faz dele um autor não desconhecido em círculos metropolitanos. Entretanto, o reconhecimento mais amplo de sua crítica dialética na tradição da Escola de Frankfurt e as implicações dela para a vida da teoria crítica nos dias de hoje parecem estar ainda por serem plenamente apreciadas.

Os ensaios de Roberto Schwarz são difíceis de decifrar em razão do modo perspicaz por meio do qual o crítico brasileiro se situa em relação à sua tradição. Em um nível, como discípulo proeminente de Antonio Candido, Schwarz sempre oferece uma leitura atualizada e compromissada com a obra de Candido e sempre defende a contribuição de seu mestre como precursora no estudo social da forma. Em outro nível, para atualizar e revitalizar as contribuições de seu

professor, Schwarz reconceitua as percepções de Candido ao fazer uso do desenvolvimento da estética marxista do último terço do século XX, especialmente como pode ser encontrada na *Teoria Estética* de Adorno. Os conceitos fundamentais de Adorno entram no trabalho crítico de Schwarz de uma forma orgânica e natural. Como um crítico de esquerda, Schwarz constrói estratégias de escrita que lhes facultam legitimar-se como um brasileiro que defende uma abordagem sócio-histórica dialética da literatura, enquanto oferece, ao mesmo tempo, uma perspectiva sobre a codificação social da forma literária que lhe permite ultrapassar o debate estéril entre realismo e modernismo que outro grande crítico literário do Brasil, Luiz Costa Lima, insiste em constituir. De acordo com Schwarz, Costa Lima classifica a produção literária do seguinte modo:

[...] de um lado, no partido do atraso, a mimese da realidade histórica, ausência de inquietação formal, redundância ideológica, ilusão da linguagem transparente, sem tração própria; de outro, no partido avançado, a produção literária do novo, a ruptura antimimética, a consciência da eficácia específica à linguagem, bem como o desligamento da antena referencial (SCHWARZ, 1999 [1992], p. 40)⁴⁴.

Ao invés de repetir o debate entre Lukács e Adorno que teve lugar nos anos 30, Schwarz, engenhosamente, se ocupa em desmontar as premissas de Costa Lima sobre o realismo e, como consequência, engaja-se numa exploração séria das formulações tardias de Adorno sobre a mimesis e as formas literárias. Ao reenquadrar o debate e ao

44 N. do T. O trecho aqui citado pode ser localizado em SCHWARZ, Roberto. *Adequação Nacional e Originalidade Crítica. Sequências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 40. Sua tradução para o inglês pode ser localizada em: SCHWARZ, Roberto. *National Adequation and Critical Originality*. Trad. Kelly Washbourne e Neil Larsen. *Cultural Critique*. N° 49, 2001, p. 35.

nos oferecer sua análise cuidadosa da produção literária tardia de Machado de Assis, Schwarz faz uma contribuição única para o nosso entendimento de como funciona a cifra da realidade social. O conceito de impulso mimético em Adorno e em Schwarz reapresenta o problema da inscrição da realidade como algo *interno* ao objeto literário. O impulso mimético não é o reflexo da realidade falada por Lukács, mas, em vez disso, uma reconsideração da dinâmica da forma que distingue o estudo marxista da forma do simples formalismo literário. Ou, como afirma Schwarz muito bem, o problema com o formalismo literário, ironicamente, é ele ter subestimado a própria forma literária.

Embora Schwarz já tivesse feito referência à importância da Escola de Frankfurt para os nossos dias, especialmente em sua biografia pessoal e intelectual intitulada “Um seminário de Marx” (cf. SCHWARZ, 1999)⁴⁵, o texto fundamental no qual Schwarz postula firmemente seu ponto de vista a respeito das formas literárias é o ensaio “Adequação Nacional e Originalidade Crítica”⁴⁶. Alguns dos princípios adornianos básicos desse ensaio incluem a ideia de que a obra, em seu momento histórico específico, codifica a realidade e a devolve a nós, articulada numa forma linguageira que revela as contradições de sua produção. Contrariamente à teoria do realismo como reflexo, aqui a sociedade aparece encapsulada num aparato formal de desdobramento autônomo cuja lógica escapa à comparação externa. Um segundo conceito elaborado tanto por Benjamin quanto por Adorno, o de constelação, aparece, nesse ensaio, de modo a explicar por que não pode haver apenas uma forma de inscrever a realidade ou, para refutar Lukács, por

45 N. do T. A publicação em português pode ser encontrada em: SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. Originalmente, este texto foi publicado no caderno *Mais!* da *Folha de São Paulo* em 8 de outubro de 1995.

46 N. do T. A publicação em português pode ser encontrada em: SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. Originalmente publicada em *Novos Estudos-Cebrap*, 32, São Paulo, março de 1992.

que não há nenhuma prescrição para ter que escrever como Balzac: em vez disso, deve-se encontrar as configurações ou as constelações no texto que iluminam seu momento histórico. Como diz Schwarz:

[...] o golpe de vista para o parentesco histórico entre estruturas díspares é talvez a faculdade-mestra da crítica materialista, para a qual a literatura trabalha com matérias e configurações engendradas fora de seu terreno (em última análise), matérias e configurações que lhe emprestam a substância e qualificam o dinamismo. Repitamos que o objetivo desse tipo de imaginação não é a redução de uma estrutura a outra, mas a reflexão histórica sobre a constelação que elas formam. Estamos na linha *estereoscópica* de Walter Benjamin, com a sua acuidade, por exemplo, para a importância do mecanismo de mercado para a compleição da poesia de Baudelaire (SCHWARZ, 1999 [1992], p. 40)⁴⁷.

Essa ideia de cifrar a verdade social num modo momentâneo, inconsciente e caleidoscópico distancia Schwarz tanto de Lukács quanto do geneticismo de Goldmann e deixa Costa Lima fora do debate. Também silencia as discussões sem saída que giram em torno da relação entre o original e a cópia. A oposição entre original e cópia torna-se uma falsa oposição porque não nos deixa ver a coparticipação do estrangeiro no nacionalmente específico ou o que há de imitação no original e o que há de original na imitação e o que eles revelam sobre a relação desigual de formas brasileiras e ideias europeias.

47 N. do T. O trecho aqui citado pode ser localizado em SCHWARZ, Roberto. *Adequação Nacional e Originalidade Crítica. Sequências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 28. Sua tradução para o inglês pode ser localizada em: SCHWARZ, Roberto. *National Adequation and Critical Originality. Critical Theory in Latin America*, a special issue of *Cultural Critique*. Vol. 49, outono 2001, p. 7.

A forma como cifra social: a importação do romance no Brasil⁴⁸

O grande mérito da obra de Roberto Schwarz resulta do fato de ele ter dedicado sua vida ao estudo da codificação da vida social do Brasil sob a escravidão na ficção de Machado de Assis. Como explicaríamos esses romances que não são representativos do que entendemos como o realismo do século XIX, mas cujas inovações formais são, apesar disso, diretamente ligadas à realidade social do Brasil? É aqui que o modo exemplar de Schwarz fazer próprias as premissas de Adorno sobre a forma literária e sua historicidade lhe permite elaborar uma leitura convincente de como a função narrativa dos romances da segunda fase de Machado de Assis marcam, em vez de refletir, as contradições da elite dominante brasileira. Em seu estudo meticuloso sobre a obra desse autor, Schwarz demonstra como as inovações formais de Machado de Assis operam no nível de um narrador, cuja volubilidade, em vez de ser uma falha narrativa, expressa a posição subalterna das elites brasileiras do final do século XIX. É nessa articulação do foco narrativo que, de acordo com Schwarz, Machado de Assis alcança “um realismo”, não no sentido tradicional do termo, mas no sentido de uma inscrição inconsciente da realidade social.

O choque, caracterizado pela importação das ideias liberais europeias, recebidas em meio a um modelo econômico escravocrata, produziu esta forma periférica do romance realista, uma forma que redefiniu tanto o realismo quanto o romance de um modo especificamente brasileiro. O que é mais bem exemplificado por esses romances brasileiros é que o subjetivo não está reduzido ao linguístico nem ao âmbito comunicativo, mas está integrado na forma configuracional do romance que ultrapassa a descrição daquilo que é narrado. O

48 N. do T. Conferir nota de rodapé nº 16.

narrador funciona em suas relações com outros personagens e com a estrutura do enredo como cifras da articulação social dos personagens. A volubilidade do narrador não é modesta quanto ao seu alcance, pois “ela abraça o mundo em sua extensão, e trabalha a fundo o plano das formas” (SCHWARZ, 2012 [1981], p. 121)⁴⁹. Schwarz escreve:

O traço marcante do romance de Machado de Assis é a volubilidade de seu narrador. Este não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo, ou melhor, muda de opinião, de assunto ou de estilo quase que a cada frase. Há um elemento de complacência nesta disposição mercurial, bem como no virtuosismo retórico de que ela depende para se realizar. São viravoltas sobre viravoltas, que invariavelmente se acompanham de uma satisfação de amor-próprio para o narrador. Esta tem a ver com o desejo de atenção e reconhecimento que sublinhávamos atrás, ao analisar o texto, desejo decisivo para o nosso raciocínio. Uma vez que este movimento subordina tudo o mais, pode-se ver nele o princípio formal do livro (SCHWARZ, 2012 [1981], p. 118-119)⁵⁰.

Para Schwarz, o caráter brasileiro dos romances de Machado de Assis não reside na meticulosidade extraordinária da observação local, da qual Machado bem entendia, nem é anulado por seu discurso universal, que é um nível importante da obra, mas esse caráter se encontra, na verdade, no fato de que essas duas dimensões estão presentes de uma forma simultânea, complexa e negativa. É esta combinação dissonante que as relativiza e que lhes confere um caráter histórico intrínseco. O que Schwarz nos elucidou é mais do que o funcionamento

49 N. do T. A publicação brasileira que serviu de base para a tradução citada pela autora pode ser encontrada em: SCHWARZ, Roberto. Complexo, moderno, nacional, e negativo [1981]. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo, 2012 [1987], p. 115-128.

50 N. do T. Trata-se da mesma referência indicada na nota nº 21.

da forma romance no Brasil do século XIX (que, em sua típica modéstia, é tudo quanto ele defenderia ter feito); mais precisamente, ele nos pôs à disposição um modo de compreensão de como, ao investigar a justaposição anacrônica das formas da civilização moderna e das realidades surgidas no período colonial, podemos discernir o vulto do mundo capitalista moderno. De uma maneira particular, ele procura especificar um mecanismo social que é um elemento interno e ativo da cultura brasileira em que as ideias europeias estavam fora de lugar e descentradas em relação ao seu uso europeu. Schwarz resume sua intenção da seguinte maneira:

[...] apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. O tic-tac das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário (SCHWARZ, 2000 [1977], p. 30)⁵¹.

Do ponto de vista da crítica imanente, para Adorno e Schwarz, a antítese entre o universal e o particular, além disso, é necessária e, ao mesmo tempo, enganosa. Nenhum dos dois existe sem o outro - o particular somente como definido e, portanto, universal; o universal somente como definição de algo particular e, portanto, em si mesmo, particular. A forma do romance no Brasil nos revela o funcionamento

51 N. do T. Conferir, em inglês: SCHWARZ, Roberto. *Misplaced Ideas: Literature and Society in late Nineteenth-Century Brazil*. In: GLEDSON, John (Org. e trad.). *Misplaced ideas: Essays on Brazilian Culture*. London: Verso, 1992. Para a publicação brasileira, conferir SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000 [1977], p. 9-32.

interno de um objeto estético inscrito historicamente num lugar e num tempo que articula, por meio de seu funcionamento formal, uma realidade nacional que compreende não apenas o presente, mas também a herança de um passado colonial e, portanto, a realidade do Brasil em sua inserção mais ampla no mundo capitalista. Fiel a uma epistemologia crítico-teórica, Schwarz, assim como Adorno, faz da primazia do objeto a pedra angular da crítica dialética.

Globalização: complexa, moderna, nacional e negativa

Permita-me retornar para a ideia aparentemente redundante de globalizar a teoria crítica para indicar que o trabalho de Roberto Schwarz nos leva à questão de como uma cultura, mesmo nesse período de globalização, ainda está incrustada numa experiência nacional, que é moderna, complexa e negativa e que – quaisquer que sejam os efeitos do processo de globalização – medeia essas experiências por meio de um idioma que é específico linguística, cultural e nacionalmente tanto quanto em diálogo com uma tradição definida e herdada.

O entusiasmo que parece ter tomado as humanidades a respeito das possibilidades de uma política que seria verdadeiramente global contrasta com as realidades econômicas da globalização e sua relação com o estado-nação. A realidade econômica é que as corporações globais continuam fortemente contando com estruturas domésticas do Estado que recaem nos limites tradicionais de governos individuais, presidindo sobre territórios delimitados, fazendo avançar agendas domésticas e regulamentando economias nacionais. Um estado-nação coeso que regule o livre mercado parece ser essencial para o crescimento capitalista. Em caso de dúvida, confira as pautas de poderosas economias emergentes como o Brasil e a Índia. O Brasil processa os Estados Unidos por manter tarifas que violam acordos da Organização Mundial do Comércio, pressiona muito por um lugar no

Conselho de Segurança da ONU e estabelece acordos bilaterais com outros estados-nação para avançar na economia mundial.

Nossas formas culturais, incluindo a literatura, estão inscritas nessa interação altamente complexa entre capitalismo global e respostas locais às realidades e aos discursos sobre a globalização, mediada por meio de formações linguísticas e nacionais específicas. É talvez nesse contexto que – como o trabalho de Roberto Schwarz tem mostrado – um retorno a Adorno para um esclarecimento a respeito do funcionamento das formas estéticas pode não ser tão anacrônico como se poderia pensar; mas é, em vez disso, bastante oportuno se estiver disposto a prestar atenção no impacto que olhares periféricos podem ter na tradição crítico-teórica do próprio Adorno.

Ler literatura em sua manifestação específica e concreta – que inclui a especificidade de uma língua, de um meio sociocultural e, sim, por que não, uma relação específica com uma tradição nacional em diálogo com um grande cânone ocidental – é uma delimitação que não deveria nos escapar e que nem deveríamos querer relegá-la em favor de teorias globalistas da produção literária. Ir por esse caminho seria embarcar numa aventura globalista que esvazia a especificidade cultural e que traduz a referencialidade a esse espaço internacional que, mais uma vez, define o resto do mundo em relação com a espacialidade do império. Para os que estão na periferia do capitalismo, as vicissitudes de sua própria realidade social, econômica, política e estética estão no centro e as mediações da globalização assumem formas estéticas interessantes que nos revelam muito sobre o atual estado do capitalismo. Proceder de forma imanente para compreender o que esses artefatos articulam, e manter distância do perigo de deixar a teoria da literatura ser, com o devido respeito a Hans Blumenberg, nada mais do que o ponto culminante da carreira de uma metáfora globalizada.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Metacritique of Epistemology. In: O'CONNOR, Brian (Org.). **The Adorno Reader**. Malden: Blackwell Publishing, 2000.

ADORNO, Theodor W. Sociology and Psychology (part I). **New Left Review**. Vol. 47, n. 1-46, 1967, p. 67-80.

CASANOVA, Pascale. **The World Republic of Letters**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

JAMESON, Fredric. Third World Literature in the Era of Multinational Capitalism. **Social Text**. Vol. 15, 1986, p. 65-88.

MONTALDO, Graciela. La expulsión de la república, la deserción del mundo. In: SÁNCHEZ-PRADO, Ignacio (Org.). **América Latina en la "literatura mundial"**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2006, p. 255-270.

MORETTI, Franco. **Graphs, Maps, Trees**. London: Verso, 2005.

MORETTI, Franco. **The Modern Epic: the World-System from Goethe to García Márquez**. London: Verso, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Le méésentene**. Politique et philosophie. Paris : Éditions Galilée, 1995.

SCHWARZ, Roberto. Misplaced Ideas: Literature and Society in late Nineteenth-Century Brazil. In: GLEDSON, John (Org. e trad.). **Misplaced ideas: Essays on Brazilian Culture**. London: Verso, 1992.

SCHWARZ, Roberto. National Adequation and Critical Originality. **Critical Theory in Latin America**, a special issue of Cultural Critique. Vol. 49, outono 2001.

SCHWARZ, Roberto. A seminar on Marx. **Hopscotch**. Vol. 1, n.1, Durham, Duke University Press, 1999.

PARTE 2

**OBRA DE ROBERTO SCHWARZ:
MODOS DE USAR**

PAUL GROUSSAC LEITOR DE “AS IDEIAS FORA DO LUGAR”

Bernardo Ricupero⁵²

Começo por explicar quem foi Paul Groussac, já que o leitor brasileiro não está muito familiarizado com o escritor. Francês, chegou a Buenos Aires em 1866. Tinha então 17 anos e parece ter atravessado o Atlântico em razão do desgosto com as segundas núpcias do pai. Como muitos outros imigrantes, não falava a língua, nem conhecia ninguém no seu país de adoção. Foi inicialmente pastor de ovelhas na província de Buenos Aires. No entanto, logo regressou à capital, onde se tornou professor em escolas da elite portenha. Na nova condição, publicou seu primeiro artigo, trabalho sobre José Espronceda, poeta precursor do romantismo espanhol. O texto saiu na *Revista Argentina*, dirigida pelo destacado intelectual católico José Manuel Estrada e chamou a atenção de Nicolás Avellaneda, então ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública. Este ofereceu a Paul o cargo de professor do Colégio Nacional de Tucumã. Na província nortenha, nosso herói além de ensinar, foi jornalista e responsável por campanhas políticas.

52 Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

A partir daí, tornou-se diretor da Instrução Pública tucumana e, mais tarde, Inspetor Nacional de Instrução.

No entanto, foi como diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires que Groussac se notabilizou. O escritor assumiu o cargo em 1885 e o exerceu por mais de quarenta anos. Antes, da mesma maneira que tantos imigrantes, retornou ao país de origem, onde sonhou, sem sucesso, triunfar no mundo das letras. Forçado a voltar ao seu país de adoção, tratou, como diretor da Biblioteca Nacional, de organizar a incipiente cultura argentina. Nesse intuito, criou as importantes revistas *La Biblioteca* e *Anales de la Biblioteca*, em que escreviam os principais nomes das letras argentinas e hispano-americanas e que tiveram importante papel no estabelecimento do cânone nacional e regional. Além disso, informado pelos mais recentes métodos europeus, preparou diversas obras historiográficas, a mais conhecida sendo *Santiago de Liniers*, significativamente trabalho sobre um francês, último vice-rei do Prata que foi fuzilado pela Revolução de Maio. Num labor infatigável, nosso autor ainda escreveu relatos de viagem e se envolveu em inumeráveis polêmicas.

Em resumo, se trata de um autêntico *self made man* das letras ou, como prefere Paula Bruno, autora na qual baseei as informações anteriores, de “um aventureiro que se converteu num destacado literato europeu na Argentina” (BRUNO, 2006: 185). Não se deve subestimar o fato do aventureiro em questão ser europeu; é isso que, em parte, possibilita que se converta, na Argentina, em literato. Circunstância de que o autor e o meio estão plenamente conscientes, o francês retirando de sua origem boa parte de sua autoridade, o que lhe possibilita tornar-se uma espécie de guardião da norma culta num meio agreste. Ou como percebe, com fina ironia, Jorge Luís Borges ao escrever sobre seu antecessor como diretor da Biblioteca Nacional: “a sensação incômoda de que nas principais nações da Europa ou na América do Norte teria sido um escritor quase imperceptível, fará com que muitos argentinos

lhe neguem primazia em nossa desmantelada república” (BORGES, 1974, p. 234).

O próprio Groussac, no prólogo de seu livro, *Del Plata al Niagara* (1897), que reúne notas de uma viagem oficial que fizera a caminho da *World's Colombian Exposition*, em que passou pelo Chile, Peru, Colômbia, Belize, Panamá, México e EUA, diz existir um abismo “entre povos produtores e consumidores de civilização”. Os últimos, chegariam “a possuir, em troca de seu solo virgem, todos os instrumentos da civilização”. Mesmo assim, insiste que haveria uma “diferença, mais profunda ainda para o livro do que o recipiente de metal”, já “que os civilizados compram o que os civilizadores elaboram” (GROUSSAC, 1897, p. XXI).

Não é difícil notar as semelhanças dessas observações com algumas das teses de “As ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz. O francês, assim como o brasileiro, percebe o desencontro entre as concepções dos “povos produtores” e o ambiente dos povos “consumidores de civilização”, em outras palavras, entre as ideias do centro e o contexto social da periferia capitalista. No entanto, como o crítico mais jovem aponta, em inúmeras ocasiões, o título de seu trabalho mais do que defender uma tese reflete um sentimento de despropósito bastante difuso em relação à vida ideológica nos países periféricos. Nesse sentido, as observações do crítico mais velho confirmam tal sentimento.

Schwarz ressalta, entretanto, que se o desconforto incide especialmente sobre as ideias, a diferença fundamental encontra-se na estrutura socioeconômica dos países periféricos e dos países centrais, que servem de modelo para os primeiros. (Observação que, por sinal, muitas vezes escapa aos comentadores de sua obra). De qualquer maneira, Groussac, em contraste com seus contemporâneos e mais próximo do crítico marxista, nota que o problema que indica não ocorre apenas na dimensão intelectual, tendo uma base material ou, nos seus

termos, alguns povos compram o que outros elaboram. Aprofundando, acredita que o principal contraste se dá entre o “recipiente de metal”, produto material que os povos “civilizados” poderiam produzir, e o “livro”, produto intelectual próprio aos povos “civilizadores”.

No entanto, Schwarz, em chave diferente, assinala que a periferia pode ser um lugar privilegiado para compreender o funcionamento do capitalismo no seu conjunto. Retoma, assim, as sugestões de Marx sobre a teoria moderna da colonização, segundo as quais, a escravidão *sans phrase* do Novo Mundo revela o que é realmente o trabalho livre, forma de escravidão disfarçada que prevalece na metrópole. Como também indicara a literatura russa, as normas e os progressos burgueses seriam levados, num novo ambiente, a realizar papéis deslocados e opostos ao que afirmavam em seu contexto original, o que realçaria seus aspectos mais grotescos e ridículos. Justamente por apontar para desencontro de tal tipo, Machado de Assis seria “um mestre na periferia do capitalismo”.

No entanto, não quero me deter aí. Interessa-me particularmente os comentários de Groussac sobre os EUA e, em especial, Chicago. Seguindo uma avaliação bastante comum entre escritores europeus e latino-americanos do final do século XIX, considera que faltaria ao país “sólido cimento” e “grande tradição” (GROUSSAC, 1897, p. 327). Aquilo que o caracterizaria, assim como as civilizações primitivas, seria “o tamanho, o número, a quantidade” (GROUSSAC, 1897, p. 329). Nosso crítico vê ainda os norte-americanos como ciclopes e relaciona os EUA ao reino de *Broding*, terra de gigantes aonde chega Gulliver, imagens que Rúben Darío também utiliza na mesma época. Igualmente como o autor de *Los raros* e como José Martí, associa esta parte da América a mamutes, referências que sugestivamente configuram um verdadeiro jogo intertextual.

Em Chicago, cidade na qual se realizou a *World’s Colombian Exposition*, as características dos EUA apareceriam de maneira ainda

mais intensa do que na costa Leste.⁵³ No entanto, o francês – como vimos, espécie de guardião da norma cultural europeia – não consegue deixar de confessar a atração que sente pelo ineditismo da realidade com a qual é confrontado: “pouco a pouco, se experimenta uma sensação de assombro e inquietude que é quase estética – A isto aludia, ao dizer que Chicago tinha sua beleza própria, em certo modo superior, pelo que tem de rude e descomunal, primitivo, às imitações europeias das metrópoles do Leste. O espetáculo prolongado da força inconsciente e brutal alcança uma certa beleza calibanesca” (GROUSSAC, 1897, p. 337).

Em outras palavras, esse crítico que se desculpa em razão de escrever numa língua que não é a sua, mas que retira boa parte de sua autoridade do fato de ser francês, vislumbra uma possibilidade alternativa para os povos “parasitas do trabalho europeu” (GROUSSAC, 1897, p. XI): a novidade absoluta, calibanesca. Dito de outra forma, a repulsa se mescla com o fascínio pelos EUA, especialmente o Oeste do país, pretensamente mais original. Chega a afirmar que o ineditismo da experiência teria uma força comparável apenas à da natureza. A própria cidade de Chicago teria surgido do nada, sendo edificada em não mais do que dez anos, o que provocaria assombro comparável ao do aparecimento de algo como uma montanha: “é formidável, incomparavelmente colossal, ao seu lado, por um momento qualquer outro pareceria desmedrado e mesquinho” (GROUSSAC, 1897, p. 338).

Quase na mesma época, também Darío identifica o monstro de *A Tempestade* com os EUA: “Caliban reina na ilha de Manhattan, em

53 A *World's Columbian Exposition* foi o maior evento de comemoração dos 400 anos do descobrimento da América e a maior exposição internacional desde o *Crystal Palace*, realizado em Londres em 1851. Teve, entre março e outubro de 1893, mais de 26 milhões de visitantes, que entraram em contato com as realizações norte-americanas nos campos da tecnologia, comércio e cultura, sugerindo que o país se encontraria numa situação de paridade com a Europa. Sobre a exposição, ver: COLOMBI, 2004.

San Francisco, em Boston, em Washington, em todo o país”.⁵⁴ Teria estabelecido “o império da matéria” e “se enche de *whisky* como no drama de Shakespeare de vinho” (DARÍO, 1920, p. 20). De maneira similar a Groussac, outras imagens utilizadas para se referir aos EUA são de ciclope, monstro, Babel.

O artigo “Edgar Allan Poe” corresponde, na sua maior parte, às impressões suscitadas pela primeira viagem do poeta nicaraguense ao “imenso país dos Estados Unidos”. Segundo seu relato, ao chegar a Nova Iorque, se perde no “rio caudaloso, confuso de comerciantes, corredores, cavalos, bondes, ônibus, homens sanduíches vestidos de anúncio, e mulheres belíssimas” (DARÍO, 1920, p. 19), que é a enorme cidade pela qual não deixa de nutrir, de maneira similar a Groussac, tanto fascínio como repulsa. Mas o poeta defende que mesmo num ambiente materialista e utilitarista como o norte-americano apareceriam ocasionalmente aristocratas do espírito, como o autor de *O corvo*. Assim, o resto do artigo é dedicado a explorar o que seria um verdadeiro enigma: “Poe, como um Ariel feito homem, dir-se-ia passou a vida sob o influxo de um estranho mistério. Nascido num país de vida prática e material, a influência do meio sente-se nele em sentido contrário” (DARÍO, 1920, p. 22). O príncipe dos poetas malditos seria, além do mais, o grande exemplo para uma literatura nova, que deveria não respeitar as convenções da realidade, sendo talvez o maior desses homens raros dos quais o modernista traça o perfil no volume de 1896.

Ao meu ver, a “beleza calibanesca” que Groussac enxerga em Chicago e a identificação por parte de Darío dos EUA com Caliban

54 Darío e Groussac comparam os EUA com Caliban em artigos, depois publicados em livros. No caso do poeta nicaraguense, seu “Edgar Allan Poe” saiu originalmente, em 1893, na *Revista Nacional* tendo sido reeditado em *Los Raros*, de 1896. Já o crítico francês, ao viajar, entre março de 1893 e janeiro de 1894, pelo continente americano escreve uma série de textos jornalísticos compilados, em 1897, em *Del Plata al Niágara*. Seus artigos sobre Chicago, em que aparece a referência a uma “beleza calibanesca”, podem, pelas indicações existentes, ser datados de 1893.

tem parentesco com a descida antropófaga que Oswald de Andrade prescreve para o Brasil. Melhor, os autores sentem atração por um quadro cultural para o qual parece não haver parâmetro, que se tem a sensação de ser inédito. Nesse sentido, as realidades sociais das quais brotam podem ser identificadas como inocentes, primitivas, bárbaras ou selvagens. Atrai ao francês e ao nicaraguense nos EUA especialmente o que Gramsci chamou de seu “americanismo”, o fato de supostamente não possuir passado, o que contrasta com a Europa, saturada de civilização. Em termos diferentes, na periferia brasileira e latino-americana o colonial e o burguês se articulam.

Nessa referência, a principal inovação do Pau Brasil está, como indica Schwarz, em destacar, numa chave otimista, a combinação do “arcaico” com o “moderno” como aquilo que seria específico ao país, o que afirma seu Manifesto, se notaria, por exemplo, na presença simultânea da floresta e da escola. Em outras palavras, os aspectos sociais que continuariam a vincular a nação politicamente independente à colônia seriam enfatizados como elementos diferenciadores entre as nações. Com base em tal orientação, a existência de diferentes temporalidades históricas num mesmo espaço nacional é tomada como matéria artística. Não há, porém, choque entre os elementos em jogo, a contradição sendo esvaziada, o que cria uma sensação que nosso crítico caracteriza como de “contraste pitoresco” (SCHWARZ, 1989, p. 22).

Num sentido diverso, se o Pau Brasil representa uma estética de equilíbrio entre diferentes aspectos da sociedade em que atua, a Antropofagia, como nota Benedito Nunes (1979), faz uma crítica contundente à cultura erudita, seu Manifesto proclamando: “queremos a Revolução Caraíba. Maior do que a Revolução Francesa”. Argumenta até que “sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem” (ANDRADE, 1972, p. 14). Na mesma toada, afirma que a colônia ofereceria vantagens em relação à metrópole, até porque “já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A

idade de ouro” (ANDRADE, 1972, p. 16). Tal avaliação possivelmente conduza ao que Schwarz sugestivamente caracteriza como uma “interpretação triunfalista do atraso”. Argumenta-se, nessa linha, que aquilo que as chamadas civilizações mais avançadas buscavam conduziria a uma espécie de retorno ao que era considerado como primitivo, o que poderia abrir caminho para uma espécie de síntese com o aparecimento de alguém como bárbaro tecnizado do filósofo Keyserling.

É curioso como ganham força hoje considerações como as do Manifesto Antropófago e as de Groussac e Darío a respeito dos EUA. Elas têm afinidade especialmente com o desejo pós-colonial de “provincializar a Europa”. No entanto, a justificada intenção de questionar que a modernidade conduza inevitavelmente a um contexto histórico único, identificado com a Europa, corre o risco de levar a uma espécie de “orientalismo às avessas”.⁵⁵ Replica, em especial, a imagem europeia a respeito do exotismo do resto do mundo, onde significativamente vive a grande maioria da população humana. O risco maior que tal afirmação do particular traz é de se perder de vista as conexões que fazem com que a periferia e o centro capitalista estejam integrados, mesmo que de uma maneira contraditória.

Darío, em contraste, tem plena consciência desses vínculos, como atesta sua resposta à crítica de Groussac de que seu livro, *Los raros*, seria o produto da imitação do decadentismo francês. Depois de revelar que o crítico teria sido um dos responsáveis por seu “galicismo mental”, borra as diferenças entre o original e a cópia, como indica Florencia Bonfiglio (2011), ao confessar que quando leu, pela primeira vez, o autor “não sabia que fora um francês que escrevesse em espanhol”. Mas de maneira consciente, defende que o intercâmbio entre as duas línguas seria possível porque seriam feitas do mesmo material (latino), o que

55 Nessa linha, é interessante como Vivek Chibber destaca os riscos do pós-colonialismo reproduzir “os piores aspectos da mitologia orientalista” (CHIBBER, 2013, p. 288)

deveria abrir caminho para que o francês servisse à modernização do espanhol. No entanto, argumenta que a renovação teria que ser feita na América, já que o peso da tradição seria muito maior na Espanha.

Em termos provocativos, pode, assim, responder à pergunta de Coppé, lembrada por Groussac: “Qui pourrais-je imiter pour être original? A quem poderei imitar para ser original? (...) Pois a todos”.

De maneira semelhante, Ricardo Piglia, ou melhor, Emilio Renzi, percebe que Pierre Menard, personagem de Borges, é, na verdade, Groussac: “esse francês que escreve em espanhol uma espécie de Quixote apócrifo que é, não obstante, o verdadeiro; esse patético e ao mesmo tempo esperto Pierre Menard não passa de uma transfiguração borgeana da figura desse Paul Groussac, autor de um livro onde demonstra, com uma lógica mortífera, que o autor do Quixote apócrifo é um homem que morreu antes da publicação do verdadeiro Quixote” (PIGLIA, 1990: 120).). Levando adiante “a técnica do anacronismo deliberado e das atribuições errôneas” (BORGES, 1974: 450; PIGLIA, 1990: 121), desenvolvida por Menard ou Groussac, poderíamos perguntar se o crítico francês não só leu “As ideias fora do lugar”, 80 anos antes da sua publicação, como procurou, ao longo de sua vida, aplicar as teses do ensaio?

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald. **Obras Completas. VI. Do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

BONFIGLIO, Florencia. En zaga de tantos otros: Paul Groussac y la angustia de las influencias en el Río de la Plata” . **Orbis Tertius**, v.16, n. 17, jan. 2011.

BORGES, Jorge Luis. Paul Groussac. In: **Obras completas. v. I.** Buenos Aires: Emecé, 1974.

BRUNO, Paula. Paul Groussac un articulador cultural en el pssaje del siglo XIX al XX argentino. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades.** n. 15, jan. – jul. 2006.

CHIBBER. Vivek. **Post-colonial theory and the spectre of capital.** London: Verso, 2013.

COLOMBI, Beatriz. **Viaje intelectual. Migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)**, Rosario: Beatriz Viterbo, 2004.

DARÍO, Rúben. Edgar Allan Poe. In: **Los raros.** Madrid: Editorial Mundo Latino,1920.

GROUSSAC, Paul. **Del Plata al Niagra.** Buenos Aires: La Biblioteca, 1897.

PIGLIA, Ricardo. **Respiração Artificial.** Trad. Heloísa Jahn. Buenos Aires: Iluminuras, 1990.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A DIALÉTICA ENTRE ORDEM E DESORDEM NA LITERATURA DO *AMERICAN WAY OF LIFE*

Sávio Lopes⁵⁶

Introdução

Em uma das mais bem elaboradas críticas literárias feitas no Brasil, Antonio Candido aponta a existência de uma dialética entre ordem e desordem no romance *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854), de Manuel Antônio de Almeida. Ao demonstrar a especificidade brasileira do personagem Leonardo, Candido distingue o malandro brasileiro das demais personagens típicas de outras tradições literárias

56 Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de São Paulo, desenvolve pesquisa na linha dos Estudos de Cultura. Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Letras: Estudo da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto (2014), linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (2011). Atuou como Professor Credenciado na Universidade Federal de Ouro Preto no campo da Língua Inglesa. Dedicou-se a estudos da Literatura Norte-Americana, principalmente romances relacionados à Geração Beat e a contracultura. Em 2016 a editora 'Novas Edições Acadêmicas' publicou seu estudo 'Contracultura e Contramemória na Literatura Beat'.

– tal qual o pícaro, presente no picaresco espanhol. O malandro, portanto, tem sua dialética própria, uma característica que advém da forma social do Brasil joanino, um conflito entre ordem e desordem que se observa na figura do Major Vidigal em um dos momentos finais da narrativa. Este é o momento em que ele, figura da ordem, age de forma irregular para ajudar uma antiga amante e livrar o seu inimigo Leonardo, protagonista do romance, de suas dívidas com a lei. Não coincidentemente, neste momento decisivo da narrativa, o major se veste de acordo com a sua postura: roupa civil, das mais informais, da cintura para baixo e farda da cintura para cima. Essa forma, observada tanto no romance quanto na própria sociedade brasileira no século XIX, é o que Candido chama de dialética da ordem e da desordem em seu estudo *Dialética da Malandragem* (CANDIDO, 1993).

Retomando a tradição de uma crítica dialética, Roberto Schwarz aponta os avanços deste trabalho de Candido e salienta a especificidade da análise do crítico. Em meio a outros pontos, Schwarz destaca que a figura do malandro é uma peculiaridade do momento sócio-histórico do Brasil oitocentista e revela um movimento específico da sociedade brasileira. Nas palavras do crítico:

Usando as expressões do Antonio Candido, esta forma é tanto o esqueleto de sustentação do romance, quanto a redução estrutural de um dado social externo à literatura e pertencentes à história. Trata-se, noutras palavras, da formalização estética de um ritmo geral da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX (SCHWARZ, 1987, p. 132).

A crítica de Schwarz destaca o caráter inovador metodológico de Candido. A maneira com a qual ele percebe o movimento histórico captado pelo romance de Manuel Antônio de Almeida é uma descoberta, uma maneira de se analisar a produção artística como

uma concretização do processo social. Com isso, Schwarz aponta que o crítico foi capaz de sintetizar ideias dispersas sobre a formação do Brasil por meio da crítica literária.

Outro ponto interessante levantado por Schwarz acerca do estudo das *Memórias* é a diferença existente entre a dialética do malandro e uma manifestação próxima, porém distinta, do arquétipo *trickster*, muito presente na literatura estadunidense. Dentro de uma grande variação de acordo com o momento e a localização geográfica, as figuras denominadas *tricksters* são associadas à transgressão, à ruptura com os limites (HYDE, 1998). É possível associar a personagem Leonardo, das *Memórias*, ao arquétipo de transgressor, a diferença, contudo, consiste na estrutura social que abarca a malandragem, um país em uma situação de “homens livres que, não sendo escravos nem senhores, viviam num espaço social intermediário e anômico, em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela” (SCHWARZ, 1987, p. 138). O processo histórico da colonização e da escravidão no Brasil se reflete em uma estrutura social – e literária – própria, em que a dialética entre as esferas da ordem e desordem resulta em uma forma oscilante, a malandragem, em uma “terra sem males definitivos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral” (CANDIDO, 1993, p. 88).

Tendo como base essas duas importantes críticas da literatura brasileira, é possível levantar questões acerca deste tipo de dinâmica – entre ordem e desordem – no universo da literatura estadunidense e do *American Way of Life*. A aproximação entre essas duas tradições literárias não é arbitrária, pois para uma visão totalizante de uma forma dialética entre ordem e desordem, é pertinente também observá-la – além da periferia, onde as contradições estão mais visíveis – no centro do capitalismo. O intuito de aproximar a crítica dialética brasileira aos romances produzidos em um momento de consolidação do capitalismo é justamente usar a crítica como ferramenta para tornar as contradições

presentes nos romances aqui estudados mais evidentes. Além disso, a diferenciação levantada por Schwarz do malandro, a sua natureza local, em relação ao *trickster*, nos faz imaginar como essa figura opera nas narrativas do centro do capitalismo, onde a ordem é predominante – ao menos em sua aparência.

Para tanto, é pertinente buscar objetos dessa cultura que expressem esse conflito e os romances *The Catcher in the Rye*, de 1951, escrito por J. D. Salinger, e *On The Road*, publicado em 1957 e de autoria de Jack Kerouac, encontram-se em posições na história e situação econômica do país que ajudam a se observar essa característica. Por meio de uma crítica materialista, busca-se perceber as principais dicotomias da cultura estadunidense presente nesses romances e como estas se concretizam na proposta formal do romance: a fuga da esfera da ordem para uma aventura temporária no âmbito da desordem.

Dois romances do *American Way of Life*

O período pós-Segunda Guerra Mundial estadunidense foi marcado pela conformidade de grande parte da população de classe média, relacionada ao fato de se tratar de uma cultura dominante que apresentava uma perspectiva em que os Estados Unidos, vitoriosos na Guerra, haviam se tornado uma potência invicta e detentora do poder sobre as demais nações. Com isso, ser um cidadão estadunidense tornou-se motivo de orgulho, e fazer parte dessa cultura (e reafirmá-la) era essencial para a manutenção desse *status*.

O historiador Eric Hobsbawm caracteriza o século XX como o século americano (ou estadunidense), justamente devido ao poder conquistado pela nação ao longo dessas décadas. Ele afirma:

Minha impressão é que o século americano baseou-se sobretudo na esmagadora predominância, no dinamismo e na dimensão da economia americana. Ela é de uma ordem de grandeza incomparável

com a das outras nações capitalistas. Não podemos esquecer que, já na década de 1920, os Estados Unidos respondiam por 40% de toda a capacidade industrial do mundo. Eles perderam parte dessa vantagem com a Grande Depressão, mas recuperaram sua posição após a Segunda Guerra Mundial, a tal ponto que, em certa época, a economia americana era equivalente a metade do poderio econômico de todos os outros países somados (HOBSBAWM, 2009, p. 49).

Com essa vantagem no cenário global, foi possível que os Estados Unidos criassem um imaginário, multiplicado para o restante do mundo, em que o país se tratava da terra em que tudo era possível – a concentração de riquezas, a mobilidade social e a realização de desejos materiais poderiam facilmente se concretizar. Esse ideário é o que chamamos de “*American Dream*”, o mito fundador estadunidense, construído com valores que se apoiam nos princípios da democracia, dos direitos, da liberdade, das oportunidades e da igualdade. (CARNEY, 2015, p. 3-4). Já o termo *American Way of Life* refere-se ao estilo de vida associado ao sonho americano, o discurso que permeia os costumes e crenças hegemônicos. O termo é utilizado de forma ampla para denominar o estilo de vida adotado pela maioria da classe média estadunidense, em acordo com os princípios do *American Dream*.

Como membros da classe média estadunidense, os autores e seus romances analisados neste estudo ao mesmo tempo condenam e reafirmam o *American Way of Life* e seu conjunto de valores. A relação apresentada entre as esferas da ordem e da desordem no contexto pós-Segunda Guerra estadunidense revela proximidades com a dialética entre a ordem e a desordem exposta pela crítica brasileira, apresentando, contudo, particularidades de uma cultura hegemônica na ordem mundial.

J. D. Salinger nasceu em Nova York em 1919 e frequentou a universidade de Columbia, na mesma cidade. Foi soldado durante a Segunda Guerra Mundial, tendo escrito parte do seu romance *The*

Catcher in the Rye nos acampamentos militares. Ao regressar, publicou o romance e mais alguns contos. Após o sucesso desse livro, o escritor passou grande parte da sua vida reclusa, até falecer em 2010, com 91 anos. O seu *best-seller* narra a história de Holden Caulfield, jovem desajustado socialmente que foge de uma escola interna prestigiada e tradicional. Após ser reprovado, a personagem adolescente passa três dias vagando por Nova York, enquanto adia o encontro com sua família, que eventualmente viria a descobrir sobre o seu fracasso acadêmico. O romance ficou conhecido por tratar de temas comuns à juventude – camada da sociedade que estava formando uma identidade própria – e por apresentar uma linguagem crua para tratar de temas da cultura estadunidense de forma bastante mordaz.

Jack Kerouac nasceu em 1922, em Lowell, Massachusetts, uma cidade com grande concentração de famílias de origem franco-canadense, incluindo a sua. Quando criança, o escritor teve uma educação cristã, muito presente em seus escritos posteriores que dialogam com concepções de espiritualidade budista. Frequentou a Universidade de Columbia, onde teve contato com poetas como Allen Ginsberg e William Burroughs. Kerouac escreveu diversos romances com conteúdo autobiográfico em que referenciava os seus amigos escritores e poetas, assim como os hábitos transgressores de sua geração, criando forte impacto no público jovem. Seu romance mais popular, *On The Road*, narra a viagem de Sal Paradise e seu amigo Dean Moriarty pela famosa rota 66 nos Estados Unidos, que atravessa o país de leste a oeste e, posteriormente, para o México. O relato de viagem é carregado de referências literárias e possui uma escrita de inspiração modernista, o que é propício à prosódia inspirada no estilo de *jazz* chamado *bebop*, muito reverenciado por sua geração.

Os romances que aqui proponho analisar, *The Catcher in the Rye* e *On The Road*, apresentam uma constante tensão entre a fuga e a permanência, algo que se evidencia em diversas passagens do romance

e, ao mesmo tempo, se mostra como uma característica condizente com o estado da sociedade estadunidense do período. Durante a década de 1950, também chamada de década de ouro, os Estados Unidos atingiram o *status* de maior potência mundial. Este foi o momento em que o país, após a Segunda Guerra Mundial, conseguiu firmar o seu sistema econômico e, conseqüentemente, suas matrizes culturais como hegemônicas no ocidente (HOBSBAWM, 1995).

Esse desenvolvimento econômico, somado à criação de uma cultura nacionalista, foi responsável pelo desenvolvimento do *American Way of Life* – um estilo de vida ligado ao consumo de tecnologia doméstica, seu conseqüente conforto e a perpetuação de valores conservadores. Esse estilo de vida, ainda muito associado ao imaginário do centro do capitalismo, não é um privilégio para todas as camadas da população, já que muitos setores da sociedade estadunidense não tinham acesso a esses bens. Diante da cultura global, os Estados Unidos se esforçaram em criar um imaginário de desenvolvimento inclusivo, ao alcance de todos, ocultando em seu retrato diante do mundo as suas contradições. Muitas dessas contradições, que se diferem do cenário do *American Way of Life* e estão presentes nos romances de J. D. Salinger e Jack Kerouac, se tornam ainda mais sintomáticas se levarmos em conta a perspectiva em que as histórias são contadas: visões de narradores jovens de classe média.

Devido a essa posição social privilegiada dos narradores, a primeira imagem que se tem do cenário vivido por eles vê-se a preponderância da ordem. No momento em que se inicia a fuga – a ação mais decisiva e não totalmente concretizada – os cenários se subvertem e revelam diversos buracos no panorama da ordem e, longe do estado de conforto inicial das personagens, eles têm contato com um mundo diferente do seu. Em uma forma que muito remete à epopeia burguesa, ambos personagens anseiam por experiências não-normativas, que os levariam à busca de seus devidos lugares em um mundo fragmentado.

Esse desejo de emancipação, presente nos romances, é uma concretização de um pensamento vigente na juventude estadunidense da época, que começa a se dissociar do núcleo familiar e a criar uma camada social à parte, com ideias e estilo de vida próprios. Essa dissociação, na década seguinte, os anos 1960, se tornou uma manifestação de grandes proporções, que passou a ser chamada de contracultura.

Pressões que exercem influência

Como resultado, os romances de Kerouac e Salinger apresentam em suas narrativas uma relação dialética entre fuga e permanência, formalizada por meio de narrativas de fugas. Ao mesmo tempo em que seus protagonistas anseiam por experiências de um mundo real, longe do conforto da classe média e do *American Way of Life*, eles oscilam para o lado da permanência, onde seus status sociais são garantidos. A pesquisadora Rachel Adams (2009) aponta a dualidade da insatisfação vivida por esses personagens e a maneira a qual eles encontram de expressar o desrespeito à autoridade. Ela diz:

Mais Holden Caulfield que Neal Cassady [chamado Dean Moriarty na ficção], os rebeldes sem causa contam com a segurança de um lar e pais, apesar de insatisfatório, como uma base para a sua inconformidade. Em vez de partirem para territórios desconhecidos, eles mostram seu desrespeito à autoridade por meio de sexo ilícito, cigarros roubados e bebidas (ADAMS, 2009, p. 182)⁵⁷.

57 Tradução nossa. No original: "More Holden Caulfield than Neal Cassady, the *rebeldes sin causa* rely on security of home and parents, however unsatisfactory, as a foundation for their nonconformity. Instead of lighting out for uncharted territory, they show their disrespect for authority through fumbling, illicit sex, stolen cigarettes, and drinking" (ADAMS, 2009, p. 182).

Em meio a essa tensão, existem pressões externas às personagens que ajudam a definir o ritmo de suas narrativas. Ao investigar essas pressões, objetiva-se descobrir quais são as forças que guiam essas narrativas para cada lado desta oscilação entre o rumo normativo e rígido da vida estadunidense e os seus elementos mais volúveis e contraditórios, geralmente rejeitados pela cultura oficial.

As forças que impelem os personagens à permanência e a ordem são concretizadas nos romances por meio de personagens conselheiros (amigos, parentes e professores), as instituições às quais eles respondem (polícia, educação e família, principalmente) e as normas da própria sociedade (internalizadas nas próprias personagens e presentes em suas consciências narrativas). Já as forças que impelem as personagens à fuga para o lado não-hegemônico da vida estadunidense, em direção à desordem, são outras personagens (as consideradas más influências), as formações culturais marginalizadas, o mistério de uma jornada ainda não vivida, além do impulso pela aventura como ato de formação de caráter (muito presente na tradição do romance).

No caso de *The Catcher in the Rye*, essa rigidez vigente é muito marcante no ambiente do colégio Pencey. Trata-se de um colégio tradicional, com muitas regras de comportamento e grandes expectativas sobre os seus discentes, na maioria dos casos oriundos de famílias de classe média alta. Nesse cenário, uma das personagens que mais exerce influência para a sua permanência na escola é o professor Mr. Spencer, o qual convida Holden à sua casa de forma a orientá-lo diante de suas dificuldades acadêmicas. Logo que recebido, o jovem considera deprimente a vida levada pelo professor e sua esposa, asmática e idosa, descartando de início a possibilidade de dar ouvidos ao seu tutor. O professor, em meio à um longo discurso, orienta o jovem a aprender a conviver com as regras, jogar conforme o jogo, para que consiga atingir o seu sucesso, dica à qual não é muito levada em conta pelo aluno, que foge do colégio durante a madrugada.

Outra personagem a exercer o papel de influência para Caulfield é a sua irmã Phoebe. A irmã mais nova, de 10 anos, o encontra enquanto ele ainda está perambulando escondido pela cidade de Nova York. Mesmo criança, Phoebe é muito mais centrada e objetiva que o irmão e percebe a sua condição de deslocado e insatisfeito em relação a todas as possibilidades que lhe são apresentadas. “Você não gosta de nada que está acontecendo.” (SALINGER, 2019, p. 204), ela afirma. Buscando entender as dificuldades do irmão, ela sugere que ele busque alguma carreira que ele consiga exercer e chega a sugerir que ele siga a carreira de advogado de seu pai, o que é desconsiderado por Holden. Mesmo Phoebe sendo uma das poucas personagens com as quais Caulfield sente prazer em conversar, ela também não o compreende, sugerindo que ele crie ordem em seus planos de vida. Essa incompreensão por parte da irmã dificulta ainda mais a inserção do jovem no ambiente familiar, já que ela é o membro da família que ele mais admira por considerá-la inteligente e autêntica (ainda não corrompida pelo mundo, em sua visão).

Pensando nela como uma instituição formada por diferentes gerações, a família, de forma geral, exerce uma forte pressão sobre as decisões de Caulfield – mesmo que seja com o intuito de desacatá-la. De forma a dissociar-se de sua família, o jovem tem uma postura que se tornou um estereótipo de adolescente, de recusa aos padrões de sua família. Isso se manifesta em sua negação em seguir os passos dos pais, em seu desinteresse por educação e empregos formais e os deboches e críticas que faz a seu pai e irmão. Para Holden, seu irmão se vendeu à Hollywood quando resolveu seguir a carreira de roteirista e a respeito da rotina de seu pai, o garoto não parece ter muito conhecimento, mas supõe que seja desinteressante e a descreve usando um de seus termos favoritos: *phony* (falso).

O sucesso de sua família torna-se também um fardo do qual Caulfield deseja se livrar. Essa pressão exercida pela escola e pela

família, o próprio privilégio de ter acesso à uma educação formal que garantiria o seu sucesso profissional, em um mundo pelo qual ele não se interessa, é um dos motivos que leva Caulfield a deixar a escola. A sua reprovação em todas as disciplinas, com exceção do Inglês, é uma consequência do seu desinteresse pelas possibilidades de sucesso que o aguardam após a conclusão de seus estudos. Com a sua desistência, ele sabe que irá pagar um grande preço por frustrar as expectativas, principalmente por se tratar de um momento em que o descarte da cultura oficial e suas instituições significava um ato de contravenção às principais fontes de emanção de poder e influência hegemônica – legislação, religião e família, por exemplo.

Esses são alguns dos personagens e elementos da narrativa que pressionam Caulfield à estabilidade e a permanência no lado categorizado como positivo nos padrões de sua cultura. Por outro lado, existem pressões na direção contrária, são os elementos que puxam a narrativa em direção à fuga, ao instável e o lado tido como negativo da vida estadunidense. Além do aspecto instintivo, do desejo pela experiência de fuga e formação individual, há também personagens que influenciam os protagonistas a se distanciar da cultura oficial.

Sem muitas personagens que possam ser tidas como “más influências” que o guie no caminho da desordem, a falta de compatibilidade com os personagens em seu estado inicial (o colégio Pencey) é o principal motivo para a fuga de Caulfield. No decorrer da narrativa, são vários os momentos em que o jovem faz comentários negativos e sarcásticos acerca de seus colegas e professores. Além disso, há o fato de que no internato para garotos não há muita possibilidade para Holden realizar os seus desejos sexuais – os quais estão presentes em grande parte da narrativa. Como qualquer adolescente na puberdade, Holden detém a curiosidade de perder a virgindade e, durante a sua fuga, esta é uma das questões que direciona o seu trajeto. O jovem telefona para uma antiga colega, flerta com garotas em restaurantes e,

por fim, consegue um contato para conseguir uma garota de programa. Suas tentativas são fracassadas, mas é o desejo por ter contato com personagens como Sunny – a garota de programa que ele contrata – que o leva para a instabilidade de um lado não-normativo da vida estadunidense. O seu contato com o submundo da prostituição é fracassado, ele não tem a relação sexual que desejava e acaba por levar um soco de Maurice, o agente de Sunny.

Já em *On the Road*, a oposição ao *status quo* é ainda mais evidente devido à quantidade de atos ilícitos que as personagens centrais cometem: uso de drogas e entorpecentes, excesso de velocidade nas estradas, roubos e atentados ao pudor. A necessidade, o anseio e o desejo juvenil por esse tipo de comportamento surge como uma resposta à falta de estímulo do conservadorismo comportamental da sociedade estadunidense no pós-Segunda Guerra. É visível na ficção contada por Jack Kerouac o incômodo das personagens secundárias que assistem aos seus atos durante a viagem; alguns se chocam, outros se indignam. Fica claro, portanto, que a contravenção de Dean e Sal funciona como um discurso contra-hegemônico, que, mesmo sem uma carga política, demonstra uma insatisfação com as limitações da ordem vigente.

As pressões da esfera da ordem emanam de personagens como a tia de Sal, que deseja que ele se case e leve uma vida convencional. Ela o aconselha a não seguir com a viagem, que permaneça com ela, pedido que é negado por ele. Outra importante figura que exerce a pressão no sentido da permanência é o seu amigo Remi Boncoeur, um personagem do universo da ordem, bem sucedido e que desgosta dos demais amigos de Paradise. Ele é o oposto de Dean Moriarty – mais contido, precavido, com uma vida estável – e cria uma dualidade em Sal, que precisa fazer uma escolha entre os dois. No lado oposto, estão muitos outros personagens amigos de Sal Paradise: poetas marginais, frequentadores da vida noturna das grandes cidades, usuários de drogas

e sem empregos formais. Esses são os que literalmente o chamam para a aventura e no centro deles está o principal guia para o universo da desordem: Dean Moriarty. Com uma grande admiração por esse amigo, Sal segue os seus passos e vê nele uma figura profética, que o guiaria em rumo à uma satisfação espiritual e o livraria do tédio da vida comum.

Esses elementos narrativos, que funcionam como um pêndulo para o desenvolver da história de fuga desses personagens, são a concretização de uma experiência histórica que por si mesma exerce uma forte pressão sobre o desenvolvimento desses romances, criando a sua própria estrutura. Os Estados Unidos viviam o período em que sua cultura e seu sistema econômico se firmavam como dominante no mundo. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1995), era o momento em que o capitalismo declarava vitória sobre o socialismo, e qualquer possibilidade de um sistema econômico diferente se tornava cada vez mais remota. Esse foi o momento em que o país, como um meio de assegurar sua soberania, começou a criar medidas de contenção para impedir a disseminação de ideias chamadas de antiamericanas. Nesse sentido, o governo estadunidense impôs a severa Lei de Segurança Internacional e a Lei de Controle Subversivo, propostas pelo senador Pat McCarran. Estas foram aprovadas no ano de 1950, ao mesmo tempo em que o senador Joseph McCarthy intensificava as auditorias inquisidoras do Comitê de Atividades Não-Americanas (HUAC) (HOLTON, 2004). Essas leis visavam punir severamente a dissidência nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o desligamento do núcleo e dos valores familiares por partes dos jovens funcionava como uma resposta explosiva a essa onda de conservadorismo.

Na contramão das forças opressoras existentes no cenário político, havia uma forte cultura juvenil em ascensão que se dissociava do pensamento hegemônico conservador do país. A biografista Helen Weaver relata a participação de jovens como ela em grupos culturais marginalizados e a curiosidades de membros de famílias de classe

média por estilos de vida diferentes do próprio. Para a autora, o estilo de vida boêmio, que ela própria adotou na década de 1950, se opunha ao conjunto de valores do *American Dream*. O nicho cultural em que ela se inseriu representava a sua liberdade: “liberdade de tudo que eu havia escapado: pais, casamento, academia” (WEAVER, 2009, p. 26)⁵⁸. Para Weaver, que viveu em uma cidade pequena no interior dos Estados Unidos, em meio ao cenário de um crescente conservadorismo nos costumes, os artistas e boêmios com quem começou a conviver representavam uma ameaça a tudo aquilo que a população de sua cidade defendia. A autora relata: “[...] essas figuras selvagens que representavam o oposto de tudo que Scarsdale significava: rebeldia, arte, sexo, drogas, jazz, igualdade racial: em uma palavra, liberdade” (WEAVER, 2009, p. 21)⁵⁹.

Helen Weaver conta ainda que, durante sua juventude nos anos 1950, o fato de grupos marginalizados serem diferentes de tudo aquilo que ela conhecia era justamente o motivo de sua curiosidade. Por fazer parte de uma comunidade em que seu *Golf Club* não admitia a entrada de negros e judeus e, ao mesmo tempo, fazer parte de uma família que não lhe permitia ter contato com pessoas consideradas de classes sociais inferiores, a autora do relato diz que tudo que fosse proibido – pobreza, judaísmo, cultura afro-americana – era, a seu ver, exótico e, por isso, desejado.

É possível dizer, portanto, que essas pressões institucionais – tidas aqui como forças ideológicas que ajudam a moldar o pensamento coletivo – exercem um papel semelhante ao determinar os caminhos

58 Tradução nossa. No original: “[...] freedom from everything I had escaped: parents, marriage, academia” (WEAVER, 2009, p. 26).

59 Tradução nossa. No original: “[...] these wild characters who represented the opposite of everything Scarsdale stood for: rebellion, art, sex, drugs, jazz, racial equality: in a word, freedom” (WEAVER, 2009, p. 21).

das narrativas de *Catcher* e *Road*. Muitas dessas pressões estão presentes nesses romances por meio de personagens que geralmente se posicionam em uma das esferas da narrativa: a fuga ou a permanência. Esse é o caso de Dean Moriarty ou Remi Boncoeur, Sunny ou Phoebe Caulfield. Em todo os momentos, essa disputa opera pelos trajetos que as personagens traçam durante suas fugas. No caso de Sal, ele opta ao final da narrativa por Remi Boncoeur e Caulfield, por ser incapaz de se posicionar, entra em colapso, também não concretizando a sua fuga. A incapacidade das protagonistas de concretizar as suas fugas – retornando, em ambos os casos, para os seus estados iniciais – é a forma como essa dialética, presente na vida de uma considerável parcela da juventude de classe média estadunidense, se desenvolve na narrativa.

As especificidades de *On The Road* e *The Catcher in the Rye*

Da mesma forma que o conjunto de personagens de *Memórias* é restrito à classe de trabalhadores livres – um estrato social bastante específico feito por Manuel Antônio de Almeida, conforme aponta Candido – as personagens de *Catcher* e *Road*, em sua maioria, também são membros de um grupo específico: a classe média estadunidense. Em alguns momentos, durante a fuga dos jovens, há o contato com personagens de outras esferas, contudo, eles não são visados pelas lentes dos narradores. Pouco se têm da vida e dos costumes das prostitutas ou dos trabalhadores de classes mais baixas que cruzam os trajetos dos personagens.

Esses romances têm como foco a camada jovem, que se vê diante de um mundo de aparente prosperidade, com os caminhos abertos para o sucesso, mas que não vê nessas possibilidades o senso de pertencimento que parecem buscar. O desejo de subversão da ordem por meio da fuga, do contato com a desordem é uma característica geracional, resultado das mudanças no núcleo familiar e da formação

de uma camada de jovens como um nicho à parte, com os próprios anseios, linguagem e opiniões.

Seria simplório categorizar Holden Caulfield e Sal Paradise como *tricksters*, mesmo que ambos busquem romper convenções da hegemonia estadunidense e se encontram deslocados na ordem vigente. Essas personagens frequentemente subvertem a ordem e cometem atos ilícitos como experimentação, algo que lhes é próprio de sua geração e de algumas seguintes. Nesse caso, contudo, essa subversão não funciona da mesma forma como nas *Memórias* e na estrutura social da malandragem, visto que não há muito espaço para negociação e remediações no hemisfério da ordem do *American Way of Life*. Caulfield e Paradise não encontram possibilidades de negociar suas permanências com os termos de seus estados iniciais – escola e família, no caso. A rigidez da prática política vigente – e sua necessidade de firmar o nacionalismo e a prática econômica como hegemônico nos Estados Unidos – aflige as personagens no plano de seus cotidianos, o que os impulsiona à curiosidade e ao gosto pela desordem. A ordem funciona nesse caso como uma supressão que leva Caulfield e Paradise ao colapso e à necessidade de escapar e se alienar daquilo que os cerca. Já a desordem é um elemento desejado e, de certa forma, fetichizado pelos jovens, que veem em culturas e padrões de comportamento não-convencionais oportunidades para o prazer e a satisfação de suas curiosidades e desejos de experiências em um mundo real e não mais cercado pela aparência de prosperidade.

A neutralidade moral, apontada por Candido na estrutura social presente nas *Memórias*, não se encontra em *Catcher* e *Road*, que têm em suas narrativas um conjunto mais definido em relação aos seus preceitos morais, salientados pelas personagens que os incentivam a permanecer no universo da ordem. A tensão vivida por essas personagens não é possível ser resolvida por meio de mediações ou favores, como ocorre com Leonardo, pois o abandono das responsabilidades

pesam muito mais para os personagens que se encontram no centro do desenvolvimento das forças hegemônicas.

Ao fim das narrativas, Caulfield encontra-se internado, em recuperação após um colapso nervoso. Paradise dá as costas ao seu amigo de estrada e entra em uma limusine com seu amigo Boncoeur. A escolha nesse caso entre a ordem e a desordem não é negociada e não depende da vontade destes protagonistas, pois o que os espera é um mundo com posicionamentos claros e cabe à esses personagens se enquadrarem à ordem pré-estabelecida. A opção que os resta são fugas pontuais e esporádicas, que os permite experimentar outras formas de vida, mesmo que pouco distintas das suas, para então regressar ao estado de conforto, porém sem muitas possibilidades de transgressão, que os aguarda no hemisfério da ordem.

Nisso consiste o caráter realista e geracional de *Catcher* e *Road* e a identificação gerada em uma massa de jovens, os *baby boomers*, que, como frutos de uma estrutura social mais rígida, eclodiu anos depois em manifestações de contracultura, que visavam a exposição das contradições submersas na aparente ordem – tais como as mortes na Guerra do Vietnã e a repressão à estudantes em universidades da Califórnia e do Texas (ROSZAK, 1972).

Ao lermos a fuga de Caulfield como uma experiência típica da geração que se nega a entrar no jogo de poder para a própria manutenção ou ascensão social, percebemos o porquê de suas opiniões mordazes em relação ao que ele chama de *phonies* e *hotshots*, sendo esses os representantes da ordem da qual ele busca se alienar. Em outras palavras, a narrativa de *The Catcher in the Rye* concretiza a experiência histórica de uma juventude que adota uma nova postura, diferenciada de seu núcleo familiar, em relação ao *American Way of Life* e ao crescimento do mundo corporativo estadunidense. Já a fuga em *On the Road* se evidencia como a concretização da experiência da emancipação de um juventude descontente ao ter como centro da

narrativa a aproximação de Sal Paradise (jovem universitário de classe média) e Dean Moriarty (um indivíduo marginal e nômade) e a fuga de ambos rumo a um espaço alternativo desconhecido. Devido a esses enredos marcantes, esses romances impactaram uma geração de jovens insatisfeitos, que promoveram mudanças não-estruturais na sociedade estadunidense, mas que ousaram sair de seus ambientes familiares para se aventurar na esfera da desordem do *American Way of Life*.

Referências bibliográficas

ADAMS, Rachel. **Continental divides**: Remapping the Cultures of North America. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

BELGRAD, Daniel. The Transnational Counterculture: Beat-Mexican Intersections. In: SKERL, Jennie. (org.). **Reconstructing the Beats**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 27-40.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 67-89.

CANDIDO, Antonio. A Personagem do Romance. In: CANDIDO, Antonio (org.). **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 51-80.

CARNEY, Jack. **Nation of Killers**: Guns, Violence and White Supremacy. Morrisville: Lulu Publishing, 2015.

HAMPTON, Timothy. Tangled Generations: Dylan, Kerouac, Petrarch, and the Poetics of Escape”. **Critical Inquiry**, v. 39, n. 4, p. 703-731, Summer 2013.

HEBDIGE, Dick. **Subculture: The Meaning of Style**. London: Taylor & Francis Group, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLTON, Robert. The Sordid Hipsters of America: Beat Culture and the Folds of Heterogeneity. In: SKERL, Jennie. (org.). **Reconstructing the Beats**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 11-26.

HYDE, Lewis. **Trickster Makes This World: Mischief, Myth, and Art**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1998.

JAMESON, Fredric. **Marxismo e forma**. Trad. Iumna Maria Simon. São Paulo: Hucitec, 1985.

JAMESON, Fredric. Postmodernism and Consumer Society. In: FOSTER, Hal (org.). **Postmodern Culture**. Port Townsend: Bay Press, 1987. p. 111-125.

KEROUAC, Jack. **On the Road**. New York: Penguin Books, 2011.

OHMANN, Carol; OHMANN, Richard. Reviewers, Critics, and The Catcher in the Rye. **Critical Inquiry**, v. 3, n. 1, p. 15-37, Autumn 1976.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1972.

SALINGER, J. D. **The Catcher in the Rye**. New York: Little, Brown and Company, 1991.

_____. **O apanhador no campo de centeio.** Tradução de Caetano W. Galindo. São Paulo: Todavia, 2019.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. **Que horas são:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-156.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar:** ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2014.

STARR, Clinton R. I Want to Be with My Own Kind: Individual Resistance and Collective Action in the Beat Counterculture. In: SKERL, Jennie. (org.). **Reconstructing the Beats.** New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 41-54.

WEAVER, Helen. **The awakener:** a memoir of Kerouac and the Fifties. San Francisco: City Lights Books, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Problems in Materialism and Culture:** Selected Essays. London: Verso, 1980.

POR UMA LEITURA SOCIALMENTE RELEVANTE DE NARRATIVAS LITERÁRIAS E CINEMATOGRÁFICAS: RETOMANDO ESTUDOS DE ANTONIO CANDIDO E ROBERTO SCHWARZ⁶⁰

Vitor Soster⁶¹

Introdução

Por mais que sejam reconhecidos como relevantes nos Estudos Literários no Brasil, as contribuições de Antonio Candido e Roberto Schwarz parecem não encontrar tanta. Uma simples contagem da

60 Uma primeira versão deste artigo foi elaborada na forma de uma comunicação oral, por ocasião do evento *40 anos de Ao Vencedor as Batatas de Roberto Schwarz*, ocorrido entre os dias 12 e 15 de setembro de 2017 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Brasil. Nesse trabalho, revisitava questões discutidas junto ao *Sequências Brasileiras*, grupo de pós-graduandos do qual fazia parte – majoritariamente composto por pós-graduandos de Ciência Política, Sociologia, Filosofia e Letras da mesma faculdade – liderado por Leonardo Belinelli (atual professor do departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e, à época, pós-graduando em Ciência Política da USP). O grupo se dedicou, entre os anos de 2013 e 2015, a estudar a obra de Schwarz.

61 Doutor em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-UNICAMP). Bolsista FAPESP (processo nº 2021/09905-2). E-mail: sosterv@gmail.com

quantidade de referências a esses autores, feitas nas últimas publicações da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), pode dar alguns indícios. No biênio 2020-2021, foram publicados 17 volumes de artigos, computando um total de 621 textos. Referências bibliográficas à obra de Candido surgiram em 81 trabalhos (cerca de 13% das publicações) e à de Schwarz em 11 (representando, aproximadamente, 2% dos artigos publicados)⁶².

O baixo índice de menção a esses autores pode gerar algum espanto posto que, em ambos, temos a valorização das obras literárias enquanto formas pensantes, dotadas de capacidade de esclarecer nosso momento histórico – o que se mostra como de interesse em sociedades como a brasileira, cuja história colonial se marca presente como Schwarz (2008 [1970]) observa em seu panorama da sociedade brasileira dos anos iniciais da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1969, ou, ainda, como atesta a movimentação política dos antecedentes ao *impeachment* da presidenta Dilma Roussef até o governo federal de extrema-direita eleito em 2018. Fora isso, chama a atenção que, entre os membros de uma associação brasileira de literatura, seja baixo número de referências aos estudos desses autores cuja obra se dedica a discutir as formas pelas quais a literatura brasileira se relaciona com a sociedade que a concebeu – literatura, esta, que vem “funcionando há mais de um século, enfronhada no específico e problemático das relações sociais do país” (SCHWARZ, 1992 [1999], p. 45). Essa percepção pode ser estendida ao cinema brasileiro tanto a filmes de ficção (GONÇALVES, 2009) quanto a filmes documentários (especialmente sobre a produção dos anos 90 e 2000, conferir LINS e MESQUITA, 2008). Quanto ao caso dos documentários, seguindo a argumentação de Lins e Mesquita (2008), cabe destacar a compreensão de que, na esteira dos argumentos de Candido e Schwarz,

62 Conferir as publicações mencionadas em: <https://www.abralic.org.br/publicacoes/2020-2021/>. Acesso em 15 de agosto de 2023.

a relação das narrativas documentais com a sociedade brasileira não se dá por meio de uma relação temática com questões sociais (como era comum, por exemplo, nos anos 60 na produção cinemanovista). Pelo contrário, pela ênfase na experiência do “eu”, encontramos uma forma narrativa que testemunha uma época em que a crença no esforço pessoal corresponderia a uma ascensão social, quando o que se averigua é o resultado de medidas de aumento do poder de consumo das classes baixa e média durante os primeiros dois governos Lula (SINGER, 2012).

Cabe também considerar um apontamento feito por Durão (2016, p. 105) a respeito de uma tendência contemporânea de apartamento cada vez maior entre crítica e teoria literária, chegando a ponto da teoria (agora, desprovida do adjetivo) se voltar, cada vez mais, contra a literatura, vista como “instrumento de dominação de classe, ou de perpetuação da opressão de gênero, raça ou sexualidade normativa” (DURÃO, 2016, p. 105). Para Durão, “é preciso que a crítica mostre que ela [a obra literária] ainda é capaz de falar ao nosso presente e que pode gerar surpresas” (DURÃO, 2016, p. 16). É, nesse sentido, que retomo aqui, o ensaio de Schwarz “Adequação nacional e originalidade crítica” (1999)⁶³, que tem como objeto de discussão o ensaio “De cortiço a cortiço”, de Candido (2010 [1991])⁶⁴, que, por sua vez, analisa o romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890) – considerado o principal exemplar do que poderia ser chamado de Naturalismo brasileiro.

63 Este texto foi apresentado por Schwarz no colóquio *La crítica literária en Latinoamérica* na Universidade Livre de Berlim em 1991. Foi, posteriormente, publicado pela revista *Novos Estudos-Cebrap*, 32 em 1992 e, por fim, reunido no conjunto de ensaios do autor, intitulado *Sequências Brasileiras* e publicado em 1999.

64 O texto de Candido foi publicado em 1991 pela *Novos Estudos – Cebrap*, 30. No entanto, ele já tinha servido como referência para uma apresentação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1976 e sido publicado na *Revista de História – USP*, 100, em 1974 – tendo sido datada de 1973 a redação original. A edição consultada vem da 4ª edição de *O discurso e a cidade*, coletânea de ensaios de Candido – publicada pela Ouro sobre Azul em 2010, ainda que, inicialmente, esse livro tenha sido publicado pela Duas Cidades em 1993.

Proponho, pois, retomar estudos que, em seu tempo, foram inéditos ao alçar a literatura à posição de objeto pensante e relevante para a compreensão de dinâmicas do funcionamento social brasileiro de modo a expandir a reflexão para narrativas audiovisuais, entendidas como dotadas de literariedade. Assim, serão entrelaçadas a observação concomitante dos ensaios de Schwarz e Candido – que têm como ponto comum a discussão do romance de Azevedo, datado do final do século XIX, e de sua principal influência, o romance francês *L'Assomoir*, de Émile Zola (1876) – com considerações sobre uma narrativa audiovisual brasileira contemporânea, a saber, o filme *O som ao redor* (2012), dirigido por Kleber Mendonça Filho⁶⁵.

Não se trata, portanto, de propor uma correlação dada externamente entre formas languageiras, de um lado, e determinado momento histórico, de outro, mas observar a dinâmica social na materialidade narrativa, esta última entendida como lugar de observação da forma em sua opacidade, enquanto história. São quatro os objetivos específicos deste trabalho: (i) revisar pontos importantes do ensaio de Schwarz ao tratar do ensaio de Candido de maneira a levantar elementos que dão indicações sobre o que consiste a literariedade nesses autores; (ii) expandir essa noção para a leitura de obras audiovisuais; (iii) discutir de que modo *O som ao redor* poderia se apresentar como literário; e (iv) defender que há ganhos no reconhecimento da literariedade do filme em termos do sentido de literariedade defendido nas discussões dos autores em questão. Em outras palavras, pretendo levantar ferramentas de análise que não só permitam uma releitura das discussões empreendidas por Candido e Schwarz de obras anteriores ao século XX, como também a consideração de sua validade no âmbito de uma realização cinematográfica brasileira do início do século XXI, que

65 Parte das discussões aqui apresentadas sobre o filme e sobre o estudo das narrativas está mais desenvolvida em minha dissertação de mestrado (SOSTER, 2017).

apresenta marcas de uma forma estética que toma como matéria a dinâmica social brasileira, não só contemporânea.

Retorno a Candido pela leitura de Schwarz

Como primeiro apontamento, Schwarz, no ensaio em questão, menciona o ineditismo da perspectiva de Candido dentre as perspectivas dos estudos literários em voga no Brasil nos anos 70 (SCHWARZ, 1999, p. 24). Como o autor de “De cortiço a cortiço” nos informa, e é reiterado por Schwarz, havia duas principais abordagens: ou o texto apresentaria uma transposição direta da realidade ou ele seria entendido como independente do mundo extraverbal – mantendo, nesse caso, apenas relações com outros textos. Ainda que nenhuma dessas vertentes pareça adequada a Candido, ele nos conta que se fosse necessário escolher uma delas, ele optaria pela segunda por lhe parecer mais vantajosa, já que ela privilegia a linguagem verbal, isto é, o material constituinte da literatura (CANDIDO, 2010, p. 108). Em todo caso, buscando uma síntese entre os dois caminhos, isto é, atentando para o “problema de filiação de textos e de fidelidade a contextos” (CANDIDO, 2010, p. 108), Schwarz destaca a formulação, por Candido, de um terceiro método, marcado por uma originalidade: aquele que pudesse esclarecer “a natureza ambígua, não apenas do texto (que é e não é fruto de um contato com o mundo), mas do seu artifice (que é e não é um criador de mundos novos)” (CANDIDO, 2010, p. 108) ou, ainda, que buscasse uma conciliação entre a “análise estética” e a “reflexão histórico-social” (SCHWARZ, 1999, p. 24). Quanto a essa fusão, tanto da percepção daqueles que diriam considerar o texto literário em sua autonomia, tanto daqueles que buscariam a correlação direta entre texto e mundo, Schwarz exalta a novidade da percepção de Candido que fugiria da obviedade (SCHWARZ, 1999, p. 25) já que, pelo senso comum, o critério para se avaliar um exemplar da literatura naturalista

nacional seria pela verificação de quão perfeita é a reprodução dos parâmetros da estética francesa. No entanto, Candido opta pela observação da dubiedade de *O cortiço* que é “texto primeiro na medida em que filtra o meio [local]; texto segundo na medida em que vê o meio com lentes de empréstimo” (CANDIDO, 2010, p. 109).

Quer dizer, apesar de ser tentador colar a leitura nos *temas* apresentados em *O cortiço* pelo viés da ideologia dominante, o maior interesse estará na *forma* pela qual a obra literária se constitui tal qual ela se apresenta de modo a se relacionar com o que lhe é externo (por, na verdade, lhe ser interno). Enquanto que as teorias cientificistas davam o tom de realidade no romance, a relevância da obra de Azevedo está, na verdade, na dialética entre a inscrição do real e a autonomia do objeto artístico. Essa perspectiva, que se aproxima da forma artística, se afasta, desse modo, tanto das “tendências universalistas” do estruturalismo (SCHWARZ, 1999, p. 33), predominante no meio acadêmico nos tempos da formação de Candido (SCHWARZ, 1999, p. 33), quanto do pós-estruturalismo (SCHWARZ, 1999, p. 27). Ainda, segundo o autor de *Ao vencedor as batatas*, em ambas as correntes, de pretensões universalistas, o aspecto mais interessante das obras é excluído, isto é, exclui-se a particularidade de seu significado social. Trata-se de imergir nas “desigualdades e sujeições” (SCHWARZ, 1999, p. 29) marcadas na cultura brasileira para se chegar a um pensamento crítico que se coloque em paridade com as de produções europeias e norte-americanas (em vez de rebaixá-las em nome de um nacionalismo ufanista ou de colocá-las em pé de igualdade com a produção local por meio de uma infinita rede intertextual, que seria o único denominador comum de toda produção languageira). Além disso, como já posto, é essa atenção para o que deveria “ser o nosso assunto por excelência” (SCHWARZ, 1999, p. 26) na constituição da própria obra que afastaria também a perspectiva de Candido da abordagem do marxismo vulgar.

Para que, então, seja possível fazer a relação entre a obra artística e o meio social sem que seja feita uma transposição direta de um para o outro, Candido parece se afastar de seu objeto central (o romance em questão) ao discutir um ditado brasileiro do século XIX: “para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar” (CANDIDO, 2010, p. 111). Essa construção linguística acaba igualando dados completamente distintos e que, desse modo, “consagra no plano sonoro (semantizado) a confusão econômica e social visada pelo enunciado” (CANDIDO, 2010, p. 112), que buscava insultar o português pelo viés do “[...] brasileiro livre daquele tempo com tendência mais ou menos acentuada para o ócio, favorecido pelo regime de escravidão, encarando o trabalho como derrogação e forma de nivelar por baixo, quase até à esfera da animalidade [...]” (CANDIDO, 2010, p. 112). Quer dizer, por essa perspectiva, o foco está, por um lado, na naturalização (por parte tanto de brasileiros quanto de portugueses) da equiparação entre escravo e animal e, por outro, na provocação ao colocar portugueses na mesma condição rebaixada – o que se assemelha ao universo fictício de *O cortiço*, onde todas as figuras, pela ótica do naturalismo francês, à brasileira, se animalizam.

Entretanto, a partir do momento que se reconhece que a perspectiva do ditado não é dada, mas provém do ressentimento do brasileiro livre do final do século XIX, que não pertence à metrópole, surge uma postura de interesse para os estudos literários, pois abre-se a possibilidade de ler o ditado por uma perspectiva diferente. Para isso, Candido se afasta do “artífice”, ou ainda, da instância produtora do enunciado, para desnaturalizar preconceitos. Por esse procedimento, ao se voltar à tríade, o elemento díspar deixa de ser o português e passa a ser o burro, o elemento não-humano. Pelo caráter humano dos outros dois elementos e de seus atributos, é possível reler o ditado numa chave metafórica em que a referência seja a sociedade de classes capitalista. Se, pela primeira leitura atrelada ao rebaixamento do trabalho, o português é equiparado

ao escravo, nota-se aí uma ideia falsa já que o português, diferentemente do negro, “podia acumular dinheiro, subir e mandar no país meio colonial” (CANDIDO, 2010, p. 113). É assim que Candido revê a tríade que diz, na verdade, respeito a “primeiro, o explorador capitalista; segundo, o trabalhador reduzido a escravo; terceiro, o homem socialmente alienado, rebaixado ao nível do animal” (CANDIDO, 2010, p. 116).

Essa revisão da compreensão do ditado é a porta de entrada para a compreensão do romance de Azevedo em sua opacidade. Levantando, então, a hipótese de que a mesma perspectiva que organizaria o enunciado dos três pês seria a perspectiva que organizaria o romance, Candido passa a nos fazer desconfiar das explicações naturalistas de determinação pelo meio e pelas raças em *O cortiço* e se dedica a observar o sistema de exploração centralizado em João Romão, personagem português que representa o comerciante pobre que, por meio da esperteza e do utilitarismo sem escrúpulos, ascende socialmente. É em torno dele que gira toda a narrativa, ficando a questão nacionalista em segundo o plano, assim como no ditado. Isto é, enquanto que, na transparência, o ditado buscaria satirizar o português e o romance poderia alimentar, na época de sua publicação, um sentimento xenofóbico contra emigrantes portugueses, Candido destaca o fato de que tal leitura “não questiona os fundamentos da ordem” (CANDIDO, 2010, p. 114) escravocrata e é justamente o que ocorre quando se observa pelo viés da objetividade da forma literária assim como definida por Schwarz (em referência à teoria estética de Adorno).

Autor de “Adequação nacional e originalidade crítica”, Schwarz nos lembra de que Candido não analisa o ditado de modo a perder de vista seu objeto, mas exatamente por estar constantemente focado nele. Como ele diz: “o crítico se afastou do livro, mas para identificar um componente da sua ordem profunda” (SCHWARZ, 1999, p. 28). Candido questiona o narrador naturalista de *O cortiço* ao observar a dubiedade do dito popular, uma vez que o aspecto mais opaco do que

poderíamos chamar de *autor implícito* (BOOTH, 1996) de ambas as produções é muito similar por se situar num mesmo contexto sócio-histórico. Trata-se da “ordem profunda”, apreendida, segundo o autor, por meio do distanciamento em relação à obra. Sua compreensão permite, inclusive, a relação com outras disciplinas, criando, um pensamento interdisciplinar (SCHWARZ, 1999, p. 28) que parte do texto e não de fora dele, mas, ao mesmo tempo, se refere ao mundo não só pelo texto (pelas palavras), mas também pelo que, de fora dele (delas), o (as) constitui. Em outras palavras, a produção languageira é entendida como não excludente das condições materiais; muito pelo contrário, é vista como um amálgama das condições materiais na linguagem. Schwarz chamará esse “sistema de relações sociais pressuposto” (SCHWARZ, 1999, p. 30) de *forma objetiva* e ela só pode ser apreendida caso a leitura favoreça essa descoberta.

O olhar necessário para se chegar à forma objetiva, em termos estéticos, pode também ser compreendida como percurso necessário para se chegar ao *inconsciente político* de narrativas, como propõe o crítico norte-americano Fredric Jameson (2002 [1981]). Num certo sentido, à semelhança de Candido, Jameson também retoma o estruturalismo para ressignificá-lo. Ao se deter no estudo de Lévi-Strauss sobre a pintura facial do povo indígena Kadiwéu, Jameson nos lembra de que o antropólogo belga já observava que essa manifestação cultural se constituía como um ato simbólico de apresentação de uma solução formal para impasses sociais (JAMESON, 2002, p. 64). Pensando nisso, Jameson propõe que “a produção da forma estética ou narrativa deve ser vista como um ato ideológico em si mesmo com a função de inventar ‘soluções’ imaginárias ou formais para contradições sociais insolúveis” (tradução minha, JAMESON, 2002, p. 64), isto é, falar em forma narrativa, seja literária, seja cinematográfica (como será discutido em detalhes logo adiante), é falar numa forma social correlata ou, como coloca Schwarz, é falar em “formas trabalhando formas” (SCHWARZ, 1999: 31).

Esse procedimento de leitura que visa à identificação seja da forma objetiva (SCHWARZ, 1999), seja do inconsciente político (JAMESON, 2002) nos leva a nos afastar da focalização proposta pelo narrador e pelo que há de mais transparente na perspectiva adotada para nos aproximar da dinâmica social do tempo e do espaço. Como já dito, é fundamental reconhecer o papel ativo desempenhado pelo plano da recepção na produção de sentidos. Schwarz, ao se referir à análise de *O cortiço* feita por Candido, afirma: “[...] o essencial do ato crítico [...] não depende só da erudição literária e crítica, mas também da sensibilidade político-moral” (SCHWARZ, 1999: 32).

A construção da literariedade no cinema

A abordagem dialética aqui esboçada instaura um jogo em que a obra literária parece dizer algo, mas diz outra coisa ou, ainda, diz algo a mais que, às vezes, pode contradizer o que já havia sido compreendido. Percepção semelhante pode ser encontrada em Marilena Chauí, filósofa brasileira: “O escritor não convida quem o lê a reencontrar o que já sabia, mas toca nas significações existentes para torná-las desatantes e conquistar, por virtude dessa estranheza, uma nova harmonia que se apossa do leitor” (CHAUÍ, 2023). No entanto, a literatura, em seu movimento próprio de dirigir o leitor para dentro de sua forma – movimento, este, que pode mostrar sua significância no processo de compreensão da realidade brasileira –, constitui uma característica que pode ser compartilhada com outras artes. É, a partir dessa abordagem, que discuto, nesta seção, como o cinema pode ser estudado pelo que ele apresenta de literário, tendo em vista as perspectivas de Candido e Schwarz sobre o literário.

Especificamente na relação entre a literatura e o cinema, esse compartilhamento adota um percurso distinto de estudos dedicados à adaptação cinematográfica (CORSEUIL, 2003; XAVIER, 2003) ou

à construção da independência entre as linguagens (CARDOSO, 2016). Se, por um lado, a especificidade da literatura e do cinema também é aqui respeitada, por outro, a perspectiva adotada busca a construção de um terreno estético comum. Ao iniciar sua análise e interpretação de *O cortiço*, Candido faz menção à montagem para se referir àquilo “que denota artifício” (CANDIDO, 2010, p. 108) ou, ainda, àquilo que se liga à produção de literatura enquanto construção de linguagem e não de espelhamento em relação ao mundo. Nessa passagem, a argumentação de Candido se utiliza de uma imagem que faz referência a um procedimento cinematográfico – a montagem –, exemplo inicial de convergências entre procedimentos literário e cinematográfico.

Montagem remete a Eisenstein e à sua defesa de “uma possível cinematografia anterior ao cinema” (PEREIRA, 2023, p. 17), presente nas diferentes artes, incluindo a literatura. O denominador comum das diferentes artes, que encontraria, posteriormente, as condições tecnológicas para o surgimento do cinema, é o que ele chama de *imagicidade*. Trata-se da presença da imagem não enquanto objeto de apelo visual, mas “como uma categoria ampla que envolve a sensorialidade humana e um conjunto de saberes artísticos [...]” (PEREIRA, 2023, p. 20). De modo correlato, ao falar em *literariedade*, fala-se em procedimentos que apontam para a própria constituição de uma obra de modo que ela se abra para significados sobre o mundo. Constitui-se, assim, um movimento distinto em relação à imediaticidade do audiovisual enquanto transparência de modo semelhante ao que Candido aponta sobre a transparência da lente naturalista a partir da qual o narrador de *O cortiço* busca convencer o leitor de estar lendo uma narrativa não meramente fictícia, mas sobre o mundo tal qual ele é.

Posto isso, vejamos como o filme *O som ao redor* se constitui enquanto objeto literário e como ele se constitui da matéria social circundante para se desdobrar numa leitura socialmente relevante.

Rendimento da literariedade em *O som ao redor*

O som ao redor se apresenta enquanto filme de ficção que se desenvolve a partir do cotidiano de uma rua de classe média na cidade de Recife. Quatro núcleos de personagens podem ser identificados: o de Bia, dona de casa, e de sua família que se afirma por meio do consumo; o de João, herdeiro de um grande proprietário de terras e imóveis, que vive entre a especulação imobiliária, seu relacionamento amoroso pouco promissor e a família de sua empregada doméstica; o de Francisco, avô de João, em sua prepotência de proprietário decadente; e o das empregadas domésticas e guardas noturnos, que se espalham pelos espaços dos núcleos anteriores. Em meio a eles, paira o medo da violência urbana. Por fim, entre fragmentos de episódios banais dessa vizinhança, surge uma história de vingança que remonta às origens rurais (e coloniais) da cidade: um dos guardas noturnos da rua era filho e sobrinho de pequenos proprietários rurais mortos a mando de Francisco décadas atrás e a presença dos guardas se revela como parte de um plano de vingança que repõe o tema da violência urbana e da privatização da segurança pública sob o contorno da falha institucional e do gesto individual que historiciza o fazer justiça com as próprias mãos.

Por um lado, enquanto transparência, o filme apresenta um apelo documental, parecendo um mero registro de como as coisas são num típico bairro brasileiro de classe média. Muitos procedimentos provêm de filmes estadunidenses, pertencentes à Nova Hollywood, isto é, de produções dos anos 60 a 80 que apresentavam, entre tantas características: relações causais lógicas em torno de conflitos individualizados de um sujeito em busca de seu objeto; complicação da tensão que se encaminha para um clímax e uma conseqüente resolução; e montagem pensada de modo a envolver o espectador no consumo de imagens em um jogo de sentidos previsto pelo plano da produção fílmica para o

universo diegético. Por outro lado, sua literariedade (e originalidade) surge(m) quando as expectativas geradas pela aproximação com o paradigma hollywoodiano são quebradas de modo a colocar o espectador em conflito com a linguagem aparentemente familiar (e em contato com a história do próprio país, afastando-se do mero entretenimento). A título de ilustração, destaco a maneira pela qual o suspense, recurso típico em filmes de terror e em *thrillers*, é construído no filme.

Passagens como a do pesadelo da filha de Bia em que homens invadem sua casa ou, ainda, a da visita, repleta de fantasmagorias, de João com a namorada à propriedade rural do avô apresentam estrutura semelhante: tensões de causas desconhecidas ou não muito certas se instauram sem que tenhamos um desfecho claro. O que fica é a sensação de um incômodo e de tensões não resolvidas que só se acumulam. Essas características não encontram par nas produções de Hollywood (em que tudo encontra uma explicação lógica), assim como nos aponta Souto: “[atualmente] não é raro que médicos, especialistas ou cientistas ganhem uma cena do roteiro apenas para que descrevam para os personagens leigos – e, obviamente, para o espectador – o funcionamento dos monstros/coisas/criaturas/alienígenas/fenômenos paranormais ou sobrenaturais [...]” (SOUTO, 2012, p. 57). Além disso, levando em conta o repertório de narrativas de suspense vindas da indústria cultural, os constantes cortes no filme de Mendonça Filho acabam frustrando as expectativas construídas pelo espectador. Ao mesmo tempo que emulam Hollywood, esses mesmos cortes deslizam da tensão de perigo dirigido a um indivíduo para a produção de mal-estar a toda uma classe social, no caso, a classe média. Constantemente frustrado, o clima de suspense em *O som ao redor* se banaliza quanto à sensação de perigo iminente, esvaziando o propósito meramente comercial da linguagem fílmica internacional e abrindo espaço para um sentido local a que Draper (2016) chamará, comentando o mesmo filme, de “terror materialista”, compondo um gênero que, segundo o autor, seria específico

do cinema latino-americano e que daria expressão a “um inconsciente coletivo – [...] surgindo da história da violência da classe dominante contra os escravos (historicamente) e contra pessoas que não sejam brancas ou pertencentes à classe trabalhadora e às classes mais baixas (até o presente)” (tradução minha, DRAPER, 2016, p. 120). E aí está um ponto de relevo, assim como notado por Candido quando a crítica associava *O cortiço* apenas a sua filiação ao movimento naturalista : quando a leitura do filme se entrega meramente à busca de referências ao cinema hollywoodiano ou mesmo ao cinema brasileiro do Cinema Novo, da Retomada ou, ainda a outras produções do próprio diretor de *O som ao redor* (movimentos todos voltados para a exterioridade da obra), a percepção da memória social na forma narrativa – isto é, da relação significativa do processo histórico com os produtos culturais do momento presente – se esvai.

Entretanto, o esvaziamento que pode ser provocado quando relações intertextuais são o limite para uma leitura não significa que essas relações não devam ser consideradas, uma vez que, pela literariedade do filme, a presença estética de Hollywood pode ser vista, pela chave da memória, como a forma audiovisual estrangeira que, ao constituir a nacional, cria um ponto de vista para tratar dos problemas locais, alterando, pela especificidade do tema, a forma inicialmente estrangeira. Por outro lado, se tomarmos as “lentes de empréstimo” da estética internacional, esse mesmo processo de assimilação de convenções pode também ser lido numa chave nostálgica, via cinefilia, como encanto pelo cinema norte-americano – frequentemente sendo a primeira (e quase exclusiva) experiência cinematográfica do espectador mediano – e desejo, constantemente frustrado de reproduzi-lo. Quer dizer, observa-se um movimento contraditório no cinema brasileiro assim como notado em Candido em relação à adoção da estética naturalista francesa por parte dos prosadores brasileiros. Assim como esse empréstimo de lentes (que reduz a

leitura à identificação de relações intertextuais) pode ser entendido pela memória que carrega (como um ativador de sentidos sociais), a cinefilia à brasileira (com seu encanto pela produção estrangeira que qualifica a produção nacional sempre pela falta) também é portadora de uma memória social (como um indicador do subdesenvolvimento na assunção de uma posição subalterna da cultura local no cenário mundial – o que, por sua vez, pode lançar um olhar inédito sobre a cultura hegemônica e, portanto, ganhar um lugar de destaque na produção considerada “mundial”). Como Schwarz enfatiza no campo da literatura – e aqui estendo ao cinema – esse possível mérito não significa que as obras brasileira e estrangeira possam ser postas em pé de igualdade. Pelo contrário, espera-se que fiquem claras suas diferenças e, na diferença, a relevância da produção brasileira seja percebida em seu potencial crítico.

Além disso, compreender a partir de que perspectiva a narrativa fílmica é orientada é também uma forma de se avançar em sua leitura para além daquilo que é explicitamente proposto, mas que é igualmente constitutivo da obra. No caso de *O som ao redor*, partindo inicialmente de sua filmagem, chamo atenção para a posição da câmera em boa parte das sequências, isto é, para o aspecto espacial do ponto de vista que registra as imagens que compõem o filme. Em primeiro lugar, o espaço se restringe basicamente a ambientes de classe média – em nenhum momento, vemos empregadas domésticas, por exemplo, em suas próprias casas. As empregadas domésticas só ganham existência (como função e não propriamente como pessoas) nos espaços de seus patrões. Quanto à posição propriamente dita da câmera, em situações como a da chegada de João ao seu apartamento, flagrando o filho de sua empregada dormindo no sofá, ou de Bia atendendo os entregadores da televisão comprada por ela, a câmera sempre se fixa num ponto anterior a esses protagonistas. O efeito resultante nessas passagens e em muitas outras, é o de que há

uma tentativa de aproximação, pelo compartilhamento de perspectiva, entre espectador e personagens, pertencentes a diferentes matizes de um mesmo estrato social. Noutro ponto do longa-metragem, acompanhamos uma reunião de condomínio em que os moradores discutem a possível demissão do porteiro. Os moradores, em sua maioria, são favoráveis à demissão por justa causa (Seu Agenor fora flagrado dormindo num sofá da área de convivência em horário de trabalho). Durante essa discussão, uma das moradoras acrescenta que ela tem recebido seu exemplar de uma revista sensacionalista, famosa por suas posições conservadoras e reacionárias no mundo não-fictício, fora da embalagem plástica. A abordagem revela o repertório e a possível posição política da personagem que, por sua vez, acaba por ser motivo de riso para um público atento ao ridículo do ressentimento de certo estrato de classe média, que sempre busca alçar-se para uma posição tida como superior à do estrato a que ele realmente pertence. Essas passagens nos fornecem indícios quanto ao público visado pelo “artífice”, como diria Candido. No entanto, o olhar do diretor, ainda que atento e eficaz na desnaturalização da perspectiva da classe média brasileira contemporânea, não escapa totalmente das marcas ideológicas da classe social observada.

A simultaneidade entre o alcance e a limitação da percepção que concebe o filme pode ser notada, por exemplo, pelo contraste entre duas passagens: aquela em que Bia humilha sua empregada com um dedo em riste – apontando na direção da cozinha como sendo o lugar de onde Francisca, a empregada, não deveria ter saído – e aquela em que o corretor imobiliário, João, e sua namorada, Sofia, almoçam com Francisco, avô de João, na fazenda. No primeiro caso, Bia, mulher integrada à contemporaneidade, tanto pelo consumo de eletroeletrônicos quanto pela “internacionalização” dos filhos ao pagar aulas de inglês e chinês para eles, constitui sua modernidade, no sentido defendido por

Schwarz (2012)⁶⁶, também por meio de um comportamento digno de uma proprietária de escravos do século XIX, o que marca a captura das contradições que constituem a história do Brasil pelo ângulo crítico apanhado pelo filme. Essa incongruência brasileira capturada na construção da personagem é, portanto, um indicativo do alcance do olhar crítico que organiza a narrativa, mesmo que esse olhar não se distancie muito daquele da personagem. O mesmo alcance do olhar, entretanto, não parece se repetir na segunda passagem mencionada. O fato de João, Sofia e Francisco almoçarem na sede da fazenda da família sem a presença de mais ninguém parece não questionar sobre quem fez o almoço e o serviu. Não haveria, de fato, mais ninguém na casa? No entanto, ao pensar no caso de Francisco, que conta com, ao menos, um capataz na fazenda (cuja morte, não testemunhada pelo espectador, desencadeará no final, uma das cenas centrais do filme) e com duas empregadas em seu apartamento – como o espectador descobre em passagem da última parte do filme –, é de estranhar que tivessem sido os próprios protagonistas a preparar a própria refeição. Parece plausível, portanto, levantar a hipótese de que haveria empregados na fazenda, mas nenhum aparece ou é mencionado em cena. O que se mostra é a presença dos personagens de classe abastada, ainda que decadente. Se há outros na casa, não sabemos, parecem

66 Em alguns escritos de Schwarz, é possível encontrar a menção à relação de complementaridade entre modernidade e atraso. Em entrevista concedida a Mariluce Moura e Luiz Henrique Lopes dos Santos, em 2004, Schwarz, ao discorrer sobre o “Seminário de Marx”, grupo de jovens professores e alunos das ciências sociais, filosofia, história e economia que começaram a se reunir a partir de 1958 para estudar a obra de Marx, dá indicações sobre o que se discutia nesse grupo: “Marx não podia ser aplicado tal e qual ao Brasil, que entretanto fazia parte do universo do capital. Estava surgindo o tema da reprodução moderna do atraso, segundo o qual há formas sociais ditas atrasadas que, na verdade, fazem parte da reprodução da sociedade contemporânea, em âmbito nacional e internacional. Contrariamente à aparência, elas não estão no pólo oposto ao progresso, *de que são complementares*. O argumento é contraintuitivo, mas, uma vez assimilado, é muito evidente e transformador, com desdobramentos políticos e estéticos” (SCHWARZ, 2012, p. 283).

estar invisíveis tanto para os protagonistas quanto para o olhar que registra a cena. Um argumento possível para explicar essa ausência seria o de que a cena do almoço procura expor a decadência da fazenda, marcada, por exemplo, pela presença de cachorros em vez de serviçais. Esse é um argumento a ser considerado. No entanto, nem esse, nem, tampouco, o argumento – também pertinente – de que a simples ausência de serviçais seria eloquente (corresponderia a uma presença) nessa cena não parece ser suficiente, pois a subalternidade no Brasil se mostra muito mais pela invisibilidade da presença do que pela simples ausência. É, portanto, possível sustentar que talvez tenhamos, de fato, nessa ausência, uma espécie de lapso de classe, um limite do olhar que também tem lugar no filme.

Considerações finais

A leitura socialmente relevante, portanto, não se limita à “descrição distanciada de uma ideologia, mas de seu desmascaramento em pontos cruciais, com indicação dos motivos de classe atrás de preconceitos eficazes” (SCHWARZ, 1999, p. 33) como foi exemplificado pelo ditado “para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar”, mobilizado na análise de Candido sobre *O cortiço* e pelo possível lapso de classe, no caso de *O som ao redor*. Mais do que determinações nacionalistas, raciais ou étnicas, Candido e Schwarz observam o modo pelo qual relações capitalistas agem sobre a perspectiva que dá forma ao romance de Azevedo. No entanto, o próprio fato de a forma original do ditado não explicitar os agentes a que se referem no mundo é significativo e eleva “a nossa recalcada questão racial ao primeiro plano da discussão” (SCHWARZ, 1999, p. 42) que, como observado no filme de Mendonça Filho, ainda reverbera pontualmente, a despeito das suas instigantes elaborações simbólicas, que produzem, no filme, o espaço dos personagens da classe média.

Assim, ao se considerar o aspecto estético em comum da literatura e do cinema na leitura, nota-se que há produção de leitura em dois sentidos: (i) a leitura está presente no ato de produção da obra já que é uma condição para esse ato, de tal modo que corresponde à expectativa (de decifração, de interpretação) do leitor quanto a reiterar as projeções de “boa leitura” supostas por ele mesmo (leitor) como estabelecidas pelo produtor já no ato de produção da obra; (ii) por sua vez, o momento da produção da obra é – contrariamente a essa suposição do leitor –, um momento antecipatório, mas não definidor da leitura. Portanto, o processo como um todo (da produção à recepção) não se define por simples correspondência entre a expectativa do leitor (um movimento para o passado da obra, momento anterior à sua circulação) e as antecipações feitas pelo produtor da obra (um movimento para o futuro da obra, momento posterior à sua circulação). Pelo contrário, o processo de leitura se define por viva possibilidade de reversão das antecipações e de mudança das expectativas, atuando, em ambas, múltiplas temporalidades, inclusive aquelas de sua circulação.

Em termos de *O som ao redor*: (i) a história se faz filme ao projetar um leitor de classe média, simpático à contestação do *status quo* e, portanto, à reversão e mudança de um estado de coisas; mas, a um só tempo, (ii) o filme se faz história tanto nos momentos (mais numerosos) em que ele é compreendido no sentido previsto, quanto naqueles em que, por exemplo, uma recepção crítica – também ocupada em produzir reversão e mudança numa situação que não se cansa de se repetir – busca detectar pontos em que o *status quo* parece se impor ao próprio filme, integrando-se a ele e subvertendo, ainda que pontualmente, o projetado por ele. É, por exemplo, o que acontece em *O som ao redor* no que diz respeito à posição da câmera naquilo que ela revela e invisibiliza – assim como demonstrado na seção anterior.

São aspectos, portanto, a se considerar para uma leitura socialmente relevante de narrativas literárias e cinematográficas. Schwarz

assinala como Candido superou, por meio da leitura literária em seu tempo, a escassez de trabalhos que pensassem o país, podendo, inclusive, contribuir com discussões nas áreas da história, da sociologia e da psicologia (SCHWARZ, 1999, p. 45). Eis um caminho a se dar continuidade, pois o estudo da trama narrativa permite apreender o funcionamento das diferentes formas de arte naquilo em que elas materializam uma visão da dinâmica social.

Referências

BOOTH, W. Distance and Point-of-view: an essay in classification. In: HOFFMAN, M. J.; MURPHY, P. D. **Essentials of the theory of fiction**. Durham: Duke University Press, 1996 [1961], p. 170-189.

CANDIDO, A. De cortiço a cortiço. In: **O discurso e a cidade**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2000 [1991], p. 107-134.

CARDOSO, L. M. **Literatura e Cinema: Vergílio Ferreira e o espaço do indizível**. Lisboa: Edições 70, 2016.

CHAUÍ, M. O mistério da literatura. In: **A terra é redonda**. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/o-misterio-da-literatura/>>. Acesso em 23 jun. 2023.

CORSEUIL, A. R. Literatura e cinema. In BONNICI, T. e ZOLIN, L. O. (Orgs.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Editora da UEM, 2003, p. 295-304.

DRAPER, J. A. “Materialist horror” and the portrayal of middle-class fear in recent Brazilian film drama: **Adrift** (2009) and **Neighbouring**

Sounds (2012). **Studies in Spanish & Latin American Cinemas**, v. 13, n. 2, p. 119-135, 2016.

DURÃO, F. A. **O que é crítica literária?** São Paulo: Nakin Editorial e Parábola Editorial, 2021 [2016].

GONÇALVES, M. R. **Cinema e identidade nacional no Brasil 1889-1969**. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

JAMESON, Fredric. **The political unconscious: narrative as a socially symbolic act**. Londres: Routledge, 2002 [1981].

LINS, C. e MESQUITA, C. (2008). **Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Zahar.

PEREIRA, E. M. de B. (2023). **Literatura e cinema: a imagem artística nos escritos de Serguei Eisenstein**. Tese (Doutorado). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 298 p.

SCHWARZ, R. Adequação nacional e originalidade crítica [1992]. In: **Sequências brasileiras**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 24-45.

SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas [1970]. In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008 [1978], p. 70-111.

SCHWARZ, R. Na periferia do capitalismo. In: **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012 [2004], p. 280-304.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SOSTER, V. **A equivocidade do foco narrativo em O som ao redor: um exercício de crítica cultural**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017, 218p.

SOUTO, M. (2012). O que teme a classe média? **Trabalhar cansa** e o horror no cinema brasileiro contemporâneo. **Contracampo: revista do programa de pós-graduação em comunicação – UFF**, v. 25, p. 43-60, 2012.

XAVIER, I. Do texto ao filme: a trama, a cena e a construção do olhar no cinema. In: CAMARGO, L. (Org.). **Literatura, cinema e televisão**. São Paulo: Editora SENAC, 2003, p. 61-89.

PARTE 3
A ATUALIDADE CRÍTICA DO
PENSAMENTO DE ROBERTO SCHWARZ

MAIS UMA VEZ, AINDA, “CULTURA E POLÍTICA, 1964-1969”

Bruna Della Torre⁶⁷

Num instante em que os políticos, em quem os adversários do fascismo tinham colocado as suas esperanças, jazem por terra e reforçam sua derrota com a traição à própria causa, esse curso de pensamento se propõe a desvencilhar os filhos políticos desse século dos liames com que os políticos os tinham enredado. Partimos da consideração de que a crença obstinada desses políticos no progresso, sua confiança em sua “base de massa” e, finalmente, sua submissão servil a um aparelho incontrolável, foram três aspectos de uma única coisa. Essa consideração procura dar uma ideia do quanto

67 Pesquisadora associada no Centro Käte Hamburger de Estudos Apocalípticos e Pós-Apocalípticos da universidade de Heidelberg, parte da equipe editorial da revista *Apocalyptic* e membra do comitê editorial da revista *Crítica Marxista* (Brasil) e de *Constelaciones*. Revista de Teoria Crítica. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, também realizou um pós-doutorado no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada na mesma universidade. Em 2023, foi Horkheimer Fellow no Institut für Sozialforschung em Frankfurt. Foi pesquisadora visitante na Duke University, Humboldt Universität, Akademie der Künste (Berlim) e Goethe Universität e professora na Universidade de Brasília. É autora do livro *Vanguarda do Atraso ou Atraso da Vanguarda? Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil*. Atualmente pesquisa a indústria cultural e seu impacto na política e na sociedade. Email: bruna.dellatorre@gmail.com

custa a nosso pensamento habitual elaborar uma concepção da história que evite toda e qualquer cumplicidade com aquela a que esses interesses políticos continuam se apegar.

Teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin

Introdução

A teoria crítica no Brasil desenvolveu-se como um “marxismo sob condições especiais”, a partir do confronto dos modelos europeus com realidade periférica. Assim como o marxismo, que tem enfrentado muitos problemas, tanto de ordem teórica, quanto de ordem prática. Isso ocorre porque o capitalismo aterrissou por aqui de maneira brusca e diversa dos países centrais e, portanto, seus desdobramentos não seguiram os manuais continentais de economia e sociologia. Essa diferença de nível recebeu muitos nomes. O favorito foi “atraso”.

A interpretação desse “atraso” esteve no centro da vida intelectual brasileira e é o cerne da obra de Roberto Schwarz. Seu ensaio “Cultura e Política, 1964-1969” aborda a questão a partir de uma crítica, já bastante conhecida, ao Partido Comunista e à interpretação da formação social brasileira levada a cabo por este, bem como às suas consequências. A ideia desse trabalho é examinar essa crítica, fazer alguns comentários sobre a sua origem e discutir elementos de sua atualidade, tendo em vista a relação entre teoria social e prática política, uma vez que a relação entre crítica cultural e política já é bastante explorada em sua obra. (Cf. CEVASCO, 2016; CEVASCO e OHATA, 2007).

Partido Comunista: teoria e práxis

O nome de Marx circula no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Apesar disso, o Partido Comunista apareceria somente em

1922⁶⁸. Criado um mês após a Semana de Arte Moderna, ele também nascera sob um esforço de modernização. Como o marxismo só viria a ter expressão na Universidade a partir da década de 1950, a propagação das ideias de Marx ficou, nesse intervalo, a cargo do Partido⁶⁹. Isso significa que a versão do marxismo que circulava era ligada à Terceira Internacional e à leitura do marxismo propagada por Stálin, para a qual as questões nacionais e coloniais (Cf. ANDERSON, 2004) eram fundamentais. Naturalmente, a principal questão enfrentada por um Partido Comunista na periferia do capitalismo referia-se à possibilidade de fazer a revolução numa ex-colônia que não havia sofrido um processo de industrialização. Conceitos como “nação”, “estratégia” e “etapa”, passavam, então, a aparecer cada vez mais no vocabulário comunista brasileiro.

68 O nome de Marx começa a circular no Brasil em 1871. João Alfredo, ministro do império, cita o materialismo numa sessão da Câmara em 8 de julho de 1871. Joaquim Serra, iniciador do movimento abolicionista no parlamento, é o primeiro a citar nominalmente Marx em 1879. Os nomes de Spencer e Comte foram muito associados ao nome de Marx no final do século XIX no Brasil. A obra de Marx, contudo, só passa ser amplamente divulgada a partir da década de 1930. O positivismo teve um papel importante na difusão das ideias liberais no Brasil e nas lutas sociais que ocorreram no século XIX. Cf. MORAES FILHO, 2001e BOSI, 1992.

69 O marxismo passa a ganhar espaço no ambiente universitário e a ser estudado sistematicamente a partir da criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955 (e fechado em 1964 pela Ditadura Militar), do qual fizeram parte intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré e, posteriormente, com o surgimento, nos anos 1970, do “seminário do Capital”, grupo composto por intelectuais como José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e Roberto Schwarz, que buscavam compreender o Brasil por meio da obra de Marx, bem como de outros grupos vinculados à Universidade. Esses intelectuais que empreenderam uma tentativa de estudo contínua e sistematizada da obra de Marx muitas vezes faziam parte do Partido Comunista, como é o caso de Nelson Werneck Sodré, e suas trajetórias são perpassadas por muitas diferenças e são por vezes até contraditórias entre si. Vale ressaltar apenas que, antes deles, a leitura da obra de Karl Marx era pouco referida ao original e suas ideias eram apreendidas principalmente através do partido e isto acarretou mudanças radicais no modo como o marxismo passou ser compreendido a partir de então. Cf. KONDER, 2009.

A primeira tentativa de interpretação marxista do Brasil veio de um dos dirigentes do partido, Octavio Brandão, que foi, ao lado de Astrojildo Pereira, um dos mais importantes teóricos do PCB nos anos de 1920 (Cf. KONDER, 2009). *Agrarismo e industrialismo*, escrito em 1924/25, parte da análise do levante militar liderado por Isidoro Dias Lopes, que deu origem à Coluna Prestes (Cf. BRANDÃO, 2006). A realidade brasileira teria, segundo a perspectiva de Brandão, uma natureza semi-colonial ou semi-feudal, presa entre dois imperialismos – o inglês e o americano. Brandão identificava nas camadas médias urbanas, das quais emergiu o tenentismo, um nacionalismo capaz de fazer frente ao imperialismo, e propunha uma aliança da classe trabalhadora com a pequena burguesia revoltosa e a parcela liberal da burguesia contra os fazendeiros do café e o Partido Republicano. Surgia, no interior da esquerda, um discurso a favor da formação nacional pela via da formação das classes sociais no Brasil. O Partido Comunista herdaria desse período uma interpretação do país que via como necessária a aliança com os setores liberais da burguesia. Os setores liberais, na concepção do partido, eram principalmente aqueles ligados à indústria. Essa burguesia poderia promover, assim, crescimento da riqueza nacional por meio da industrialização e, por isso, era associada ao processo de modernização. O setor agrário, representante do grande latifúndio, por sua vez, era associado ao atraso e à manutenção do país como agroexportador.

Essa interpretação, mais ou menos matizada, perduraria até os anos de 1960, atravessando os altos e baixos do PCB. O período anterior ao golpe fora marcado por uma mudança na direção do Partido Comunista. Luis Carlos Prestes, ao sair da prisão em 1945, defendeu não só o que ficou conhecido como o programa de “União Nacional” contra o fascismo, mas a democracia, as reformas sociais e a promoção da igualdade de direitos, o que poderia ser considerado um avanço em relação à URSS (Cf. QUARTIM DE MORAES, 2007). Ou seja, o Partido

Comunista não sustentava mais um programa de tomada do Estado. Mas a interpretação do país permanecia a mesma. No IV Congresso do partido, realizado em 1954, a ênfase na reforma agrária e a defesa dos interesses de caráter progressista de uma parcela da burguesia, como o desenvolvimento da indústria nacional, eram elementos centrais em seu programa (Cf. SANTOS, 2007).

Era difícil discernir comunismo, stalinismo e bolchevismo devido a essa espécie de monopólio da divulgação do marxismo no Brasil que o partido possuía e, ainda mais, porque seguia a linha do PC soviético. Mas as consequências disso para o marxismo no Brasil seriam muitas, pois, nas mãos de Stálin, o este deixava de ser uma teoria do capitalismo e transformava-se em doutrina. Se, em alguns aspectos, o Partido Comunista não foi sectário e buscou promover avanços em relação à URSS (como em sua defesa da democracia), no que tange à interpretação do país e à leitura de Marx, que nos interessa aqui, caminhou-se a passos lentos. A dialética era abandonada como meio de atualização teórica do marxismo a partir de seus confrontos variados com a realidade social. Marx não se dedicou a formular uma teoria do desenvolvimento em diferentes países, embora tenha deixado, aqui e ali⁷⁰, algumas pistas para tal. Entretanto, sem uma perspectiva dialética, seria difícil utilizar com algum proveito a teoria marxista para compreender a realidade periférica. Sendo assim, dizer que o comunismo precedeu o marxismo no Brasil não é apenas uma querela

70 A questão do desenvolvimento, em termos teóricos, não aparece sistematizada na obra de Marx. No entanto, em diversos momentos de sua obra como, por exemplo, nos textos sobre a Alemanha reunidos em “Luta de classes na Alemanha”, escrito com Friedrich Engels, e nos artigos publicados na Gazeta Renana essa questão é central. Enquanto na França o problema para os socialistas era dar cabo do capital, na Alemanha tratava-se de estabelecer o capitalismo. Tendo em vista que o Estado prussiano era uma monarquia, Marx e Engels oscilavam – no que se refere à modernização da sociedade alemã – entre “etapismo” e “permanentismo”, entre a revolução democrática que precederia a revolução socialista e uma revolução socialista que não pressupunha necessariamente um estado burguês anterior. Cf. MARX e ENGELS, 2010; MARX, 2010.

de ordem terminológica, porque significa dizer que por muito tempo marxismo e comunismo foram identificados de forma imediata a partir da atuação do PC. Na década de 1960, isso ficaria mais claro à medida que os leitores acadêmicos de Marx passam, no âmbito da esquerda, a contestar a interpretação hegemônica do PC.

A teoria, quando autônoma e dona de si, pode se converter em força produtiva prática, transformadora da realidade social. A contrapartida também é verdadeira. Ou seja, a teoria engessada pode ter consequências catastróficas para a práxis política. A crítica que Schwarz dirige ao Partido Comunista insere-se nessa linha. Apresento a seguir, brevemente e em resumo, os seus elementos.

De acordo com Schwarz, houve dois problemas no âmbito da atuação do partido. O primeiro dizia respeito à interpretação da realidade brasileira, bem como do capitalismo. De acordo com a explicação dominante no PC, “o aliado principal do imperialismo, e portanto, o inimigo principal da esquerda, seriam os aspectos arcaicos da sociedade brasileira, basicamente o latifúndio, contra o qual deveria erguer-se o povo, composto por todos aqueles interessados no progresso do país” (SCHWARZ, 1978, p. 65). Schwarz sugere que esse diagnóstico teria implicações como as que seguem: a ênfase no imperialismo resultaria num misto de nacionalismo e patriotismo que pressuporia a reunião ideológica das classes sociais numa ideia genérica de “povo”; a crença de que a aliança entre as classes contra o imperialismo seria mais forte que a oposição entre capital e trabalho e que o medo das classes dominantes do comunismo resultaria numa política de aliança com a burguesia “progressista” que pegaria a esquerda de calças curtas na hora do golpe.

Os problemas teóricos consistiriam em, de um lado, pensar no “atraso” como um resquício do passado e, por isso, associá-lo ao latifúndio herdado do período colonial e, de subestimar, de outro lado, o caráter estruturante e inescapável do conflito entre capital e trabalho

no capitalismo, que determina a existência de maior solidariedade no interior da burguesia, ainda que fraturada, do que na relação entre essas frações em disputa e a classe trabalhadora. Pensar o “atraso” como um elemento atual, constantemente re-funcionalizado, foi essencial para a renovação do marxismo a partir da dialética entre o arcaico e o moderno no momento em que escrevia Schwarz. Ademais, a crítica da aliança com a burguesia desdobrava-se não só numa crítica do reformismo, clássica no âmbito da esquerda, mas de uma versão periférica do mesmo, que implicava a ideia de que em países subdesenvolvidos, por causa do imperialismo, qualquer transformação social de fôlego dependia da construção de um Estado nacional independente. A questão é que se atribuía a suscetibilidade ao imperialismo à permanência do atraso cristalizado no latifúndio. A ausência de uma burguesia nacional autônoma parecia ser uma herança do passado. E as transformações sociais de caráter democrático não só precisariam passar pelo Estado, como afirma Schwarz em seu ensaio, mas pressupunha uma autonomia estatal mínima para existir. Sendo assim, a esquerda sustentaria um discurso a favor da formação nacional, que muitas vezes convergia com o ufanismo de direita. Daí a crítica de Schwarz ao marxismo “especializado na inviabilidade do capitalismo e não nos caminhos da revolução” (SCHWARZ:1978, p. 67).

A crítica ao marxismo brasileiro até então, formulada por Schwarz em seu ensaio, condensava uma série de reflexões levadas a cabo pela Escola Paulista de Sociologia. Mas antes de adentrar nesse assunto, vale fazer uma ressalva. As críticas à interpretação do Brasil promovida pelo Partido Comunista que Schwarz aponta como uma falha, na esquerda, no período de 1964, não consistem na negação das contribuições que o Partido Comunista teve na vida política e intelectual brasileira como, por vezes, uma leitura interessada em mapear a disputa de legitimidade no campo do marxismo faz parecer. O ensaio de Schwarz destaca a disparidade entre a prática reformista e seus resultados culturais;

dentre os quais estariam a hegemonia de esquerda na década de 1960 e o próprio início da leitura de Marx e do marxismo no interior das universidades. Aliás, demonstrar o descompasso entre a cultura e a política era uma operação crítica em si mesma, num momento em que a crítica de arte marxista também adotava a linha soviética, como demonstra a recepção de Lukács no Brasil (a princípio introduzido como dissidente do socialismo) e a crítica das vanguardas divulgada e promovida por alguns membros do PC⁷¹. Mais uma vez, foi justamente a propagação dessas ideias promovidas pelo próprio Partido Comunista no Brasil que permitiram, segundo Schwarz, a sua futura crítica. Para quem gosta de dialética, formara-se um prato cheio.

A Escola Paulista de Sociologia e uma nova leitura do atraso brasileiro ou alguns pressupostos de “Cultura e Política”

Conforme vimos brevemente acima, a crítica que Schwarz faz à esquerda nesse período relaciona uma interpretação específica da noção de “atraso” com uma prática política que exalta a formação nacional. No entanto, como o objetivo de “Cultura e Política” é fazer um balanço de época, o arcabouço teórico que orienta a crítica, ou seja, seus pressupostos, não fica completamente evidente. Para isso,

71 Conforme demonstra Celso Frederico, o primeiro artigo sobre Lukács publicado no Brasil era uma tradução de um texto de Bela Foragasi, intitulado “As concepções filosóficas de Georg Lukács” de viés fortemente stalinista e atacava Lukács por tomar parte em atividades contra-revolucionárias. Como um exemplo de ortodoxia poder-se-ia citar também as análises de Carlos Nelson Coutinho sobre Clarice Lispector, presentes no livro *Literatura e Humanismo*, o qual seguia Lukács na apreciação problemática da literatura modernista. Posteriormente autores como Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Michael Löwy e o próprio Roberto Schwarz, entre outros, fariam uma apreciação mais mediada do autor húngaro. (Cf. FREDERICO, 2007).

seria preciso recorrer a outros textos do autor e a sua relação com a Escola Paulista de Sociologia⁷².

O debate dos anos de 1950 no cone sul girava em torno da ideia de que a independência da América Latina dependia de uma estratégia de industrialização. Isso serve para matizar o fato de que os limites da interpretação marxista do Brasil não se circunscreviam ao PC. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) partilharam, de alguma maneira, dessa análise⁷³. Todos esses grupos tinham como característica comum o fato de serem compostos por intelectuais públicos, cuja prática teórica tinha também um horizonte político imediato.

Em linhas gerais, o diagnóstico partilhado era o de que o imperialismo americano era um entrave para o processo de desenvolvimento porque, sem dúvida, queria vender seus produtos por aqui. O agente interno da dominação estrangeira seria, conseqüentemente, o latifúndio, cujos interesses consistiam em manter o caráter exportador de bens primários desses países. Essa leitura do Brasil afinava com a do Partido Comunista, com o qual diversos intelectuais do ISEB colaboraram ou até mesmo fizeram parte, exercendo grande influência. Nelson Werneck

72 Existe, sem dúvida, uma série de outras referências para a obra de Schwarz. Normalmente ressalta-se o marxismo e a teoria crítica, principalmente as obras de Marx, Benjamin, Adorno, Lukács e Brecht e, no Brasil, a obra de Antonio Candido – especialmente os ensaios “Dialética da malandragem” (1970), escrita no mesmo período que “Cultura e Política” e “De cortiço a cortiço” (1973). Mais uma vez, destaco que meu objetivo aqui é delinear a teoria social que orienta a crítica de Schwarz, bem como sua relação com a política, para, em seguida, discutir sua atualidade.

73 Em termos bastante gerais, as análises do ISEB apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa capaz de construir um Estado nacional autônomo, de um lado, e as análises da CEPAL, de outro, contestavam a teoria das vantagens comparativas que sustentava um desenvolvimento equilibrado, defendendo a ideia de que sem um processo de industrialização o Brasil não alcançaria o mesmo patamar dos países desenvolvidos. Vale ressaltar que a ideia aqui não é esmiuçar a interpretação de cada uma dessas correntes, que não eram homogêneas, mas chamar a atenção para seus principais eixos interpretativos e suas bases teóricas.

Sodré, por exemplo, foi um dos responsáveis pela hegemonia dessa interpretação no Partido (Cf. BRANDÃO, 1988)⁷⁴. Versões diversas do nacionalismo e do desenvolvimentismo surgiram como prognóstico.

A Escola Paulista de Sociologia, que, no início guiava-se por uma espécie de positivismo desenvolvimentista, buscando a consolidação de um conhecimento legítimo dos mais variados aspectos do país, nos anos de 1960, dera uma guinada à esquerda com a leitura de Marx. Florestan Fernandes entranhara-se no famoso debate com Guerreiro Ramos e sua Escola passara a investir contra a ideia de que a nação era capaz de aplacar outros antagonismos, como o de classe social. Suas investigações da realidade brasileira apontavam para a impossibilidade de a burguesia brasileira promover uma revolução nacional nos moldes clássicos. Surgira daí uma teoria ampla da dependência. Em 1964, foram publicados dois livros importantes que marcam essa posição sociológica da Escola Paulista.

Junto com Fernando Henrique Cardoso, Fernandes iniciara em 1961 o Centro de Estudos Industriais e do Trabalho (CESIT) com o fito de investigar os possíveis agentes da transformação social no Brasil: o Estado, a burguesia e a classe trabalhadora. Fernando Henrique Cardoso demonstrava em seu livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, resultado das pesquisas empreendidas no CESIT e beneficiada pelo estudo de *O Capital*, que, se o desenvolvimento

74 Aliás, falta, na sociologia brasileira, uma análise que exponha mais detidamente a relação dos intelectuais do ISEB com o Partido comunista não só em termos morfológicos, mas em termos de influência teórica. Conforme afirma Gildo Marçal Brandão, “Tudo isso coincide com processos macro-históricos da definitiva implantação do capitalismo “verdadeiro” no país, da gestação de intelectualidade técnica apta a gerir o novo Estado e a nova economia, e da ascensão da burguesia industrial à condição de classe dirigente e não apenas dominante na formação social. Por isso mesmo, o estudo do PC e da esquerda pode ser via de acesso interessante para a elucidação de aspectos políticos e culturais do processo de industrialização e do caminho que o país percorreu até o capitalismo” (BRANDÃO, 1988, p. 147). Francisco de Oliveira buscou traçar alguns paralelos e diferenças, num ensaio que é quase um programa de pesquisa, mas com necessidade de atualização depois do período lulista. Cf. OLIVEIRA, 1986.

econômico depende de uma atuação organizada e inovadora dos empreendedores burgueses, os empresários brasileiros deixam a desejar. Em São Paulo, Cardoso constatou a presença maciça de empresas familiares, dirigidas por seus próprios donos, de forma tradicional. Em resumo, as práticas tradicionais resistentes à racionalização das empresas (no sentido weberiano do termo), a aversão à livre concorrência, o comportamento paternalista de muitos empresários advindos de sua origem imigrantes ou tradicionais, entre outros, produziria uma deficiência em construir um plano industrial agressivo e bloquearia sua organização politicamente como classe. A própria recusa desses empresários em aumentar o salário mínimo tendo em vista o incremento que isso traria para os gastos estatais, afirma Cardoso, seria um indício da mentalidade provinciana dos mesmos, incapazes de perceber como medidas como essa produzem um aumento do consumo e, portanto, servem aos seus próprios interesses. Isto é, a burguesia não havia se construído como uma classe independente capaz de sustentar um projeto nacional.

No mesmo ano, Florestan defende sua tese de cátedra *A integração do negro na sociedade de classes* que fora, por sua vez, resultado do projeto ligado a Unesco de “Estudos das relações raciais no Brasil”. Se Cardoso havia mostrado que os empresários de São Paulo não conseguiam, por várias razões, atuar como a burguesia – suposta nos modelos clássicos – em termos econômicos, mas principalmente políticos, no sentido de desenvolver o país, Florestan Fernandes analisava as dificuldades de integração do negro na sociedade de classes, cujo resultado seria não só a exclusão dessa população no mercado de trabalho, mas uma sociedade cindida e uma falta de solidariedade advinda da concorrência que teria impedido a assimilação desse setor na própria classe trabalhadora. Se, de um lado, a burguesia não era uma classe social no sentido político que lhe atribuíra Marx, tampouco o proletariado seguia os moldes tradicionais e poderia, na ausência de

um projeto burguês de desenvolvimento, promover mudanças sociais pela via da mobilização política.

Após o golpe, as primeiras conclusões da década de 1960 pareciam encontrar respaldo na realidade política do país e mais pesquisas foram se desenvolvendo nesse período. O próprio Florestan publicaria *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973) e *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975); Fernando Henrique Cardoso escreveria com Enzo Falleto *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970); Francisco de Oliveira criticaria a CEPAL em sua “A economia brasileira: crítica da razão dualista” (1972); Maria Sylvia de Carvalho Franco escreveria sua tese, posteriormente publicada como *Homens livres na ordem escravocrata* (1978), entre outros. Finalmente, Roberto Schwarz publicaria *Ao vencedor as batatas* (1977) e *O Pai de família e outros estudos* (1978).

Ainda que não seja possível dizer que as posições da Escola Paulista eram hegemônicas, não é exagero afirmar que havia uma convergência importante no que se refere às reflexões sobre a natureza do capitalismo e da sociedade de classes periférica. Posições essas que se contrapunham fortemente às interpretações do ISEB e da CEPAL e do Partido Comunista. O ensaio “Cultura e Política”, escrito entre 1969 e 1970, já era um desdobramento das reflexões que vinham sendo desenvolvidas pela Escola Paulista de Sociologia. No entanto, é curioso notar (ou não?) que, na década de 1960, enquanto seus colegas buscavam atacar principalmente o ISEB (que seria logo fechado pela ditadura) e a CEPAL, Schwarz dirige sua crítica diretamente à atuação do Partido Comunista. A Teoria Social servia de anteparo à práxis política. A ideia de investigar o “atraso” como um elemento moderno de dominação, cujo deslocamento tem diversos efeitos produtivos, teoria essa que seria “sistematizada”, na falta de uma palavra melhor, no famoso ensaio “Ideias fora do lugar”, fora gestada nesse contexto e é inseparável dele.

Um dos traços distintivos da obra de Schwarz, nesse sentido, consiste no esforço de demonstrar como a perspectiva da identidade nacional era marcada por uma perspectiva de classe. A ideia é que, em um país cindido pela desigualdade social como o Brasil, o discurso da formação nacional de cunho nacionalista, pode conter traços conservadores e ideológicos. Se a justificativa da defesa da busca pela formação nacional era o atraso, fazia-se necessário compreender qual era a natureza dessa sensação de que o país estava para trás na corrida das nações. Do lado da direita, essa sensação produzia um discurso que afirmava que a modernidade não era compatível com o Brasil⁷⁵. Do lado da esquerda, se juntarmos a crítica do imperialismo com o sentimento de atraso, o arranjo resultava num discurso a favor da modernização nacional através da formação e conciliação de classes, no âmbito da economia e da política, e, no âmbito da cultura, da recusa das influências estrangeiras em nome de uma autenticidade da cultura popular.

O estudo famoso sobre “As ideias fora do lugar”, que deixou parte da crítica debatendo ao longo de décadas se as ideias estavam ou não em seu lugar, se as ideias podem ou não se deslocar, etc., começava por analisar a sensação de desajuste que tudo que remete à modernidade e ao moderno teve no Brasil.

Esse elemento impostor da modernidade brasileira, contudo, tem segundo o argumento de Schwarz, uma razão de ser. Essa razão é de classe. A modernidade parece alienígena porque uma parcela imensa da população foi, ao longo da história do país, excluída dela. Isso produziu um dualismo social que aparece formalizado na literatura.

No tempo de Machado, conviveram, de um lado, liberalismo e, de outro, escravidão. Essa combinação, produziu um caráter cínico nas classes dominantes brasileiras e foi cristalizado na ironia do personagem

75 Atualmente, esse tema aparece na obra de Jessé Souza e na sua crítica a Sérgio Buarque de Holanda.

Brás Cubas. A contradição entre um e outro não serviu para desmentir o liberalismo e desacreditá-lo, como seria de se esperar se a vida social seguisse as mesmas regras do pensamento lógico, mas colocou em marcha uma dinâmica na qual o “atraso” era funcionalizado como instrumento de dominação. A discussão do “favor” tenta justamente dar conta desse arranjo. A pequena parcela de trabalhadores livres ficava espremida entre os polos do mando e da submissão completa da escravidão. Em relação aos escravos, essa população tinha uma vantagem, pois era livre, mas essa vantagem era sua fragilidade, pois sua manutenção dependia da sujeição ao mando. Em resumo, o trabalho livre não aparecia como pré-condição do capitalismo, mas como privilégio. Ou seja, qual seria o problema da exportação dos modelos estrangeiros? Não a cópia, mas o fato de que, para as economias subdesenvolvidas exporta-se as relações técnicas *stricto sensu*, não as relações sociais, que seriam a “alma” do subdesenvolvimento (Cf. OLIVEIRA, 2003, p.29). Daí Schwarz afirmar que no favor estaria o nexos ideológico da dinâmica social brasileira. Essa “alma”, entretanto, não interessa apenas como “especificidade” de nossa modernidade. O cosmopolitismo da análise de Schwarz vem de sua natureza marxista. Ou seja, trata-se de enxergar a diferença do Brasil como uma diferença interna ao capitalismo – por isso ela não deveria ser importante apenas para o Brasil.

A teoria da dependência, compreendida num sentido amplo, ajudava a refletir não só sobre a natureza das relações, mas sobre a composição das classes sociais no Brasil. E, mais do que isso, para retornar à “Cultura e Política”, essa teoria mais ou menos coesa desenvolvida pela Escola Paulista de Sociologia, foi a primeira a aplicar *dialeticamente* os esquemas teóricos de Marx para tentar analisar o Brasil de modo a transformar o próprio marxismo⁷⁶. Sairia daí uma

76 A obra de Schwarz demonstra a afinidade que existe entre a condição periférica e o marxismo (afinidade aliás que ela também possui com o modernismo). É só notar como o marxismo floresceu não só em países como China e Cuba, onde de fato houve

teoria marxista da periferia do capitalismo ou, se quisermos, uma teoria crítica que pensava o marxismo sob condições especiais, sem descuidar da dialética. Essa abordagem, embora bastante acadêmica, irradiava para a política e servia para contestar a política “etapista”.

Foi desses e de outros deslocamentos, que a Escola Paulista se alimentou nesses anos. O viés de classe presente nessa abordagem, o modo como ela contraria a tendência conservadora de pensar unicamente a partir da identidade nacional, vinha sendo gestada, no caso de Schwarz, conforme constava no ensaio “Cultura e Política”, também como crítica ao partido comunista, tendo em vista seu anti-imperialismo e seu conservadorismo em questões culturais.

Ainda, mais uma vez

Quando pensamos no embate da Escola Paulista com o ISEB, de Florestan com Guerreiro Ramos, de Francisco de Oliveira com a CEPAL, de Schwarz com o Partido Comunista, essa disputa normalmente é apresentada como uma disputa pelo “monopólio da legitimidade no campo” (Cf. BOURDIEU, 1983) cuja interpretação do Brasil seria um veículo, seja na Sociologia, seja no âmbito dos estudos marxistas.

Revolução, mas como uma vertente importante dentro e fora da academia em toda a América Latina, enquanto nos Estados Unidos, sequer há atualmente um Partido que se auto intitule socialista e comunista. O próprio Marx, em certo sentido, escreveu da periferia do capitalismo. Ele olhava para a França e para a Inglaterra e via o quanto para trás estava a Alemanha. Mas, se Marx pensava que a evolução do capitalismo segue uma lei que é sempre a mesma, sua obra dá pistas para pensar uma evolução capitalista que se dá por vias diversas. O modo como Marx descreve, por exemplo, no livro terceiro de *O Capital*, a subsunção de elementos pré-capitalistas ao capitalismo demonstra como esse sistema é muito mais flexível do que o pensamento positivista é capaz de dar conta. Os elementos arcaicos da sociedade brasileira foram, nesse sentido, subsumidos à lógica capitalista e, assim, assumiram novas funções. Assim como o desemprego, conforme mostra Marx, não é um resquício, mas uma parte importante do funcionamento do capitalismo, os elementos de atraso foram incorporados ao modelo periférico de organização política e econômica.

Se a interpretação do Brasil promovida pela Escola Paulista de Sociologia parece, entretanto, ter se sobreposto à interpretação do Partido Comunista e a outras leituras, como as do ISEB e da CEPAL, no âmbito da vida acadêmica – e mesmo lá esse diagnóstico é questionável –, a interpretação de que um governo progressista precisaria se basear numa forte aliança de classe em nome do crescimento nacional e da distribuição de renda ou, como escreveu André Singer, num “pacto conservador” (cf. SINGER, 2012), foi absolutamente dominante no âmbito da vida política brasileira dos últimos anos.

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) apostou no pacto entre as classes, contrariando a teoria da dependência sustentada pela Escola Paulista, da qual se originaram parte de seus quadros fundadores⁷⁷, apoiando-se na ideia de que as elites brasileiras sustentam um comportamento contraditório, podendo ora pender para a submissão aos ditames internacionais, ora para uma associação com a burocracia estatal e a classe trabalhadora. Por quase catorze anos essa estratégia funcionou impulsionada pelo crescimento econômico e pelo apoio popular ao governo, que formava um obstáculo para a vitória da burguesia nas urnas. No entanto, por meio de um equilíbrio instável, o Partido dos trabalhadores conseguiu atender em parte as demandas de diversos setores da burguesia: o agronegócio, a construção civil, os bancos e o setor financeiro.

Orientado para o combate à miséria por meio de programas assistenciais como o Programa Bolsa Família (PBF), para a ampliação do mercado interno por meio de medidas como a expansão do

77 A formulação de André Singer, bastante feliz, de que o lulismo é um fenômeno sob o “signo da contradição”, serve para refletir sobre as transformações do Partido dos Trabalhadores ao longo da história, da convivência contraditória de “duas almas”, a alma de Sion presente na formação do mesmo e vinculada a um grande projeto de transformação social da classe trabalhadora e o “espírito do Anhembi”, inaugurado pela “Carta ao povo brasileiro” de 2002, escrita por Lula com vistas à governabilidade após a eleição – uma das bases do pacto de classes.

crédito, para o aumento do ensino superior público e privado, para a política de moradia apoiadas por programas como “Minha casa, minha vida”, o lulismo seria, em linhas gerais e abstraindo as diferenças entre os mantados de Lula e Dilma, um programa de desenvolvimento sem confronto com o capital. Como mostrou André Singer (2012), o lulismo se instalou como um pacto entre capital e trabalho, cujo preço do aumento do emprego e da renda era um reformismo fraco. Esse arranjo trazia vantagens para ambos, embora mais para uns do que para outros (basta pensarmos que os principais programas lulistas não foram transformados em direitos garantidos constitucionalmente).

Em 1964, o golpe militar foi uma reação às reformas de base propostas por João Goulart. A Revolução Cubana havia acabado de dobrar a esquina e os golpes militares do cone sul funcionavam como uma espécie de “contrarrevolução preventiva”, nos termos de Florestan Fernandes. Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, este acusava a opção pela não constituição enquanto classe no Brasil pela burguesia. A consequência disso seria a formação de uma autocracia que se define pelo bloqueio constante da formação de sua classe adversária (Cohn, 2020, 824) – daí o caráter preventivo de sua atuação política, sem sustentar, contudo, qualquer projeto alternativo para a sociedade que não seja o vale tudo.

No Brasil, assistimos a um golpe “constitucional” dado sem a ameaça de reformas de base profundas e sem a sombra do socialismo no cone sul ou no mundo. O golpe confirma, em larga medida, o diagnóstico de Roberto Schwarz (e de Florestan Fernandes e da Escola Paulista) a respeito da inviabilidade ou dos limites da aliança com a burguesia em nome do crescimento nacional. Conforme ressaltou Gabriel Cohn,

A emergência desse autoritarismo social permite que se aja de uma maneira que não seria compatível com a presença real de uma classe burguesa plenamente constituída e capaz de estabelecer limites para a sua atuação e para a atuação de outras

forças sociais. Uma classe plenamente constituída e no poder é capaz de “disciplinar a sociedade”. É capaz de frear determinados movimentos que são potencialmente disruptivos ou que simplesmente causam problemas que podem ser evitados. Quer dizer, uma classe bem constituída tem objetivos claros e modos igualmente claros de realizá-los. Quando não se tem isso, abre-se o caminho para que se transfira para o lado político aquilo que socialmente já existe. (Cohn, 2020: 827-828)

O modelo lulista do “pacto conservador”, i.e., de um governo de conciliação com estratégia nacional de desenvolvimento encontrou seus limites na crise econômica. Se o preço a pagar pelo reformismo fraco fora uma política de não-confronto com o capital, era preciso evitar a luta de classes: no mínimo, não incentivar a mobilização popular, não transformar a política assistencial em direitos, não criar uma mídia de esquerda que seja expressiva, etc. No entanto, na hora do golpe, esse preço sairia muito caro, pois a ausência do apoio popular para contê-lo seria fruto, ele também, desse pacto. E, mesmo assim, o discurso do PT continua a insistir que, fora da coalizão de classes, não há crescimento econômico, sem o qual não há distribuição. Além disso, a manutenção da política de contenção da classe trabalhadora, aliado com o conservadorismo popular já existente no Brasil não deixa de ter responsabilidade pela eleição de uma figura como Jair Bolsonaro. Nesse ponto, as reflexões de Schwarz também permanecem atuais. Enquanto a burguesia é tratada com a complexidade que ela de fato apresenta em sua (des)composição pela esquerda – partidária e acadêmica, a formação social e de interesses dos setores populares são tomados em bloco. Conforme advertia “Cultura e Política”, “a composição das massas não é homogênea, parece que mais vale uni-las pelo entusiasmo que separá-las pela análise crítica de seus interesses” (Schwarz, 1978: 84) e, seria possível acrescentar, contradições.

Mesmo que em condições diversas dos anos 60 e com a preponderância financeira do capitalismo atual, o que torna o contexto brasileiro diverso, será que o equívoco do lulismo não foi apostar que a burguesia brasileira não é intrinsecamente dependente, mas ambivalente, ora pendendo para a construção da autonomia nacional, ora pendendo para a dependência? Será que o pacto conservador não teria efeitos conservadores também no andar de baixo da sociedade? Será que a crítica que Schwarz fazia à estratégia nacionalista de transformação social do PC em aliança com setores “mais progressistas” ou, no caso do PT, que se acreditava menos predatórios do que o capital financeiro, não continua atual? Será que o desenvolvimento e o progresso são meios de superar o atraso?

Segundo o argumento de muitos de seus críticos, como Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010), por exemplo, a teoria da Escola Paulista de Sociologia não consiste num programa de desenvolvimento, mas apenas numa interpretação sociológica do capitalismo periférico. Isso faria, segundo seu argumento, com que essa teoria fosse estéril em termos políticos. Além disso, o abandono do conceito de nação levado a cabo pela Sociologia Paulista enfraquecera a esquerda, tornando-a mais frágil às ações imperialistas. Mas, não ser imediatamente traduzível numa estratégia política ou econômica, entretanto, não significa que a crítica dessa Escola não esteja correta também em relação à práxis política. Afinal, se, de um lado, a separação entre teoria e prática encontra sua origem na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e permanece assim enquanto estes não estiverem reunidos, por outro, a práxis que pretende dispensar a teoria por sua falta de aplicabilidade imediata ou porque ela acusa problemas para os quais a práxis ainda não tem resolução torna-se frágil criticamente, pois perde a força que só a teoria apartada das exigências confinantes do pragmatismo pode possuir.

Além disso, se a crítica da Escola Paulista restringe-se ao âmbito sociológico, o Partido Comunista, como demonstra Schwarz, atuava

segundo uma concepção específica de marxismo, segundo uma teoria que orientava a avaliação que fazia da realidade brasileira naquele momento. Se, de um lado, a culpa maior do golpe é da direita e dos militares que o levaram a cabo, de outro, uma leitura mais atenta não só de Marx, mas do marxismo (poderíamos lembrar toda a crítica da Escola de Frankfurt ao pacto com a burguesia da social democracia alemã) poderia ter sido de grande serventia na década de 1960 e nos últimos anos. A mesma coisa se passa com o golpe atual. Se há uma série de razões conjunturais que permitem acusar um conjunto de disputas institucionais, lutas entre diversas frações da burguesia, perda de apoio popular incrementada por uma mídia monopolizada, aceleração do lulismo a partir de um ensaio desenvolvimentista (SINGER, 2016; BOITO; 2020) etc., de outro, seria preciso pôr em discussão a teoria social, a interpretação do Brasil que orientou o lulismo. A lição de 1964 era a de que as classes dominantes no Brasil optaram por preservar a sua dominação, mesmo que a custo de uma posição subalterna no cenário internacional. Esse era o cerne da teoria da dependência. Vale lembrar que, se a solidariedade entre as diversas frações da burguesia tende a ser maior do que com a classe trabalhadora, essa solidariedade esbarra na posição de classe, segundo a qual o que interessa são os dividendos individuais, e não o compromisso com a nação. Por isso, tanto no âmbito da sociologia, quanto no âmbito da política, esses momentos demonstram que o mapeamento e a morfologia das classes dirigentes sozinhos não seriam suficientes para compreender a natureza das classes dominantes periféricas, porque a dinâmica de sua atuação econômico-política se dá em relação com as classes trabalhadoras. Por isso, a leitura de Marx não pode ser dispensada. Política, cultura, sociedade de classes e economia precisam ser analisadas juntas e, ao mesmo tempo, com uma distância autônoma da práxis, embora não separada dela.

Será que está na hora de reler as teses da Escola Paulista de Sociologia? Mais do que uma disputa política por legitimidade no

campo, essa geração de intelectuais travou uma luta teórica, frente de luta fundamental no âmbito marxista. Hoje, é difícil comparar o golpe com aquele de 64 e criticar o Partido dos Trabalhadores por não adotar uma perspectiva revolucionária, quando o horizonte de uma transformação social radical se fechou. No entanto, é justamente num momento de vitória neoliberal que o aperfeiçoamento do capitalismo não pode aparecer como única alternativa para a esquerda⁷⁸. A crítica de Schwarz, orientada pela teoria do capitalismo periférico desenvolvida pela Escola Paulista de Sociologia, não é um ponto de chegada, mas tem atualidade e pode, por isso, ser um ponto de partida para investigar as bases teóricas de um reformismo cheio de altos e baixos que, se melhorou a condição de vida de uma parcela

78 Na última eleição de Dilma, circulou uma série de propagandas que eram mais ou menos como se segue: a propaganda mostrava diversas situações. Um homem indo ao trabalho, uma família dirigindo uma picape no meio da roça, uma mãe comprando remédio para seu filho. Como uma espécie de espelho do passado, cada uma dessas pessoas se via na mesma cena andando na chuva desempregado e em trapos, caminhando pela estrada pobremente em busca de água, pedindo esmola na rua. Os mesmos atores faziam a interpretação dos dois lados para ressaltar como a pobreza ficara no passado, mas continuava a assombrar como um fantasma. A propaganda destacava o “ontem” e o “hoje” da sociedade brasileira e clamava: “quando a gente dá um passo para a frente na vida, precisa saber preservar o que conquistou. O Brasil não quer voltar atrás”. Não há dúvida de que no campo da esquerda partidária, não havia alternativa capaz de angariar tantos votos quanto o Partido dos Trabalhadores e que votar na oposição neoliberal iria de fato consistir num retrocesso. Por outro lado, essa ausência de alternativas viáveis à esquerda corroborou um discurso que tinha como afeto principal o medo, do qual parte da esquerda permaneceu refém. A escolha de Sofia dos regimes “democráticos” capitalistas do “mal menor” justificava sua presença no governo, mesmo com reformas neoliberais da previdência, com programa de austeridade, entre outros. Para distribuir a renda num país com uma elite voraz como o Brasil, é preciso fazer muitos sacrifícios, mas é melhor que um de nós faça esses sacrifícios, do que deixar o neoliberalismo correr solto – tal era o discurso do PT. Por isso, Francisco de Oliveira, a certa altura, falaria em hegemonia às avessas. Inspirado em Gramsci, ele buscava descrever uma situação na qual não seriam mais os dominados a consentir sob o crivo da força na sua exploração (tal como na formulação gramsciana), mas os dominantes – e aí leia-se as elites e o capital que sempre foram e continuariam de fato no comando do país – que consentiriam em ser politicamente conduzidos pelos dominados em nome da manutenção dos patamares exploratórios do capitalismo (Cf. OLIVEIRA, 2010).

fundamental da população, fez escolhas que atiraram o país numa crise que não tem data para terminar e sem legar uma hegemonia cultural de esquerda.

A obra de Schwarz serve de exemplo de como a teoria social pode fazer sociologia sem, por um lado, esquecer a práxis e, por outro, sem adaptar-se à suas exigências, pois quando fala de cultura e política, o crítico também está discutindo teoria e práxis. Por isso, quando se fala em sua obra como crítica cultural, isso é um reducionismo, pois a cultura é apenas uma dentre as esferas sociais e sua crítica não se esgota nela, mas, alimentando-se da mesma, atinge diversas outras. Nessa chave, ele não é um crítico cultural, mas um crítico dialético da cultura, da política, da sociologia e o impulso que o levou a analisar a realidade brasileira do período e, além disso, os impasses da esquerda, permanece vivo, atual e necessário.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Trad. Paula Montero. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista (1945-1964). **Lua Nova**, n.15, pp.133-149, out. 1988.

BRANDÃO, Octavio. **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil.** São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

BOITO, A. Lulism, Populism, and Bonapartism. *Latin American Perspectives*, v. 47, p. 134-151, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Difel, 1964.

CEVASCO, Maria Elisa. A crítica cultural lê o Brasil. In: André Singer e Isabel Loureiro (org.). **As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 251-280.

CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (org.) **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

COHN, Gabriel. Entrevista a Bernardo Ricupero e Leonardo Belinelli. In: Fernandes, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FREDERICO, Celso. Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade. In: João Quartim de Moraes (org.) **História do**

marxismo no Brasil, volume 2 - influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

KONDER, Leandro. **A derrota da Dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana.** Trad. Livia Cotrim. São Paulo: EDUC, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha.** Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis (Organizadores). **História do marxismo no Brasil, volume 1 - O Impacto das Revoluções.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

QUARTIM DE MORAES, João. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e cristações (1944-1954). In: João Quartim de Moraes (org.) **História do marxismo no Brasil, volume 3 - teorias e interpretações.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Qual é a do PT?. In: Emir Sader (org.). **E agora PT? Caráter e identidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado.** São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo. In: Maria Elisa Cevasco e Milton Ohata. (org.) **Um crítico na periferia**

do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das letras, p. 149-152, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. Em: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. (orgs.) **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, pp. 21-27.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis (org.) **História do marxismo no Brasil, volume 1: impacto das revoluções.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: **O Pai de Família e outros estudos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: Ed. 34, 1987.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: André Singer e Isabel Loureiro (org.). **As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ROBERTO SCHWARZ LEITOR DE ANTONIO CANDIDO

Leonardo Belinelli⁷⁹

Introdução

Aqueles que se puserem a ler os livros de Roberto Schwarz encontrarão, sem dificuldade, diversas referências a Antonio Candido, a começar pela dedicatória do livro *O pai de família e outros estudos* (1978). Compreensivelmente, os leitores logo deduzem a primeira dimensão delas, a afetiva, a qual se deve, em boa medida, ao acolhimento pessoal e institucional que o homenageado deu a Schwarz no momento em que este buscava se afastar das Ciências Sociais, curso no qual se graduou⁸⁰.

79 Doutor em Ciência Política, Universidade de São Paulo (DCP-USP).

80 “Fui aluno de Antonio Candido no segundo ano de ciências sociais, em 1958, no último ano em que ele deu sociologia. No ano seguinte comecei a ficar abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica, os levantamentos e tabulações não eram comigo. A essa altura, Antonio Candido passara da sociologia para as letras, e estava ensinando literatura brasileira em Assis. Ruminei o exemplo e fui até lá, me queixar da vida e pedir conselho, pois gostava mesmo é de literatura. Ficou mais ou menos combinado que quando eu terminasse o curso faria um mestrado em literatura comparada no exterior

Entretanto, as considerações de Schwarz sobre a obra e as atividades de Antonio Candido só muito raramente vão, de maneira explícita, nessa direção. Em contraste, nelas predominam as análises dos aspectos teóricos e sócio-políticos da obra do autor de *Formação da literatura brasileira*. Na verdade, as recorrências das referências de Schwarz a Candido resultam tanto da busca, costumeiramente solicitada por estudiosos de sua obra, por lembranças e explicações em torno de sua trajetória e posições teóricas, como na construção de uma certa interpretação sobre seu mestre. Ou seja: se a obra de Schwarz confirma sua filiação à crítica literária de Candido, por outro lado também resultou em uma interpretação – isto é, uma seleção e articulação – dos elementos, ao seu ver, mais significativos da trajetória de seu professor. Cabe lembrar da observação de Sérgio Miceli, para quem, diferentemente de Adorno, Schwarz tematiza, em seus ensaios, suas lembranças, o que constituiria um dos “componentes mais relevantes do procedimento ensaístico de Roberto [Schwarz], ao garantir meios de acesso ao trabalho propriamente reflexivo.” (MICELI, 2007, p.60). Este é o terreno sobre o qual este artigo se assenta é a interpretação de Schwarz sobre Antonio Candido.

Trata-se, no entanto, de solo complexo, pois nele se associam memória e interpretação teórica, sendo a última costumeiramente preocupada com o contexto imediato na qual é elaborada. O intuito do artigo é justamente explorar a potência dessa relação, o que nos coloca tanto a tarefa de compreender como Roberto Schwarz teorizou sobre a herança legada por Antonio Candido à crítica brasileira, como também a de analisar o resultado que esse esforço interpretativo nos trouxe: a construção de uma imagem sobre o seu objeto⁸¹.

e depois iria trabalhar com ele na USP. Nessa época eu já escrevia um pouco de crítica literária para jornal.” (SCHWARZ, 2012a, p.284)

81 Schwarz não é o único a fazê-lo. Como observa Flávio Moura (2011), Alfredo Bosi e Silviano Santiago também realizam movimento similar – inclusive, por meio da tentativa

Naturalmente, essa construção entre memória e interpretação teórica ocorre em determinados *tempos* e *espaços*, que moldam suas possibilidades e objetivos. Em outros termos, como argumentaremos a seguir, Schwarz parece, ao longo do tempo, refinar as determinações históricas da relação dúplice entre memória e análise sobre Candido, o que resulta em novas formas de apreciação de sua obra/trajetória, sempre feitas a partir do momento no qual escreve. Reapreciação essa que tem como centro nervoso a recusa daquela característica tão típica da vida intelectual brasileira que é a sensação – ou desejo? – de recomeçar, a cada nova geração, suas reflexões do zero. Recusa, segundo o crítico, aprendida com Antonio Candido (SCHWARZ, 2012b, p.30), o que remete à possibilidade de que a originalidade do ensaísmo de Schwarz, no sentido apontado por Miceli, talvez tenha raízes na sua reflexão meditada a respeito dos procedimentos intelectuais de seus predecessores, entre os quais Candido ocupa lugar destacado.

Seriam muitos os filões da relação entre Candido e Schwarz que poderiam ser explorados com resultados proveitosos. O que se segue, no entanto, fincará sua bandeira em apenas um deles: a forma como Schwarz formula uma imagem de Antonio Candido com um duplo objetivo: interpretar a obra de seu professor e analisar alguns dos contextos no qual escreveu. Portanto, não se trata de averiguar, em chave sociológica, o “memorialismo” do autor de *Ao vencedor as batatas*, mas sim de expor as formas como as quais compreende, em chave cognitiva, a herança de Candido.

Estudaremos essa construção segundo uma compreensão temporal dividida em três momentos. No primeiro deles, destacaremos dois planos: a filiação teórico-metodológica de Schwarz aos pressupostos

de separação das teorias de Candido e Schwarz. Esse cenário de tentativa de filiação demonstra, entre outras coisas, a centralidade de Antonio Candido na configuração do campo da teoria literária no país.

analíticos formulados por Antonio Candido, com destaque para sua noção materialista de forma literária, e as diferenças teóricas e políticas entre os dois autores no que se refere às possibilidades de formação daquilo que poderíamos chamar de “civilização brasileira”. Em um segundo momento, destacaremos o terceiro plano, surgido no livro *Sequências brasileiras*, no qual Schwarz analisa a trajetória de seu professor para pensar os pontos altos da inteligência brasileira nos meados do século XX e a crise contemporânea, refletida tanto na ascensão da ideologia universalista da globalização como nas ameaças econômicas e sociais que põem em xeque a atualidade de suas formulações (SCHWARZ, 1999a; 1999b; 1999c; 1999d). Por fim, em um momento mais recente, destacaremos o quarto plano, configurado a partir do que poderíamos chamar de “contraposição combinatória” que Schwarz faz entre o ensaísmo “periférico” de Candido como um antídoto ao “universalismo” de Adorno (SCHWARZ, 2009; 2012c). O presente estudo argumenta que esses quatro planos aludidos se associam, com variados graus de ênfase, ao longo do tempo na obra de Schwarz, o que se deveria não só, mas também, aos momentos históricos nos quais elas foram formuladas.

Primeiro momento: entre a formação da crítica dialética da literatura brasileira e o golpe de 1964

Escrito originalmente para um volume em homenagem a Antonio Candido e posteriormente recolhido em *Que horas são?*, o ensaio *Pressupostos, salvo engano, da Dialética da malandragem* é marcante em vários níveis. Em primeiro lugar, porque é uma competente exposição dos princípios metodológicos utilizados por Candido para estruturar o seu *Dialética da malandragem* (CANDIDO, 1970), estudo publicado originalmente na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* em 1970, no qual se punha em prática a perspectiva metodológica

integrada que havia anunciado no II Congresso de Crítica e História Literária, realizado em Assis, no ano 1961. Schwarz estava na plateia que assistiu à comunicação de Candido nesse evento (SCHWARZ, 2009b, p.233), da qual resultou o conhecido ensaio *Crítica e Sociologia – tentativa de esclarecimento* (CANDIDO, 2006).

Em *Pressupostos*, lemos:

Só em 1970 [...] é que seria publicado no Brasil o primeiro estudo literário propriamente dialético. Sem alarde de método ou de terminologia, passando ao largo do estruturalismo, e guardando também a distância em relação à conceituação do marxismo (o qual entretanto era a sua inspiração essencial), saía a “Dialética da Malandragem”: uma explicação surpreendente e bem argumentada do valor das *Memórias de um sargento de milícias*. (SCHWARZ, 2012d, p.129)

De maneira imediata, Schwarz destaca a centralidade que *Dialética da malandragem* confere à *forma* do romance que tem por objeto, a qual, embora não inteiramente consistente, possibilitaria a revelação de alguns aspectos decisivos da organização da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. Confirmada essa possibilidade, o estudo de Candido resultava em uma surpreendente elevação da importância/qualidade desse romance normalmente visto como ligeiro. Em outro plano, essa perspectiva analítica de Candido tornaria perceptível certa linha evolutiva de nossa literatura, costumemente vista como errática, que passaria pela Colônia, por Pedro Malazarte, pela imprensa popular do século XIX e chegaria até os modernismos figurados em *Macunaíma* e *Serafim Ponte-Grande*. Em suma: o estudo de Candido iluminaria, ao mesmo tempo: um romance específico; aspectos centrais do trajevamento da sociedade brasileira e uma parcela de nossa literatura. Schwarz acrescenta, ainda, outro

aspecto: *Dialética da malandragem* permitiria uma “sondagem da cena contemporânea”. (SCHWARZ, 2012d, p.130).

É curioso o contraste entre a ambição *original* do estudo de Candido e o seu procedimento inicial, que consiste na *recuperação* e na análise da tradição intelectual que havia se debruçado sobre o romance em pauta. Essa postura crítico-assimilativa demonstra uma disposição em tomar em conta o processo de acumulação de problemas, teses, ideias, suposições, hipóteses e etc., o que configura um movimento similar ao identificado no processo de formação de nossa literatura. Não é por outro motivo que, segundo Paulo Arantes, nesse texto que estamos estudando, Schwarz sustentaria que foi em *Dialética da malandragem* que a nossa crítica literária *foi formada*. (ARANTES, 1992, p.17-8)⁸². Trata-se, pois, de tentar compreender quais foram as medidas e as disposições tomadas pelo crítico para realizar esse feito.

Em um plano, Schwarz indica *como* Antonio Candido dialogou com a tradição da crítica literária brasileira para formular seu estudo sobre *Memórias de um sargento de milícias*. Quando Candido estabelecia que *Memórias* não é um romance picaresco, como se pensava, mas algo *sui generis*, estaria seguindo o passo da crítica nacionalista oitocentista, que afirmava que a literatura brasileira não era mera cópia estrangeira. Entretanto, existiria uma diferença fundamental entre essas duas posturas: enquanto a crítica nacionalista apostava em um desejo romântico de configuração da literatura brasileira – isto é, adotava uma postura valorativa *a priori*-, o crítico modernista se

82 Em “Nacional por subtração”, texto também recolhido em *Que horas são?*, Schwarz afirmará: “Não se trata, portanto, da continuidade pela continuidade, *mas da constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias*, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante.” (SCHWARZ, 2012b, p.31 – grifo nosso). Lê-se no mesmo texto que, na avaliação de Schwarz, Machado de Assis, Mário de Andrade e Antonio Candido tomaram providências no sentido assinalado. Sem esquecer outros, não caberia pensar que na ordenação desses nomes há uma indicação acerca de uma linhagem formativa de nossa crítica literária?

moveria no sentido de considerar a hipótese picaresca – a qual seria rechaçada pela primeira vertente.

Assim, o acento do caráter *nacional* da originalidade literária, que de diferentes modos foi bandeira ideológica e estética dos românticos, modernistas e outros, está de sentido mudado. Corresponde a uma *constatação*, ligada aliás, no caso, a aspectos da realidade relativamente originais eles também, mas de que não há porque se orgulhar, tais como a anomia social que acompanha a escravatura. Depois de ser um valor patriótico inquestionado, que pede reconhecimento e adesão, a singularidade nacional é agora um fato da vida, e pede espírito crítico. (SCHWARZ, 2012d, p.134-5 – grifo do autor)

Candido teria tomado a mesma atitude perante a crítica naturalista, segundo a qual o romance teria um caráter documental. Segundo o ensaísta, o mérito do romance residia no fato de que, com o avanço da trama, a dimensão documental se tornava estruturante de sua composição – isto é, *foi internalizada*–, ultrapassando o plano mais superficial do conteúdo – isto é, como informação/peça externa. Vê-se aqui, então, o essencial da postura crítico-assimilativa: *recupera, específica e crítica* a herança analítica dos predecessores, a qual, entretanto, é tomada como ponto de partida. Procedimento típico de uma mirada dialética, na medida em parte de uma *crítica imanente* da tradição ao mesmo tempo em que tematiza a formação social “internalizada” pelo objeto em exame.

O vínculo entre análise imanente e tematização da formação social aparece em um dos aspectos originais do ensaio: a hipótese de que o protagonista do romance de Manuel Antonio de Almeida deve ser entendido como *malandro*. Enquanto tal, ele sintetizaria em si três movimentos: por um lado, incorporaria a dimensão do folclore e de elementos pré-modernos, como o *trickster*; por outro lado, evocaria o

gênero da sátira do período regencial e, mais profundamente, ensejaria, nos termos de Schwarz, “*uma intuição profunda do movimento da sociedade brasileira*” (SCHWARZ, 2012d, p.131 – grifo do autor). Essa intuição combinada só poderia ser levada adiante se fosse recusada a oposição entre elementos sociais aos estéticos. Assim, o crítico escapava ao marxismo vulgar – que sustentava o *reflexo* dos elementos sociais no plano estético, que perderia qualquer particularidade – e ao estruturalismo, então em voga, que sustentava a literatura como um mundo com regras próprias. O ponto, naturalmente, é compreender como Candido fundamentou essa recusa.

Por um lado, teria apreendido da “sociologia” – usamos os termos de Candido em “Crítica e Sociologia” – a ideia de que a literatura é travejada por elementos sociais, mas não como reflexos não-mediatisados da realidade concreta; por outro lado, Candido incorporaria da “crítica” a orientação analítica segundo a qual a prioridade da análise literária deve ser o estudo da obra, embora não a tome no sentido de apartá-la do mundo concreto a partir do qual surge e no qual influi. Daí a configuração do que designa em *Dialética da malandragem*, de *redução estrutural*. Segundo essa orientação analítica, a forma é considerada síntese do *movimento* histórico, o que a torna, no plano mimético, mais profunda e realista do que a mera documentação de fatos.

Curiosamente, esse aspecto teórico é tratado por meio de um problema do livro – ao menos, do ponto de vista do gênero do romance realista. É que *Memórias de um sargento de milícias* não figuraria nem a vida dos escravos, nem das classes dirigentes – o que significaria graves déficits para uma concepção documental de realismo. O ponto, segundo Candido, é que o realismo do livro é de outra ordem, pois está entranhado na sua intuição figurativa. Essa espécie de pressentimento estaria inscrita na forma do livro, no qual as ações de suas personagens seriam marcadas pela ultrapassagem constante da linha que estabeleceria a ordem da sociedade. De maneira imparcial – isto é, sem

juízos a respeito da moralidade das ações dessas personagens -, o livro figuraria a mencionada *redução estrutural*, constituída pela figuração de um dado externo à forma do romance.

Mais substantivamente, segundo Schwarz, o pressentimento do livro se revelaria mais claramente *porque faltavam as figurações das vidas dos senhores e dos escravos*. Nos seus termos, “paradoxalmente, a apreensão deste ritmo está ligada às limitações do romance enquanto documento. Com efeito, ao suprimir o escravo, o romancista suprimia quase totalmente o trabalhador: e suprimindo as classes dirigentes, suprimia os controles do mando”, para em seguida completar seu raciocínio com a sugestão de que, desse modo, restava “um setor intermédio e anômico da sociedade, cujas características, entretanto serão decisivas para a ideologia dela. Um setor em que a ordem só dificilmente se impunha e mantinha [...]. É esta a realidade histórica de que a dialética da ordem e desordem é o correlativo formal. (SCHWARZ, 2012d, p.132-3). Aí a redução estrutural: a dialética da ordem e da desordem seria um “princípio de generalização” que se encontra, ao mesmo tempo, *na realidade e na ficção*. Por consequência, a organização dos elementos da realidade no romance é *mediatizada* porque os “dados empíricos”, por assim dizer, são incorporados como lógica das relações sociais.

A tensão que caracteriza a dialética da malandragem seria marcada pela “suspensão de conflitos históricos *precisos* através de uma sabedoria *genérica* da sobrevivência, que não os interioriza e não conhece convicções nem remorsos.” (SCHWARZ, 2012d, p.133 – grifos nossos). É ela que gera a imagem do “*mundo sem culpa*”, derivada de uma “universalização” (“sabedoria genérica”) de condições singulares (“conflitos históricos precisos”). Adiantando um pouco o que veremos a seguir, flagramos já nessa construção o seu caráter ideológico, na interpretação de Schwarz. Este não é o momento adequado para explorar a ideia porque ainda estamos investigando como o crítico

literário interpreta a construção e a operacionalização do raciocínio teórico-metodológico de Candido.

Retomando o fio, Schwarz sugere que a análise de Candido se realizou por meio da “*localiza[ção]* [d]o setor da totalidade social cujo movimento a forma do livro sintetiza”. (idem, p.139 – grifo do original). Em suma: foi preciso interpretar o ponto de vista social *reproduzido* na forma do livro – aqui, se manifesta claramente o vínculo dessa abordagem com os estudos machadianos de Schwarz. A peculiaridade ângulo residiria no fato de que “este setor não havia sido unificado em teoria ou na consciência corrente como tendo uma problemática própria”, o que não impediria que o livro acabasse por ser uma “promoção histórica de seu ponto de vista: assistimos à paisagem de conhecimentos variados a respeito da vida dos homens livres e pobres no Brasil a um conceito que os unifica sob um certo aspecto, o aspecto formalizado na intriga das *Memórias* e nomeado pelo crítico a “dialética da ordem e desordem”. (idem, p.139).

Partindo dessa análise, Roberto Schwarz aproxima a ideia de *forma* construída por Candido da concepção de forma forjada pela tradição marxista, segundo a qual o “concreto” – entendido como a síntese de múltiplas determinações, tal como elaborado por Marx na *Contribuição à crítica da economia política* – também possuiria forma. Nesse sentido, a relação entre “sociologia” e “crítica” tal como formulada por Candido estaria próxima da “tradição alemã e influência luckásiana” (SCHWARZ, 2012c, p.142). Com efeito, a noção de forma elaborada por Candido, bem como o papel que atribui à crítica, conteria semelhanças importantes com a tradição romântica alemã, cuja perspectiva assinalava a necessidade de “elevação” da obra de arte, o que ocorreria, para Friedrich Schlegel e Novalis, “com a *exposição* da auto-reflexão da obra através da crítica. A crítica revela tal reflexão através da confrontação entre a obra e o seu próprio Ideal, ou, ainda dentro da terminologia romântica, ligando o seu espírito (*Geist*) à sua letra (*Buchstab*) [...]”

(SELIGMANN-SILVA, 1999, p.64 – grifo do original). Não é à toa que a tradição materialista da crítica literária recorrerá aos românticos alemães para fundar a sua noção de crítica literária, tal como exemplificam os casos de Lukács e Benjamin. Vista desse prisma, a tentativa de aproximação que Schwarz faz entre Candido e os marxistas ganha sentido e será retomada, com outra ênfase, em período mais recente. De qualquer modo, vale indicar que, ao apreciar com profundidade o esforço teórico de Candido, Schwarz sugere a sua íntima ligação com o esforço de criação de uma crítica literária moderna no país. Noutros termos, a perspectiva teórica formulada por Candido acabaria por dar um salto qualitativo no cenário intelectual da crítica local, a qual, ao tempo que se institucionalizava como disciplina universitária, passava a dispor de novos instrumentos – como uma nova noção de forma – para conhecer a vinculação entre a realidade e a ficção.

Schwarz, no entanto, assinala limitações na interpretação do mestre – o que, frisemos, o carácter analítico de suas reflexões sobre Candido. Para o discípulo, o professor não teria levado a sua descoberta às últimas consequências e por isso teria recaído na essencialização da dialética da malandragem como um *modo de ser* brasileiro. (Cf. SCHWARZ, 2012c, p.150).

A transformação de um modo de ser de classe em modo de ser nacional é a operação de base da ideologia. Com a particularidade, no caso, de que não se trata de generalizar a ideologia da classe dominante, como é hábito, mas a de uma classe oprimida. Com efeito, Antonio Candido identifica a dialética da ordem e desordem como um modo de ser popular. Mais adiante ele a generaliza para o país, sublinha os inconvenientes de racismo e fanatismo religioso que ela nos poupou, e especula sobre as suas afinidades com uma ordem mundial mais favorável, que pelo contexto seria pós-burguesa. [...]. Noutras palavras, além de identificar e valorizar, Antonio

Candido a traz ao âmbito de grandes opções da história contemporânea [...]. Eis aí a posição, e por que não dizer, a originalidade ideológica deste ensaio. (SCHWARZ, 2012d, p.150-1)

Para Schwarz, o equívoco de Candido estaria na mimetização da posição de Manoel Antonio de Almeida, o que resultaria numa paralisação da historicidade da dialética que ele mesmo teria posto em marcha. Assim, a *crítica imanente* que o discípulo fez da *crítica imanente* do mestre tinha também o objetivo demonstrar a falsa reconciliação que a última acabava por propor. Eis aqui a dimensão *negativa* da dialética de Schwarz, a qual reaparece na sua reprovação acerca da comparação que Candido fez entre o romance malandro brasileiro e *A letra escarlate* de Nathaniel Hawthorne. Se o movimento comparativo e ambicioso é digno de nota, ele não deixaria de se identificar com a ideia de que existiriam histórias nacionais *essencialmente* distintas.

Nessa crítica de Schwarz aparece sua filiação à interpretação marxista, formulada no Seminário Marx, sobre a formação brasileira como resultado da expansão mercantil europeia, também ela responsável pela formação norte-americana⁸³. Nesse sentido, as histórias nacionais modernas teriam um fio em comum: o capital, que as tornam/tornaram desiguais na medida em que suas histórias foram propícias (ou não) para os seus empreendimentos.

Ora, o mencionado concerto das nações hoje carece de verossimilhança, o que aliás, retrospectivamente, lança dúvidas também sobre a sua existência anterior. Diante da extraordinária unificação do mundo contemporâneo sob a égide do

83 Não é possível explorar com o detalhamento necessário a experiência intelectual do Seminário Marx. Fiquemos então com algumas referências: além dos ensaios de Schwarz (1999e; 2017), vale a leitura dos trabalhos de Milton Lahuerta (2008), Lidiane Rodrigues (2011) e Pedro Lima (2015). Nossa perspectiva se encontra em Gonçalves e Brito (2017) e Brito (2019).

capital (e da dinâmica enigmática do mundo dito socialista), aquela comunidade das nações é um conceito recuado da experiência histórica disponível, e é um tempo morto da dialética. Não será mais plausível, como proposta, buscar os termos de uma história comum [...] história de que sejam parte e reveladores tanto as *Memórias* quanto *A letra escarlate*, o Brasil como os Estados Unidos? O processo social a compreender não é nacional, ainda que as nações existam. (SCHWARZ, 2012d, p.153)

As críticas de Schwarz a Candido, as quais giram em torno do déficit de historicidade do ensaio analisado, atingem seu ponto culminante na hipótese de que o AI-5, outorgado um pouco antes da publicação *Dialética da malandragem*, faria parte também da dialética da ordem e da desordem. Com isso, revelar-se-ia a inadequação da aposta de Candido na “boa” malandragem brasileira contra a força do capitalismo autoritário, uma vez que se trataria de uma perspectiva unidimensional. Seja como for, encontramos aí a mencionada “sondagem” do mundo contemporâneo. Em plano mais amplo, percebemos que as críticas literárias de Candido e Schwarz estão longe de serem restritas “apenas” ao universo literário; são, em contrário, formas de engajamento intelectual e político, concretizadas nos textos, eles mesmos portadores de programas e críticas.

Essas diferenças de posição, no entanto, não impediram que Candido e Schwarz fizessem parte do mesmo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), para o qual chegaram a escrever uma plataforma cultural (SCHWARZ, 2012e), cujos temas centrais se concentraram em torno do problema da relação entre democratização da cultura e a indústria cultural, tal como teorizada pelos frankfurtianos.

Percebe-se, em suma, que os elogios e as críticas de Schwarz sobre o ensaio de Candido giram em torno das suas potencialidades e incapacidade de historicização da experiência social brasileira. De

um ponto de vista teórico, não deixa de ser chamativo, embora compreensível, que, embora reafirme até hoje a sua admiração e predileção por esse ensaio de Candido, conjuntamente com outro intitulado *De cortiço a cortiço* (SCHWARZ, 2009c), Schwarz tenha deixado de lado suas críticas. Se não estivermos enganados, ao lado da delicadeza pessoal desse “esquecimento”, que visa destacar a predominância da qualidade do ensaio sobre seus eventuais equívocos, há o fato de que as suas análises posteriores sobre Antonio Candido exigirão o realce de outras dimensões de sua obra/trajetória – numa espécie de contraponto ao movimento que o próprio Schwarz fará a respeito, por exemplo, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht⁸⁴.

Segundo momento: a crise da “formação” e a importância histórica do legado de Antonio Candido

No livro seguinte de Schwarz, *Sequências brasileiras* (1999), encontramos quatro textos que versam sobre a obra e a trajetória de Antonio Candido. Essa marca significativa ganha contornos mais precisos quando observamos as datas originais de publicação desses textos, bem como as ocasiões para as quais foram redigidos: o primeiro deles, “Saudação *honoris causa*” foi lido em 1987, na ocasião em que Candido recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o segundo, “Sobre *Formação da literatura brasileira*”, foi proferido em 1990, na II Jornada de Ciências Sociais da Unesp; “Adequação nacional e originalidade crítica” foi apresentado em um colóquio ocorrido em 1991, na Alemanha; por fim, “Os sete fôlegos de um livro”, foi exposto em 1998, em outro evento em homenagem a Antonio Candido. Em comum, todos os ensaios destacam, tendo em

84 Sobre o assunto, ver, entre outros, o capítulo de Lindberg Campos Filho nessa coletânea.

vista o contexto em que foram apresentados, a variedade a potência do pensamento e da ação de Candido. Cabe especificar.

No primeiro dos ensaios citados, Schwarz destaca a multiplicidade de campos em que Candido atuou: foi pesquisador, professor, colunista de jornal, organizador de revista e militante político, para ficarmos em suas atividades mais conhecidas. Schwarz sublinha que todas elas, a despeito de suas especificidades, acabavam por resultar não apenas na produção de conhecimento, mas também na sua *socIALIZAÇÃO*. Por exemplo: ao compartilhar com leitores de revistas e jornais os seus juízos sobre literatura, os quais envolviam tanto os recém-lançados como os clássicos locais e estrangeiros, Candido acabava por construir uma ponte entre o restrito debate acadêmico e a circulação que apenas a imprensa tinha potencial para realizar.

Assim, a socialização dos juízos é interpretada em chave democratizante e formativa, à qual se combinava com a sua militância antiautoritária e com a docência. Nesse último campo, aliás, o ex-aluno não deixa de registrar que, além de ter sido a figura central do estabelecimento dos estudos de Teoria Literária na Universidade de São Paulo (USP) e ajudado a criar o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, Candido tornou o modernismo e suas derivações matéria de estudos de pós-graduação e chegou a escrever um livro, *Na sala de aula*, para facilitar o trabalho de professores na explicação de poemas aos seus alunos. Em suma: “Produção intelectual, capacidade didática e contribuições institucionais compõem uma carreira acadêmica impecável e acatada. Soma-se a esta um conjunto de atividades paralelas, decorrentes da convicção política.” (SCHWARZ, 1999a, p.14).

A dimensão formativa da prática de Candido também se manifestaria no plano do pensamento, como indicaria sua valorização dos trabalhos intelectuais das gerações anteriores, pelo menos das parcelas dedicadas a compreender o país e a construir sua cultura. Isso fica evidenciado na sua tese *O método crítico de Silvio Romero* (1945),

em *Formação da literatura brasileira* (1958), em que boas e más obras literárias locais são analisadas também com espírito construtivo, e, registremos nós, no próprio “Dialética da malandragem”, que toma como um de seus pontos de partida a interpretação de Mário de Andrade a respeito de *Memórias de um sargento de milícias*.

Nesse registro, Schwarz aproxima Candido dos mais conhecidos intelectuais da chamada “geração de 1930”, composta por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Em especial, *Formação da literatura brasileira* seria obra equiparável aos principais ensaios escritos pelos componentes da tríade mencionada. Afinal de contas, o mais conhecido livro de Candido também compartilharia uma preocupação com a “formação” da nação. “Como os mestres mencionados haviam feito para os padrões da sociabilidade e da vida econômica, Antonio Candido historia o vir-a-ser de um sistema literário relativamente estável, com dimensão nacional, cujos problemas são particulares.” (SCHWARZ, 1999^a, p.12).

Por outro lado, o ensaísta interpreta que a “originalidade maior do trabalho está na concepção geral na ideia de *formação*, enfatizada no título”, a qual permite “identifica[r] dinanismos específicos e reais de nossa vida cultural, que uma interpretação universalista deixaria escapar. Assim [...] foi possível captar, sob o signo do engajamento patriótico das letras, uma certa continuidade de fundo entre momentos tão opostos [...] quanto o arcádico e o romântico.” (idem, 1999a, p.12 – grifo do original). Ou seja, trata-se de noção teórica que teria permitido perceber traços essenciais de continuidade onde supostamente haveria apenas diferença, que seriam mais visíveis. Nesse registro, tratar-se-ia, portanto, de estudo crítico.

A conexão entre proposta artística e sentimento de construção nacional que marcaria a literatura brasileira obrigaria aos seus críticos adotarem um olhar duplo, nem sempre formalizado em análises literárias surgidas nos países centrais, nos quais a construção nacional não

era vista como problema. Esse duplo olhar foi sendo refinado ao longo do tempo e teria atingido seu ápice em *Dialética da malandragem*, como vimos. Ou seja: a *formação* da literatura brasileira é interpretada como sendo processada, inclusive, na constituição *formal* de suas obras (RICUPERO, 2008) – lição aprendida, com rigor e máxima qualidade, pelo discípulo.

É possível dizer que a argumentação de Schwarz sugere que Candido seria uma figura indispensável daquilo que o próprio autor de *Formação da literatura brasileira* havia chamado de “rotinização do modernismo” (CANDIDO, 1984), especialmente no que diz respeito à busca por construir, intelectual e politicamente, posições e instituições culturais modernas e anti aristocráticas, típicos de um pensamento radical (CANDIDO, 1990) formado na Universidade de São Paulo (CANDIDO, 2004). Ou, por outra, que Candido tenha sido um exemplo de intelectual que aliou teoria e prática.

Qual o sentido, no entanto, dessas observações? Para captá-lo, é preciso recordar o contexto em que foram feitas, marcado pelos debates a respeito da transição democrática. Desse modo, o exame de Schwarz, feito em plena cerimônia acadêmica normalmente marcada pelos elogios hagiográficos, sobre a obra de Candido sugeria que as tarefas impostas pela então redemocratização do país deveria ser enfrentadas à luz do pensamento e da atividade construtiva, radical e antiaristocrática tão bem figurada pelo autor de *Formação da literatura brasileira*. Nesse plano, pois, a homenagem de Schwarz a Candido, na verdade, deve ser também tomada como um convite à ação dos intelectuais comprometidos com a transformação do país.

No segundo texto mencionado, “Sobre *Formação da literatura brasileira*”, Schwarz retoma a problematização da noção de “formação” no trabalho de Candido, o que é feito, novamente, por meio de aproximações e contrastes com os grandes autores da chamada “geração de 1930”, firmada no imaginário das ciências sociais brasileiras

justamente a partir do célebre prefácio que Candido escreveu para *Raízes do Brasil* (CANDIDO, 2009), Além de Freyre, Holanda e Prado Jr., Schwarz acrescenta Celso Furtado, contemporâneo a Candido, ao escopo de sua análise.

Aprofundando o que havia exposto no texto anterior, Schwarz destaca certa distância axiológica tomada por Candido em relação à noção de “formação” (SCHWARZ, 1999b, p.18), o que se deveria, sobretudo, ao fato de que, ao contrário da economia, o Brasil havia formado um sistema literário, como sinalizaria o surgimento de um escritor da estatura de Machado de Assis. Assim, por *ela já ter se realizada no âmbito literário*, ela se aplicaria de forma distinta em comparação, por exemplo, com o plano econômico, pensado por Prado Jr. e Furtado. Noutros termos, o ponto de vista de Candido sobre o processo da formação social brasileira era diferente em razão do seu objeto de exame, o que lhe possibilitaria outros ângulos interpretativos sobre as expectativas e resultados do processo. Um exemplo disso seria a distância de Candido em relação ao nacionalismo literário, o qual, embora visto como força efetiva no processo de construção literária, era tomado como prenhe de impasses, inclusive sociais.

A síntese dessa nova mirada estaria inscrita no “sentido sóbrio” do termo “formação” no trabalho de Candido. Isto é, a sua “sua normatividade, que existe, é descrita de fora, nos limites de seu desempenho real” (idem, 1999b, p.19). A combinação complexa entre normatividade e ilusão, manifestada na “irradiação moderada” da noção de formação com a qual Candido trabalha, estaria ligada, por exemplo, ao fato de que “o nosso sistema literário coexistia com a escravidão e com outras “anomalias”, traços de uma sociedade tradicional que até hoje não se completou sob o aspecto da cidadania, e talvez não venha a se completar, o que certamente faz refletir sobre a natureza mesma daquele movimento de formação nacional. (SCHWARZ, 1999b, p.19). Portanto, é como se houvesse, de forma subjacente, certo ceticismo inscrito na

noção de “formação” de Candido, o que talvez só fosse plenamente visível em um momento histórico em que a ascensão do chamado neo-liberalismo punha em xeque a ideia de um desenvolvimento nacional, parcialmente realizado de maneira autoritária e excludente no período pós-1964. A sobriedade da noção serve, assim, para figurar alguns impasses capitais com os quais a inteligência local tinha que lidar: por um lado, a *formação* – da literatura, das artes, do cinema, do país – seria desejável, pois ela conseguiria conformar circuitos sociais e políticos que *poderiam* propiciar a integração social, cultural e política de um país cuja marca é a fratura exposta entre os que tem e os que não tem.

Mas há, também, um sentido mais “modesto” – no plano político, registre-se. É que os procedimentos teóricos e práticos de Candido teriam um efeito particularmente importante em países “culturalmente a reboque, como o nosso, onde as novidades dos centros mais prestigiosos têm efeito ofuscante”; eles ajudariam a “barrar a ilusão universalista que é de natureza *da situação de leitura, ilusão a que é levado todo leitor, especialmente quando, com toda a razão, busca fugir à estreiteza ambiente.*” (idem, p.1999b, p.20 – grifo nosso). A observação de Schwarz é curiosa e, pelo que sabemos, não levantou as questões que suscita. Afinal de contas, haveria um *efeito ideológico* no próprio ato da leitura que a mirada de Candido colaboraria para criticar. Também desse ponto de vista se percebe a conjugação entre *pensamento e política* – isto é, entre *teoria e prática* – na figura de Candido. Dando um passo além, podemos perceber que a noção de formação talvez pressuponha certo *engajamento* entre teoria e prática que não foi devidamente assinalado. Por outro lado, essa formação *poderia não realizar* suas promessas; ou melhor, poderia haver certo desencontro entre as expectativas de intelectuais e seus resultados concretos.

Novamente, nos perguntemos: quais os sentidos das observações de Schwarz? Novamente, nos voltemos para o contexto em que foram formuladas: em 1990, Fernando Collor de Mello iniciava seu mandato

presidencial depois de derrotar Luis Inácio Lula da Silva no segundo turno da primeira eleição presidencial do novo período democrático. A plataforma do “caçador de Marajás”, como ele próprio se apresentava, propunha uma liberalização econômica profunda para a integração do país à globalização. Diante desse contexto, pode-se compreender a posição de Schwarz: embora fosse preciso redefinir o âmbito da “prática” a que se refere a noção de “nacional”, seria necessário levar em conta a noção de *formação* justamente porque ela impede que caíamos na ilusão do discurso da globalização.

Nos seus termos: “Essa ideia [de formação], o ponto de chegada do processo histórico descrito no livro de Antonio Candido, e também o ponto de chegada da exposição do Paulo [Arantes], não podia estar mais fora de moda, nem ter maior oportunidade crítica.” (SCHWARZ, 1999b, p.22). Se a situação manda não aderir ao bitolamento nacionalista – ao qual Candido soube se manter distante –, ela também exigiria a recusa da ideologia globalizadora, especialmente sedutora em universitários e intelectuais desejosos pela integração aos centros culturais e científicos mais prestigiosos. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que a proximidade geográfica, cultural, econômica e política pressuposta no discurso da “aldeia global” *não existe*; isto é, continuam existindo assimetrias significativas entre países ricos e pobres, tal como antes, de sorte que suas diferenças continuam a ter importância em suas capacidades e necessidades; em segundo lugar, porque a busca pela adesão a esse novo mundo parece ter, de forma subjacente, uma tomada de posição em prol do esquecimento das desigualdades locais, as quais “atrapalhariam” essa integração⁸⁵.

85 No seu ensaio *Leituras em competição* (SCHWARZ, 2012f), Schwarz critica algumas propostas de leitura do sobre a obra de Machado de Assis a partir dessa argumentação. Segundo Schwarz, a ideia de que “universalidade” da literatura machadiana só poderia aparecer por meio da secundarização de suas cores locais se equivocaria justamente por não perceber que são precisamente elas que são responsáveis pela sua universalidade.

Precisamente, portanto, o inverso do que teria feito Antonio Candido, que levou à sério os problemas *locais* em sua reflexão, sem, no entanto, aderir a qualquer localismo.

A mesma chave é retomada na intervenção de Schwarz que deu origem ao texto “Adequação nacional e originalidade crítica”. Dada na Alemanha, a palestra consiste numa análise muito detalhada do ensaio *De cortiço a cortiço*, de Antonio Candido (CANDIDO, 1991), o que lhe confere uma primeira dimensão inusitada – afinal de contas, é de se imaginar que o conhecimento/interesse da audiência alemã de Schwarz por Candido não fosse grande, e talvez ainda menor fosse os conhecedores do romance de Aluísio de Azevedo. Cabe indagar: Schwarz não cairia precisamente na arbitrariedade circulatória que marca a ideia de globalização? A resposta, a qual se encontra no procedimento expositivo de Schwarz, é *não*, pois recusa exatamente a *arbitrariedade* subjacente à ideologia globalizante. Eis, então, a complexidade do ensaio: ao mesmo tempo em que enfatiza que boa parte da “originalidade” da crítica literária de Candido está na exploração das especificidades locais (SCHWARZ, 1999c, p.25), sugere que é precisamente essa sua característica que lhe confere uma potência supranacional. Se é assim, vale acompanharmos a lógica da exposição.

Ecoando a forma cerrada adotada em *Pressupostos, salvo engano*, Schwarz sublinha o paralelismo de *temas* que Candido encontra em *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, e *L'Assomoir*, de Émile Zola. Entretanto, a *composição* das duas obras seria radicalmente distinta, o que se deveria à diferenciação social atingida pela sociedade francesa, inexistente no Brasil. Assim, o enredo de *O cortiço* seria marcado pela convivência mais próxima entre as pontas do sistema social brasileiro, o que lhe conferiria força e realismo particulares.

Notem-se as considerações contra-intuitivas a que um tal composto de observações induz. À sociedade menos diferenciada, além de tributária da outra no

plano cultural, não corresponde necessariamente uma obra mais simples ou menos forte. Não porque a literatura independa da sociedade, ou plano num espaço incondicionado, *como aventa o novo idealismo*, mas porque as conexões não são as previstas. (SCHWARZ, 1999c, p.25-6 – grifo nosso)

Em que pese o desejo ingênuo do naturalismo a respeito da transcrição plena da realidade na literatura, Candido teria evitado cair no polo oposto, dominado pelos defensores da cisão da relação entre literatura e sociedade. O argumento a respeito da “redução estrutural” já foi mencionado anteriormente, razão pela qual não precisamos retomá-lo aqui. Já a ideia de “novo idealismo” refere-se à aludida busca contemporânea por um cosmopolitismo sem lastro social, mas apenas individual. Em contraste, a posição de Candido é tomada novamente como materialista e não-provinciana, característica oposta a esse desejo acrítico de integração à nova ordem mundial então em formação de alguns intelectuais periférico. A independência crítica de Candido, por exemplo, se manifesta na forma como a qual seu estudo sobre *O cortiço* polemiza com a teoria lukacsiana da literatura (LUKÁCS, 1965), para a qual o naturalismo seria sintoma de decadência ideológica burguesa e de perda de força formal.

Vale repisar a crítica de Schwarz ao que identifica como ideologia da globalização inscrita na teoria da desconstrução:

Há também a possibilidade de uma *cópia* (no sentido de obra segunda, por oposição à obra primeira) resultar superior, o que relativiza a noção de *original*, retirando-lhe a dignidade mítica e abalando o preconceito – básico para o complexo de inferioridade colonial – embutido nessas noções. Nem por isso entretanto estas se tornam supérfluas, como querem os amigos da intertextualidade e de Derrida, os quais mal ou bem supõem um espaço literário

que não existe, sem fronteiras, homogêneo e livre, onde tudo, inclusive o original – e portanto nada –, é cópia. Só por ufanismo ou irreflexão alguém dirá que a eventual superioridade de um artista latino-americano sobre o seu exemplo europeu indica paridade cultural das áreas respectivas, *por aí ocultando as desigualdades e sujeições que teriam de ser o nosso assunto por excelência*. É um bom resultado da *déconstruction*, além de uma alegria, saber que os latino-americanos não estamos metafisicamente fadados à inferioridade da imitação, já que também os europeus imitam (aí a relativização da originalidade). Mas seria mais cegueira não enxergar que a inovação não se distribui por igual sobre o planeta, e que se as causas dessa desigualdade não são metafísicas, talvez sejam outras. Além de esforço civilizatório, merecedor de aplauso, a utilização de um modelo com pressupostos sociais europeus era uma cópia sim, na acepção pejorativa, enquanto ele não fosse reciclado conforme as condições locais, quando então se livrava da feição postiça, ou melhor, quando superava a inadequação entre a cultura contemporânea e as condições do lugar. (SCHWARZ, 1999c, p.26-7, grifos do original)

A originalidade do livro de Azevedo começa a ser tematizada quando Candido se põe a descobrir o emissor do dito “para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar”, o qual estruturaria a narrativa de *O cortiço*. Descoberto que o seu emissor era o brasileiro livre e endividado com os empórios lusitanos, para o qual o trabalho era animalizador, percebe-se que o romance de Aluísio de Azevedo guardava, em sua forma, uma estrutura particular profundamente ligada à realidade local.

Segundo Schwarz, essa postura metodológica de Antonio Candido nasceu em um momento em que vicejava orientação diversa na crítica literária internacional, que passava a se orientar pela

secundarização da relação da literatura com elementos externos a ela (Cf. SCHWARZ, 1999c, p.29). Não fica difícil perceber que Schwarz constrói um paralelismo entre a originalidade modernista e contra-hegemônica da crítica literária de Antonio Candido em seu contexto de origem – os anos 1970, como vimos – com a sua própria posição nos anos 1990, momento em que se fortalece uma perspectiva que visa eliminar, política e literariamente, o espaço *nacional* como um dos elementos configuradores das experiências literárias. Em oposição a isso, a busca das *especificidades* dessas experiências é traduzida na recusa da especialização disciplinar, também ascendente, que configura campos de saber chamados “teoria literária” ou “literatura brasileira”; afinal de contas, o estudo de Candido sobre *O cortiço* é todo calcado nos conhecimentos *extra-literários* do crítico, como aponta Schwarz. Ou seja, ideologia antiportuguesa que anima o romance de Azevedo é pressuposto de sua compreensão contextual e formal; lê-lo sem essa referência popular e sem esse horizonte político implicaria não o entender. Nos termos de Schwarz: “[...] este prima [...] é uma *forma* objetiva, capaz de pautar tanto um romance como uma fórmula insultuosa, um movimento político ou uma reflexão teórica, *passíveis de confronto através da reconstrução daquela condição prática mediadora.*” (SCHWARZ, 1999c, p.30).

A figura de Antonio Candido é novamente invocada para fazer a crítica da falta de especificação incluída no desejo irrefletido pelo ingresso na modernidade. A seguinte passagem é exemplar do refinamento da percepção de Schwarz sobre Candido, como afirmamos no início de nosso texto.

Antonio Candido costuma ser citado entre os primeiros críticos brasileiros a se beneficiar de uma formação atualizada em ciências humanas, a salvo do autodidatismo tradicional e em sintonia com a dinâmica intelectual nova – o que certamente é

verdade. Mas, passados os anos, o valor de seus escritos – que melhoram e ganham em saliência com o tempo – parece trocar de origem: interessam justamente por não se esgotarem no universalismo prê-à-porter do debate teórico atual, ou melhor, por terem continuidade refletida com as posições, noções e contradições sustentadas pela experiência histórica do país, dentro, fora e antes da universidade, experiência cujo andamento é outro e possivelmente mais real. (SCHWARZ, 1999c, p.33 – grifo nosso)

O exercício reflexivo de Schwarz está, justamente, em demonstrar que a crítica materialista não-nacionalista de Antonio Candido permite tanto fazer a crítica do universalismo abstrato, como desprovincianiza o debate sobre as nossas letras, que passam ser tomadas como figuradoras de uma experiência socio-histórica a qual poderíamos caracterizar como “moderna, nacional, complexa e negativa”, para recorrermos a uma expressão por ele mesmo formulada. Curioso notar que esse argumento se sustenta sobre outro, um tanto incomum, segundo o qual o tempo – ou, mais precisamente, a história – incide sobre a qualidade da obra, renovando-a ou fazendo-a perecer. Mais detidamente, observa-se que essa mudança de qualidade guarda relação com os renovados pontos de vista que o decorrer histórico permite aos críticos das obras, o que lhes permite reinterpretá-las. Claro: se estamos no terreno da objetividade da forma, como é o caso, essas novas interpretações só podem, e devem, ocorrer em casos em que o próprio objeto de exame lhe permita realizar o intento.

Aliás, é essa experiência, requalificada nos anos 1990, que será tematizada pelo crítico em “Os sete fôlegos de um livro”, originalmente uma exposição feita em 1998 em uma homenagem a Antonio Candido. O texto analisa *Formação da literatura brasileira*, cuja ideia central “mal começou a ser discutida.” (SCHWARZ, 1999d, p.46). Na esteira do que

vimos, além do elogio acerca da pesquisa, do tom e da profundidade do livro clássico de seu professor, Schwarz destaca a frutífera relação de continuidade e ruptura que Candido estabelece com seus predecessores. Essa “técnica de trabalho” do crítico, aliás, teria sido a mesma de Machado de Assis, autor que reteu e repensou a tradição que lhe antecedeu. Ressoando o texto que estudamos anteriormente, Schwarz volta a frisar o contraste dessa posição e o “procedimento universitário comum”, no qual os “fatos da literatura local são apanhados sem maior disciplina histórica e revistos ou enquadrados pelos pontos de vista prestigiosos do momento, tomados à teoria crítica internacional e a seus pacotes conceituais.” (SCHWARZ, 1999c, p.47). Candido teria feito *o inverso*, como se percebe.

Em contraste com o estudo anterior dedicado a *Formação da literatura brasileira*, neste Schwarz se debruça sobre a lógica interna da obra, cujo centro gravitacional estaria na combinação do estudo do passado à luz do moderno, mas sem apegos apriorísticos a nenhum dos momentos. Outro componente dessa lógica interna seria o problema ao qual o crítico perseguia com a obra, a *formação* da literatura brasileira – característica que lhe fazia fugir da tentação de redigir um compêndio. O livro buscava assinalar os “momentos decisivos” desse processo, os quais corresponderiam ao processo de conformação de autores, obras e públicos que levem adiante a reflexão acerca da aclimatação de formas estrangeiras e de temas tratados a partir de pontos de vista locais. O problema, no entanto, não seria apenas literário: o que estava subjacente a esse desejo de construção literária era a busca por construir a cultura de um país – visada, aliás, tipicamente modernista⁸⁶. Essa percepção estaria presente nas próprias lógicas das obras e na ação de seus autores, empenhados nessa construção.

86 Recorde-se, à guisa de exemplo, a polêmica do então jovem crítico literário Sérgio Buarque de Holanda a respeito do que chamou, em artigo polêmico datado de 1926, de “panaceia da construção”. (HOLANDA, 1996)

Entretanto, aqui há um adensamento em relação a “Sobre *Formação da literatura brasileira*”: o fato do sistema literário de ter se completado antes da abolição da escravidão e não ter mudado as feições sociais do país, o tornaria um caso paradigmático do modo de ser de nossa elite, capaz de se empenhar em construir uma literatura complexa e de manter uma sociedade iníqua. “Nesse sentido, trata-se de uma descrição do progresso à brasileira, com acumulação considerável no plano da elite e sem maior transformação das iniquidades coloniais.” (SCHWARZ, 1999d, p.55). Não é abusivo registrar, aqui, a forma como a qual o intérprete procura aproximar seu ex-professor da sua própria interpretação sobre a história brasileira. É uma postura oposta ao do ensaio publicado em meio ao regime militar. A tentativa de aproximação continua:

Com a distância do tempo, pode-se também dizer que essa visão do acontecido apresentada por Antonio Candido, resultou mais sóbria e realista que a dos outros autores que falamos [Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado]. É como se nos dissesse que de fato ocorreu um processo formativo no Brasil e que houve esferas – no caso, a literária – que se completaram de modo muitas vezes até admirável, sem que por isso o conjunto esteja em vias de se integrar. O esforço de formação é menos *salvador* do que parecia, talvez porque a nação seja algo menos coeso do que a palavra faz imaginar. (SCHWARZ, 1999d, p.55 – grifo do autor)

Desse modo, o argumento de Schwarz procura indicar uma espécie de ceticismo incrustado na *forma* do livro, que pediria zelo aos mais afoitos, pegos desprevenidos com 1964.

Trazendo sua argumentação para o seu contexto, o autor trata das possíveis expectativas da “*formação*” em um governo capitaneado por um sociólogo de formação marxista que sugeriria que a integração

social sonhada não ocorreria. Entre as possibilidades, a mais forte seria a de que, no campo da literatura, o “sistema literário nacional parece um repositório de forças em desagregação” (cf. SCHWARZ, 1999d, p.58). Um exemplo, para voltarmos a temas já mencionados, seria a busca incessante da internacionalização por parte dos escritores, desejosos de se tornarem cidadãos globais sem compromissos com lastros locais onde, no entanto, vivem ao lado de seus leitores. A sugestão, pois, é a de que o movimento contemporâneo da literatura é exatamente o contrário daquele identificado por Candido em *Formação da literatura brasileira*.

Importa-nos destacar essa imbricação que Schwarz estabelece entre suas reflexões sobre Candido e o seu diagnóstico de época. Como bem notaram Anderson Gonçalves, Edu Otsuka e Ivone Rabello, *Sequências brasileiras*, livro no qual constam as reflexões sobre Candido que sumarizamos, “parecia mesmo apontar para um limiar histórico a ser transposto pela crítica brasileira, a qual até então havia se movido nos limites de uma tradição de pensamento circunscrita no quadro nacional, que a obra de Schwarz levou até seu último desdobramento.” (GONÇALVES, OTSUKA e RABELLO, 2013, p.329). A base do raciocínio de Schwarz, que já havia intuído algumas das consequências da modernização contemporânea, foi a leitura da contemporaneidade empreendida por Robert Kurz em *O colapso da modernização* (1991), livro no qual é teorizada a ideia de que o ciclo histórico da industrialização apresentava sinais de esgotamento, traduzido, em termos práticos, na remodelação das relações de trabalho, incluído aí o fim da chamada sociedade salarial⁸⁷. É nos termos de uma “sociedade pós-catástrofe” que Schwarz elabora sobre as consequências do esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, orientação que havia impulsionado a intelectualidade brasileira, incluído Antonio Candido, entre os anos 1950 e 1980.

87 Sobre o tema, entre outros, ver o artigo de Daniel Bianchi nessa coletânea.

Nesse sentido, as reflexões de Schwarz sobre Antonio Candido guardam dois sentidos simultâneos: por um lado, são análises que destacam alguns dos pontos altos ao qual chegou a inteligência nacional, simbolizada por Candido, naquele período e, que se esgotava; por outro lado, partindo deles, procuram intuições, em chave renovada, para enfrentar o novo período que se abria. Sem querer forçar a nota, talvez caiba fazer um paralelismo entre essa situação e a relação de Candido com Silvio Romero, que também escrevia em período diferente daquele em que o então jovem crítico produzia sua tese. Apesar disso, foi nele que Candido procurou intuições sobre a atividade crítica no Brasil.

Terceiro momento: reapreciando as possibilidades e vicissitudes da periferia - Antonio Candido e Theodor Adorno

Uma das facetas mais visíveis de *Martinha versus Lucrecia* é a das análises de trajetórias de figuras importantes da esquerda brasileira, incluindo o próprio Schwarz. Um dos motes desses estudos é o efeito histórico, nos planos pessoal, geracional e político, do golpe de 1964 na inteligência local, que parece ser tomado pelo crítico literário como a origem do atual tempo político brasileiro (Cf. GONÇALVES, OTSUKA e RABELLO, 2013, p. 331-2).

É nesse espírito de revisitação que Schwarz repensa a sua trajetória e as daqueles que o circundavam, pessoal e intelectualmente. Um dos pontos altos dessa reflexão é a sua entrevista sobre Adorno, originalmente dada à revista *Cult* em 2003. Ao destacar a forma como entrou em contato com a obra do pensador alemão nos anos 1960, Schwarz faz um giro inesperado para indicar que Antonio Candido, naquele momento, formulava uma noção materialista de forma literária que “ia no mesmo sentido” daquela pensada por Adorno (SCHWARZ,

2012g, p.48). Essa observação não tem nada de casual; ao encarar por esse prisma a produção de *Candido*, Schwarz retoma, quase 25 anos depois, o fio presente na argumentação de *Pressupostos, salvo engano* para sublinhar, agora em outra chave, o feito de *Candido*, que logrou formular uma intuição similar a de Adorno, *embora sem a sólida tradição cultural de que o último desfrutava*. Se Adorno tinha como seus predecessores figuras como Immanuel Kant, Gottfried Lessing, Johann Wolfgang von Goethe, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e tantos outros pensadores do primeiro nível da filosofia alemã – a qual, em sua feição idealista, constituía a glosa filosófica da revolução francesa (ARANTES, 1996), o principal acontecimento político da chamada “Modernidade” – *Candido* partia de um ambiente cultural muito menos denso; suas referências de crítica literária mais atualizadas eram os chamados *new critics*, que faziam a análise das obras sem observar o seu lastro social. Além disso, a assimetria das duas situações apareceria também, na escassa circulação internacional das obras de *Candido*, o que se deveria, segundo Schwarz, ao fato de que “os romances a que se referem – as *Memórias de um sargento de milícias* e *O cortiço* – não têm repercussão internacional.” (SCHWARZ, 2012g, p.48). Essas desigualdades estruturais impactaram a ambição intelectual e política de cada um desses estudiosos.

Digamos que o ensaísmo de Antonio Candido e a sua pesquisa de formas ambicionavam esclarecer a peculiaridade da experiência brasileira, seja literária, seja social. Ao passo que Adorno sondava o sentido e o destino da civilização burguesa como um todo. Num caso está em pauta o Brasil, e só mediatamente o curso do mundo; enquanto no outro se trata do rumo da humanidade como que diretamente. A diferença das linhas de horizonte acarreta uma diferença de gênero e tom – um

menor e outro maior, os dois com prós e contras. De fato, dificilmente alguém buscará orientação sobre o mundo contemporâneo num estudo sobre as *Memórias de um sargento de milícias* e a dialética da malandragem (embora seja perfeitamente possível), assim como ninguém buscará menos do que isso num ensaio sobre Hölderlin ou Beckett. (SCHWARZ, 2012g, p.49)

A chave da comparação está sugerida na ideia de que ambas as construções, antes incomparáveis, possuem “prós” e “contras”. Não é preciso muito para intuir que a sua originalidade estaria em identificar em que ponto o constructo intelectual de Candido possui um ponto positivo sobre o de Adorno, autor visto como “universal”. Esse é o passo dado por Schwarz, que sugere que a exploração que Candido fez da condição periférica lhe permitiu atinar para a *falsidade* da ideia de que as categorias estéticas e políticas estrangeiras se aplicam sem mais a ela; ou, em outros termos: o ceticismo sereno de Candido corrigiria o universalismo – nesse caso, ingênuo – de Adorno. Além de indicar o espírito aberto do crítico literário, que não hesita em criticar uma das suas principais referências – como, aliás, havia feito com Candido –, essa observação sugere que a posição social e histórica ocupada por Adorno talvez não permitisse, de sua parte, o entendimento adequado sobre a relatividade das formas sociais as quais identificou.

Essa perspectiva é explorada em texto de 2009 (SCHWARZ, 2009), no qual Schwarz, inicialmente, busca demonstrar – um pouco à maneira de *Pressupostos e Adequação nacional e originalidade crítica* – o modo como Adorno realiza sua crítica artística. Depois de analisar a crítica que Adorno faz de uma peça de Samuel Beckett, na qual demonstraria a dimensão realista do Modernismo contra a teoria estreita do realismo de Georg Lukács, o crítico volta a destacar o paralelismo entre Adorno e Candido. Aqui, a ideia de que ambos construíram noções similares sobre a forma artística é aprofundada

pela constatação de que os dois teriam regido suas atividades críticas com rara liberdade de espírito, o que teria se traduzido na confiança de ambos na intuição estética das obras de arte. Teria sido essa liberdade de espírito que teria permitido Candido comparar *Memórias de um sargento de milícias* com *A letra escarlata* e *O cortiço* com *L'Assemoir* e concluir em favor dos primeiros contra os segundos.

Nesse ponto Antonio Candido e Adorno estão operando da mesma maneira; entretanto a interpretação de Antonio Candido se refere basicamente ao Brasil, enquanto que a interpretação do Adorno se refere à história da humanidade, ao estágio atual ou da humanidade ou da era burguesa; embora as duas coisas existam. Em Adorno é mais razoável dizer da era burguesa, mas da era burguesa para além da questão da nacionalidade. (idem, p.185)

Assim, Schwarz nota que “num certo sentido tangível e simples o trabalho de Antonio Candido importa menos do que o trabalho de Adorno.” (idem, p.185). Isso porque, seguindo o argumento antes exposto, a ninguém ocorreria ler *O cortiço* para entender o desenvolvimento capitalista mundial; ao passo que costuma se ler Beckett e Holderlin não como autores irlandês e alemão, respectivamente. Assim: “Num certo sentido é evidente que Adorno aparece como um filósofo do nosso tempo e Antonio Candido como um historiador da literatura brasileira; são coisas de pesos diferentes.” (idem, p.185).

Curiosamente, no entanto, a “ousadia” de Antonio Candido teria sido explorar o mais profundamente possível – isto é, com ambição teórica e histórica – os produtos e as condições periféricos sem provincianismos. Nessa acepção, Candido teria *superado* a dialética do localismo e do cosmopolitismo, lei de nossa vida intelectual por ele mesmo identificada (CANDIDO, 2006b); nem tratou nossa literatura de forma apequenada, embora reconhecesse sua dimensão não-central,

nem buscou fugir dela para tratar da “grande literatura”⁸⁸. Ou seja: ao *enfrentar* aquela mencionada desigualdade estrutural em relação às literaturas dos países centrais, o trabalho de Candido teria chegado a uma nova “qualidade”, para usarmos um termo caro à tradição dialética.

Antonio Candido decide ir tão longe quanto possa assumindo essa nossa condição periférica. Isso, que por um lado parece uma espécie de inferioridade ou limitação, não deixa de ser também um modo de valorizar um dos aspectos decisivos da sociedade contemporânea que é a divisão entre centro e periferia. Ao fincar o pé na condição periférica, o crítico periférico está pondo em evidência um aspecto da sociedade contemporânea que na construção dos países centrais, que são universalistas, desaparece. O crítico periférico está dizendo que o universalismo implicado na conceituação dos países centrais é irreal, porque esse universalismo não existe; as coisas são de um jeito no centro e são de outro jeito na periferia e uma conceituação que não seja aberta para essa clivagem é falsa.

Há um aspecto da história contemporânea que – apanhado justamente através da coragem de se agarrar à condição periférica e de fazer dela um ponto de partida importante para entender tanto o mundo contemporâneo quanto o seu movimento universalista – é, num certo sentido, mais verdadeiro. (SCHWARZ, 2009, p.186)

Sem alarde, o resultado da comparação por esse prisma é revelador: o *filósofo* alemão, autor de *Teoria Estética*, é interpretado como possuidor de traços provincianos, enquanto o *crítico literário* brasileiro, autor de *Formação da literatura brasileira*, é formulador de uma ideia

88 Esse é o sentido do prefácio à 1ª edição de *Formação da literatura brasileira* (CANDIDO, 2000, p.9-10)

original, que emprestaria nova inteligibilidade às ideias centrais. Nos termos de Schwarz: “Não tenho dúvida de que o ensaísmo periférico de qualidade sugere a existência de certa linearidade indevida nas construções dialéticas de Adorno e do próprio Marx – uma homogeneização que faz supor que a periferia vá ou possa repetir os passos do centro.” (SCHWARZ, 2012g, p.49). Encontramos, pois, a aplicação prática de uma intuição que o próprio Marx havia formulado no capítulo sobre a teoria moderna da colonização do primeiro volume d’*O Capital*, embora nem sempre tenha sido fiel a ela: a de que a periferia poderia revelar aspectos obscurecidos pelas teorias dos países centrais. (MARX, 2015, p.844).

Considerações finais

Pelo que ficou dito, ao tomar Antonio Candido como seu objeto de análise, Schwarz busca compreender a sua experiência – não apenas pessoal, mas especialmente social, política e cultural - *pretérita e atual* no mundo sempre com olhos nas tarefas da crítica para o *futuro*. Em outros termos: passado, presente e futuro não se dissociam em suas reflexões sobre Antonio Candido. Dito isso, cabe dar um passo adiante, pois o “objeto Antonio Candido” é especial, dada a sua centralidade na configuração da crítica literária e social moderna no país, de modo que pensar sobre as potencialidades do seu pensamento e da sua ação é também refletir sobre as capacidades e tarefas dos intelectuais brasileiros. Assim, acresce que as reflexões de Schwarz sobre Candido são também sobre a inteligência brasileira, incluído ele próprio.

Isto é, a procura, sempre motivada por questões atuais, por novas facetas da crítica de Antonio Candido parece conter uma ideia complexa e nada provinciana de valorização do pensamento social, político e cultural brasileiro, como fica especialmente claro na comparação ambiciosa que Schwarz faz entre Adorno e Candido, cujo resultado

é, em certa medida, inesperado para um desavisado. Talvez aqui haja uma linha de pesquisa a seguir; não seria o caso de ler, com espírito aberto e sem ressentimento, de maneira comparativa os clássicos locais e os importantes pensadores do século XX?

Em um momento marcado pela crise da globalização, incapaz de resolver os nossos problemas formativos, e no qual o sistema político local demonstra a sua lógica de funcionamento corrompida, talvez haja uma brecha para retomarmos criticamente os fios do pensamento crítico brasileiro. Pensar *criticamente o pensamento crítico brasileiro* significa tentar, com a maior abertura possível, tensioná-lo, a fim de compreender seus momentos de verdade e falsidade. Como realizar a tarefa? Ler as análises de Schwarz sobre Candido pode ser um bom caminho para começar.

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira – Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. São Paulo, Editora Paz e Terra. 1992.

ARANTES, Paulo. **Ressentimento da Dialética – Dialética e Experiência Intelectual em Hegel (Antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã)**. São Paulo, Paz e Terra. 1996.

CANDIDO, Antonio. A dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Nº8, p. 67-89, jan. – jul. 1970. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69638>

CANDIDO, Antonio. A revolução de 30 e a Cultura. **Novos Estudos**, v.2, nº 4, p. 27-36, abril 1984.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos avançados**, v .4, nº8, p.4-18, jan. – abril. 1990. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100002

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. **Novos Estudos Cebrap**, nº30, p. 111-129, jul. 1991.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia. 2000.

CANDIDO, Antonio. A Faculdade no centenário da Abolição. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo, Rio de Janeiro. Editoras Duas Cidades e Ouro sobre Azul. 2004.

CANDIDO, Antonio. Crítica e Sociologia. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul. 2006.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul. 2006b.

CANDIDO, Antonio. O significado de **Raízes do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 2009.

GONÇALVES, Anderson; OTSUKA, Edu Teruki e RABELLO, Ivone Daré. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº.57, p.327-348, ago. – dez. 2013.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella e BRITO, Leonardo Octavio Belinelli. “Notas teóricas sobre a “nacionalização” do marxismo:

os casos do seminário d'O Capital e do grupo Comuna". **Revista Outubro**, nº28, abril 2017. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/notas-teoricas-sobre-a-nacionalizacao-do-marxismo-os-casos-do-seminario-do-capital-e-do-grupo-comuma/>

LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai e VILLAS BOAS, Gláucia (org). **O moderno em questão – a década de 1950 no Brasil**. Editora Topbooks, Rio de Janeiro. 2008.

LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego. **As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)**. Tese de doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

LUKÁCS, George. Narrar ou descrever?. In: LUKÁCS, George. **Ensaios sobre literatura**. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1965.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo. 2015.

MICELI, Sérgio. O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). **Um crítico na periferia do capitalismo** – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. Companhia das Letras, São Paulo. 2007.

MOURA, Flávio Rosa. Um crítico no redemoinho. **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP). v. 23, nº2, p.71-99, ago. – dez. 2011.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as ‘ideias fora do lugar. **Lua Nova**, n.73, 59-69, dez. 2008.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e ‘um seminário’ (1958-1978)**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2011.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. (mimeo). 1999.

SCHWARZ, Roberto. Saudação “Honoris Causa”. In: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999a

SCHWARZ, Roberto. Sobre **Formação da literatura brasileira**. In: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999b.

SCHWARZ, Roberto. Adequação nacional e originalidade crítica. In: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999c.

SCHWARZ, Roberto. Os sete fôlegos de um livro. In: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999d.

SCHWARZ, Roberto. A Dialética da Formação. In: PUCCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de e LASTÓRIA, Luiz (orgs). **Experiência formativa & emancipação**. São Paulo, Nankin Editorial. 2009.

SCHWARZ, Roberto. Entrevista. In: MOURA, Flávio e MONTERO, Paula (org). **Retrato de grupo** – 40 anos do Cebrap. São Paulo, Cosac Naify. 2009b.

SCHWARZ, Roberto (2009c). Entrevista. **Literatura e Sociedade**, nº11. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/24695/26572>

SCHWARZ, Roberto. Na periferia do capitalismo. In: SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia** São Paulo, Companhia das Letras. 2012a.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo, Companhia das Letras. 2012b.

SCHWARZ, Roberto. Sobre Adorno. In: SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia** São Paulo, Companhia das Letras. 2012c.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de Dialética da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo, Companhia das Letras. 2012d.

SCHWARZ, Roberto. Política e Cultura. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo, Companhia das Letras. 2012e.

SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. In: SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia** São Paulo, Companhia das Letras. 2012f.

SCHWARZ, Roberto. Sobre Adorno. In: SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia** São Paulo, Companhia das Letras. 2012g.

SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil. SCHWARZ, Roberto et al. **Nós que amávamos tanto o O Capital:** leituras de Marx no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial. 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Ler o livro do mundo:** Walter Benjamin – romantismo e crítica poética. São Paulo, FAPESP/Iluminuras. 1999.

A NOÇÃO DE “IDEIAS FORA DO LUGAR” E A “INTUIÇÃO” ANTIDUALISTA NO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO

Marco Antonio Perruso⁸⁹.

Introdução

A respeito da classe social a que pertencia José de Alencar, escritor e político brasileiro de grande importância no Brasil do século XIX, Roberto Schwarz aponta, em seu notável ensaio *A importação do romance e suas contradições em Alencar*, que o estrato social dos proprietários de terra

apreciava o progresso e as atualidades culturais, a que tinha direito, e apreciava as relações tradicionais, que lhe validavam a eminência. Não se trata de indecisão, mas de adesão simultânea a termos inteiramente heterogêneos, incompatíveis quanto aos princípios – e harmonizados na prática de nosso

89 Professor Adjunto de Sociologia da UFRRJ.

'paternalismo esclarecido'. Estamos diante duma figura inicial daquela modernização conservadora cuja história ainda não acabou. (...) Alencar manifesta um fato crucial de nossa vida – a conciliação de clientelismo e ideologia liberal (...). (SCHWARZ, 1992, p. 49)

Nesta passagem exemplar sintetizam-se e imbricam-se duas fraturas, duas contradições fundamentais da trajetória social brasileira: o dualismo entre progresso e tradição, na realidade amalgamados na “modernização conservadora”, e a “ideia fora do lugar” que era o liberalismo professado numa sociedade localizada na periferia do capitalismo mundial. O registro, simultâneo e integrado, do dualismo enquanto aparente problemática estrutural brasileira e das “ideias fora do lugar” enquanto tensão do pensamento social e político e da cultura nacionais é característico da obra de Schwarz como um todo. E certamente deita raízes no itinerário das interpretações a respeito do país e de seu pensamento. Razão pela qual é útil rastrear alguns momentos do pensamento social e político brasileiro em que podem ser percebidas tanto observações críticas sobre o dualismo nacional quanto a ênfase no desajuste – para os padrões europeus, ao menos – entre ideias e realidade social.

Para alguns analistas de seu pensamento, Schwarz alcança aquela simultaneidade e integração crítica entre dualismo e “ideias fora do lugar” na medida da localização da “questão no ‘desenvolvimento desigual e combinado’ do capitalismo, que indica também valer para as ideias”. (RICUPERO, 2013, p. 541) Como bem pontua Paulo Arantes (1996, p. 14) a partir de Antonio Candido, essa experiência intelectual brasileira que padece sob o senso-comum do dualismo nacional, experiência inerente à realidade das Nações periféricas, implica numa interpretação dualista do país, a qual é incapaz de integrar analiticamente as dimensões do moderno e do atraso existentes

entre nós, resultando num singular enviesamento do pensamento brasileiro, registrado pioneiramente por Schwarz: “A dualidade por compartimentação ofuscava o nexo interno (de onde provinha o mal-estar) e bania a ‘dialética’ que entretanto não deixava de solicitar.” (ARANTES, 1996, p. 28)

Essa implicação mútua entre a compreensão crítica do dualismo, por meio de uma interpretação antidualista do Brasil, e o realce de uma dinâmica peculiar das ideias produzidas e manejadas por nossa intelectualidade e sociedade, pode ser então explorada. “Ideias fora do lugar” foi a expressão conceitual que tornou notória a reflexão sócio-cultural de Schwarz. Mas também foi importante sua observação a respeito da relevância, para o pensamento social e político brasileiro, da elaboração de uma interpretação antidualista do país por parte do marxismo sociológico uspiano, em sua análise sobre o Seminário de Marx. Tratava-se de “uma intuição nova do Brasil”: “a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital”. (SCHWARZ, 1998, p. 105)

É possível encontrar indícios dessa “intuição” antidualista antes que ela se desdobrasse em interpretações antidualistas mais consistentes ou completas em obras de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Francisco de Oliveira – os dois primeiros participantes do referido Seminário, os dois últimos em diálogo próximo com as obras a partir dele produzidas. Estas foram confeccionadas num contexto social de maior institucionalização acadêmica e de engajamento político-cultural na esquerda radical, desde fins dos anos 1950. Talvez se verifique, com pesquisas posteriores, que esta “intuição nova” seja bem anterior ao Seminário de Marx. Da mesma forma, pode-se aventar que passagens de autores clássicos do pensamento brasileiro sejam consideradas antecessoras da construção analítica em torno das “ideias fora do lugar”. A

respeito desta sua elaboração conceitual, sabe-se que Schwarz, então estudante partícipe da experiência do Seminário de Marx, foi influenciado tanto por Fernando Henrique Cardoso como por Maria Sylvia de Carvalho Franco, seus professores na USP. (RICUPERO, 2013, p. 527)

Assim, o presente artigo se dedica a compulsar e analisar preliminarmente registros, ainda que intuitivos, no pensamento social brasileiro e mesmo em nossa cultura política, os quais sejam equiparáveis ora a uma leitura antidualista da sociedade brasileira, ora à noção de “ideias fora do lugar”.⁹⁰ Foge à alçada deste artigo destacar as diferentes ênfases com que podem ser operados os conceituais referidos ao antidualismo – para ilustrar: envolvendo maior ou menor acomodação/tensão entre “moderno” e “atraso” – e às “ideias fora do lugar” – salientando-se quer disfuncionalidade quer funcionalidade imprevista do pensamento e cultura nacionais, por exemplo. Interessa, aqui, demarcar alguns momentos da trajetória da reflexão sócio-política brasileira que possivelmente anteciparam a força crítica de um modo antidualista de pensar o Brasil, bem como da tese das “ideias fora do lugar” para analisar o pensamento brasileiro. O primeiro, capaz de dar conta do “desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha ao mundo”, a segunda, apta a explicar por que, entre nós, “o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha”. (SCHWARZ, 2001, p. 77)

90 Tais registros preliminares foram sendo recolhidos desde os primeiros anos desta década, por meio de minha experiência docente ao ministrar as disciplinas obrigatórias da Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ “Pensamento Social e Político Brasileiro I” e “Pensamento Social e Político Brasileiro II”, em parceria com minha colega Aparecida Maria Abranches, e a disciplina optativa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ “Sociologia da Cultura e dos Intelectuais”, em parceria com outra colega, Sabrina Parracho Sant’anna. Por ocasião do meu atual Pós-doutorado em Ciência Política na USP, sob supervisão de Bernardo Ricupero, recolho e examino estes e outros dados, no bojo de minha pesquisa “A esquerda fora do lugar no séc. XXI: o pensamento brasileiro e seus lugares sociais”, em andamento.

Dualismo e antidualismo no pensamento social e político brasileiro

A dominante – ou mais visibilizada – oposição entre o pensamento brasileiro vinculado ao Estado-Nação e o de orientação referida ao mercado se faz em boa medida por meio do confronto entre visões a respeito do que é e do que deve ser o moderno no Brasil. Sendo a meta comum para ambos a equiparação de nossa sociedade ao padrão capitalista desenvolvido europeu e estadunidense, as diferenças entre eles se concentram nos caminhos necessários para o país atingir este objetivo comum. (PERRUSO, 2017, p. 20-21) O trajeto propugnado pelos liberais pretende nos fazer similares desde já ao Primeiro Mundo – uma ocidentalização forçada, expondo nossa condição bárbara ao exterior como medida civilizatória (VIANNA, 1991, p. 146 e 149). Quanto ao caminho traçado pelo pensamento estatal-nacional, a receita consiste em sermos diferentes para podermos “chegar lá”, valorizando-se nossas particularidades. Daí decorrem leituras rivais não apenas a respeito do moderno entre nós, mas do que é evidência do atraso ou do tradicional em nossas terras. A imagem dual da sociedade brasileira, com um setor moderno e outro atrasado, configura o dualismo no pensamento social e político nacional.

Um exemplo claro de leitura dualista do país, no pensamento social e político brasileiro de vertente liberal, é o clássico *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, em que facilmente se verifica o emparelhamento entre as ideias de modernidade e de mercado, a consubstanciar uma solução para os dilemas nacionais (PERRUSO, 2017, p. 20-21). Já *Introdução à Revolução Brasileira* de Nelson Werneck Sodré ilustra o modelo dualista propugnado pelo pensamento estatal-nacional e pelo contíguo marxismo nacional-desenvolvimentista brasileiro – modelo que implica o protagonismo do Estado como solução para a modernização da Nação. (PERRUSO, 2017, p. 24) Outros autores que

perfazem leituras dualistas, na ótica do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, são Alberto Passos Guimarães (PERRUSO, 2017, p. 24) e Ignácio Rangel. (ARANTES, 1996: p. 25)

Esses dois dualismos, o liberal e o estatal-nacional, mostram sinais invertidos quanto às significações de moderno e atraso – o que não deixa de ser sintoma de que ideias podem estar fora do lugar.

É necessário registrar que subjaz a ambas as interpretações dualistas do Brasil uma evocação evolucionista e mesmo cientificista, como se certa configuração típico-ideal de desenvolvimento do capitalismo (e da democracia burguesa) fosse o estuário inexorável de qualquer sociedade na modernidade. Com isso, tende a perder-se aquela já mencionada “peculiaridade sociológica e política do país” – problema de mesma ordem que ocorre com leituras marxistas por demais universalizantes, que não integram dialeticamente tal peculiaridade “à história contemporânea do capital”. (SCHWARZ, 1998, p. 105) No caso dos comunistas brasileiros pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o imperativo evolucionista apenas ensinava que o desenvolvimento nacional não se detivesse no capitalismo, prosseguindo, teleologicamente, no seu sucessor, o socialismo.⁹¹ Nessa chave, Bernardo Ricupero, partindo de Antonio Candido, considera que os comunistas latino-americanos eram cosmopolistas, como que inabilitados a compreender as especificidades de nossas sociedades – justamente o que era ressaltado pelos populistas por serem localistas, este sendo um dos motivos pelos quais não davam a devida atenção à ordem e ao movimento internacional do capital. (RICUPERO, 2015, p. 89-91)

De qualquer maneira, a diferença entre tais interpretações dualistas residiria nos diferentes caminhos – o liberal/mercadista e o estatal-nacional – que propiciassem a construção de uma “ordem

91 A respeito, veja-se também Arantes, 1996, p. 28.

liberal burguesa” – para lembrar da formulação paradigmática de Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 50).

Arantes, em instigante análise, refaz com detalhes a trajetória histórica do dualismo e de sua crítica no pensamento social e político e na cultura nacionais. O entranhamento do dualismo na consciência brasileira e latino-americana, desde Domingo Faustino Sarmiento, passando por Euclides da Cunha, seria de tal ordem que “antes de se tornar modelo econômico, tipologia sociológica ou chave de interpretação histórica, [o dualismo] foi sobretudo expressão de uma experiência coletiva”. (ARANTES, 1996, p. 22)

O dualismo sempre fez parte de nossa cultura política, mas antes como “transcrição ideológica bem fundada na aparência” do que em perspectiva dialética, uma vez que dividia o Brasil em duas realidades distintas, estanques e isoladas uma da outra: “uma tradicional, rural e patriarcal, outra moderna, urbana e burguesa”. O dualismo teria emergido mais claramente no cientificista séc. XIX, período em que uma visão positiva do Brasil como sociedade original e diversa da Europa (como sugeria um viés romântico ou tradicionalista no pensamento e cultura nacionais), isto é, a afirmação orgulhosa de nossa não-modernidade, vai perdendo força justamente diante dos imperativos liberal e estatal-nacional de modernização. Por conseguinte, a autoimagem idílica de nossas primeiras camadas dirigentes se rompe em favor de um retrato particionado do Brasil. (ARANTES, 1996, p. 23)

Já por volta da metade do séc. XX a interpretação dualista se fortalece com *Os dois Brasis* de Jacques Lambert⁹² e, a seguir, ao veio cientificista oriundo do positivismo do século XIX é adicionada a normatividade da sociologia funcionalista da modernização importada dos EUA, na qual nossa sociedade é cindida numa parte integrada

92 Veja-se também as reflexões de Albert Hirschman, no campo da economia (CARDOSO & FALETTO, 1975, p. 17).

e funcional e noutra residual, marginal, desajustada. O Brasil parecia então (como ainda parece para muitos) inacabado, incompleto. Obviamente a solução para este jeito de conceber os dilemas nacionais só poderia ser o empoderamento de nossa face moderna e a eliminação do nosso lado arcaico (ARANTES, 1996, p. 24-27). A lógica evolutiva e linear do progresso, na matriz liberal, impressiona pela semelhança com a confiança na sucessão de etapas do desenvolvimento nacional presente no pensamento alavancado pelo Estado-Nação. Igualmente assim procedia o marxismo ortodoxo, pecebista, que sempre teria sido pouco afeito ao raciocínio dialético (ARANTES, 1996, p. 28).

De um modo geral, as teorias da modernização, a partir do estabelecimento de uma dualidade estrutural entre os setores moderno e arcaico das sociedades latino-americanas, propugnava uma transição, na qual estas eram concebidas como sociedades em desenvolvimento. A dualidade tradicional x moderno renovava a antiga oposição comunidade x sociedade elaborada por Ferdinand Tonnies. (CARDOSO & FALETTO, 1975, p. 17). Neste diapasão, avultam as teorias do desenvolvimento, que ajudaram a conformar uma verdadeira cultura política nacional-desenvolvimentista no Brasil e na América Latina, entre os anos 1940 e 1960, bem como um pensamento social e político de grande vigor, que permanece relevante até os dias de hoje, mesmo oscilando em termos de audiência e prestígio.

Como é sabido, aquelas décadas presenciaram “um período de crença mais ou menos geral nas possibilidades (...) do desenvolvimento democrático e do desenvolvimento capitalista autônomo da América Latina”. (WEFFORT, 1980, p. 82) Sobreposto à presença cada vez mais constante e combativa das “classes populares”, notadamente via movimento sindical, na cena política, emergiam e se consolidavam “temas dominantes” que evitavam enquadrar a questão social brasileira na típica ótica marxista da luta de classes (o que inclusive invisibilizava ou impedia o protagonismo daquelas classes): “ideias como

desenvolvimento, democratização e modernização”, articuladas pelas “sociologias da modernização”, pelas “teorias do desenvolvimento econômico” e mesmo por “amplos setores da esquerda latino-americana que buscaram neste período orientar sua ação e seu conhecimento através da teoria da ‘revolução democrático-burguesa’”. (WEFFORT, 1980, p. 92 – itálicos do autor)

Todavia, Francisco Weffort, como outros representantes do marxismo uspiano, não apenas criticava as leituras dualistas, inclusive as vigentes na esquerda brasileira, como vivenciava e recapitulava a derrocada do nacional-desenvolvimentismo por ocasião do golpe de 1964⁹³ – da maneira que era possível a quem combatia essa cultura política até então dominante: “parece claro que esta se encontra em encerramento e encerra-se, com algumas penas e poucas glórias, sem poder dar cumprimento aos projetos que engendrou”. (WEFFORT, 1980, p. 82) A “intuição” antidualista identificada por Schwarz enfeixa em sua leitura um posicionamento político-intelectual que se opunha, simultaneamente, às visões liberal, populista (estatal-nacional) e pecebista a respeito do Brasil e de seu futuro, se posicionando radicalmente à esquerda no espectro político-ideológico.

O regime autoritário acabava com as ilusões desenvolvimentistas na superação do subdesenvolvimento: os “setores modernos e tradicionais não se justapunham como se imaginava, antes formavam um sistema em que se entrelaçavam os respectivos interesses”. (ARANTES, 1996, p. 35)

A intensa movimentação social pré-64 e a ditadura militar permitiram visibilizar posicionamentos políticos mais afeitos a uma

93 Registre-se que a ditadura militar fez perdurar a proeminência estatal na caminhada modernizante nacional, mas em viés conservador, como reconhece Wanderley Guilherme dos Santos na chave do “autoritarismo instrumental”, outro fundamental conceito seu (SANTOS, 1978, p. 108). Este intelectual é um destacado representante do pensamento social e político brasileiro de enquadramento estatal-nacional em sua vertente progressista.

interpretação antidualista do Brasil, os quais já tinham, inclusive, uma história relativamente longa na esquerda nacional.

O próprio movimento comunista internacional, ainda antes dos anos 1930, registrava, por ocasião do VI Congresso da Internacional em 1928, que as chamadas burguesias nacionais latino-americanas eram incapazes de se opor ao imperialismo: “No informe dedicado à América Latina, afirmava-se que o imperialismo acentuava ali, com sua penetração, o desenvolvimento concomitante da indústria e da colonização, impedindo o surgimento de uma burguesia autônoma.” (KAREPOVS & MARQUES NETO, 2007, p. 114). Insinuava-se uma perspectiva analítica antidualista, embora mesclada incoerentemente com a tradicional concepção etapista vigente no marxismo soviético, exposta no mesmo Congresso. No entanto, tal perspectiva desapareceria do âmbito da III Internacional, em favor da aliança policlassista envolvendo trabalhadores e burguesia nacional e da eleição do imperialismo como inimigo maior da esquerda – enfatizando-se o amálgama de marxismo e nacionalismo que caracterizaria boa parte da história pecebista. Em escala mundial, tal “versão positivista do marxismo” consistia na visão predominante tanto na II como na III Internacional. (LÖWY, 2008, p. 97) Sua obsessão pela modernização, pelo desenvolvimento e pela industrialização era plenamente condizente com a mirada estatal-nacional brasileira, tão forte no século XX.

Daí o raciocínio de lógica antidualista ter ficado restrito, no campo propriamente político, aos minoritários agrupamentos trotskistas nacionais. Em conformidade com a tese do “desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos”, provável inspirador de boa parte de leituras antidualistas no Brasil, se

constatava que a burguesia deixara, havia muito, de ser revolucionária e se tornara conservadora, o que a impossibilitava de realizar tarefas democrático-burguesas necessárias aos países coloniais e

semicoloniais, tarefas que ficavam reservadas ao proletariado. (KAREPOVS & MARQUES NETO, 2007, p. 119-120)

Foi nesse balizamento que Mário Pedrosa e Lívio Xavier, oposicionistas de esquerda no PCB, produziram em 1931 o *Esboço de uma análise da situação econômica do Brasil*, no qual se examina, entre outras questões relativas à “especificidade da formação brasileira sob o ponto de vista marxista”, “as características do capitalismo brasileiro, os impasses da centralização do poder no federalismo brasileiro”, o fato de “o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras” ter resultado “em uma centralização do aparelho de Estado”. Impressiona que esta remota reflexão antidualista – que não opõe mercado a Estado, nem aposta num ou noutro como moderno capaz de nos redimir de nosso atraso – conduza a um juízo tão significativo sobre a longeva força do Estado-Nação na história brasileira, por intermédio de uma análise de classes de nossa sociedade. Assim, ela prenunciou certas formulações antidualistas: “Esse texto será a base de interpretação política dos trotskistas brasileiros durante muitos anos, e, décadas depois, suas teses serão retomadas por intelectuais do meio acadêmico para explicar e compreender a chamada ‘revolução de 1930’.” (KAREPOVS & MARQUES NETO, 2007, p. 130)

Em outra linhagem do marxismo nacional, Caio Prado Jr, pecebista dissidente (RICUPERO, 2015, p. 50), tentou demover a esquerda brasileira da tendência de aplicar as concepções etapistas, sempre dualistas, ao nosso passado histórico. Ao negar que o Brasil possuísse resíduos tradicionais de origem feudal, pela formulação da categoria “sentido da colonização”, que demonstrava nosso nascimento no quadro do mercantilismo que resultaria posteriormente no capitalismo, Prado Jr. dificultou, em grande medida, a permanência acrítica do dualismo no pensamento social e político brasileiro. Como ponto de partida, o Brasil, ainda que concebido como inserido no quadro maior

do capitalismo mundial (RICUPERO, 2015, p. 50), não poderia ser pensado como similar à Europa, uma vez que as sociedades fundadas como colônias de exploração eram intrinsecamente diferentes de suas metrópoles (PRADO JR., 2011, p. 30-31) – peculiares, portanto. Desta maneira, complexificavam-se os sentidos de moderno e tradicional nas interpretações do país, de modo que não fossem estas duas dimensões consideradas estanques e mutuamente desarticuladas. Para Ricupero (2000, p. 68-69), Prado Jr. opera intelectualmente já em termos da trajetória brasileira configurada enquanto “modernização conservadora”, na medida em que o capitalismo nacional se alimenta de – e revigora – elementos do passado colonial. Evidência a respeito consistiria no fato de o trabalho livre, no Brasil, conservar traços da escravidão que dominou grande parte da nossa história. (PRADO JR., 2011, p. 11)

Em localização diversa da dos marxistas no campo intelectual brasileiro, Victor Nunes Leal, em sua obra clássica *Coronelismo, enxada e voto* (de 1948), demonstra que o liberalismo brasileiro pode revelar que atraso e moderno são muito menos distantes entre nós do que supunha seu contemporâneo Faoro. Ao propor pioneiramente a relação simbiótica – “um compromisso, uma troca de proveitos” (LEAL, 1978, p. 20) – entre o moderno, o poder público localizado nos principais centros urbanos, e o tradicional, o coronel dominante nos rincões rurais, Leal como que antecipa uma perspectiva antidualista na interpretação do Brasil. E mais claramente ele assim procede quando julga negativamente antes o poder público que o coronel, que seria dotado de elevado espírito público nas condições da sistêmica sócio-política coronelista. (LEAL, 1978, p. 37) A referida simbiose, seja como observação crua da realidade, seja como artefato analítico, inviabilizava a maneira compartimentalizante de conceber moderno e arcaico com que operava o raciocínio dualista.

Entrando no terreno da “intuição nova” propriamente indicada – e compartilhada – por Roberto Schwarz, desenvolvida por seus

professores e contemporâneos da USP, é possível destacar as reflexões de Fernando Henrique Cardoso, a quem Arantes (1996, p. 35) confere o mérito de demonstrar a inexistência da burguesia nacional em nossa formação social, negando as teses nacional-desenvolvimentistas compartilhadas por populistas e pecebistas. No caso de seu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, é viável pontuar a proximidade com o raciocínio de Leal, embora aplicado a outro objeto. Em sua livre-docência, Fernando Henrique Cardoso observa a suposta contradição praticada pela moderna burguesia industrial brasileira, quase sempre desejosa de apoio do Estado e que, apesar de nele ancorada, da eventual ineficiência privada e do tradicional paternalismo na relação direta com os trabalhadores, prosseguia com suas diatribes pró-mercado e suas críticas à interferência estatal na economia (CARDOSO, 1972, p. 128-129, 139 e 158). De modo que, desconstruindo “a ingenuidade dos progressismos correntes” (SCHWARZ, 1998, p. 105), Fernando Henrique Cardoso conclui:

a modernização da economia brasileira fez-se exatamente pelo aproveitamento e redefinição paulatina de formas tradicionais de comportamento econômico, passadas no crivo das aspirações coletivas modernizadoras. (CARDOSO, 1972, p. 185)

Lógica similar se verifica na obra clássica de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, cuja escrita data justamente de 1964. Nela, a autora expõe e explica como os membros de nossas classes dominantes agiam num registro racional entre si, mas procediam em termos morais para com as camadas sociais dependentes sob o regime da grande propriedade de terra. A coexistência funcional entre dinâmicas societárias e comportamentais opostas, moderna e arcaica, podia ser rompida conforme as mudanças nas relações de dominação/dependência, permitindo todavia uma significativa

liberdade daquelas classes em transitar entre formas modernas e tradicionais de predomínio social (FRANCO, 1976, p. 106-107).

Com Francisco de Oliveira talvez se consagre uma interpretação antidualista a respeito da sociedade brasileira. Seu ensaio *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972) reflete o impacto do golpe de 64 e a intensa movimentação política daquele período (PERRUSO, 2013). Nele é apresentada com contundência uma compreensão do Brasil a partir do amálgama entre tradicional e moderno. Indo além das teorias da dependência, que constatarem ser dependente nossa industrialização e ambígua a condição do subdesenvolvimento (CARDOSO & FALETTI, 1975, p. 37), Oliveira postula o desenvolvimento não como carência, mas produto do movimento internacional do capital. O atraso não constitui entrave ao moderno, pelo contrário, é “parte integrante do seu processo de reprodução”, o segundo “cresce e se alimenta” do primeiro. (ARANTES, 1996, p. 36)

Por isso não seria possível – como imaginava singelamente nossa sociologia desenvolvimentista, bem como grande parte do pensamento brasileiro (ARANTES, 1996, p. 15 e 20) – a simples remoção dos obstáculos legados pelo atraso para se garantir o desenvolvimento nacional e a modernização, uma vez que atraso e moderno andam sempre juntos, cada um deles não constitui aspecto ou setor isolado em relação ao outro.

Como já visto, do lado de setores sociais e intelectuais identificados mais à esquerda afloravam críticas, embora desiguais, aos esquemas dualistas. Tais críticas possuem entre seus antecedentes a proposição de vanguarda dos modernistas brasileiros em torno das vantagens do atraso⁹⁴ – de resto, já antecipado pelos populistas russos (VIANNA, 1991, p. 146). Se Prado Jr. foi um dos pioneiros nesta seara, ainda que em suas obras possa ser observado o dualismo orgânico x

94 Veja-se a parte seguinte deste artigo.

inorgânico (o qual, contudo, se referia a setores interligados, conforme RICUPERO, 2015, p. 51), a sociologia marxista uspiana avançou na direção antidualista, consubstanciando a “intuição nova” proclamada e seguida por Schwarz. Florestan Fernandes concebia uma dualidade estrutural vigente em nossa história desde 1822: a convivência de uma base produtiva não-moderna com as formas modernas/legais de poder de uma Nação independente – configurando nosso padrão capitalista dependente e subdesenvolvido. (RICUPERO, 2015, p. 52 e 56). Em outra frente, enquanto a CEPAL mantinha e sofisticava o dualismo, Celso Furtado operava com o conceito de dualismo estrutural, que evocaria em menor grau a ideia de compartimentalização inerente a todo raciocínio dualista. (ARANTES, 1996, p. 24-30)

O golpe de 1964, portanto, propiciou maior audiência e legitimação para uma lógica antidualista no pensamento e na política nacionais. Dissipavam-se as ilusões em torno de uma superação do subdesenvolvimento que contasse com a burguesia nacional, pois os interesses dos setores burgueses modernos se mostravam entrelaçados aos dos nossos setores tradicionais, como entendia Fernando Henrique Cardoso. Revelava-se, inicialmente por intermédio das teorias da dependência, que nossa industrialização poderia prosseguir sem que fosse deixado para trás o atraso ou o subdesenvolvimento. O que parecia nos faltar não era fruto de insuficiência do desenvolvimento, mas resultado dele. O fato de a ditadura militar estar comandando a consolidação de nosso parque industrial, promovendo uma “modernização conservadora”, provava que nossas disparidades sócio-econômicas e políticas remetiam antes à coerência que a desajuste. De toda maneira, o desvendamento do dualismo pelas ciências sociais brasileiras requalificava a originalidade da sociedade nacional (nas palavras de Weffort – 1980, p. 97 – “a radical originalidade da América Latina dentro dos marcos do sistema”), em consonância com o diagnóstico maior de que o capitalismo mundial se expandia sem uniformidade, fazendo necessariamente derivar na

periferia experiências societárias diversas das dos centros hegemônicos. (ARANTES, 1996, p. 33-38)

Contemporâneo da sociologia marxista uspiana que já intervinha no debate público nacional, nos anos 1960, foi outro agrupamento da esquerda não-pecebista, e não exclusivamente trotskista, a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária). Em suas análises, operava no mesmo registro antidualista:

O grupo articulou-se em torno de uma crítica ao diagnóstico do PCB sobre a realidade brasileira, centrado na perspectiva de limites estruturais – latifúndio e imperialismo – que obstaculizavam o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, à proposta de revolução por etapas – principiada pela revolução democrático-burguesa – defendida pelos comunistas. Em contraposição, afirmavam a caracterização já plenamente capitalista da realidade econômico-social brasileira e propunham, em decorrência, que o caráter da revolução no Brasil fosse necessariamente, e desde o seu início, socialista. (MATTOS, 2007, p. 198)

As elaborações sobre a realidade brasileira confeccionadas pela POLOP ressaltavam que a perspectiva anti-imperialista, tão forte nas reflexões pecebistas e nacional-desenvolvimentistas, era estritamente relacionada à luta contra a exploração da classe trabalhadora. Recusava-se o viés estatal-nacional que privilegiava a oposição entre países em detrimento de um critério de classe. Coerente com uma leitura antidualista do Brasil, as teses polopistas afirmavam a inexistência de contradições entre latifúndio e imperialismo, de um lado, e burguesia brasileira de outro, já que nossa industrialização se deu vinculada à grande agricultura exportadora. Era claro também o veredito da fraqueza de nossa burguesia, que por ser historicamente

retardatária necessitava se associar ao imperialismo – apreciação similar à de Florestan Fernandes (RICUPERO, 2015, p. 55), não por acaso militante trotskista em parte de sua trajetória. Com o golpe de 1964, as teses populistas, como que confirmadas, foram se tornando mais influentes em certos círculos da esquerda brasileira que se tornariam hegemônicos nos anos 1970-80 (MATTOS, 2007, p. 211-221). O dito milagre econômico da ditadura, seguido da crise do petróleo e do correlato crescente desgaste do regime autoritário, que foi acompanhado pela reconstrução dos movimentos sindicais e populares e pelo processo de redemocratização, todos esses foram momentos históricos nos quais cresceram a recepção e o prestígio de compreensões antidualistas do Brasil.

Ressalte-se que a argumentação trotskista em torno do “desenvolvimento desigual e combinado” não era desconhecida entre figuras importantes do pensamento brasileiro. Faoro (1958, p. 266) menciona Trotsky ao notar a convivência entre moderno e arcaico em nossa sociedade. O mesmo ocorria, de modo mais convergente, com Francisco de Oliveira (1972, p. 32-33). Arantes também menciona sua influência para o prosperar de uma vertente antidualista nas interpretações do Brasil. (ARANTES, 1996, p. 37)

Outro período favorável a ajudar a ensejar intuições e interpretações antidualistas do país foram as décadas finais do século XIX, que viram o fim da escravidão, a crise do Império e o nascimento da República. É nesse período em que Machado de Assis vai traduz literariamente a impossibilidade ou a farsa da modernização entre nós, como Schwarz demonstrou. (ARANTES, 1996, p. 20) Com o avanço do trabalho assalariado e do capitalismo, nossa face arcaica não se extinguiu – mas havia quem decifrasse dialeticamente a “coexistência disparatada de etapas incompatíveis”. (ARANTES, 1996, p. 33)

Partindo de uma interpretação antidualista do Brasil, ressaltada por Schwarz, é possível recolocar determinados tópicos levantados por

representantes importantes do pensamento social e político brasileiro. Tanto o dualismo liberal exemplificado por Faoro como o dualismo estatal-nacional (distribuído à direita e à esquerda do espectro político operado pelo senso-comum) podem ser questionados quanto à possibilidade de suas ênfases analíticas, aparentemente excludentes, no mercado e no Estado-Nação expressarem tão somente momentos ou aspectos, diferentes mas interligados, da trajetória de nosso capitalismo.

Francisco Weffort e Francisco de Oliveira trazem evidências adjacentes neste sentido: o primeiro apontando o fato de o populismo ter sido hegemônico em nossa sociedade justamente quando nossa industrialização avançava impulsionada em boa medida pelo capital internacional, isto é, pelo imperialismo (WEFFORT, 1980, p. 37-39); o segundo, destacando que essa industrialização se fez após a Segunda Guerra Mundial, em cenário completamente desfavorável à substituição de importações tão cara às políticas econômicas nacional-desenvolvimentistas. (OLIVEIRA, 1972, p. 33-34)

Por sua vez, a rigorosa crítica liberal de Faoro (1958, p. 264-265) às práticas políticas de ordem clientelista identificadas com o intervencionismo e excesso estatais pode ser desconstruída na medida em que tais práticas não seriam exclusividade dos agentes políticos identificados com o Estado-Nação: o liberalismo no poder reproduziria o mesmo padrão de comportamento político – como, aliás, a consciência popular intuitiva. Tal dualismo seria dissolvido pelo reconhecimento de que nossos defensores do mercado sempre se aconchegam na institucionalidade estatal, ao mesmo tempo que esta opera normalmente em prol do incremento do nosso capitalismo – em decorrência disso, também, em algum grau razoável, do mercado. Como bem explica Luiz Werneck Vianna (1991, p. 147), nossos liberais/americanistas responsabilizam, pelas mazelas brasileiras, o que há de ibérico – estatal-nacional – entre nós, “frequentemente omitindo que, aqui, o moderno burguês foi fruto de uma política muito bem-sucedida visando extrair vantagens dele,

do que é exemplo a obtenção da lealdade das classes subalternas do campo através do sistema político do coronelismo”. Daí também a afinidade não-assumida entre liberalismo brasileiro e Estado-Nação, “sob o estigma da ordem e da autoridade”. (VIANNA, 1991, p. 149)

Afinidade recorrentemente desvendada por intuições, novas ou antigas, de matiz dialético, propriamente antidualista. E no caso do Seminário de Marx, promoveu-se uma mudança significativa e duradoura na trajetória do pensamento brasileiro. (SCHWARZ, 1998, p. 105)

“Ideias fora do lugar” no pensamento social e político brasileiro

A longeva percepção da dualidade na sociedade brasileira, centrada na distinção entre tradicional e moderno, muitas vezes veio acompanhada, na cultura e no pensamento nacionais, por outra observação: a de que haveria alguma dissonância singular entre o plano das ideias sociais e políticas e nossa realidade. Dissonância esta que apontaria para uma relação diversa da esperada entre pensamento brasileiro e a sociedade a que corresponde. Ou, ao menos, uma relação diversa da vigente entre pensamento e sociedade na Europa e nos EUA, polos hegemônicos do capitalismo mundial.

Debruçando-se sobre a tese original de Roberto Schwarz a respeito das “ideias fora do lugar”, sem nenhuma intenção de exegese exaustiva da mesma, destaco aqui seus principais momentos, de modo muito sucinto: a relação entre modernidade, capitalismo e trabalho livre, por um lado, e razão, ciência, economia e liberalismo, por outro – o que implicava que enquanto o Brasil foi escravista, operávamos apenas no plano da moral; por outro lado, apesar de nossa base produtiva escravista (até fins do Império), a economia nacional já era conectada, no que tange à esfera da circulação, ao capitalismo mundial durante o séc. XIX – o que de alguma maneira atenua ou

problematiza a caracterização de nossa sociedade como não-moderna meramente; a convivência entre a escravidão – as relações sociais de produção que definiam que classes compunham nossa sociedade – e o liberalismo enquanto ideologia importada da Europa/EUA – expressa diretamente na forma de relações entre Estados-Nação – em nosso país tornava obrigatoriamente diferente o significado e a efetividade das ideias liberais entre nós, uma vez que nas sociedades capitalistas esta ideologia oculta a mais-valia, inexistente ainda no Brasil; por conseguinte, era o liberalismo nacional uma “ideia fora do lugar”, necessariamente operando de forma diferente da vigente em seus ambientes de origem, visto não vivermos, de um ponto de vista interno, a contradição básica capitalista relativa à exploração do trabalho assalariado; contudo, a escravidão impossibilitava a existência de um liberalismo original mas não era capaz de uma ressignificação sua, que ficava a cargo não da relação latifundiário x escravo mas da relação latifundiário x “homem livre” dependente, esta última mediada pelo favor, a qual deslocava de um modo particular o liberalismo; sendo o favor uma relação intrinsecamente desigual e não-moderna, nela a performance de uma razão dialógica e universal – um dos pressupostos do liberalismo e seu individualismo utilitário – era inviável em nossa cultura; assim, o liberalismo em contexto social brasileiro, opostamente ao que vigorava na Europa, torna-se uma ideologia de segundo grau, funcionando como uma retórica ilustrada e expressiva que justifica o favor – a dependência pessoal não-moderna a que estavam submetido os que, não sendo escravos, mesmo assim eram subjugados pelos grandes proprietários de terra; apenas quando o fim da escravidão é posto centralmente pela sociedade e pensamento nacionais, soluções possíveis para nossas ideias fora do lugar passam a ser propostas; um dos efeitos mais importantes da condição fora do lugar do pensamento moderno liberal em nosso país é a dificuldade de desvendarmos e enfrentarmos nossos dilemas – próprios de uma sociedade da periferia

do capitalismo – manuseando as ideias originárias da Europa/EUA como se elas pudessem ser aqui a mesma coisa que lá nos centros hegemônicos do Ocidente; outro efeito, correlato ao anterior, é que a orbitação específica que nossa sociedade dava para o pensamento importado fazia com que muitos no Brasil desenvolvessem um saudável ceticismo quanto à integridade ou pertinência das ideologias em geral. (SCHWARZ, 2001, p. 59-75)

Na perspectiva de operar com uma relação singular, brasileira ou latino-americana, entre ideias e realidade social, a tese das “ideias fora do lugar” de Schwarz parece ser a formulação mais profícua intelectualmente no atual estágio das pesquisas sobre pensamento e cultura nacionais. A formulação schwarziana pode ser relacionada aos pares opositivos clássicos no marxismo, quanto à determinação ou condicionamento das ideias: infraestrutura-superestrutura ou ser-consciência.

No marxismo original do séc. XIX facilmente encontramos raciocínios que remetem não apenas à importância epistemológica do plano da fundamentação/contextualização social das ideias, como também a possíveis situações de abalo ou desconfiguração desta relação entre sociedade e pensamento, envolvendo importação cultural e resignificação das ideias face a novos contextos sociais:

Oriunda da burguesia dominante como expressão literária de revolta contra essa dominação, a literatura socialista e comunista da França chegou à Alemanha no preciso momento em que a burguesia encetava sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, meio-filósofos e aventureiros literários alemães apoderaram-se sofregamente dessa literatura, esquecendo-se, no entanto, de que ao se importar para a Alemanha a literatura francesa, não se importavam, necessariamente, as condições sociais da França. No meio alemão, as teorias francesas esvaziaram-se de toda a significação prática e imediata, e ficaram reduzidas a uma

pura informação literária. Não passaram de mera especulação intelectualizada sobre a evolução da natureza humana. (MARX & ENGELS, 1981, p. 39)

Arantes, em sua recapitulação da trajetória do dualismo entre nós (revista na parte anterior do presente artigo), indica que um correlato mal-estar de nossos intelectuais com a cultura ou a sociedade brasileira remonta pelo menos a Joaquim Nabuco (ARANTES, 1996, p. 14-15). Já Ricupero (2013, p. 528) registra “um sentimento de despropósito bastante difuso no século XIX e posteriormente em relação à vida ideológica brasileira”.

Para Schwarz (1992, p. 31), “Nabuco, o europeizante”, ao tratar da realidade social brasileira, punha “o dedo em fraquezas reais, mas para escondê-las” (SCHWARZ, 1992, p. 32), expressando assim a contraditoriedade intrínseca de ideias cuja performance não podia ser a mesma da de seu local de produção original, apesar do imperativo universalizante com que eram aqui recepcionadas. O que resultava num “andamento denso de revolta e de profundo conformismo – a indignação do bem-pensante – que não é só de Alencar” (SCHWARZ, 1992, p. 34), mas de todo brasileiro do século XIX minimamente privilegiado e que tivesse acesso à socialização educacional e cultural.

Arantes, na verdade, recua um pouco mais no tempo, propondo que tal sensação de estranhamento cultural principia com os arcades mineiros, que eram fiéis às suas Minas Gerais e, simultaneamente, às normas intelectuais e sociais da metrópole portuguesa. O sentimento de inadequação, “entre duas realidades”, “entre dois níveis de cultura”, não obstante, podia desdobrar-se na tentativa de incorporação da rusticidade colonial e da aclimatação da civilização europeia (ARANTES, 1996, p. 16). Certamente tal sentimento estava associado à crescente trajetória de contradições por que passava o Brasil colonial, tão bem descrita por Caio Prado Jr., como que assentando a descrição de nossa infraestrutura a que correspondia nossa superestrutura “fora do lugar”:

Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas, que no caso particular de cada indivíduo ou grupo se explicará por esta ou aquela circunstância especial e imediata, mas que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira. (PRADO JR., 2011, p. 356)

Com Raymundo Faoro, mesmo nosso liberalismo, usualmente corporificação e alvo daquele “sentimento de despropósito”, formula a respeito, colocando em jogo e comparação o plano das ideias e o da realidade social nacional: “O desenvolvimento combinado ao ritmo da economia mundial proporcionou, além dos aspectos políticos e econômicos, incongruências culturais marcantes.” (FAORO, 1958, p. 266). E ainda mais claramente, mas agora em chave simultaneamente dualista e eurocêntrica:

Formam-se duas sociedades justapostas – uma, cultivada e letrada, a outra, primária, com estratificações sem simbolismo telúrico. Os membros do estamento [burocrático] sentem-se alheios, vivendo o drama de homens sem raízes, oscilando, como fantasmas, entre a cultura de sua gente, que lhes marca o temperamento inconsciente, e a cultura europeia, que lhes forma a camada intelectual do pensamento. (FAORO, 1958, p. 268)

Esse vago desajuste, vivido pelos intelectuais de um país periférico e percebido por nosso pensamento social e político, pode ser encontrado em inúmeras situações. As ideias – e instituições – referidas à democracia burguesa inventada na Europa também sofriam um

significativo deslocamento ou padeciam de falta de prestígio quando implementadas em nossa sociedade. Em sua análise clássica da sistêmica coronelista, Victor Nunes Leal (1978, p. 36) julga absolutamente justificada a indiferença dos trabalhadores do campo para com a democracia representativa, visto não ser o instituto do sufrágio, no quadro societário nacional, exercido devidamente conforme os valores que originalmente insuflaram seu estabelecimento na modernidade europeia.

Com relação ao pensamento brasileiro de embocadura estatal-nacional, registros significativos também podem ser elencados no que tange às incoerências existentes entre pensamento e sociedade no Brasil. Sem dúvida a dualidade “país real x país legal”, formulada por pensadores antiliberais desde fins do século XIX, é a manifestação e formulação mais importante neste sentido, ainda que enfatizadora do plano institucional antes que do das ideias. Sem poder me deter neste ponto, que exigiria exame mais cuidadoso de tema já investigado,⁹⁵ trago outro exemplo, sem coloração conservadora – pelo contrário. Nelson Werneck Sodré estabelece que, no caso brasileiro, a pequena-burguesia é anterior historicamente à burguesia, promovendo aquela a importação, para nossa cultura, das modernas ideias produzidas pela burguesia europeia original (SODRÉ, 1967, p. 234). Sendo assim, Sodré sugere que poderia não haver paralelo entre Brasil e Europa, no que tange às correspondências entre classes sociais e ideias/ideologias. Consideração que pode ser proposta como intuitivamente antecipatória em relação à categoria “ideias fora do lugar”. Decerto que toda importação cultural envolve um alto grau de manuseio, apropriação e tradução das ideias face a novos contextos sociais, cujos resultados são incontroláveis e frequentemente díspares em relação aos lugares de origem da produção do pensamento (VIANNA, 1991, p. 146).

95 A respeito, veja-se o debate entre Wanderley Guilherme dos Santos (1967 e 1970) e Bolívar Lamounier (1974), dois dos fundadores da ciência política acadêmica e do campo de estudos do pensamento político nacional, no Brasil.

Tratando especificamente de nossos dilemas, Arantes (1996, p. 9) chama atenção para a “dialética de localismo e cosmopolitismo” de Antonio Candido, por meio da qual verifica-se na cultura e pensamento nacionais uma espécie de tensão entre autenticidade ou enraizamento das ideias, por um lado, e importação cultural por outro. Em tal dialética brasileira (e certamente latino-americana), se dá “de um lado consumo acelerado, do outro desajuste entre esta mesma opinião lábil e a inércia de relações sociais herdadas da Colônia”, resultando em “desgaste instantâneo por falta de atrito com a realidade”. (ARANTES, 1996, p. 13) Esta dualidade particular no plano do pensamento brasileiro problematiza em boa medida o lugar social das ideias entre nós. Os liberais, face à ambição universalista do mercado enquanto espaço societário por excelência das interações individuais e sociais, tendem a considerar de modo negativo nossa realidade e suas expressões culturais autóctones, diante da “superioridade” das ideias e ideologias modernas. Já os setores impulsionados intelectualmente pelo Estado-Nação costumam perfazer a operação contrária, considerando inadequadas as ideias importadas, notadamente os valores e instituições da democracia burguesa, que nos remetem ao “país legal”, o qual não se encaixa no “país real” – os fundamentos econômicos, sociais, políticos e culturais nacionais, aos quais é conferido privilegiamento epistemológico e, portanto, é reconhecida precedência ontológica. Ao que parece, tal oscilação teria sua gênese no Brasil recém-independente, pois este necessitava, simultaneamente, se afirmar enquanto Nação original e se ombrear às demais nações. (ARANTES, 1996, p. 19)

Já muitos dos nossos modernistas reagem a essa dialética sem escolher necessariamente lado, isto é, sem recair em dualismo. Ainda segundo Arantes (1996, p. 15), combatendo aquele mal-estar supramencionado, que trazia embutida uma sensação de inferioridade nacional, Mario de Andrade confiava que o sentimento brasileiro iria acrescentar-se às ideias europeias. Trata-se aqui da vantagem da periferia ou

do atraso na versão modernista definida por Candido como “desrecalque localista” – o qual busca um equilíbrio entre o universal e o nacional/local. Melhor dizendo, “alternância de complementaridade, divergência e equilíbrio” entre local e universal, entre o “dado local” e o “molde europeu” na cultura e sociedade brasileiras, “um processo dual portanto de integração e diferenciação, de incorporação do geral para se alcançar a expressão do particular”. (ARANTES, 1996, p. 17)

Bolívar Lamounier (1977, p. 346) lança outro olhar para essa questão ao notar um pressuposto muito comum ao pensamento social e político brasileiro: a de nossa incompletude, ou seja, a impressão que sempre falta algo na sociedade e nas classes sociais nacionais. Seja à direita - a percepção de invertebração ou amorfismo em nossa sociedade civil, classes e grupos sociais - ou à esquerda - a falta de coesão, organização, experiência ou consciência de nossas classes populares - costumou-se imputar à sociedade brasileira uma deficiência, congênita ou de desenvolvimento (que só o mercado ou o Estado-Nação resolveriam, por óbvio). Mas tal percepção sempre operou realizando uma comparação - em que quase sempre saímos perdendo - com a trajetória da sociedade civil e das classes modernas na Europa. Daí o dualismo e o mal-estar ideológico. Resulta disso que não se analisa propriamente como se dá a trajetória singular da sociedade e pensamento nacionais. Ou nos termos de Caio Prado Jr. (1987, p. 174), substituiu-se a pesquisa empírica da realidade brasileira por apriorismos. A partir da crítica de Lamounier a este eurocentrismo analítico, pode-se indagar se é profícuo analiticamente supor de antemão que nossa trajetória, enquanto periferia do capital, deveria repetir a das sociedades hegemônicas. Em outras palavras: obrigatoriamente melhoramos nossa autocompreensão ao usarmos como baliza os outros que tendemos a tomar como modelares?

Um dos pensadores que influenciou Schwarz em sua criação conceitual em torno das “ideias fora do lugar” (RICUPERO, 2013, p.

527), Fernando Henrique Cardoso observa o que seria uma dissonância estrutural entre prática social e ideologia política de uma mesma classe: “Como ideologia a posição é clara. Na prática, não só os industriais que têm consciência dessa posição são pouco numerosos, como raramente as verbalizações correspondem à ação efetiva.” (CARDOSO, 1972, p. 155)

Com Schwarz talvez se complete uma certa trajetória do pensamento social e político brasileiro, que paulatinamente abandona reflexões dualistas a respeito de nossa sociedade e de nosso próprio pensamento. A partir de sua obra e da de outros intelectuais, a reflexão a propósito de nossa realidade deixou de ser comparada privilegiadamente com uma modernidade típico-ideal observada – ou imaginada – nas sociedades chamadas desenvolvidas. O que quase sempre teve como resultado, em algum nível, a desconsideração da singularidade de nossa caminhada histórica.

Sua tese das “ideias fora do lugar” certamente é incômoda, simultaneamente, para as vertentes do pensamento brasileiro que interpretam, sempre de modo dualista, nossa sociedade, a partir dos paradigmas do mercado e do Estado-Nação. (PERRUSO, 2017, p. 20-21)

Para o liberalismo, as “ideias fora do lugar” enfatizam em demasia a particularidade das sociedades periféricas como a brasileira e a latino-americana. Por conseguinte, rompe-se a pretensão de universalidade da modernidade ou problematiza-se a necessidade de sermos iguais às sociedades desenvolvidas, tomadas sempre como modelares, como destinos necessários de todo progresso, a serem forçosamente almejados por todo nós. A teleologia aqui é nítida. Seria este o caso da crítica de Sérgio Paulo Rouanet à conclusão de Schwarz no sentido de que “os países do capitalismo periférico veem o mundo de um modo radicalmente outro, porque sua ‘realidade’ é outra”. (ARANTES, 1996, p. 50-51) Embora por ocasião desta passagem Arantes chame atenção para as afinidades de Rouanet com o cepalismo e o dependentismo, creio ser ainda mais forte nele a identificação com o racionalismo de

fundo iluminista e liberal, significativamente marcado por um universalismo que resiste aos fundamentos da tese de Schwarz, por supor uma uniformização realizável de toda modernidade. Na verdade, a crítica do dualismo subjacente às ideias fora do lugar produz “desconforto que provoca a lembrança da modernidade recalcitrante que nos distingue”. (ARANTES, 1996, p. 52) Ademais, segundo Ricupero (2013, p. 540-541), a tese de Schwarz deve ser lida também na chave da chamada vantagem do atraso, pois ao pensamento elaborado nas sociedades periféricas seria possível apreender com mais facilidade o que Arantes (1996, p. 89) nomina como “a fratura constitutiva da normalidade moderna”.

Para o pensamento brasileiro de orientação estatal-nacional, o incômodo não é absoluto como o dos liberais, mas também é grande. Conforme entende Ricupero, seguindo a classificação de Brandão (2005), nossos idealistas orgânicos percebem notavelmente o “despropósito” corrente na “vida ideológica brasileira”. Mas, enquanto eles dualisticamente imputam o fenômeno à inadequação da institucionalidade liberal à nossa realidade social, “Schwarz enfatiza a diferença entre a estrutura socioeconômica brasileira e a dos países que nos servem de modelo”. (RICUPERO, 2013, p. 528) Essa vertente populista e desenvolvimentista, a par da formulação de um caminho próprio para a modernidade, conserva, no entanto, a finalidade, o modelo a ser perseguido: a “ordem liberal burguesa” de Wanderley Guilherme dos Santos. (1978, p. 50) É mantida, pois, uma referenciação apologética desta modernidade dita desenvolvida. Como a ancoragem analítica se dá em função do Estado-Nação, a crítica da importação das ideias é privilegiada epistemologicamente em detrimento das relações sociais e econômicas, de classe, vigentes entre nós – as quais, em Schwarz, envolvem uma outra relação entre sociedade e pensamento, típica da periferia do capitalismo mundial. Nos termos de Arantes (1996, p. 101), um ponto de vista próprio da experiência intelectual brasileira.

Por outro lado, Schwarz, assim como Candido, percebia que nossa sociologia desenvolvimentista pré-64 possuía “a sensação de [o Brasil] estar fora de eixo em relação a um mundo do qual entretanto somos parte” (ARANTES, 1996, p. 15)

Por isso mesmo, Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 51-52), já nos anos 1970, reconhece que “permanecia na penumbra da retórica” de liberais e anti-liberais brasileiros do século XIX, subjacente às divergências entre eles que comandavam a dinâmica política no Império, “a pedra de toque da ordem prevalecente – o trabalho escravo”. Talvez influenciado por Schwarz, o que pode ser respondido por novas pesquisas no campo do pensamento brasileiro, ele ressalta uma dissonância fundamental entre retóricas e ideologias políticas, por um lado, e estrutura sócio-econômica, por outro. Não por acaso, ao desenvolver sua análise da trajetória do pensamento político brasileiro sob o eixo da “práxis do liberalismo no Brasil”, privilegia Wanderley Guilherme dos Santos a dimensão realista, prática, da efetivação das ideias no mundo social, deixando de focar apenas a coerência ou universalidade das premissas e lógicas teóricas das mesmas. (SANTOS, 1978, p. 67)

No interior da reflexão marxista nacional a respeito do país e de sua história, há controvérsias em relação às “ideias fora do lugar”. Sem pretender revisá-las (o que foge ao escopo deste artigo), menciono-as a título de contextualização, na medida em que a recepção da tese schwarziana ajuda a compor a trajetória da noção por entre nosso pensamento e campo intelectual. As críticas a ela são de ordens diversas: algumas duvidam da disfuncionalidade do liberalismo no Brasil; outras apontam as compatibilidades entre escravidão e liberalismo. (RICUPERO, 2013, p. 530; ARANTES, 1996, p. 46-50 e 80-81) Não se trataria, porém, de disfuncionalidade, mas de uma outra funcionalidade desempenhada pelo liberalismo em nossas terras. O entendimento de que o liberalismo seria o mesmo ou igualmente hegemônico dos dois lados do Atlântico, como na emblemática e pioneira crítica de Maria

Sylvia de Carvalho Franco⁹⁶ a Schwarz, incorreria no equívoco de unidimensionar o capitalismo, que tenderia a ser igual no centro tanto como na periferia. (ARANTES, 1996, p. 46-50) Com isso, perde-se de vista justamente a especificidade da formação e trajetória brasileiras, ainda que subordinada à ordem do capital. Quanto à segunda argumentação, difícil ignorar a evidência de que o liberalismo na Europa se opôs ao feudalismo e nos EUA cerrou fileiras contra a escravidão, ao passo que aqui ele relutou muito em fazer o mesmo. De mais a mais, a escravidão pode ter sido compatível antes com o capitalismo (ou, mais provavelmente, com o mercantilismo) que com uma de suas traduções ideológicas, o liberalismo – este, porém, não é a única ideologia possível a expressar tendências e configurações do capitalismo: nacionalismo, autoritarismo e outras correntes de pensamento também são aptas neste sentido.

Ainda a propósito do liberalismo e seu lugar ou função social no Brasil, intelectuais tão distintos como Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho também podem ser acionados. Para o primeiro, o liberalismo seria ideologia na acepção negativa no que tange à economia escravista brasileira, enquanto seria uma “ideia no lugar” em relação à edificação da institucionalidade política de nosso Estado-Nação recém-independente. De um modo geral, inclusive, a sociologia marxista uspiana dos anos 1960 e 70, no interior da qual Schwarz lança sua tese das “ideias fora do lugar”, indicava que toda sociedade periférica combinaria “instituições liberais de revestimento e relações oligárquicas de poder”. (ARANTES, 1996, p. 80-81) No mesmo sentido iria o registro de Florestan Fernandes, segundo Ricupero (2015, p. 52): “a ordem legal conviveria com a dominação tradicional estabelecendo uma dualidade estrutural”. Na obra de Fernandes talvez haja mais

96 Trata-se de *As ideias estão no lugar*, publicado em Cadernos de Debates, n. 1, de 1976, periódico editado pela Brasiliense.

desacordo que harmonia contraditória entre economia escravista/tradicional, de um lado, e política liberal/moderna de outro. Já para Carlos Nelson Coutinho as ideias liberais como que foram para seu devido lugar à medida que a escravidão brasileira foi sendo sucedida pelo trabalho assalariado e pela industrialização (RICUPERO, 2013, p. 530-531). Mas também nesse caso se olvida as singularidades do capitalismo e das ideologias nas sociedades periféricas, que tenderiam então a reproduzir o padrão dos centros do capitalismo mundial. Em todos esses casos é provável que seja atenuada a força analítica da tese de Schwarz, seja pela relativização das diferenças entre centro e periferia, seja pelo entendimento de que os repertórios intelectuais podem se desenvolver com uma certa autonomia em relação aos contextos sociais em que se fazem presentes (RICUPERO, 2013: 537-538).

Em sentido oposto, isto é, voltando a convergir com Schwarz, particularmente no que tange ao pensamento social e político brasileiro, Florestan Fernandes em seu clássico *A revolução burguesa no Brasil* aponta que nossa “burguesia sentiria atração pela oligarquia, seu horizonte cultural sendo basicamente o mesmo” (RICUPERO, 2015, p. 58). Com este tipo de raciocínio, volta a reforçar-se a ausência ou a impossibilidade de um liberalismo que operasse, de fato, à maneira europeia em nossa sociedade. Não seria possível haver burguesia no Brasil que estivesse em rota de colisão com a grande propriedade de terra – como entendia e desejava o nacional-desenvolvimentismo professado por populistas e pecebistas.

À conclusão similar chega Luiz Werneck Vianna (1991, p. 156 e 169), ainda que em outra abordagem, ao afirmar que nossas elites de origem ibérica eram sintonizadas com o liberalismo moderno mas se mostravam incapazes de colocá-lo em prática no plano político da construção institucional. Quando ensaiavam fazê-lo, o máximo de resultado que obtinham consistia em ameaçar a estabilidade do Estado-Nação brasileiro. Assim, ele finaliza de maneira um tanto

aproximada à tese de Schwarz: “o americanismo fica como uma ideia sem lugar”. (VIANNA, 1991, p. 170). E como que relembando o trecho de Marx e Engels anteriormente citado, assevera que “não pode haver o americanismo sem uma história à americana” (VIANNA, 1991, p. 181).

Conclusão

Interpretações antidualistas sobre o Brasil e pesquisas em torno do pensamento brasileiro realizadas sob o prisma analítico das “ideias fora do lugar” possivelmente foram hegemônicas nas reflexões sócio-políticas nacionais e especificamente nos estudos acadêmicos sobre a intelectualidade brasileira desde os anos 1980. Tal situação parece ter começado a mudar na década seguinte, no quadro da falência do “socialismo real” representado pela queda do Muro de Berlim e pelo fim da União Soviética. O prestígio do marxismo parecia declinar nos meios intelectuais e universitários, embora o caso brasileiro possa ser uma exceção à época.

No que tange particularmente às “ideias fora do lugar”, Ricupero propõe que um certo clima intelectual comum ao período histórico iniciado nas décadas seguintes, genericamente identificado com a globalização, passou a dificultar a recepção de argumentações baseadas na tese clássica schwarziana (RICUPERO, 2013, p. 537-538). Ele avalia que tal fenômeno se dá por dois motivos: o primeiro consiste num viés crítico à distinção ou hierarquização conceitual entre “centro” e “periferia”; o segundo, na ênfase no fato de que tantas vezes as mesmas ideias e correntes intelectuais desenvolvem-se entre “centro” e “periferia”.

O primeiro fator, obviamente, dificultou também a recepção de leituras antidualistas da sociedade brasileira, visto que nossa originalidade periférica diante dos centros hegemônicos só pode ser dialeticamente compreendida enquanto parte de uma totalidade sistêmica do capitalismo mundial. Além disso, tal motivo envolve a

subestimação das desigualdades sócio-econômicas (RICUPERO, 2013, p. 541) tão descaradamente vigentes no capitalismo globalizado contemporâneo. Já a segunda razão pressupõe uma certa uniformização das ideias, mundo afora, que não parece ser crível, dada a observável diversidade de culturas e ideologias em movimentação e ressignificação pelos mais diversos grupos sociais, políticos e intelectuais.

Ofereço uma outra razão, ou hipótese, para complementar a explicação desse fenômeno. Ela é referida à trajetória nacional do nosso pensamento social e político e da nossa cultura. Se os estertores da escravidão e o advento da República no final do século XIX ajudam a explicar o advento da literatura de um Machado de Assis; se a agitação política, social e cultural dos anos anteriores e posteriores à Revolução de 1930 contextualizam a emergência de uma obra como *Esboço de uma análise da situação econômica do Brasil* (de Mário Pedrosa e Lívio Xavier), de um intelectual como Caio Prado Jr. e de um movimento cultural como o dos modernistas; e se a derrocada do populismo e do nacional-desenvolvimentismo em 1964, a resistência à ditadura militar e a subsequente reconstrução dos movimentos populares assentaram as bases para o surgimento de uma nova esquerda radical brasileira (expressa no PT), para o desenvolvimento de maduras interpretações antidualistas do marxismo acadêmico (não apenas o uspiano) a respeito do país, e para a invenção das “ideias fora do lugar” por Schwarz; que situação temos agora? Será que a atual conjuntura em que vivemos, da crise do chamado lulismo após seus anos de triunfo na década passada, da crise do desenvolvimentismo que o PT no poder adotou (apesar de ter nascido se opondo ao populismo), que mudanças virão em nosso pensamento social e político? Estão surgindo movimentos e articulações de extração popular, nas bases da sociedade brasileira, que inspirarão avanços no pensamento e cultura nacionais, como nos períodos anteriores?

Olhando para os fatos no calor dos acontecimentos, talvez estejamos presenciando um retorno ao dualismo e uma tentativa grosseira

de “recolocar” as ideias no lugar. De parte do liberalismo brasileiro, verifica-se que ele se aconchega num reacionarismo que lhe é tão familiar, num moralismo udenista, no elitismo estrutural de nossa sociedade tão desigual, na aposta universalizante de sempre no mercado como ente modernizador e redentor do Brasil. De parte da tradição estatal-nacional, a esperança modernizante e desenvolvimentista no Estado-Nação como estimulador do capitalismo brasileiro, que já fracassara em 64, retornou com o neodesenvolvimentismo lulista e parece ter fracassado novamente. Temer, reformas supressoras de direitos, agronegócio pujante e excludente são algumas de suas consequências. No entanto – ou por isso mesmo? – vê-se a insistência na modernização desenvolvimentista como solução, na defesa do “arranjo estrutural que conduziu o desenvolvimento e a industrialização no Brasil”, tão virtuoso que teria servido de inspiração para a China. (BELLUZZO, 2017) Vê-se odes a lideranças carismáticas, nos lembrando do sebastianismo: “O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é indestrutível. (...) A direita e a esquerda de nariz torcido evitam reconhecer que a indestrutibilidade de Lula não é propaganda partidária, mas fenômeno sociológico.” (SANTOS, 2017) E mesmo velhas fórmulas dualistas, sempre modernizantes, são retomadas:

O que há de mais comum e natural é o contraste entre o aparato jurídico-político moderno com uma sociedade que é muito atrasada, e a ideia de que existe um descompasso muito grande entre as duas coisas. Entre aquilo que podemos chamar de país real e aquilo que chamamos de país legal. (LYNCH, 2015)

Certamente recuperações de modelos anteriores podem ser úteis. Mas estamos tratando aqui da crítica à modernização possível à periferia, que seria necessariamente conservadora e repositora do atraso, ao menos nos quadros do capitalismo. Para Arantes (1996, p.

107), é necessária a imbricação dialética entre as duas polaridades constantes no diagnóstico dualista tradicional do nosso pensamento, sob pena de a experiência intelectual brasileira ser antes alienação que solução.

Na inter-relação entre sociedade e intelectuais, notadamente em momentos de crise como a que hoje vivemos, pode-se esperar mudanças e novidades no pensamento brasileiro, como a descrita por Schwarz por ocasião do Seminário de Marx: “Passando por cima da convicção dos autores, a pesquisa acadêmica radical ia delineando um quadro irresolvido, de difícil interpretação, que ainda vale a pena interrogar.” (SCHWARZ, 1998, p. 109)

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Brasil e a China** (on line), 2017. <https://www.cartacapital.com.br/revista/956/o-brasil-e-a-china>. Acessado em 22.08.2017.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, 231-269, jun. 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

KAREPOVS, Dainis & MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil vol. 5 – partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira – o Brasil Republicano**. São Paulo: DIFEL, 1977.

LAMOUNIER, Bolivar. **Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case**. Tese (Doutorado) em Ciência Política. Los Angeles: University of California, 1974.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LYNCH, Christian. **Justiça e Direito Entrevistas – “Há um descompasso entre o país legal e o país real”** (on line), 2015. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/entrevistas/ha-um-descompasso-entre-o-pais-legal-e-o-pais-real-90707uy7s-128gfegg42ub6ujy>. Acessado em 22.08.2017.

LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1981.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) **História do Marxismo no Brasil vol. 5 – partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, n. 2, 3-82, abril 1972.

PERRUSO, Marco Antonio. Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, 179-192, jan./abr. 2013.

PERRUSO, Marco Antonio. Revendo mapeamentos do pensamento brasileiro. **Em Tese**, v. 14, n. 1, 12-30, jan./jun. 2017.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Florestan Fernandes e as interpretações do Brasil. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.) **Florestan Fernandes 20 anos depois – um exercício de memória**. São Carlos, Ed. UFSCAR, 2015.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, 525-556, nov. 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. **Dados**, n. 2-3, 182-193, jun. 1967.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O fedor da força bruta** (online), 2017. <http://insightnet.com.br/segundaopiniao/?p=488>. Acessado em 22.08.2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. **Dados**, n. 7, 137-161, jan. 1970.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: **Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 4a. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. **Novos Estudos Cebrap**, nº. 50, 99-114, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 34, n. 2, 145-189, dez. 1991.

INTERPRETAÇÃO SEM MÉTODO, REALISMO SEM MIMESIS, CONVICÇÃO SEM PROPOSIÇÕES

Nicholas Brown⁹⁷

Tradução de Bruna Della Torre⁹⁸

Quando o assunto é interpretação, “método” é o nome de um erro. O significado é um jogo não governado por regras. O falecido filósofo norte-americano Donald Davidson ressaltou que mesmo a interpretação de uma simples metáfora, como por exemplo a caracterização feita por Thomas Mann de Tolstoi como a “grande criança

97 Professor do Departamento de Inglês na Universidade de Illinois, Chicago.

98 Pesquisadora associada no Centro Käte Hamburger de Estudos Apocalípticos e Pós-Apocalípticos da universidade de Heidelberg, parte da equipe editorial da revista *Apocalyptic* e membra do comitê editorial da revista *Crítica Marxista* (Brasil) e de *Constelaciones*. Revista de Teoria Crítica. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, também realizou um pós-doutorado no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada na mesma universidade. Em 2023, foi Horkheimer Fellow no Institut für Sozialforschung em Frankfurt. Foi pesquisadora visitante na Duke University, Humboldt Universität, Akademie der Kunst (Berlim) e Goethe Universität e professora na Universidade de Brasília. É autora do livro *Vanguarda do Atraso ou Atraso da Vanguarda?* Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil. Atualmente pesquisa a indústria cultural e seu impacto na política e na sociedade. Email: bru.dellatorre@gmail.com

moralizadora”, apresenta inúmeras dificuldades se tentamos criar um método para traduzir a metáfora para linguagem corrente, a despeito do que queremos dizer com isso⁹⁹. O outro lado da deflação do problema do método é, entretanto, uma consequência inevitável e salutar: a ênfase no ato de interpretar. Intuímos, de fato, o que Mann está tentando dizer e podemos, nós mesmos, dizer várias coisas que sirvam para ajudar os outros a entendê-lo. “Então, entender uma metáfora é um esforço tão criativo quanto construir uma metáfora e é igualmente pouco guiado por regras” (245). Qualquer um que já tenha conversado numa língua estrangeira, brincado de charadas, dado uma aula, lido um poema ou, na verdade, tenha estado em qualquer relação significativa com outro ser humano, pode encontrar em sua experiência ampla evidência para uma verdade elementar de que o significado não é um jogo determinado por regras.

O fato de que a língua tem regras e que todos os contextos sociais nos quais o significado é importante – inclusos os gêneros literários – também possuem regras nos distrai dessa verdade elementar. Você precisa de regras para escrever um soneto. Conhecer essas regras provavelmente irá me ajudar a orientar minha interpretação do seu soneto. Mas não há método ou regra que possa me dizer se conhecer essas regras irá ajudar a orientar a minha interpretação ou não e, se o fizerem, quais, onde e como farão. Só o poema pode me dizer isso. Isso e mais nada – certamente nenhum conjunto de formas, padrões ou relações – é o que é designado pelo conceito de autonomia estética ou “forma de auto legislação”, o que Roberto Schwarz chama de “forma liberada”; o conceito singular que nomeia a especificidade da obra de arte enquanto oposta a outras formas de produção cultural.

99 Donald Davidson, “What Metaphors Mean,” in *Inquiries into Truth and Interpretation* (Oxford: Clarendon, 2001) 245-264.

Vamos tomar como exemplo um poeminha adorável de Ferreira Gullar:

Biografia

Naquela época a obscenidade de teu sexo recendia por toda a casa
A meu lado na varanda num jarro de louça uma natureza contrária
à minha emergência virente
Estávamos há quase dois séculos da Revolução Francesa
E aquela enorme flor amarela que nasceu no quintal junto ao banheiro
pólen corpo incêndio¹⁰⁰

O que a Revolução Francesa está fazendo aqui? Ajudará saber que Ferreira Gullar era ele próprio um marxista e revolucionário? Ajudará saber da fuga da corte Portuguesa para o Rio de Janeiro devido à invasão de Napoleão a Lisboa? Ajudará saber a caracterização que Hegel faz da morte durante o Terror como algo sem maior significação do que “cortar a cabeça de um repolho”? Só o poema pode nos dizer o que “a Revolução Francesa” significa *aqui*: a evocação da Revolução Francesa produz uma perspectiva a partir da qual a sexualidade humana aparece tão atávica e a-histórica que se torna indistinguível da sexualidade das plantas e, em contrapartida, uma perspectiva para a qual a própria História aparece tão distante e irrelevante para a biografia do poeta excitado quanto para o ciclo de vida da planta fértil. E a partir daqui o poema começa a desfraldar seus mistérios: a sexualidade da flor é “contrária” à do poeta no sentido de que apenas a do poeta se entende, paradoxalmente, como idêntica à da planta – e, portanto, talvez não seja tão a-histórica quanto parece. Seria possível, creio, explorar muito mais longamente esse poema. O fato de que o poeta é um marxista, no final das contas, é relevante, uma vez que ele mede a história em revoluções. Mas o ponto que busco ressaltar é que, enquanto “o contrário” possui uma definição

100 Ferreira Gullar, *Toda Poesia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2015) 115.

mais ou menos estável e “Revolução Francesa” possui um referente mais ou menos estável, só o poema pode nos dizer o que ambos, no poema, significam.

Essa ênfase no ato de interpretação, em si uma reinvidicação teórica cujas conseqüências tentarei deslindar a seguir, nada tem a ver com os recentes (mas perenes) slogans “pós-críticos” norte-americanos como “*surface reading*”, “*just Reading*”, e daí em diante, os quais, quando possuem alguma substância teórica, tentam desacreditar o método e a interpretação ao mesmo tempo, reduzindo com isso a obra literária a um objeto-fetiche cujo valor torna-se difícil de explicar. Em contraposição a essas abordagens, conservadoras e antipolíticas na medida em que evitam discussão e desacordo – e conseqüentemente também consenso –, o ímpeto por trás da insistência no método é geralmente salutar: a saber, extrair todas as implicações do “ato socialmente simbólico” que é o texto literário. Vale lembrar a insistência de Fredric Jameson de que qualquer interpretação marxista propriamente dita deve se mover pelos quatro níveis alegóricos medievais, do literal ao alegórico (a intervenção do significado pretendido do texto em seu contexto histórico e político imediato), passando pelo moral (a conseqüência necessária, consciente ou não, dessa intervenção no conflito de classe) até o “Anagógico” (a conseqüência necessária, consciente ou não, da luta de classes na grande dialética da sucessão dos modos de produção). Mas uma vez que essas conseqüências são necessárias de uma perspectiva marxista, a despeito de serem conscientes ou não, não é preciso fazer reinvidicações metodológicas de interpretação, nem se apoiar nelas, para encontrar tais conseqüências e levar outros a enxergá-las. Ao invés disso, deve-se estar atento a elas, o que significa dizer que é apenas preciso ser um marxista ou estar disposto a adotar, ainda que provisoriamente, os eixos fundamentais do marxismo. É preciso somente entender ou ser capaz de aceitar a possibilidade de que a luta de classes é o motor da história e de que a história é, em última

instância, a história dos modos de produção. Pensar nessa atenção como um método introduz problemas desnecessários.

Tomemos como exemplar apenas uma frase da declaração principal de Jameson a respeito da interpretação literária, na qual ele destaca “pontos nodais implícitos no sistema ideológico [do texto literário] que, entretanto, permanecem não realizados na superfície do texto, que falharam em tornar-se manifestos na lógica da narrativa e que podemos então ler como aquilo que o texto reprime.”¹⁰¹ Note-se a complexidade da operação retórica aqui. A frase, que busca de maneira ampla caracterizar o “não dito” do texto literário, percorre quatro quase-sinônimos: “implícito”, “não realizado”, latente (como oposto de “manifesto”) e, finalmente, “reprimido”. Nesse movimento, a premissa central ganha, a cada passo, em peso teórico exatamente o que perde em autoevidência. A frase começa no “implícito” – o que faz apenas a afirmação mínima, quase teórica, de que “atos socialmente simbólicos”, como todos os atos, têm consequências e pressupostos, muitos dos quais não estão presentes na mente do ator no ato, e que podem ser considerados um “inconsciente” hegeliano puramente negativo. A frase termina com o “reprimido”, o que evoca uma teoria positiva do inconsciente que, como todas as teorias positivas do sujeito, da astrologia a frenologia, passando por Lacan e Althusser, até os últimos afãs populares em relação à inteligência artificial e à ciência do cérebro, não somos obrigados a levar a sério (enquanto isso, o verbo modal final em “podemos então ler como”, na gramática jamesoniana que abunda em “poderia”, “deveria”, “iria”, torna-se uma espécie de equívoco: por que a descrição da parcialidade inevitável da apresentação literária – na verdade, de qualquer apresentação – como necessariamente uma “repressão” de conteúdo traumático deveria ter preferência em relação

101 Fredric Jameson, *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act*. (Ithaca: Cornell, 1981) 48.

à sua descrição enquanto simplesmente uma exigência – novamente, assim como qualquer outra ação – de acarretamentos e pressupostos implícitos?)

O ponto aqui não é resolver essa questão, embora eu tenha sugerido em outro texto que, em geral, as enormes contribuições de Jameson não exigem tal mudança de um inconsciente negativo para um positivo¹⁰². Ao contrário, gostaria de sublinhar que o enigma é produzido pela insistência num método. Significadoss “reprimidos” exigem um método para os desenterrar (ou a vontade do método exige que os sentidos sejam reprimidos); significados “implícitos” simplesmente demandam interpretação.

Roberto Schwarz, em sua prática concreta de crítico literário, raramente falha em passar por todos os quatro momentos analíticos jamesonianos da interpretação, sem, contudo, necessariamente os separar em níveis ou empurrá-los para a forma alegórica. Consideremos, por exemplo, o ensaio do jovem Schwarz sobre Kafka, “Tribulação de um pai de família”, um *close reading* brilhante que não ocupa mais que cinco páginas¹⁰³. Como se sabe, a história de Kafka parece centrar-se em Odradek, um objeto estranho que parece um carretel, mas não é, já que sua forma de carretel, coberta de fato por pedaços de fio embaçado, é complementada por duas hastes cruzadas que possibilitam que ele permaneça “em pé como se estivesse sobre duas pernas”¹⁰⁴. Odradek, no entanto, fala. A pergunta alegórica imediata pareceria ser: o que Odradek representa? Mas o segredo alegórico, como o segredo dos “Onze filhos” de Kafka, que o autor confessou ser “simplesmente

102 See Nicholas Brown, *Autonomy: The Social Ontology of Art Under Capitalism* (Durham: Duke, 2019) 11-12.

103 Roberto Schwarz, “Worries of a Family Man,” trans. Nicholas Brown, *Mediations* 23.1 (Fall 2007) 25. N.T. Edição original utilizada. Roberto Schwarz. “Tribulação de um pai de família”. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 21.

104 Franz Kafka, “Die Sorge des Hausvaters,” in *Erzählungen* (Berlin: S. Fischer, 1965) 171.

onze histórias nas quais trabalho”, pode acabar sendo completamente banal. De fato, parece plausível que se “Odradek” substitui algum outro objeto ou categoria substantiva, é mais provável que seja o próprio conto ou a categoria de obra de arte, sobre as quais pode-se dizer que, como Odradek, são “inúteis, mas, à sua maneira, completas”. Mas Schwarz faz uma descoberta que método nenhum, a não ser o próprio conto, seria capaz de provocar: Odradek é uma pista falsa. A história é realmente “sobre” – como, de fato, anuncia abertamente seu título – seu narrador e sua postura subjetiva inconsistente (mas logicamente estruturada) confrontada com a existência de Odradek: a princípio divertida, então condescendente, desdenhosa, ansiosa, e, finalmente, homicida, embora esta última seja expressa com decoro¹⁰⁵. Por que o pequeno Odradek deveria suscitar qualquer reação, e além do mais essa sequência específica? Qualquer que seja o conteúdo alegórico de Odradek, sabemos que sua existência é descrita pelo pai de família como autoevidente: ele não serve a nenhum propósito externo, é, mais uma vez, “inútil, mas completo à sua maneira”. Enquanto tal, ele é, nas palavras de Schwarz, a “construção lógica e estrita da negação da vida burguesa” (23/24), que submete toda a existência à lógica do mercado. Num momento de clímax, demonstra-se que a construção lógica, que não requer nenhum conteúdo específico, descreve um “lumpenproletariat” sem fome e sem medo da polícia” (24/24). E com esse golpe, Schwarz alcança imediatamente todos os três níveis alegóricos de Jameson. A ansiedade do pai de família claramente tem um caráter de classe: a história não funcionaria se o narrador fosse um entregador ou a empregada. Mas, mais importante, sua ansiedade deriva da fragilidade oculta de uma ordem social que depende, para sobreviver, da distribuição da violência e da fome. O que pode, numa concepção inicial, ter sido pensado como uma mera alegoria da micropolítica

105 “Worries of a Family Man” 25/26.

do filisteísmo pequeno-burguês, acaba requerendo, em seu corolário estrutural, algo como a reconhecimento de que a própria existência de uma alternativa à ordem burguesa, mesmo a forma pouco enfática de Odradek ou da obra de arte, imediatamente sugere a preocupante possibilidade de dissolução dessa ordem. Essa existência ameaçadora, que Schwarz nomeia como lumpenproletariat sem medo e sem fome, não é um referente secreto: o lumpenproletariat real é faminto e, sim, tem medo da polícia. Uma metáfora que ajuda a entender outra: interpretação como ato criativo.

A formulação de Schwarz é uma espécie de paráfrase – tanto quanto uma construção esquemática impossível como o próprio Odradek – que nos leva à verdade da formulação de Kafka. A questão a respeito do discernimento de Kafka da implicação, consciente ou inconsciente, não precisa surgir.

É claro que Schwarz prossegue em seu comentário por meio de uma espécie de “método”, ou seja, uma sensibilidade extraordinária às mudanças na voz narrativa. Mas sua perspicácia não pode ser considerada um método no sentido a priori referido acima: na medida em que se considera a leitura de Schwarz convincente, é possível concordar que a lógica da história, em certo sentido, seu enredo, de fato consiste em uma série de mudanças infinitesimais na voz narrativa. Uma perspicácia extraordinária em relação à voz narrativa será útil em outro lugar – de maneira notável nas leituras feitas por Schwarz das últimas grandes obras de Machado de Assis –, mas não necessariamente ao ler Clarice Lispector. Note-se também que esse “método” mais modesto, a saber, a tentativa de seguir essas pistas interpretativas imanentes ao próprio texto, não pode servir como uma garantia, por mínima que seja, de justiça interpretativa. Tal garantia não está disponível. Interpretação é uma questão de desacordo, cuja base é o consenso (seria possível dizer também: interpretação é uma questão de consenso, cuja base é o desacordo). Voltaremos a isso.

Só porque o significado não é governado por regras (e, portanto, não é guiado de forma útil pelo método), não significa que não há mais nada a ser dito a respeito do que estamos fazendo quando interpretamos obras de arte. Como uma maneira de começar a abordar a questão, voltarei primeiramente ao ensaio inaugural publicado em 1970 por Antonio Candido a respeito o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1854), de Manuel Antônio de Almeida¹⁰⁶. A maior parte do ensaio de Antonio Candido é dedicada a extrair os aspectos formais do romance de Almeida, cuja textura distintiva advém da figura do *malandro*. No romance, o malandro não é exatamente um tipo, embora o seja também e com certeza torne-se um no curso subsequente da história literária brasileira. Ao contrário, ele é um princípio de composição, uma figura que oscila entre dois polos que Antonio Candido chama respectivamente de “ordem” e “desordem”: algo reconhecível como a sociedade burguesa, de um lado, com suas leis, casamentos, profissões e tudo o mais, e, de outro, uma zona maior, difícil de qualificar, que apresenta “vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia” (95). Esse movimento, uma vez que atentamos a ele, acaba por governar o romance como um todo, tanto que o onipresente Major Vidigal, o assustador representante da ordem no romance, acaba por obedecer a mesma lógica. Numa cena culminante e engraçada, o major, surpreendido em casa de roupão por três mulheres que querem interceder a seu favor, corre para dentro e ressurgue vestindo seu casaco do uniforme – mas sem calças. O major, suscetível e complacente aos agrados das mulheres, aparece de “farda da cintura para cima, roupa caseira da cintura para baixo – encorajando a razão nas bitolas da lei e desafogando o plexo solar nas indisciplinas amáveis” (95).

106 Antonio Candido, “Dialética da malandragem,” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 8 (June 1970): 67-89.

Num momento decisivo, o ensaio de Antonio Candido distingue dois modelos literários conflitantes no romance de Almeida. De um lado, o romance apresenta um modo descritivo, principalmente relativo à cor local (o exemplo é a procissão quaresmal patrocinada pela guilda dos ourives). De outro lado, ele apresenta um modo narrativo, no qual a cor local é subsumida por uma lógica formal (o exemplo é a luta de capoeira presente nos dois lados da dialética ordem-desordem que Candido destaca como essencial para a forma do romance). Mas para Candido, esses dois modos não existem apenas lado a lado. Ao contrário, o segundo modo é o “correto”; o primeiro é, “senão errado, imperfeito, por motivos de natureza estrutural” (88). O julgamento é evidentemente acertado, mas no que ele se apoia? As “normas tradicionais de composição” evocadas por Candido são critérios externos e, portanto, insuficientes para a explicação.

Apenas o primeiro modo é, estritamente falando, um modo mimético. No modo descritivo, o texto deve sua autoridade a fatos exteriores ao texto, que este é, de uma forma ou de outra, obrigado a espelhar, refletir ou representar. Há pelo menos dois problemas relacionados nesse modo: um teórico e, um, digamos, político. O problema teórico é que a representação nunca pode fazer justiça ao objeto representado. Toda descrição é inevitavelmente não apenas parcial, mas ocupa-se no esquema das coisas com uma seleção risivelmente pequena dos atributos possíveis. Inevitavelmente alguma coibição deve se aplicar ao número potencialmente ilimitado de atributos descritivos e essa verificação ou é arbitrária ou uma questão de ponto de vista. E, com isso, já recaímos no problema ideológico da mimesis enquanto tal. A autoridade pertence ao objeto, que pode apenas ser espelhado, refletido ou representado pelo texto. Mas, na verdade, nada do tipo está se passando; o que é renegado no ato da representação é o papel ativo que a representação tem na construção do próprio objeto. Ao apresentar a si mesma como uma representação da realidade, a representação torna

opaco o fato de que a realidade apresentada é produção sua. O ato de representação sempre vai se caracterizar por uma falsidade essencial, diverso de quaisquer imprecisões contingentes que também possam estar presentes. Nenhuma autoridade poderia decidir por nós entre representações sem apelo ao real, que em si mesmo não é mais que outra representação, mesmo que a força de tal apelo ao real seja para tornar as representações irrelevantes. O que não significa dizer que os discursos contemporâneos se cansarão de nos apresentar candidatos impróprios para tal autoridade.

O problema é tão entediante quanto inescapável, e está no cerne das “críticas da representação” que não são mais uma questão de moda entre nós, mas, na verdade, continuam em nosso discurso prático-crítico. Enquanto o retrato literário for entendido como esgotado pela troca de símbolos miméticos, algo como o “efeito de realidade” barthesiano é o melhor que podemos esperar. Antonio Candido compreendeu, entretanto, que a “força de convicção” (88) com a qual a “impressão de realidade” (89) pode nos atingir nos textos literários não pode ser reduzida a algo logrado pela retórica.

O segundo modo é, por mais estranho que pareça, não mimético, embora possa envolver mimese. Mas aqui símbolos miméticos são subsumidos por outra lógica, que não a realidade apresentada que carrega autoridade. Uma vez que não se trata de fidelidade a uma realidade previamente construída, a parcialidade da descrição da luta de capoeira por Almeida não apresenta um problema. O que importa é a maneira como a luta de capoeira é subsumida pela narrativa, o fato de que, enquanto um ato disruptivo que é previamente conhecido pela polícia, ela se desloca sem esforço, como tudo no romance, entre os polos da ordem e da desordem. Porque, na leitura de Candido, este é o princípio mesmo de composição que governa a construção do enredo, não há nada oculto: o enredo e sua estrutura são, obviamente, justamente aquilo que é submetido para nós enquanto objeto de nosso julgamento.

Finalmente, como veremos a seguir, o modo narrativo introduz um critério. Se todas as representações são parciais, então não há nada por meio do que julgá-las a não ser por meio de sua comparação com o objeto representado – uma comparação que torna a representação irrelevante. Mas nem todas as narrativas impõem convicção.

Se uma obra de arte não imita a realidade, qual é a sua relação com a realidade? Nós dissemos que a autoridade não reside nos elementos miméticos, mas na forma, que não é, estritamente falando, mimética. Mas não devemos incorrer no erro de reproduzir o problema da mimese no nível da forma, ou seja, de sugerir apenas que as relações entre elementos espelham, refletem ou imitam relações entre elementos na realidade. Nós simplesmente incorreríamos nos mesmos problemas num patamar mais alto de sofisticação. Ao contrário, precisamos entender a forma literária como algo fundamentalmente diferente do que uma correspondência, de maneira mais ou menos fiel, a formas que já existem na realidade. Porém, a forma tampouco é uma questão de virtuosismo e isso se aplica igualmente aos modos de arte que chamamos “abstrata”, “modernista” ou “pós-moderna”, assim como àqueles que chamamos de “realista”. Forma é, ao contrário, um princípio ativo, na verdade, uma espécie de tese ou postulação ativa. Como afirma Schwarz em seu comentário ao ensaio de Candido: “a dialética de ordem e desordem é um *princípio de generalização* que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (...) dando-lhes inteligibilidade”.¹⁰⁷ Não há correlação “objetiva” e preexistente entre ficção e realidade; que tal correlação real exista é, ao contrário, o que reivindica o romance por si mesmo. “Noutras palavras, antes de ser intuída e objetivada pelo romancista, a forma

107 Roberto Schwarz, “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem,’” in *Que horas são?* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002) 133.

que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, *mesmo que ninguém saiba dela*” (141, grifos nossos).¹⁰⁸

Podemos afirmar, portanto, que o romance torna visível a realidade. Mas este, novamente, não é um fato que possa ser diretamente aferido da realidade ela mesma; ao contrário, ele é a reivindicação do próprio romance (reivindicações de verdade, sem dúvida, não são miméticas; do contrário, teria sido muito difícil escrever a primeira parte dessa frase). Romances não contêm reivindicações de verdade (ao contrário, como veremos a seguir, as reivindicações de verdade que eles contêm são relativizadas e subordinadas ao movimento do todo). Eles são, ao contrário, eles próprios, reivindicações de verdade: “as coisas ficam assim” [*things stand so*], de modo que “coisas”, “ficam” e “assim”, tudo é entendido no processo de interpretação da obra.

Leituras marxistas da arte burguesa podem parecer um problema para essa formulação, já que tais leituras exigiriam um certo excesso de sentido em relação à intenção – exigiriam um “inconsciente”. Um exemplo particularmente forte seria a leitura de Jameson de *The Childermass*, de Wyndham Lewis; a leitura de Antonio Candido do *Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, também se encaixa nessa descrição.¹⁰⁹ Contudo, é fundamental especificar no que reside esse excesso. Nessas

108 “Forma objetiva” é um conceito difícil na obra de Schwarz, porque a forma é “objetiva” num sentido muito específico, evidentemente Hegeliano, se não me engano, o que pode oferecer mal-entendidos àqueles que são tentados a entender “objetivo” em seu sentido mais cotidiano e empírico. Em seu comentário à leitura de Candido do *Cortiço*, (ver nota II), “forma objetiva” é um “esquema”, produzido pela história, mas produzido de forma utilizável pelo historiador, que “não se extingue em suas manifestações singulares”. O que é objetivo aqui – o que é ativo no real – é uma lógica. Mas essa lógica, ativa na produção dos fatos, não é acessível como um fato em si mesma (ela não se esgota em suas manifestações). A ideia de que a lógica não é apenas uma função de nosso aparato mental, mas, ao invés disso, ativa no real, que o real é responsivo à razão, é, de novo se não estou enganado, a tese fundamental de Hegel: “a essência deve aparecer”.

109 See Fredric Jameson, *Fables of Aggression: Wyndham Lewis, The Modernist as Fascist* (Berkeley: U of California, 1979), and Antonio Candido, “De cortiço a cortiço,” *Novos Estudos-Cebrap* 30 (1991).

obras, estamos lidando com “reivindicações de verdade” ou “atos socialmente simbólicos” que não estão em harmonia uns com os outros e cuja interação vai para além do controle de seu agente. Esta não é uma situação rara em ações humanas e não requer formulação teórica especial. Lewis, por exemplo, deseja que seu romance negue a pertinência da classe para entender sociedades como a sua. Ele também deseja organizar seu romance de acordo com uma lógica social que é suficientemente plausível para ter relevância em sociedades como a sua; ou seja, ele deseja escrever o que é em sua perspectiva (i.e. seus padrões) então, a re-inscrição insistente e cada vez mais bizarra da classe em *The Childermass* não deve ser entendida como um “retorno do reprimido” freudiano, mas, ao contrário, como um exemplo da “astúcia da razão” hegeliana, o que nada mais é do que a confirmação de que implicações lógicas são implicações reais. Sociedades como a de Lewis são sociedades de classe e reivindicações sobre elas de natureza romanesca [*novelistic*], no nível que Lewis deseja fazer, não podem ser feitas de maneira plausível sem mobilizar a lógica de classe.

Este ou aquele sentido discreto (reivindicações de qualquer tipo que possamos chamar de ideológicas num sentido amplo) podem interferir de maneira decisiva com a intenção romanesca. Mas, então, teremos um romance falido, no qual a intenção discreta aparece somente como um tipo de exigência externa sem apoio algum na tessitura do próprio romance. Por outro lado, como no caso do romance de Azevedo, a intenção romanesca – escrever um romance que seja bem-sucedido enquanto romance – pode relativizar completamente intenções mais discretas: de fato, como no caso de Azevedo, ela pode produzir verdades sobre essas intenções discretas que, se tomadas de maneira explícita, tornariam essas intenções discretas nulas. Uma vez que o próprio modo do romance, seu espontâneo critério interno, é o critério de plausibilidade, o conflito da intenção romanesca com as várias mensagens pontuais tende a ser um jogo assimétrico de gato e

rato. No romance de Azevedo, a representação chauvinista do trabalho imigrante, que acaba por evocar um sistema de difamação de classe e de raça, é subsumido sob a lógica de acumulação de capital que, ao conferir ao romance sua consistência, não só desmente o chauvinismo do romance, como revela a verdade dele, seu deslocamento ideológico das relações de classe. Nas palavras de Schwarz, a incompatibilidade entre parte e todo e a subsunção da primeira pelo último, “sem serem visados, naturalmente foram buscados pelo escritor, que achou que o livro estava bom”¹¹⁰.

O que quero dizer com a ideia de que romances são reivindicações de verdade complexas pode ser esclarecido por um retorno ao ensaio “Narrar ou descrever?”, de Georg Lukács, publicado em 1936, que, salvo engano, é pressuposto de ambas as contribuições de Candido e Schwarz. Lá, como em outros escritos, Lukács utiliza a palavra infeliz *Widerspiegelung*, reflexão ou espelhamento, para caracterizar a essência da arte narrativa. Mas a primeira ocorrência da palavra nesse ensaio, a transforma num “reflexo animado, artístico” e, mais para a frente, numa expressão tão paradoxal que deve deter nossa linha de raciocínio prévia, ele se refere à “arte do romance” como um subconjunto da arte épica, que apresenta à sociedade uma “imagem-reflexo mais clara e intensa” de si mesma.¹¹¹ A imagem-reflexo atinge sua intensidade máxima, entretanto, por meio de uma “justa distribuição dos pesos [...] na acentuação apropriada do essencial” (213/61). “Justa” e “apropriada” são termos normativos [“*richtig*” e “*recht*”: certo]: elas não só não têm equivalentes como nenhum equivalente possível em

110 Roberto Schwarz, “Adequação nacional e originalidade crítica,” in *Seqüências brasileiras* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999) 41-42.

111 Georg Lukács, “Erzählen oder beschreiben?” in *Georg Lukács Werke Vol. 4, Essays über Realismus* (Neuwied and Berlin: Luchterhand, 1971) 207. N. T. Para as traduções, consultou-se: Georg Lukács. “Narrar ou descrever”. In: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

qualquer aspecto da sociedade a ser “espelhado”. Pode-se perdoar quem pensa que o ponto de vista normativo é apenas o de Lukács: o que é “justo” e “apropriado” é o que concorda com a sua concepção de realidade, mais especificamente, com a sua concepção de mudança histórica. Mas ao mesmo tempo em que a sua preferência pelo conteúdo épico em todas as artes guia sua leitura, não é só isso que Lukács quer designar por “justa” e “apropriada” (conferir as críticas aos romances de Willi Bredel, nas quais uma perspectiva absolutamente “certa” das estruturas sociais é insuficiente para fazê-los bem-sucedidos enquanto romances)¹¹². De fato, o critério que Lukács tem em mente segue-se imediatamente: “Uma obra é tão mais universal e empolgante [...] quando aparece não como um produto artificial do virtuosismo da artista, mas como desdobramento natural, como algo que não foi inventado, mas descoberto” (213/61). Em outras palavras, a arte narrativa é sempre submetida ao nosso julgamento e os critérios por meio dos quais a julgamos não se referem a se ela foi simplesmente descoberta – uma impossibilidade óbvia – mas se seu conteúdo se apresenta como se fosse simplesmente descoberto. Como Hegel havia destacado antes de Lukács, para a arte, é necessária “uma vitalidade, na qual a universalidade não está presente como norma e máxima; pelo contrário, age em uníssono com o ânimo e o sentimento”¹¹³. Isto é, a arte narrativa convida ao julgamento por um critério que chamarei de “plausibilidade”, mas pelo qual designo algo específico para além da credibilidade. O que Lukács valoriza no romance histórico clássico é que novos temas apareçam “como se fosse, por si mesmos” – mas

112 See “Für Dialektik als literarisches Prinzip,” in *Essays über Realismus*, Georg Lukács Werke, vol. 4, *Probleme des Realismus I* (Neuwied and Berlin: Luchterhand, 1971) 13-18.

113 G.W.F. Hegel, *Vorlesungen über die Ästhetik*, Vol. 1, *Werke* Vol. 13 (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970) 25; *Hegel's Aesthetics*, Vol. 1, trans. T.M. Knox (Oxford: Clarendon, 1975) 10. Daqui em o texto alemão é citado como V e as páginas correspondentes na citação em inglês são citadas como A. N.T. Para as traduções, consultou-se: G.W.F. Hegel. *Cursos de Estética. Volume I*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 35

não, evidentemente, por eles mesmos – da emergência de um novo “sentimento” das forças motoras da história. O que está contido no “como se fosse” é o valor da superação de uma “resistência organizadora e produtiva” no material; em outras palavras, o alcance de uma unidade da forma e do conteúdo que é lograda quando, como afirma Candido, a “impressão de realidade” de uma obra nos atinge com “a força da convicção”. Plausibilidade, nesse sentido, é o que Robert Pippin chama de “marcador sensível-afetivo de verdade”¹¹⁴. Nessa chave, plausibilidade é um critério mais elevado que a justiça mimética, que é impossível alcançar e, por essa razão, sem valor.

O critério de plausibilidade – que o sentido da obra apareça como algo “não inventado, mas descoberto” – requer que todo aspecto pertinente da obra apareça a nós como sendo, à sua maneira, *certo* – ainda que o autor não tenha uma abordagem explícita das razões para tal correção. Como afirma Hegel,

a arte transforma cada uma de suas configurações num Argos de mil olhos, para que a alma e a espiritualidade internas sejam vistas em todos os pontos. E ela não deve permitir que apenas a forma corporal, as feições do rosto, os gestos e a posição se transformem por toda parte em olho – no qual a alma livre se deixa conhecer em sua infinitude interior –, mas igualmente também as ações e os acontecimentos, os discursos e os sons, e a série de seus decursos, passando por todas as condições do aparecer. (V 203-4, A 153-4/ 166)

114 Georg Lukács, *The Historical Novel*, trans. Hannah and Stanley Mitchell (Lincoln: U of Nebraska P, 1983) 244; Robert Pippin, *After the Beautiful* (Chicago: U of Chicago, 2014) 135. N. T. Para as traduções, consultou-se: Georg Lukács. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011. “Subjetivo, mas universal” não é frase nem de Pippin, nem de Lukács, mas minha paráfrase do modo kantiano de julgamento estético, que é especificado à frente, nas palestras de Hegel sobre belas artes, como devido à intermediação absoluta de forma e conteúdo na obra de arte.

Por “alma livre”, Hegel refere-se a algo como o personagem, mas as palavras se aplicam igualmente ao cenário, tom, cor, profundidade, desenvolvimento harmônico, o que quer que seja. É isso o que significa, para o sentido artístico, ser “inseparável do sentimento e da experiência sensível”. No momento em que essa inseparabilidade falha, ficamos com algo “inventado”, algo disponível em outro lugar como lei ou máxima, apenas “correto” nos termos de Lukács, mas sem valor enquanto arte, a despeito de quão verdadeira ou certa possa ser a lei ou a máxima. O interlocutor de Odradek, o pai de família, apresenta uma impressão da realidade que nos atinge com a força da convicção, ainda que o próprio Odradek seja uma invenção fabulosa. A reação do pai de família, que sentimos com alguma certeza, mas sem consciência clara das razões dessa certeza, é certa. A tarefa do crítico é trazer à luz essas razões.

Candido aponta que o *Memórias*, de Almeida, atinge o ponto de vista [*standpoint*] da totalidade pela via da compressão radical da perspectiva [*viewpoint*]. O livro apresenta uma “impressão de realidade” que nos atinge com a “força de convicção”, a despeito da quase ausência tanto de escravos quanto de senhores de terra no Brasil do século XIX, o que significa afirmar, da quase ausência da força de trabalho e da classe dominante (87). “Suprimindo o escravo, [Almeida] suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando” (95). Apesar de ignorar as duas maiores postulantes a forças que de fato moldavam a sociedade brasileira nesse período, o romance “sugere a presença viva de uma sociedade que nos parece bastante coerente e existente” (86). Uma falha no que se refere a qualquer padrão mimético aparece nesse caso como pré-condição para a capacidade do romance em forçar a evidência. O romance de Almeida e, principalmente, seu princípio formal de oscilação entre ordem e desordem, nos permite intuir “além dos fragmentos descritos, certos princípios constitutivos da sociedade – um elemento oculto que age como totalizador dos aspectos parciais” (89).

Essa “impressão de realidade” (96), no entanto, é um julgamento puramente subjetivo, mas modalmente universal. Qual é a “realidade” cuja presença sentimos? Ao mesmo tempo que pertence aqui ao real, a forma social não é um fato. A forma é, ao contrário, imposta aos fatos de duas ordens diferentes: tanto os fatos da experiência vivida e do registro histórico, quanto os fatos ficcionais que pertencem apenas ao romance. É isso que Schwarz designa por separação “quase total” das ordens real e ficcional: fatos não correspondem a fatos, mas os dois conjuntos de fatos são submetidos à mesma lógica, “graças [a qual] se tornam coerentes as duas séries, a real e a fictícia” (96). Em segundo lugar, enquanto esse é um processo claramente cognitivo, ele é um processo cognitivo de tipo específico. Como vimos, as categorias de julgamento de Antonio Candido são expressamente subjetivas: o “senso” ou “sentimento” ou “impressão” da realidade, que carrega uma “força de convicção” maior ou menor. Mas se a plausibilidade é uma determinação subjetiva, seu modo é, não obstante, universal: se discordamos em relação à “impressão de realidade” produzida por uma obra de ficção, nós não temos simplesmente opiniões ou gosto diversos: nós discordamos, na verdade, a respeito de quais aspectos proeminentes da obra de arte são, de fato, *certos*. Não devemos ficar estarecidos ou desapontados com o fato de que essa modalidade de julgamento assenta-se em nada mais sólido do que argumentação e consenso (a política também o faz). Desde Kant, o julgamento estético tem sido entendido como, de forma apenas aparentemente paradoxal, ao mesmo tempo subjetivo e universal. O fundamento desse modo de julgamento, a que retornaremos em breve, é um conjunto incipiente de convicções implícitas, que pode ser revelado gradativamente pela reflexão, mas que não está disponível diretamente à consciência, e sem o qual a experiência não seria inteligível em primeiro lugar. Vale lembrar que, como vimos anteriormente, para Schwarz, uma forma social pode, aparentemente de maneira paradoxal, ser reconhecida

sem ter sido previamente conhecida. Pelas mesmas razões, o realismo é inerente a obras que, como *Memórias de um sargento de milícias*, parecem muito distantes da alta tradição realista.

Num momento de clímax em “Narrar ou descrever”, Lukács insiste: “não há composição sem concepção de mundo” (228/79). Ou, como afirma em outro lugar no mesmo ensaio, a essência artística da composição é uma “visão de mundo objetivada como forma” (227)¹¹⁵; noutra nível de abstração, Lukács está repetindo uma ideia defendida por Schelling: “a intuição estética é precisamente a intuição intelectual objetivada”¹¹⁶. Em outras palavras, o que está em jogo na alegação de que obras de arte não mimetizam a realidade, mas, antes, fazem alegações sobre ela, é uma concepção de consciência como princípio ativo: o que Hegel chamava de negatividade, a relação autônoma com condições que são, na sua realidade externa, determinantes Marx pode ter colocado, conforme disse Engels, a tradição hegeliana em pé novamente. Mas o marxismo é, todavia, o legado sobrevivente da linhagem que vai de Kant, passando por Fichte e Schelling, até Hegel.

Vivemos num momento peculiar no qual o anti-humanismo, cinquenta anos após seu momento de triunfo sobre a tradição dialética na França, ainda é e de maneira surpreendente, simultaneamente: a marca distintiva da teoria crítica avançada na nossa chamada esquerda universitária norteamericana; a consequência explícita da ideologia de mercado na direita e em nossa chamada centro-esquerda; e o pressuposto irrefletido da ciência cognitiva e computacional dominante. Em 1800, Schelling denunciou a exigência de que a arte se justificasse pela utilidade, uma exigência que só poderia ser feita “numa época para a qual os mais altos esforços do espírito humano consistem em

115 N.T. Optei por traduzir diretamente do texto de Nicholas Brown, pois a tradução brasileira disponível difere consideravelmente de sua formulação.

116 Friedrich Schelling, *System des transzendentalen Idealismus* (Hamburg: Felix Meiner, 2000) 296.

descobertas com aplicação econômica direta”. Ao lado essa frase, nas margens, ele rabiscou em seu próprio exemplar um adendo ilustrativo: “beterrabas”¹¹⁷. A exigência que a arte expresse seu valor da mesma forma que a agronomia não surpreenderia um alto burocrata universitário hoje em dia; atualmente, um alto burocrata universitário pode fazê-la ele mesmo. Eu defendi, em outro texto, que o problema do significado, o problema da consciência como algo que não pode ser compreendido em termos computacionais, está particularmente sob pressão em nossa época, uma época na qual vários discursos, da economia neoliberal, passando pela “*Object Oriented Ontology*”, até a “*affect theory*”, têm procurado derrubar o conceito de consciência enquanto um princípio ativo e as tentativas de defender tal noção de consciência, no sentido expansivo e robusto de significado e interpretação, têm ampla importância política (para uma posição político-literária) – na verdade, defender um sentido expandido de interpretação é, no nosso campo limitado, uma defesa da política enquanto tal¹¹⁸. Pode-se imaginar um mundo – onde eu, ao menos, gostaria de viver – no qual consciência, significado e interpretação não estivessem sob tamanha pressão. Tal mundo seria mais distinto do nosso do que pode parecer inicialmente, mas o que vale salientar agora é que ele é eminentemente possível. E em tal mundo – um mundo no qual algo como a negatividade hegeliana, algo como a liberdade humana, algo como a política, algo como a razão fossem reconhecidas de maneira hegemônica como centrais para as questões humanas – a valência política específica que atribuo à arte nesta explicação se extinguiria.

Se obras de arte são reivindicações de verdade complexas e interpretação é o que fazemos quando buscamos entendê-las e,

117 Schelling, *System des transzendentalen Idealismus* 293-4.

118 See Nicholas Brown, *Autonomy: The Social Ontology of Art Under Capitalism* (Durham: Duke, 2019) 33-39.

inseparavelmente disso, julgá-las, ficamos com a questão referente à dignidade cognitiva da arte. Não preciso gastar fôlego algum criticando a ideia, muito comum nas páginas culturais, que o valor da arte não reside apenas em sua equiparação às beterrabas, mas igualmente nas “histórias que contamos a nós mesmos”. Se fosse esse o caso, uma história valeria como qualquer outra desde que satisfizesse qualquer credulidade que recorrêssemos ao mercado para nos satisfazer. A questão é, ao contrário: a arte pode produzir verdades que o conhecimento sistemático não pode? Conforme entendia Hegel, em nosso domínio limitado da crítica literária, há muito em jogo nessa questão. Se respondemos na negativa, temos que enfrentar a defesa de Hegel de que a arte é “coisa do passado”, uma ideia que, vale lembrar, nada tem a ver com o desaparecimento histórico da arte, com uma decadência secular de sua qualidade ou com a subsunção empírica da produção e circulação da arte por outra lógica, mas sim, com uma falta de fé normativa de que a arte possa cumprir para nós sua “mais alta tarefa” (V 25, A 11/32). Se ao menos alguns de nós na disciplina de estudos literários não perdermos essa fé – é certo que entidades como reitores universitários e conselhos de curadores em geral o fizeram – então a preocupação de Hegel em relação ao “fim da arte” é imediatamente relevante para nós.

Robert Pippin defendeu recentemente e de forma persuasiva que o “fim da arte” para Hegel está diretamente ligado ao que se pode chamar de grande erro de Hegel, a saber (resumo aqui de maneira imprudente), a pressuposição de que as instituições burguesas emergentes mediarão o conflito social de forma tão bem-sucedida e explícita que a sociedade assumiria um grau de transparência para si mesma que tornaria obsoleta a “mais alta tarefa” da arte¹¹⁹. Isso não está longe do Hegel de Lukács, e para completar o rascunho de Pippin com uma

119 Robert B. Pippin, *After the Beautiful* (Chicago: U of Chicago, 2014).

pincelada lukácsiana, só restaria dizer (novamente resumindo de forma selvagem) que a razão pela qual as instituições burguesas falham em produzir tal transparência reside no fato de que a relação entre capital e trabalho é uma relação entre sujeito e objeto e também o é de forma irredutível, não contingente. Isto é, a relação entre capital e trabalho pode ser suprimida ou administrada, mas para transformá-la numa relação entre sujeitos, numa relação humana genuinamente recíproca, seria necessário substituir como um todo a relação entre capital e trabalho. Na visão de Lukács, a traição da classe trabalhadora pela burguesia em 1848 marca, ao mesmo tempo, o fim das ilusões a respeito da universalidade das instituições burguesas e o início do modernismo enquanto abdicação da arte em relação à sua responsabilidade para com o todo ou, de maneira mais simpática, o reconhecimento da arte de que, dali em diante, ela não poderia mais se compreender como capaz de cumprir essa responsabilidade a não ser de modos que são, falando de forma geral, irônicos.

A leitura de Pippin é, em outras palavras, não apenas amplamente convincente em si mesma, mas amplamente compatível com ao menos uma linhagem poderosa do historicismo marxista. Hegel, no entanto, formula a questão em termos que talvez não sejam tão redutíveis às coordenadas de seu grande erro. O núcleo do argumento de Hegel é que, “para ser autêntico conteúdo da arte, a verdade ainda deve possuir a determinação de poder transitar para o sensível e de poder nele ser adequada a si” (V 23, A 9/34). Note-se que a segunda exigência é muito mais severa que a primeira. Algumas verdades matemáticas podem ser expressas de forma sensível, mas nessa forma não são, estritamente falando, matemáticas; elas não são, na forma sensível, “adequadas a si mesmas” enquanto verdades matemáticas. Em outras palavras, para que a arte sequer tenha uma tarefa, ela deve corresponder a uma forma de conhecimento que não é expressa de maneira mais adequada de outra maneira. Essa é a razão pela qual,

como já vimos, “para o interesse artístico bem como para a produção de obras de arte, exige-se antes, em termos gerais, uma vitalidade, na qual a universalidade não está presente como norma e máxima; pelo contrário, age em uníssono com o ânimo e o sentimento.” (V 25, A 10/35).

O sentimento é virtualmente o mesmo que Lukács expressou um século depois, citado acima, em que uma obra se torna “empolgante [...] quando aparece não como algo que não foi inventado [pela artista], mas descoberto” (213): em outras palavras, não uma ilustração de algo que existe na mente da artista, mas como já presente na própria experiência sensível. Se quiséssemos saber exatamente o que Hegel queria dizer, teríamos que observar de perto suas palavras. Mas o que temos são anotações de suas palestras, e quanto mais de perto olhamos, menos certos estamos do que Hegel queria dizer. Por exemplo, o que traduzi como “dá a impressão” se refere ao verbo *wirken*, que talvez de forma mais literal queira dizer algo como “funciona como”, “passa por”, “faz as vezes de”. Mas essa impressão é uma mera impressão ou, na verdade, alguns significados são inseparáveis do sentimento e da experiência sensível? Estamos lindando com uma retórica ou com uma forma de verdade? Todo o sentido dessas páginas é que, para Hegel, arte é um modo de apresentação, mas não corresponde a um modo de verdade. De um lado, a impressão de estar atado a aparências sensíveis é somente um efeito artístico ou, por outro lado, um déficit no conhecimento explícito. Há, creio eu, um “ainda” implícito no critério de Hegel: a arte tem um lugar no qual “o universal [ainda] não está disponível como lei e máxima”¹²⁰. Ou seja, o significado artístico

120 Schwarz parece flertar com essa versão temporal da deflação cognitiva da arte em sua comparação de Antonio Candido com Adorno, Lukács e Benjamin no final de seu ensaio sobre o comentário de Candido ao *Cortiço*, citado acima. Schwarz sugere que no contexto brasileiro, a crítica literária tem mais escopo do que na Europa, uma vez que enquanto na Europa crítica literária e teoria social se comprovavam e iluminavam mutuamente, no Brasil, a crítica literária estava a frente da teoria social. (“Adequação Nacional” 44-45). Sem dúvida isso é verdade. Mas a crítica literária que meramente

somente alcança sua mais alta tarefa quando, por alguma razão, o conhecimento sistemático do material não foi alcançado. Do contrário, a artista apenas produz a impressão de que um certo tipo de reinvindicação de verdade emerge de seu material ao invés de fora dele (as artistas certamente buscam esse efeito, mas a sugestão de Hegel parece ser que, na era moderna, tais efeitos sejam meramente efeitos e não, quando alcançados, os “marcadores de verdade sensível-afetivos” de Pippin. Se a arte apenas embeleza uma verdade cuja justiça deveria ter sido estabelecida em outro lugar, a “força de convicção” que ela impõe é, no final das contas, apenas um efeito de realidade. De um lado, o conhecimento sistemático não foi atingido e o conhecimento adquirido esteticamente será, eventualmente, senão hoje, tornado obsoleto e meramente ilustrativo por alguma disciplina sistemática. De outro lado, o conhecimento sistemático já existente terá sido evitado pela representação sensível, e ficamos com algo como uma propedêutica. Do ponto de vista da dignidade cognitiva da arte, nenhuma dessas possibilidades é satisfatória.

O problema para o qual Hegel chama nossa atenção, o qual permanece claramente germânico atualmente, é aquele da forma normativa assumida pelo conhecimento em sociedades como a nossa. Não é que, numa era que valoriza de forma justa o conhecimento científico, a artista seja “tentada a trazer mais reflexões para seu trabalho”.

Pelo contrário, a natureza de toda a cultura espiritual faz com que [a artista] esteja justamente no centro desse mundo reflexivo e de suas relações.

comprova a teoria social não seria de grande valia – “iluminar”, dependendo do que se quer dizer, nos leva de volta a uma compreensão mais robusta do conhecimento literário – e é difícil imaginar que teoria social iria de forma convincente confirmar os achados de *Candido* (ou, como vimos, com as leituras de Schwarz de Kafka e Brecht e seus próprios achados). Em um sentido laudatório, é claro, Schwarz está novamente correto, uma vez que o projeto de *Candido* exige que ele produza sua própria teoria social ao lado da crítica literária.

Ela não poderia abstraí-lo por vontade e decisão pessoais (V 25, A 11/35).

A arte sem dúvida permanece enquanto decoração, estimulante, sonífero, perda de tempo e assim por diante; isso nunca esteve em questão e nunca interessou. Mais do que isso, ela continuará a preservar alguma dignidade cognitiva enquanto prolegômenos e propedêutica ao conhecimento sistemático. Mas enquanto o conhecimento sistemático permanecer sendo nosso horizonte – e torçamos para que o faça – a “mais alta tarefa” da arte parecerá ter chegado ao fim.

Mas certos tipos de conhecimento são, sem serem misticamente intraduzíveis em conhecimento sistemático, acessíveis diretamente a nós apenas de forma corporificada. Intervalos musicais são simplesmente proporções – expressáveis diretamente como relações matemáticas simples. Quando você ouve uma oitava, você pode saber que está ouvindo a proporção 2:1, mas você não ouve a proporção 2:1. Alguém que saiba reconhecer uma oitava pode ensinar a alguém que não o sabe em um ou dois minutos. Nenhuma das duas pessoas precisa saber que está ouvindo a proporção 2:1. Decisivamente, tal conhecimento sequer é útil para seu projeto de ensinar.

O concerto para violino em Ré maior, de Beethoven, começa com os tímpanos anunciando a tonalidade – tocando Ré por cinco tempos – e os próximos oito compassos centram-se enfaticamente em Ré maior. Mas no décimo compasso (cerca de vinte segundos após o início), os primeiros violinos, discretos mas expostos, tocam quatro tempos em Ré suspenso, ecoando o ritmo dos tímpanos, mas, numa tonalidade, à primeira vista, completamente desconexa.¹²¹ Subitamente (compasso 12), as violas unem-se aos violinos na sua insistência em Ré suspenso.

121 Ludwig van Beethoven, Concerto for Violin and Orchestra in D Major, Op. 61, in *Great Romantic Violin Concertos in Full Score* (New York: Dover, 1985) 1-6, reprint from *Ludwig van Beethovens Werke, Serie 4: Violine mit Orchester, Nr. 29* (Leipzig: Breitkopf und Hartel, 1862-1865).

O efeito é surpreendente na primeira vez que se ouve: não é preciso nada além do treino habitual que todos nós temos, por vivermos num mundo saturado com o sistema tonal ocidental, para reconhecer que o Ré sustenido “não se encaixa”, que ele “surge do nada” ou, ao menos, de outro século, e que ele parece muito distante da tonalidade de Ré maior. Se soubermos o que esperar de um concerto de Beethoven, podemos confiar que seu significado se tornará claro para nós com o tempo, mas ainda não o é. Depois dessa enigmática apresentação em Ré sustenido, a orquestra se acomoda confortavelmente em Ré, passando de maneira dramática, porém breve, para Ré menor (compassos 28-42) e retornando para Ré maior para repetir o tema, submetendo então este último a uma modulação paralela em direção a Ré menor (compassos 51-56), com uma encantadora cadência enganosa que leva, duas vezes, brevemente a Fá (a relativa maior de Ré menor) antes de retornar ambas as vezes rapidamente a Ré menor (57-63). Em outras palavras, no próximo trecho, estamos bastante centrados em Ré. Mas no compasso 65 (aproximadamente com pouco mais de dois minutos), o motivo em Ré sustenido retorna inesperadamente, mas não sem preparação, nos violinos, com o resto das cordas suprimindo sob eles parte de um acorde diminuto que emerge do motivo em Ré sustenido para formar um acorde fortemente associado ao Ré maior (um acorde de Lá com sétima invertido, e por isso um tanto velado), sugerindo, de forma efetiva, um lugar para Ré sustenido no Ré maior. Nos próximos cinco compassos, num crescendo dramático, Beethoven nos ensina onde o Ré sustenido se encaixa em Ré maior, primeiro martelando o Ré sustenido – os violinos literalmente soletrando o acorde diminuto que ele ancora – e então nos levando naturalmente em direção ao

clímax, na passagem de um Mi menor invertido a um Lá maior com sétima e a um Ré maior.¹²²

Enfim, podemos pegar a partitura e desvendar tudo isso, como fiz há pouco, para chegar a uma compreensão técnica a respeito de como Beethoven conecta o Ré sustenido ao Ré maior. Mas o que eu gostaria de enfatizar é que essa explicação seria verdadeira, mas não convincente. “Você pode transformar Ré sustenido em Ré maior passando pela tonalidade relacionada de Mi menor” é, segundo as evidências, verdadeiro. Você pode colocar isso num manual e utilizar em outras composições. Mas a evidência consiste no que se ouve e nenhuma elaboração técnica tornaria essa tradução para a linguagem propositiva plausível (ou implausível, aliás), ainda que essa tradução seja fiel e, à sua maneira, completa. Mesmo que você seja uma das poucas pessoas no mundo que conseguem ouvir uma partitura em sua cabeça apenas por meio de sua leitura, você ainda teria de ouvi-la em sua cabeça para ser convencida por ela. Para o restante de nós, ouvir é acreditar. No momento em que ouvimos novamente o motivo de Ré sustenido, acompanhando a solista no compasso III, ele soa quase natural: não porque nos acostumamos a ele, mas porque sabemos o que significa e temos uma noção do caminho que ele pode percorrer, ainda que esse conhecimento e essa noção sejam elementos que não estabelecemos de maneira explícita na escuta.

Gostaria de sugerir que essa é a ordem de verdade que pertence à arte: há verdades que são mais ou menos facilmente traduzíveis em linguagem propositiva, mas cuja asserção só pode ser convincente em forma sensível. Tal verdade é, “na forma sensível, adequada a si mesma”. As demonstrações de tal verdade apelam ao nosso conhecimento enquanto seres corporificados, mundanos, auto-postulantes

122 Uma performance encantadora de Bettina Stegmann com a áspera, porém sensível, Orquestra Sinfônica Jovem de Mogi das Cruzes, com a regência Lelis Gerson, está disponível no on youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=79vChiME28s>

[self-positing], sociais, linguísticos, temporais (e assim por diante *ad infinitum* – neste caso, habitualmente tonais); é enquanto sujeitos formados em sociedades capitalistas que sentimos o caráter certo do pai de família de Kafka. Tais reivindicações de verdade não podem ser persuasivas numa forma proposicional, ainda que sua tradução para ela não imponha nenhum grande problema. A afirmação “o filisteísmo é uma forma de aparecimento da fragilidade da ordem burguesa” pode ser verdadeira, mas não é plausível nessa forma. Também não é implausível e é difícil imaginar qualquer combinação de fatos que a tornariam uma ou outra coisa – mas no comentário de Schwarz a Kafka, algo como essa proposição nos alcança com a força da convicção. A “poesia da representação [*Vorstellung*]” sensível não pode, em tais casos, ser suplantada pela “prosa do pensamento” (V 123, A 89). Em tais casos, a apresentação sensível não é nem prolegômenos e nem propedêutica. Hegel está simplesmente errado quando afirma, numa proposição geral, que “o pensamento e a reflexão sobrepujaram a bela arte” (V 24, A 10/34).

Mas podemos, enquanto marxistas, ser perdoados por procurar na arte algo mais épico em termos de significância (o que não significa dizer que as inovações de Beethoven são despidas de conteúdo épico). Aqui quero voltar uma vez mais à obra de Roberto Schwarz e, em particular, à sua leitura magnífica de *Santa Joana dos mato-douros*, de Bertolt Brecht¹²³. Como é de conhecimento geral, Brecht valorizava o conteúdo didático de suas peças; no caso de *Santa Joana*, lições referentes à organização do trabalho, do funcionamento de monopólios e mercado de commodities. Mas esse tipo de conhecimento já está disponível em sua forma reflexiva, abstrata e sistemática,

123 Roberto Schwarz, “The Relevance of Brecht: High Points and Low,” trans. Emilio Sauri, *Mediations* 23.1 (Fall 2007) 27–61. Edição original utilizada. Roberto Schwarz. “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

principalmente, embora não exclusivamente, nos próprios clássicos marxistas. Pensamento e reflexão, nesse caso, de fato “sobrepuseram a bela arte” e, ao passo que o valor propedêutico é reivindicado, não é óbvio que sua expressão em forma sensível resulte em benefício para o próprio conhecimento. Pior ainda para o projeto de Brecht é o fato de que, conforme apontou Adorno, o próprio valor propedêutico de *Santa Joana* é em si profundamente questionável. A proibição de valorizar a ação individual em detrimento da ação coletiva, por exemplo, soa vazia quando dramatizada em uma peça, que necessariamente se desenvolve por meio das ações de indivíduos. “Assim”, diz Schwarz, “diversamente do proclamado, a verdade das peças não estaria nos ensinamentos transmitidos, nos teoremas sobre a luta de classes, mas na dinâmica objetiva do conjunto” (44/133).

A leitura de Schwarz é extraordinariamente iluminadora e eu vou me concentrar aqui em apenas dois aspectos dela. Primeiramente, trata-se da observação de Schwarz, sobre a qual me debrucei em outro texto, dos pastiches que Brecht faz dos clássicos do romantismo alemão por meio dos quais estabelece uma espécie de equivalência deflacionária entre o risco sublime de um mundo sem sanção divina – como se encontra, por exemplo, no “O Canto do destino de Hipérion”, de Hölderlin – e o risco assumido por um investidor ou imposto a um trabalhador. “Não obstante o caráter nada heroico da sociedade burguesa”, afirma Marx, “muito heroísmo havia sido necessário, além da abnegação, do terror, da guerra civil e de batalhas entre povos, para trazê-la ao mundo”¹²⁴. Ao falar sobre o monopolista da carne enlatada, Schwarz destaca que “algo de Bocarra já existia no Fausto, mas não que a grandeza das Luzes continuasse viva na grandeza da Bolsa” (56/148). Um crítico perspicaz pode traduzir a “demonstração”

124 Karl Marx, *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, in Karl Marx und Friedrich Engels, *Marx/Engels: Werke*, vol. 8 (Berlin: Dietz, 1960) 116. Para as traduções, consulte-se: Karl Marx. *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

da identidade entre o risco romântico existencial e o risco econômico burguês promovida por Brecht em forma expositiva; mas ela só é persuasiva em sua forma expositiva enquanto comentário. Ou seja, ela só é convincente porque a peça é convincente, ainda que o que a faz convincente só seja trazido à luz por meio da sua interpretação.

Mas a primeira demonstração ainda trata de poesia, ainda que da relação da poesia com a história e a classe. O segundo aspecto sublinhado por Schwarz diz respeito ao papel da lógica econômica na peça. Schwarz repara que não se trata exatamente de algo que se esperaria de um marxista. Marx notadamente observou, em termos muito apropriados por coincidência, que “as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas”¹²⁵. O ponto de Marx, com certeza verdadeiro, é que a lógica do capitalismo exerce uma força coercitiva que sobrevém quaisquer motivações individuais da parte do capitalista. Mas Schwarz mostra que, em *Santa Joana*, “Brecht preferiu ficar [...] um passo aquém da delegação completa da energia social ao mercado” (56/148). Isto é, Bocarra não é meramente a personificação da propriedade do capital: há algo excessivo em seu caráter. Seu desejo de vencer, de enterrar a qualquer custo a competição – arriscando repetidamente derrubar todo o sistema incluindo a si mesmo – excede a pura lógica econômica. “É como se existisse um imperativo, um defeito de constituição, mandando não fazer nada em que a esperteza não tenha parte” (55-56/148). Isso pode sugerir um recuo da visão de Marx a favor de uma falha trágica de Shakespeare, uma crítica meramente ética da crueldade de capitalistas específicos.

125 Karl Marx, *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie, Erster Band*, in Karl Marx and Friedrich Engels, *Marx/Engels: Werke*, vol. 23 (Berlin: Dietz, 2008) 100. Para as traduções, consultou-se: Karl Marx, *O Capital. Crítica da economia política. Volume I*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 27.

Mas o excesso não é inerente ao personagem de Bocarra, mas às próprias relações econômicas. A lógica capitalista é competitiva, é bem certo: para sobreviver enquanto capitalista, o capitalista precisa competir. O objetivo imanente da competição, entretanto, não é sobreviver, mas vencer; Bocarra compete, de forma perfeitamente lógica, não para sobreviver, mas para ganhar. No interior desta lógica, acenam riscos que de outra forma pareceriam monstruosos demais para serem contemplados. Imanente ao capitalismo e necessário à sua reprodução, há um impulso que excede a reprodução do capital e que é potencialmente prejudicial a ele. Mas, diferente dos covéis do capitalismo, a tendência dessa competição pulsional e estúpida não é enterrar o capitalismo, mas nos enterrar a todos de uma vez só. Nas palavras de Schwarz, “o que está em cena, sob o signo da crise, é a transformação das astúcias do capital em reflexos contraproducentes e cegos, quase se diria antediluvianos” (54/146). A lógica competitiva que o capitalismo encoraja e presume se torna uma espécie de pulsão de morte inerente ao próprio capitalismo. “O contraste entre a jogatina na Bolsa e o pânico de todos em face das turbulências da economia de fato faz pensar em perda de juízo na escala da espécie” (54/146).

Espero que seja possível discernir uma certa coerência na minha interpretação da leitura de Schwarz. Mas essa lógica pertence ao real? *Santa Joana* declara: “as coisas ficam assim” [*things stand so*]. O capitalismo não é apenas “sujeito a crises” devido a um conjunto de contradições internas. Essa é a perspectiva de Marx e ela é correta, mas incompleta, porque essas contradições são, ao menos em teoria, sempre administráveis. Ao invés disso, porque o capitalismo mobiliza um desejo de crise – o desejo puramente competitivo de dar o golpe mais ousado, a jogada mais arriscada, a aposta mais alta –, ele é uma máquina de produzir crises que nunca poderá ser completamente controlada. É difícil observar para onde seria possível se voltar para obter evidências para tal afirmação. Certamente uma economista

poderia achar que entendeu consideravelmente bem as crises econômicas e que poderia com certeza evitá-las se fossem anunciadas com antecedência mínima, sem recorrer a tais expressões como pulção de morte. As questões legadas a nós são de ordem crítico-literárias. *Santa Joana* produz uma “impressão de realidade” que nos atinge com “força de convicção”? O que esta convicção traz à vista? A arte e sua crítica abordam um domínio de conhecimento, cuja amplitude vai do cotidiano até as incertezas mais substanciais que enfrentamos, para o qual questões como essas não são apenas as únicas disponíveis, mas as únicas possíveis.

SOBRE OS ORGANIZADORES

BERNARDO RICUPERO

É professor associado da Universidade de São Paulo. É diretor-presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e coordena o grupo de pesquisa Pensamento e Política no Brasil. Possui graduação em Ciências Sociais(1993), mestrado em Ciência Política (1997) , doutorado em Ciência Política (2002) e livre-docência em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pelo Colegio de México (2014). Foi pesquisador visitante na University of California / Berkeley (2001) e no Colegio de México (2014).

LEONARDO BELINELLI

Professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É editor da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e pesquisador associado do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC). É autor de Os dilemas do patrimonialismo brasileiro - as interpretações de Raymundo Faoro e Simon

Schwartzman (Alameda/FAPESP, 2018) e coautor de Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política (Zahar, 2021). (Fonte: Currículo Lattes).312

RAFAEL MARINO

Doutorando e mestre (2019) em Ciência Política pela FFLCH - USP, graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Tem experiência nas áreas de Ciência Política e Sociologia, com ênfase em pensamento político brasileiro, teoria política, cultura e política, teoria crítica, marxismo, sociologia da cultura e sociologia da arte. Trabalha, atualmente, como técnico de programação cultural na área socioeducativa do SESC Belenzinho. Foi editor da revista Leviathan (DCP-USP). É autor do livro Formação e forma no pensamento brasileiro (Appris). Desde 2013, é pesquisador do Grupo de Pesquisa “Pensamento e Política no Brasil”, vinculado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC - USP).

O livro que o leitor tem em mãos é fruto de comunicações originalmente feitas por pesquisadores da obra de Roberto Schwarz, ou inspirados por ela, no evento “40 anos de *Ao Vencedor, as batatas*”, realizado entre os dias 12 e 15 de setembro de 2017 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Esse evento foi organizado por um grupo de discentes de pós-graduação da mesma faculdade reunidos sob o título de “Articulação Discente para a Difusão do Pensamento Brasileiro”. Muita coisa se passou de lá para cá, razão pela qual os textos ora reunidos foram reelaborados à luz tanto do avanço das reflexões de seus autores sobre suas pesquisas como também a partir da conjuntura histórica mais recente. Além disso, o livro conta ainda com as contribuições de dois pesquisadores estrangeiros, autores de reconhecidos trabalhos sobre o crítico literário e cultural cuja obra é examinada no livro.

